

COMANDO DA AERONÁUTICA

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DA AERONÁUTICA



Rio de Janeiro, 20 de maio de 2014.

BOLETIM DO COMANDO DA AERONÁUTICA Nº 093



Para conhecimento do Pessoal da Aeronáutica, publico o seguinte:

PRIMEIRA PARTE

ATOS DOS PODERES LEGISLATIVO, EXECUTIVO E JUDICIÁRIO

SEÇÃO I - PODER LEGISLATIVO

(Sem alteração)

SEÇÃO II - PODER EXECUTIVO

(Sem alteração)

SEÇÃO III - PODER JUDICIÁRIO

(Sem alteração)

SEGUNDA PARTE

MINISTÉRIO DA DEFESA

(Sem alteração)

TERCEIRA PARTE

ATOS DO COMANDANTE DA AERONÁUTICA, DOS CHEFES E DIRETORES DOS ÓRGÃOS DE ASSISTÊNCIA DIRETA E IMEDIATA DO CMTAER

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 093, de 20 MAIO 2014)

SEÇÃO I - GABINETE DO COMANDANTE DA AERONÁUTICA

1 - BENEFÍCIOS - CONCEDE

PORTARIA Nº 731/GC1 DE 15 DE MAIO DE 2014.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, de acordo com o art. 19 da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; o art. 1º, inciso XII, do Decreto nº 2.790, de 29 de setembro de 1998, e o que consta do Processo nº 67422.001110/2014-11, resolve:

Conceder ao Major-Brigadeiro do Ar Refm FERNANDO MENDES NOGUEIRA, a contar de 12 de novembro de 2013, os benefícios previstos no § 1º do art. 110, combinado com o art. 108, inciso V, da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, alterada pela Lei nº 7.580, de 23 de dezembro de 1986, e o Auxílio-Invalidez, de acordo com o disposto do art. 11, inciso II, da Medida Provisória nº 2215-10 de 31 de agosto de 2001, por ter sido, naquela data, julgado incapaz definitivamente para o serviço militar e considerado impossibilitado total e permanentemente para qualquer trabalho, necessitando de assistência e cuidados permanentes de enfermagem, conforme o parecer da Junta Superior de Saúde do Comando da Aeronáutica nº 0023, de 24 de abril de 2014.

Ten Brig Ar JUNITI SAITO
(DOU2 Nº 92, de 16 MAIO 2014)

2 - DESIGNAÇÃO

PORTARIA Nº 733/GC1, DE 15 DE MAIO DE 2014.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, de acordo com o art. 19 da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; o art. 1º, inciso VII do Decreto nº 2.790, de 29 de setembro de 1998; e o que consta do Processo nº 67200.003520/2014-01, resolve:

Designar os militares abaixo relacionados para, na cidade de Santo Domingo, República Dominicana, apoiar na Instrução de Pilotos e Técnicos de A-29 da Força Aérea Dominicana:

Capitão Aviador NICOLAS SILVA MENDES (1º/3º GAV / NO 3147746);
Suboficial BMA FABIANO DE ALMEIDA GOMES (BANT / NO 2277859);
Primeiro-Sargento BMA ADAILTON ROBERTO RABELLO (BANT / NO 1971875);
Primeiro-Sargento BEV EDUARDO APARECIDO DE LIMA (1º/3º GAV / NO 2125684);
Segundo-Sargento BET EDUARDO LONGOBUCCO AYRÃO (1º/3º GAV / NO 4069404);
Segundo-Sargento BMA DANILO DE LIMA FELIX (3º/3º GAV / NO 4201965);
Segundo-Sargento BEP ANTONIO RODRIGUES DA SILVA (2º/3º GAV / NO 2307731);
Terceiro-Sargento BMB PAULO ANDRÉ BEZERRA CUSTÓDIO (2º/3º GAV / NO 4358449); e
Terceiro-Sargento BMA WAGNER REIS CALIXTO (3º/3º GAV / NO 4325451).

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 093, de 20 MAIO 2014)

A missão acima é considerada transitória, sem mudança de sede, de duração de 145 dias, com período máximo de retribuição no exterior de 149 dias, e início previsto para o dia 21 de julho de 2014, podendo se ausentar do país a partir do dia 19 de julho de 2014, com ônus para o Comando da Aeronáutica, e as despesas com passagens aéreas por conta da República Dominicana, fazendo jus à retribuição no exterior estabelecida na Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, regulamentada pelo Decreto nº 71.733, de 18 de janeiro de 1973, alterado pelo Decreto nº 3.643, de 26 de outubro de 2000, e nº 5.992, de 19 de dezembro de 2006.

PORTARIA Nº 734/GC1, DE 15 DE MAIO DE 2014.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, de acordo com o Art. 23, inciso VI, letra “g”, da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, e o que consta do processo nº 67240.006945/2014-97, resolve:

Designar, por necessidade do serviço, “ex officio”, os militares abaixo relacionados para servirem no Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica:

Primeiro-Tenente QOCON BIB RENATA ALBERNAZ FAUSTINO ANTONIO SOARES (NO 6570909);
Segundo-Tenente QOCON MUG RODRIGO ARAUJO CRUZ (NO 6569510);
Segundo-Tenente QOCON HIS DANIEL EVANGELHO GONÇALVES (NO 6569277);
Segundo-Tenente QOCON AQV LUCIANE DA SILVA FERREIRA (NO 6568033);
Segundo-Tenente QOCON HIS JOÃO IGNACIO DE MEDINA (NO 6568700);
Segundo-Tenente QOCON HIS ELAINE GONÇALVES DA COSTA (NO 6569080); e
Segundo-Tenente QOCON HIS BRUNA MELO DOS SANTOS (NO 6569021).

PORTARIA Nº 735/GC1, DE 15 DE MAIO DE 2014.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, de acordo com o Art. 23, inciso VI, letra “g”, da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, e o que consta do processo nº 67240.006945/2014-97, resolve:

Designar, por necessidade do serviço, ex officio, os militares abaixo relacionados para servirem no Museu Aeroespacial:

Segundo-Tenente QOCON MUG DANIEL CALDEIRA DE CASTRO FARIA (NO 6569528);
Segundo-Tenente QOCON AQV VIVIAN CELIN PIASSI (NO 6568815);
Segundo-Tenente QOCON MUG ANA CAROLINA NOGUEIRA DE OLIVEIRA DA SILVA DE CARVALHO (NO 6569420);
Segundo-Tenente QOCON HIS RACHEL MOTTA CARDOSO (NO 6568831);
Segundo-Tenente QOCON MUG DANIELE RODRIGUES BARROS NUNES (NO 6569056);
Segundo-Tenente QOCON HIS FABIANA COSTA DIAS (NO 6568718); e
Segundo-Tenente QOCON MUG ALINE CARREIRO FIGUEIREDO CARVALHO (NO 6568661); e
Segundo-Tenente QOCON BIB LOUISE PEREIRA MAIA (NO 6569366).

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 093, de 20 MAIO 2014)

PORTARIA Nº 736/GC1, DE 15 DE MAIO DE 2014.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, de acordo com o Art. 19 da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; os Arts. 1º, 2º e 6º, inciso II, do Decreto nº 88.455, de 4 de julho de 1983, alterado pelo Decreto nº 95.601, de 7 de janeiro de 1988, e o que consta do Processo nº 67100.001692/2014-60, resolve:

Designar para o Serviço Ativo, em caráter transitório e mediante aceitação voluntária, o Coronel Aviador R/1 RICARDO DOMINGUES DE MATTOS (NO 1679929), no Comando-Geral de Apoio, a contar da data de sua apresentação, pelo prazo de doze meses, na forma da Portaria nº 431/GC1, de 17 de junho de 2008, alterada pela Portaria nº 144/GC3, de 11 de março de 2010.

Ten Brig Ar JUNITI SAITO
(DOU2 Nº 92, de 16 MAIO 2014)

3 - DESIGNAÇÃO - PRORROGA

PORTARIA Nº 732/GC1, DE 15 DE MAIO DE 2014.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, de acordo com o Art. 19 da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; os Arts. 1º, 2º e 6º, inciso II, do Decreto nº 88.455, de 4 de julho de 1983, alterado pelo Decreto nº 95.601, de 7 de janeiro de 1988, e o que consta do Processo nº 67400.002759/2014-07, resolve:

Prorrogar a designação para o Serviço Ativo, em caráter transitório e mediante aceitação voluntária, do Coronel Intendente CELSO ALEXANDRE DE OLIVEIRA (NO 0448877), no Comando-Geral do Pessoal, pelo prazo de doze meses, a contar de 11 de maio de 2014, na forma da Portaria nº 431/GC1, de 17 de junho de 2008, alterada pela Portaria nº 144/GC3, de 11 de março de 2010.

Ten Brig Ar JUNITI SAITO
(DOU2 Nº 92, de 16 MAIO 2014)

4 - DESPACHO DO COMANDANTE DA AERONÁUTICA

Em 15 de maio de 2014

Processo nº 67750.000215/2014-22 – candidato LORIVAL GORGEN FILHO, solicitando matrícula no Curso de Graduação em Engenharia do ITA:

“Deferir o presente pedido, em caráter excepcional, de acordo com o artigo 30 do Decreto nº 76.323, de 22 de setembro de 1975, combinado com o artigo 19 da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999.”

(Item 26/GC1/2014)

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 093, de 20 MAIO 2014)

Em 15 de maio de 2014

Processo nº 67750.000216/2014-77 – candidato FELIPE VIEIRA DE PAULA, solicitando matrícula no Curso de Graduação em Engenharia do ITA:

“Deferir o presente pedido, em caráter excepcional, de acordo com o artigo 30 do Decreto nº 76.323, de 22 de setembro de 1975, combinado com o artigo 19 da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999.”

(Item 27/GC1/2014)

Em 15 de maio de 2014

Processo nº 67750.000217/2014-11 – candidato GABRIEL SANTANA BRITO, solicitando matrícula no Curso de Graduação em Engenharia do ITA:

“Deferir o presente pedido, em caráter excepcional, de acordo com o artigo 30 do Decreto nº 76.323, de 22 de setembro de 1975, combinado com o artigo 19 da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999.”

(Item 28/GC1/2014)

Em 15 de maio de 2014

Processo nº 67750.000218/2014-66 – candidato ANDERSON VALÕES SILVA, solicitando matrícula no Curso de Graduação em Engenharia do ITA:

“Deferir o presente pedido, em caráter excepcional, de acordo com o artigo 30 do Decreto nº 76.323, de 22 de setembro de 1975, combinado com o artigo 19 da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999.”

(Item 29/GC1/2014)

Em 15 de maio de 2014

Processo nº 67750.000219/2014-19 – candidato GUSTAVO LACKESKI SUIGH, solicitando matrícula no Curso de Graduação em Engenharia do ITA:

“Deferir o presente pedido, em caráter excepcional, de acordo com o artigo 30 do Decreto nº 76.323, de 22 de setembro de 1975, combinado com o artigo 19 da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999.”

(Item 30/GC1/2014)

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 093, de 20 MAIO 2014)

Em 15 de maio de 2014

Processo nº 67750.000220/2014-35 – candidato FELIPE DA SILVA CARDOSO, solicitando matrícula no Curso de Graduação em Engenharia do ITA:

“Deferir o presente pedido, em caráter excepcional, de acordo com o artigo 30 do Decreto nº 76.323, de 22 de setembro de 1975, combinado com o artigo 19 da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999.”

(Item 31/GC1/2014)

Em 15 de maio de 2014

Processo nº 67750.000527/2014-36 – candidato MIGUEL AUGUSTO DE BORTOLI SAGGIN, solicitando matrícula no Curso de Graduação em Engenharia do ITA:

“Deferir o presente pedido, em caráter excepcional, de acordo com o artigo 30 do Decreto nº 76.323, de 22 de setembro de 1975, combinado com o artigo 19 da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999.”

(Item 32/GC1/2014)

Em 15 de maio de 2014

Processo nº 67750.000232/2014-60 – candidato HELON MOREIRA FREITAS, solicitando matrícula no Curso de Graduação em Engenharia do ITA:

“Deferir o presente pedido, em caráter excepcional, de acordo com o artigo 30 do Decreto nº 76.323, de 22 de setembro de 1975, combinado com o artigo 19 da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999.”

(Item 33/GC1/2014)

Em 15 de maio de 2014

Processo nº 67750.000244/2014-94 – candidato LUAN TORRES DE OLIVEIRA, solicitando matrícula no Curso de Graduação em Engenharia do ITA:

“Deferir o presente pedido, em caráter excepcional, de acordo com o artigo 30 do Decreto nº 76.323, de 22 de setembro de 1975, combinado com o artigo 19 da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999.”

(Item 34/GC1/2014)

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 093, de 20 MAIO 2014)

Em 15 de maio de 2014

Processo nº 67750.000246/2014-83 – candidato LUCAS AUGUSTO DA CRUZ CHAVES, solicitando matrícula no Curso de Graduação em Engenharia do ITA:

“Deferir o presente pedido, em caráter excepcional, de acordo com o artigo 30 do Decreto nº 76.323, de 22 de setembro de 1975, combinado com o artigo 19 da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999.”

(Item 35/GC1/2014)

Em 15 de maio de 2014

Processo nº 67750.000247/2014-28 – candidato YURI HERBERT TAVARES LIMA, solicitando matrícula no Curso de Graduação em Engenharia do ITA:

“Deferir o presente pedido, em caráter excepcional, de acordo com o artigo 30 do Decreto nº 76.323, de 22 de setembro de 1975, combinado com o artigo 19 da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999.”

(Item 36/GC1/2014)

5 - MILITAR À DISPOSIÇÃO DO MINISTÉRIO DA DEFESA

PORTARIA Nº 737/GC1, DE 15 DE MAIO DE 2014.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, de acordo com o art. 23, inciso VI, letra “g”, da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, e o que consta do Processo nº 60583.001519/2014-37, resolve:

Colocar, por necessidade do serviço, ex officio, o Primeiro-Tenente QOEA SVA ALBERTO DINIZ DE MIRANDA (NO 1248740) à disposição do Ministério da Defesa, a fim de prestar serviço naquele Órgão, sem prejuízo da remuneração a que faz jus por este Comando.

Ten Brig Ar JUNITI SAITO
(DOU2 Nº 92, de 16 MAIO 2014)

SEÇÃO II - COMISSÃO DE PROMOÇÕES DE OFICIAIS (Sem alteração)

SEÇÃO III - CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA AERONÁUTICA (Sem alteração)

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 093, de 20 MAIO 2014)

SEÇÃO IV - CENTRO DE INTELIGÊNCIA DA AERONÁUTICA
(Sem alteração)

SEÇÃO V - INSTITUTO HISTÓRICO-CULTURAL DA AERONÁUTICA
(Sem alteração)

SEÇÃO VI – ASSESSORIA PARLAMENTAR DO COMANDANTE DA AERONÁUTICA
(Sem alteração)

SEÇÃO VII - CENTRO DE INVESTIGAÇÃO E PREVENÇÃO DE ACIDENTES
AERONÁUTICOS
(Sem alteração)

SEÇÃO VIII - ASSESSORIA DE SEGURANÇA OPERACIONAL DO CONTROLE DO
ESPAÇO AÉREO
(Sem alteração)

SEÇÃO IX - CENTRO DE CONTROLE INTERNO DA AERONÁUTICA
(Sem alteração)

QUARTA PARTE

ATOS DO CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA, DOS COMANDANTES-
GERAIS, DOS DIRETORES DE DEPARTAMENTOS E DO SECRETÁRIO DE
ECONOMIA E FINANÇAS DA AERONÁUTICA

SEÇÃO I – ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA
(Sem alteração)

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 093, de 20 MAIO 2014)

SEÇÃO II - COMANDO-GERAL DE APOIO

1 - CURSO BÁSICO DE BOMBEIRO DE AERONÁUTICA (CBBA-17 SAC-PR) – HOMOLOGAÇÃO E APROVAÇÃO

PORTARIA COMGAP Nº 83-T/1EM, DE 13 DE MAIO DE 2014.

Homologa o “Curso Básico de Bombeiro de Aeronáutica (CBBA-17 SAC-PR)” e dá outras providências.

O CHEFE DO ESTADO-MAIOR DO COMANDO-GERAL DE APOIO, no uso de suas atribuições, que lhe confere, por delegação de competência emanada pelo Exmo. Sr. Comandante-Geral de Apoio, publicada no Boletim Interno Ostensivo nº 49, de 18 de novembro de 2011, do COMGAP, e considerando o disposto no Inciso XI do Art. 9º do Regulamento do Comando-Geral de Apoio, aprovado pela Portaria nº 643/GC3, de 08 de setembro de 2010, resolve:

Art. 1º Homologar o “Curso Básico de Bombeiro de Aeronáutica (CBBA-17 SAC-PR)”, realizado no formato semipresencial, sendo a 1ª fase à distância (ILAVIRTUAL) no período de 10 FEV a 14 MAR 2014, e a 2ª fase presencial, realizada na BAMN entre 31 MAR e 25 ABR 2014, sob responsabilidade do ILA.

Art. 2º Aprovar, por terem concluído com aproveitamento, os militares e os civis abaixo relacionados:

	PT/GD	ESP	NOME	SARAM/CPF	OM/LOCALIDADE
1	3S	SGS	LEANDRO MENDONCA DE BRITO	431.902-8	BAMN
2	S2	SNE	FABIO COSTA COELHO DA SILVA	649.950-3	BAMN
3	S2	SNE	HENRIQUE BRAGA DA SILVA	649.984-8	BAMN
4	S2	SNE	JONATHAS DA SILVA CARVALHO	650.006-4	BAMN
5	S2	SNE	JOSE ADELSON BEZERRA JUNIOR	649.953-8	BAMN
6	S2	SNE	LEANDRO RODRIGUES DA SILVA	650.058-7	BAMN
7	S2	SNE	RAFAEL SOUZA PALHETA	636.660-0	BAMN
8	S2	SNE	RYNAY MATEUS DE ARAUJO CASTRO	649.924-4	BAMN
9	S2	SNE	THIAGO AUGUSTO DE O. NASCIMENTO	630.649-7	BAMN
10	Sr.	-	ELCIONE DE CARVALHO REBOUCAS	734.196.992-04	COARI-AM
11	Sr.	-	DEUSDELSON ALVES MOURA	717.303.202-44	EIRUNEPE-AM
12	Sr.	-	FRANCISCO VANDY NEY TELES DE SOUZA	823.439.422-34	EIRUNEPE-AM
13	Sr.	-	JECKSON RODRIGO DE LIMA CORREIA	010.440.982-79	EIRUNEPE-AM
14	Sr.	-	JORGE FIALHO DE OLIVEIRA	919.519.922-53	EIRUNEPE-AM
15	Sr.	-	JOSE ODACINEY SIQUEIRA MONTEIRO	890.406.002-87	EIRUNEPE-AM
16	Sr.	-	ROGERIO DA ROCHA MELO	026.073.682-19	EIRUNEPE-AM
17	Sr.	-	VALDINEY VIERA DE LIMA	624.451.542-00	EIRUNEPE-AM
18	Sr.	-	VILCIMAR GOMES SALVIANO	651.804.962-68	EIRUNEPE-AM
19	Sr.	-	WANDERNILTON CORREIA NETO	478.157.952-34	EIRUNEPE-AM
20	Sr.	-	ALDEMISON CRISPIM DIAS	030.998.002-01	FONTE BOA-AM
21	Sr.	-	CLAUDINEY TEXEIRA DACIO	519.458.942-53	FONTE BOA-AM
22	Sr.	-	DAMIAO FERREIRA FERNANDES	645.991.322-68	FONTE BOA-AM
23	Sr.	-	FRANCISCO DE SOUZA TIMOTEO	017.638.312-30	FONTE BOA-AM

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 093, de 20 MAIO 2014)

24	Sr.		JOAO DE DEUS FILGUEIRA DOS SANTOS	705.093.872-68	FONTE BOA-AM
25	Sr.	-	RODRIGO GOMES DA SILVA	018.541.132-08	FONTE BOA-AM
26	Sr.	-	RONALDO RODRIGUES DA COSTA	878.161.562-00	FONTE BOA-AM
27	Sr.	-	RONNEY DE CASTRO SOUZA	613.163.932-91	FONTE BOA-AM
28	Sr.	-	CARLOS ERIVELTON NOGUEIRA DE CARVALHO	531.094.812-00	LABREA-AM
29	Sr.	-	AGUINEI DA COSTA LABORDA FILHO	567.271.602-44	MANICORÉ-AM
30	Sr.	-	ANTENOR PINHEIRO SOARES BARROS	596.155.592-53	MANICORÉ-AM
31	Sr.	-	EDSON TEXEIRA DE SOUZA	717.586.582-15	MANICORÉ-AM
32	Sr.	-	ENEIAS PINTO LOPES FILHO	012.535.412-64	MANICORÉ-AM
33	Sr.	-	ERITON MARQUES DA GRACA	660.762.932-68	MANICORÉ-AM
34	Sr.	-	HUGO LIMA BRANDAO	019.444.412-04	MANICORÉ-AM
35	Sr.	-	JOAQUIM DE LIMA CORREIA	600.920.172-15	MANICORÉ-AM
36	Sr.	-	JOSE AUGUSTO MEDEIROS RIBEIRO	592.817.662-72	MANICORÉ-AM
37	Sr.	-	THAUMATURGO FABIO ROCHA BATISTA	628.458.882-87	MANICORÉ-AM
38	Sr.	-	TIAGO BRAGA MELO HIPY	003.737.252-13	MANICORÉ-AM
39	Sr.	-	GIVANILDO FIGUEIREDO DE SOUZA	902.279.802-04	PARINTINS-AM
40	Sr.	-	LUCIANO ARAUJO FERREIRA	456.060.132-15	PARINTINS-AM
41	Sr.	-	JAIR DOS SANTOS OLIVEIRA	238.938.002-63	PARINTINS-AM

Maj Brig Ar ANTONIO RICARDO PINHEIRO VIEIRA
ChEM do COMGAP

2 - CURSO DE OPERADOR DE EQUIPAMENTOS MECANIZADOS (COEM-2) - ENCERRAMENTO

PORTARIA COMGAP Nº 090-T/1EM, DE 13 DE MAIO DE 2014.

Encerra o “Curso de Operador de Equipamentos Mecanizados (COEM-2)” e dá outras providências.

O CHEFE DO ESTADO-MAIOR DO COMANDO-GERAL DE APOIO, no uso de suas atribuições, que lhe confere, por delegação de competência emanada pelo Exmo. Sr. Comandante-Geral de Apoio, publicada no Boletim Interno Ostensivo nº 17, de 26 de abril de 2013, do COMGAP, e considerando o disposto no Inciso XI do Art. 9º do Regulamento do Comando-Geral de Apoio, aprovado pela Portaria nº 2.133/GC3, de 29 de novembro de 2013, resolve:

Art. 1º Encerrar o “Curso de Operador de Equipamentos Mecanizados (COEM-2)”, realizado no CTLA, no período de 17 a 28 MAR 2014, sob responsabilidade do CTLA e do ILA, ativado através da Portaria 002/1EM, de 06 JAN 2014, publicada no BCA Ostensivo nº. 06, de 09 JAN 2014.

Art. 2º Desligar os militares abaixo relacionados conforme especificado.

a) Em decorrência da letra “e” do item 4.9.1 da ICA 37-563/COMGAP:

1S STO ANDERSON DE SOUZA ARANTES, HFAG; e
3S BMA FELIPE DA SILVA PIFANO, do 1º/16º GAV.

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 093, de 20 MAIO 2014)

Art. 3º Aprovar, por terem concluído com aproveitamento, os militares abaixo relacionados:

	PT/GR	ESP	NOME	SARAM	OM
1	1º Ten	QOEA SUP	HILTON DOS SANTOS DAMACENA	190.448-5	CTLA
2	2º Ten	QOEA SVA	RENATO ALVES FERREIRA	192.139-8	CTLA
3	SO	BEP	MARCELO ARAUJO RAMALHO	255.396-1	PAMA-GL
4	1S	SEM	ELCIMAR GOMES DE LIMA	275.771-0	CTLA
5	2S	BMA	BRUNO MORCELLI FERREIRA	414.442-2	1º GAVCA
6	3S	BEP	PERIVALDO HOMEM CELESTINO	436.025-7	PAMA-GL
7	3S	BEP	ROBERTO DIAS MARANDUBA FILHO	623.936-6	PAMA-GL
8	3S	BMB	WAGNER PERES GONÇALVES	372.777-7	BASC
9	S1	SAD	JOSÉ EDUARDO PEREIRA DE OLIVEIRA	629.582-7	CTLA
10	S2	SNE	AFFONSO RIBEIRO JACINTO PEREIRA	651.563-0	CTLA
11	S2	SNE	ALUAM SOUZA DA SILVA	621.879-2	CTLA
12	S2	SNE	CARLOS EDUARDO BORGES DA SILVA	651.569-0	CTLA
13	S2	SNE	DIEGO DE MENEZES BENEDICTO	618.493-6	CTLA
14	S2	SNE	JERONIMO HILARIO DE PAIVA	635.938-8	CTLA
15	S2	SNE	LEONARDO SILVA DE BARROS	629.572-0	CTLA
16	S2	SNE	LUCAS RODRIGUES DA SILVA	651.552-5	CTLA
17	S2	SNE	MARCO ALEXANDRE PESSOA DA SILVA JUNIOR	651.670-0	CTLA
18	S2	SNE	PABLO VITOR PEREIRA DOS SANTOS	633.711-2	CTLA

Parágrafo único. As OM dos militares listados neste artigo deverão orientar os militares a inserirem os dados de conclusão do referido curso no SIGPES (utilizando as senhas pessoais), além de ratificar as respectivas alterações por meio das Seções de Pessoal (campo cadastro de pessoal menu Cursos).

Maj Brig Ar ANTONIO RICARDO PINHEIRO VIEIRA
ChEM do COMGAP

3 - CURSO DE MECÂNICA GERAL DA AERONAVE C-98 (CMGC98) - ENCERRAMENTO

PORTARIA COMGAP Nº 094-T/1EM, DE 13 DE MAIO DE 2014.

Encerra o “Curso de Mecânica Geral da Aeronave C-98 (CMGC98)” e dá outras providências.

O CHEFE DO ESTADO-MAIOR DO COMANDO-GERAL DE APOIO, no uso de suas atribuições, que lhe confere, por delegação de competência emanada pelo Exmo. Sr. Comandante-Geral de Apoio, publicada no Boletim Interno Ostensivo nº 17, de 26 de abril de 2013, do COMGAP, e considerando o disposto no Inciso XI do Art. 9º do Regulamento do Comando-Geral de Apoio, aprovado pela Portaria nº 2.133/GC3, de 29 de novembro de 2013, resolve:

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 093, de 20 MAIO 2014)

Art. 1º Encerrar o “Curso de Mecânica Geral da Aeronave C-98 (CMGC98)”, realizado no formato presencial na BARF no período de 10 MAR a 04 ABR 2014, sob responsabilidade do PAMA-LS e do ILA, ativado através da Portaria 002/1EM, de 06 JAN 2014, publicada no BCA Ostensivo nº. 06, de 09 JAN 2014.

Art. 2º Cancelar a matrícula dos militares abaixo relacionados conforme especificado.

a) Em decorrência do da letra “a” do item 4.9.1 da ICA 37/563, do COMGAP:

Maj QOEAV OTACÍLIO SANTIAGO FILHO, da BARF;

1S BEP ANDRÉ LUIZ BRANDÃO, da BARF; e

2S BEI LEONILDO DE CASTRO PAIVA, do 1º/7º GAV.

b) Em decorrência da letra “e” do item 4.9.1 da ICA 37/563, do COMGAP:

2S BMA FÁBIO MANOEL DE ANDRADE LIMA, do 1º/7º GAV.

Art. 3º Aprovar, por terem concluído com aproveitamento, os militares abaixo relacionados:

	PT/GR	ESP	NOME	SARAM	OM
1	1º Ten	QOEA SVM	PAULO BRILHANTE DA SILVA	190.122-2	BARF
2	SO	BEI	CLÁUDIO NOVAES DE OLIVEIRA	190.154-0	BANT
3	SO	BMA	ERON HIBRAIM SILVA PACHECO	260.079-0	6º ETA
4	SO	BMA	JORGE DA SILVA LIMA	222.110-1	BARF
5	SO	BEI	LUIZ CAMILO DE SOUZA FILHO	208.781-2	2º ETA
6	SO	BEP	LUIZ GUSTAVO KAYE	255.421-6	BARF
7	SO	BMA	NATCLAY ANTONIO SANTOS	260.220-2	BARF
8	SO	BEP	NEY MARANHÃO ALVES FERREIRA	235.215-0	BARF
9	SO	BMA	NIVALDO AUGUSTO DE OLIVEIRA FILHO	235.220-6	BARF
10	SO	BEI	RICARDO ANTONIO COSTA LINS	260.389-6	2º ETA
11	SO	BEI	WERLEM TEIXEIRA ALBUQUERQUE	227.715-8	BARF
12	1S	BMA	CRISTIANO ARAUJO CHAVES	357.068-1	BASM
13	1S	BEP	CRISTIANO ARAUJO DE SOUZA	314.065-2	BARF
14	1S	BEI	EDILSON JACINTO DOS PRAZERES	203.628-2	2º ETA
15	1S	BMA	EVALDO GONCALVES DE LIRA	197.882-9	BARF
16	1S	BEP	GIVANALDO JERONIMO	303.428-3	BARF
17	1S	BMA	LUIZ GOMES PEREIRA FILHO	261.453-7	BARF
18	1S	BEI	PAULO CESAR DE CASTRO	306.883-8	CINDACTA II
19	1S	BEP	RIVADAVIA CAVALCANTE DE CERQUEIRA FILHO	328.580-4	BARF
20	1S	BEP	SIDNEI RAMALHO DE ARAUJO	328.590-1	BARF
21	1S	BEP	VANITO AUGUSTO DE PONTES DIAS	312.919-5	2º ETA

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 093, de 20 MAIO 2014)

22	2S	BMA	FELIPE CESAR ANDRADE MATOS PASSOS	409.516-2	BARF
23	2S	BEP	JOÃO PAULO DE SOUZA JUNIOR	308.322-5	BARF
24	2S	BET	JOSÉ VINÍCIUS NEGRÃO DE MEDEIROS	422.894-4	BARF
25	2S	BMA	LUCIANO FERREIRA BATISTA DE SOUZA	393.089-0	2º ETA
26	2S	BEP	ROSSELINI CANSANÇÃO DE SÁ	350.379-8	BARF
27	3S	BMA	ANSELMO VICENTE SABAH DRUMONTE	427.886-0	BASM
28	3S	BMA	FELIPE DIOGO BARBOZA	635.043-7	6º ETA
29	3S	BMA	FERNANDO ELERATI DE CAMPOS	623.876-9	1º/15º GAV
30	3S	BMA	FLAVIO AUGUSTO BERNARDES DA SILVA JUNIOR	632.037-6	BASM
31	3S	BMA	GERALDO GONÇALVES DO AMARAL	364.206-2	2º ETA
32	3S	BET	ISMAEL DA SILVA SOARES	648.105-1	DTCEA-CT
33	3S	BMA	ISRAEL MACHADO GONÇALVES	420.654-1	BACO
34	3S	BMA	LUIZ FELIPE MOURA LIMA	623.993-5	6º ETA
35	3S	BMA	RENATO SOUZA SANTOS	623.802-5	6º ETA
36	3S	BEI	SILVIO NAZARENO DA CUNHA SILVA	427.914-0	1º ETA

Parágrafo único. As OM dos militares listados neste artigo deverão orientar os militares a inserirem os dados de conclusão do referido curso no SIGPES (utilizando as senhas pessoais), além de ratificar as respectivas alterações por meio das Seções de Pessoal (campo cadastro de pessoal menu Cursos).

Maj Brig Ar ANTONIO RICARDO PINHEIRO VIEIRA
ChEM do COMGAP

4 – CURSO BÁSICO DE BOMBEIRO DE AERONÁUTICA (CBBA-19-SAC-PR) – HOMOLOGAÇÃO

PORTARIA COMGAP Nº 095-T/1EM, DE 13 DE MAIO DE 2014.

Homologa o “Curso Básico de Bombeiro de Aeronáutica (CBBA-19-SAC-PR)” e dá outras providências.

O CHEFE DO ESTADO-MAIOR DO COMANDO-GERAL DE APOIO, no uso de suas atribuições, que lhe confere, por delegação de competência emanada pelo Exmo. Sr. Comandante-Geral de Apoio, publicada no Boletim Interno Ostensivo nº 17, de 26 de abril 2013, do COMGAP, e considerando o disposto no Inciso IX, do Art. 9º do Regulamento do Comando-Geral de Apoio, aprovado pela Portaria nº 2.133/GC3, de 29 de novembro de 2013, resolve:

Art. 1º Homologar o “Curso Básico de Bombeiro de Aeronáutica (CBBA-19-SAC-PR)”, realizado no formato semipresencial, sendo a 1ª fase à distância (ILAVIRTUAL) no período de 10 FEV a 14 MAR 2014, e a 2ª fase presencial, realizada no BACO entre 31 MAR a 25 ABR 2014, sob responsabilidade do ILA.

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 093, de 20 MAIO 2014)

Art. 2º Aprovar, por terem concluído com aproveitamento, os civis abaixo relacionados:

	PT/GD	NOME	CPF	LOCALIDADE
1	Sr	ADAIR APARECIDO PENHA	017.947.409-02	CASCABEL-PR
2	Sr	ADILSON CARDOSO DE LIMA	023.766.779-71	CASCABEL-PR
3	Sr	ANDERSON CLAYTON DA SILVA OLIVEIRA	029.485.529-74	CASCABEL-PR
4	Sr	ANDRE LUIZ DE QUADROS ROSIN	021.913.449-92	CASCABEL-PR
5	Sr	CARLOS APARECIDO DA SILVA	034.856.919-09	CASCABEL-PR
6	Sr	DAVI ALEXANDRE PACHECO BROCA	563.032.979-00	CASCABEL-PR
7	Sr	DIOMAR APARECIDO ASSUNÇÃO	638.164.319-68	CASCABEL-PR
8	Sr	EDEVAL TEIXERIA	023.612.149-76	CASCABEL-PR
9	Sr	ELEANDRO SCHRAN	008.150.919-74	CASCABEL-PR
10	Sr	ELISEU ERALDO CECCON	390.341.352-68	CASCABEL-PR
11	Sr	IDAMIR KOZAK	028.044.229-76	CASCABEL-PR
12	Sr	LUCIANO ROQUE DA SILVA	840.339.679-15	CASCABEL-PR
13	Sr	MARCOS ANTONIO DENARDI	905.993.149-15	CASCABEL-PR
14	Sr	OZIREZ TAVARES	028.347.739-39	CASCABEL-PR
15	Sr	VANDERLEI RAUBER	880.411.669-20	CASCABEL-PR
16	Sr	VILMAR DOS SANTOS	024.347.169-05	CASCABEL-PR
17	Sr	EVANDRO PAULO DOS SANTOS	030.124.919-96	FRANCISCOBELTRÃO-PR
18	Sr	JACIR CHIAPETTI	627.695.534-68	FRANCISCOBELTRÃO-PR
19	Sr	VARLEI DE SIQUEIRA	035.372.679-67	FRANCISCOBELTRÃO-PR
20	Sr	DENILSON DA SILVA	639.574.509-34	GUARAPUAVA-PR
21	Sr	FABIO GUSTAVO FISCHBORN	028.933.729-10	GUARAPUAVA-PR
22	Sr	FERNANDO CAMPOS PEREZ	021.846.239-54	GUARAPUAVA-PR
23	Sr	RICARDO ALESSANDRO F. DE OLIVEIRA	881.710.869-34	GUARAPUAVA-PR
24	Sr	ALOISIO KUNERATH KUNZ	831.576.629-53	JOAÇABA-SC
25	Sr	CHEINE CARNIELETTO	051.380.499-41	JOAÇABA-SC
26	Sr	OLDECIR MARTINAZZO	737.460.889-68	JOAÇABA-SC
27	Sr	ADEMIR JOSÉ BORGES	034.119.489-14	TOLEDO-PR
28	Sr	ALESSANDRO JARDEL DE PAULA	034.448.009-75	TOLEDO-PR
29	Sr	ANTONIO CIRO DE SOUZA	724.957.159-15	TOLEDO-PR
30	Sr	CRISTIANO HENRIQUE HOLZBACH SCHAEGLER	050.355.379-43	TOLEDO-PR
31	Sr	GIVANILDO DALLABRIDA	955.772.039-53	TOLEDO-PR
32	Sr	JOSE CILSO BETIM	761.729.459-04	TOLEDO-PR
33	Sr	MOACIR GUERREIRO CAMPOS	663.786.729-20	TOLEDO-PR
34	Sr	NATALINA CAPPELLESSO TONELLO	681.028.449-49	TOLEDO-PR
35	Sr	NERISSON LUIS DE LIMA	010.234.639-97	TOLEDO-PR
36	Sr	SALOMÃO VICENTE DA COSTA	031.515.339-30	TOLEDO-PR
37	Sr	VILSON CORRÊA MACHADO	843.890.609-53	TOLEDO-PR

Maj Brig Ar ANTONIO RICARDO PINHEIRO VIEIRA
ChEM do COMGAP

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 093, de 20 MAIO 2014)

5 – CURSO DE SISTEMAS ELÉTRICOS DA AERONAVE C-130 (CSEC130) – ENCERRAMENTO

PORTARIA COMGAP Nº 102-T/1EM, DE 15 DE MAIO DE 2014.

Encerra o “Curso de Sistemas Elétricos da Aeronave C-130 (CSEC130)” e dá outras providências.

O CHEFE DO ESTADO-MAIOR DO COMANDO-GERAL DE APOIO, no uso de suas atribuições, que lhe confere, por delegação de competência emanada pelo Exmo. Sr. Comandante-Geral de Apoio, publicada no Boletim Interno Ostensivo nº 17, de 26 de abril 2013, do COMGAP, e considerando o disposto no Inciso IX, do Art. 9º do Regulamento do Comando-Geral de Apoio, aprovado pela Portaria nº 2.133/GC3, de 29 de novembro de 2013, resolve:

Art. 1º Encerrar o “Curso de Sistemas Elétricos da Aeronave C-130 (CSEC130)”, realizado no PAMA GL, no período de 10 MAR a 18 ABR 2014, sob responsabilidade do PAMA GL e do ILA, ativado por meio da Portaria COMGAP nº 002/1EM, de 06 JAN 2014, publicada no BCA Ostensivo nº 006, de 09 JAN 2014.

Art. 2º Aprovar, por terem concluído com aproveitamento, os militares abaixo relacionados:

	PT/GD	ESP	NOME	SARAM	OM
1	1º Ten	QOENG	FLAVIO DA SILVA FAVRE	421.607-5	PAMA GL
2	SO	SML	ALEXANDRE JESUS DO NASCIMENTO	167.192-8	PAMA GL
3	1S	BEI	DOUGLAS PECANHA DOS SANTOS	328.516-2	1º/1º GT
4	2S	BEI	JOSÉ FELLIPE DOS SANTOS SACRAMENTO	398.900-3	2º/2º GT
5	3S	BEI	DICKSON HENRIQUE JUSTINO DANIEL	423.926-1	1º/1º GAV
6	3S	BEI	FABRÍCIA DA SILVA GONÇALVES	603.316-4	PAMA GL

Parágrafo único. As OM dos militares listados neste artigo deverão orientar seus militares a inserirem dados de conclusão do referido curso no SIGPES (utilizando as senhas pessoais), além de ratificar as respectivas alterações por meio das Seções de Pessoal (campo cadastro de pessoal menu Cursos).

Maj Brig Ar ANTONIO RICARDO PINHEIRO VIEIRA
ChEM do COMGAP

6 - ESTÁGIO DE TRATAMENTO E PROTEÇÃO CONTRA CORROSÃO (ETPCC-1) - ENCERRAMENTO

PORTARIA COMGAP Nº 089-T/1EM, DE 13 DE MAIO DE 2014.

Encerra o “Estágio de Tratamento e Proteção Contra Corrosão (ETPCC-1)” e dá outras providências.

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 093, de 20 MAIO 2014)

O CHEFE DO ESTADO-MAIOR DO COMANDO-GERAL DE APOIO, no uso de suas atribuições, que lhe confere, por delegação de competência emanada pelo Exmo. Sr. Comandante-Geral de Apoio, publicada no Boletim Interno Ostensivo nº 17, de 26 de abril de 2013, do COMGAP, e considerando o disposto no Inciso XI do Art. 9º do Regulamento do Comando-Geral de Apoio, aprovado pela Portaria nº 2.133/GC3, de 29 de novembro de 2013, resolve:

Art. 1º Encerrar o “Estágio de Tratamento e Proteção Contra Corrosão (ETPCC-1)”, realizado no PAMA-SP, no período de 17 a 21 MAR 2014, sob responsabilidade do PAMA-SP e do ILA, ativado através da Portaria 002/1EM, de 06 JAN 2014, publicada no BCA Ostensivo nº. 06, de 09 JAN 2014.

Art. 2º Desligar os militares abaixo relacionados conforme especificado.

a) Em decorrência da letra “a” do item 4.9.1 da ICA 37-563/COMGAP:

3S BMA HERICK CÉSAR DE ARRUDA COSTA, do 2º/8º GAV.

b) Em decorrência da letra “e” do item 4.9.1 da ICA 37-563/COMGAP:

3S BMA CRISTIANO ALBUQUERQUE DE CAMPOS, da BABE.

Art. 3º Aprovar, por terem concluído com aproveitamento, os militares e civis abaixo relacionados:

	PT/GR	ESP	NOME	SARAM	OM
1	SO	BEP	LUIZ CARLOS CINTRA VASCONCELOS	234.771-7	BASC
2	2S	BMA	DANIEL COIMBRA RIBEIRO MENEZES	414.464-3	3º ETA
3	2S	BMA	JONES CARLOTO	304.378-9	3º/10º GAV
4	3S	BEP	ADRIANO DO COUTO CORRÊA	610.087-2	BASP
5	3S	BEP	EDUARDO AFFONSO ZANELLI	607.343-3	AFA
6	3S	BEP	FRANCISCO BENTO DA SILVA FILHO	610.098-8	1º/7º GAV
7	CB	BEP	SEBASTIÃO SANTANA DA SILVA	439.834-3	BABR
8	CV	-	FLAVIA CRISTINA ZENITH FERREIRA	461.673-1	EEAR

Parágrafo único. As OM dos militares listados neste artigo deverão orientar os militares a inserirem os dados de conclusão do referido curso no SIGPES (utilizando as senhas pessoais), além de ratificar as respectivas alterações por meio das Seções de Pessoal (campo cadastro de pessoal menu Cursos).

Maj Brig Ar ANTONIO RICARDO PINHEIRO VIEIRA
ChEM do COMGAP

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 093, de 20 MAIO 2014)

7 – ICA 400-25 - APROVA A REEDIÇÃO

PORTARIA COMGAP Nº 13/3EM, DE 15 DE MAIO DE 2014.

Aprova a reedição da ICA 400-25 “Indicadores de Gestão de Logística do COMGAP”.

O COMANDANTE-GERAL DE APOIO, no uso de suas atribuições previstas no art. 9º do Regulamento do Comando-Geral de Apoio, aprovado pela Portaria nº 2.133/GC3, de 29 de novembro de 2013, resolve:

Art. 1º Aprovar a reedição da ICA 400-25 “Indicadores de Gestão de Logística do COMGAP”, que com esta baixa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se a Portaria COMGAP Nº 100/3EM, de 12 de junho de 2007, publicada no BCA nº 115, de 18 de junho de 2007.

Ten Brig Ar HÉLIO PAES DE BARROS JÚNIOR
Comandante-Geral de Apoio

Obs.: A Instrução de que trata a presente Portaria encontra-se anexada a este Boletim e será disponibilizada no BLAER e no SISPUBLIC.

8 – PCA 400-55 - APROVA A REEDIÇÃO

PORTARIA COMGAP Nº 15/3EM, DE 15 DE MAIO DE 2014.

Aprova a reedição do Plano de Desativação da Frota de Aeronaves H-1H da Força Aérea Brasileira.

O COMANDANTE-GERAL DE APOIO, no uso das suas atribuições e de acordo com o disposto no Regulamento do COMGAP, aprovado pela Portaria nº 2.133/GC3, de 29 de novembro de 2013, resolve:

Art. 1º Aprovar a reedição do PCA 400-55 “Plano de Desativação da Frota de Aeronaves H-1H da Força Aérea Brasileira”, que com esta baixa.

Art. 2º Esta Plano entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se a Portaria COMGAP nº 60/3EM, de 18 de dezembro de 2012, publicada no BCA nº 243, de 21 de dezembro de 2012.

Ten Brig Ar HÉLIO PAES DE BARROS JÚNIOR
Comandante-Geral de Apoio

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 093, de 20 MAIO 2014)

9 – PCA 400-56 - APROVA A REEDIÇÃO

PORTARIA COMGAP Nº 14/3EM, DE 15 DE MAIO DE 2014.

Aprova a reedição do Plano de Alienação das Aeronaves H-1H da Força Aérea Brasileira.

O COMANDANTE GERAL DE APOIO, no uso das atribuições e de acordo com o disposto no Regulamento COMGAP, aprovado pela Portaria nº 2.133/GC3, de 29 de novembro de 2013, resolve:

Art. 1º Aprovar a reedição do PCA 400-56 “Plano de Alienação das Aeronaves H-1H da Força Aérea Brasileira”, que com esta baixa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se a Portaria COMGAP nº 61/3EM, de 18 de dezembro de 2012, publicada no BCA nº 243, de 21 de dezembro de 2012.

Ten. Brig Ar HÉLIO PAES DE BARROS JÚNIOR
Comandante-Geral de Apoio

Obs.: Os Planos de que tratam as Portarias acima encontram-se anexados a este Boletim e serão disponibilizados no BLAER e no SISPUBLIC.

SECÃO III - COMANDO-GERAL DE OPERAÇÕES AÉREAS

1 – ICA 37-616 - APROVA A EDIÇÃO

PORTARIA COMGAR Nº 74/SCAP, DE 14 DE MAIO DE 2014.

Aprova a edição da Instrução que dispõe sobre o Currículo Mínimo do Curso de Defesa Antiárea (CDAAE).

O COMANDANTE-GERAL DE OPERAÇÕES AÉREAS, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX do Artigo 11 do ROCA 20-6, “Regulamento do Comando-Geral de Operações Aéreas”, aprovado pela Portaria nº 991/GC3, de 16 de outubro de 2009, resolve:

Art. 1º Aprovar a edição da ICA 37-616 “Currículo Mínimo do Curso de Defesa Antiaérea (CDAAe)”, que com esta baixa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Ten Brig Ar NIVALDO LUIZ ROSSATO
Comandante-Geral de Operações Aéreas

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 093, de 20 MAIO 2014)

2 – ICA 3-8 – APROVA

PORTARIA COMGAR Nº 72/SCAP-17, DE 12 DE MAIO DE 2014.

Aprova o “Programa de Prevenção de Acidentes Aeronáuticos do Comando-Geral de Operações Aéreas”.

O COMANDANTE-GERAL DE OPERAÇÕES AÉREAS, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX do Artigo 11 do ROCA 20-6, “Regulamento do Comando-Geral de Operações Aéreas”, aprovado pela Portaria nº 991/GC3, de 16 de outubro de 2009 , resolve:

Art. 1º Aprovar a ICA 3-8 “Programa de Prevenção de Acidentes Aeronáuticos do Comando-Geral de Operações Aéreas”.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se o a Portaria COMGAR Nº 100/SCAP-17, de 4 de junho de 2012.

Ten Brig Ar NIVALDO LUIZ ROSSATO
Comandante-Geral de Operações Aéreas

Obs.: As Instruções de que tratam as presentes Portarias encontram-se anexadas a este Boletim e serão disponibilizadas no BLAER e no SISPUBLIC.

SEÇÃO IV – COMANDO-GERAL DO PESSOAL

1 - AVISO DE CONVOCAÇÃO - APROVA

PORTARIA COMGEP Nº 819-T/DPL, DE 15 DE MAIO DE 2014.

Aprova o Aviso de Convocação para a Seleção de Sacerdotes Católicos Apostólicos Romanos Voluntários à Prestação do Serviço Militar Temporário no ano de 2014.

O COMANDANTE-GERAL DO PESSOAL, no uso da competência que lhe foi delegada por meio da Portaria nº 550/GC3, de 9 de agosto de 2010, e das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 9º do Regulamento do Comando-Geral do Pessoal, aprovado pela Portaria nº 36/GC3, de 10 de janeiro de 2013, em conformidade com o § 2º do art. 17 do Regulamento da Reserva da Aeronáutica, aprovado pelo Decreto n.º 6.854, de 25 de maio de 2009 e alterado pelo Decreto nº 8.130, de 24 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º Aprovar o Aviso de Convocação para a Seleção de Sacerdotes Católicos Apostólicos Romanos Voluntários à Prestação do Serviço Militar Temporário, no ano de 2014.

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 093, de 20 MAIO 2014)

Art 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig Ar LUIZ CARLOS TERCIOTTI
Comandante-Geral do Pessoal

Obs.: O Aviso de que trata a presente Portaria encontra-se anexado a este Boletim.

2 - INQUÉRITO POLICIAL MILITAR - INSTAURAÇÃO

PORTARIA COMGEP Nº 817/AJ, DE 14 DE MAIO DE 2014.

Instauração de Inquérito Policial Militar

1. **O COMANDANTE-GERAL DO PESSOAL DA AERONÁUTICA**, de Conformidade com o previsto na alínea "g" do artigo 7º e na alínea "a" do artigo 10 do Decreto-Lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969 - "Código de Processo Penal Militar" e o uso das atribuições que lhe confere o Regulamento do Comando-Geral do Pessoal (ROCA 20-3), aprovado pela Portaria nº 36/GC3, de 10 de janeiro de 2013, resolve:
2. Art. 1º - Instaurar Inquérito Policial Militar (IPM), conforme solicitação da Diretoria de Saúde, tendo em vista a solução da Sindicância instaurada pela Portaria DIRSA nº R-22/T/SIJ, de 18 de setembro de 2013.
3. Art. 2º - Designar o Cel Int ANDRÉ LUÍS OLIVEIRA COUTO, do efetivo do Depósito Central de Intendência como Encarregado do IPM, com a finalidade de apurar indícios de infração penal militar no âmbito do Hospital de Aeronáutica dos Afonsos - HAAF.

Ten Brig Ar LUIZ CARLOS TERCIOTTI
Comandante-Geral do Pessoal

3 - REQUERIMENTO – DESPACHO

a) No requerimento em que o Exmo. Sr. Brig Ar ANDRÉ LUIZ FONSECA E SILVA, do efetivo da DIRMAB (Proc nº 67110.003576/2014-66) solicitou autorização para gozar férias no exterior (Washington D.C – Estados Unidos da América), no período de 15 a 23 de maio de 2014, este Comando-Geral exarou o seguinte despacho: "DEFERIDO, de acordo com o inciso II do Parágrafo único do art. 292 do Regulamento aprovado pela Portaria nº 1.270/GC3, de 03 nov. 2005 (RISAER).".

(Item 817/COMGEP/2014)

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 093, de 20 MAIO 2014)

4 - TAREFA POR TEMPO CERTO - DESIGNAÇÃO

PORTARIA COMGEP Nº 770/DPM, DE 12 DE MAIO DE 2014.

O COMANDANTE-GERAL DO PESSOAL, de acordo com o disposto na ICA 35-13, aprovada pela Portaria nº 2.005/GC3, de 5 de novembro de 2013, e considerando o que consta no Processo nº 67550.004014/2014-51, resolve:

DESIGNAR o CAP QOEA SVE R/1 JOSÉ BERNARDO LOPES DUARTE (Nr Ord 0806943) para a PRESTAÇÃO DE TAREFA POR TEMPO CERTO, mediante aceitação voluntária, na ESCOLA PREPARATÓRIA DE CADETES DO AR, como Chefe da Seção de Manutenção, pelo prazo de 24 meses, a contar da data da publicação desta Portaria no Boletim do Comando da Aeronáutica.

PORTARIA COMGEP Nº 771/DPM, DE 12 DE MAIO DE 2014.

O COMANDANTE-GERAL DO PESSOAL, de acordo com o disposto na ICA 35-13, aprovada pela Portaria nº 2.005/GC3, de 5 de novembro de 2013, e considerando o que consta no Processo nº 60583.001136/2014-69, resolve:

DESIGNAR o TEN CEL QOECOM R/1 LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA SILVA (Nr Ord 0353221) para a PRESTAÇÃO DE TAREFA POR TEMPO CERTO, mediante aceitação voluntária, no MINISTÉRIO DA DEFESA, como Assessor Militar do Departamento do Programa Calha Norte, pelo prazo de 24 meses, a contar da data da publicação desta Portaria no Boletim do Comando da Aeronáutica.

PORTARIA COMGEP Nº 773/DPM, DE 12 DE MAIO DE 2014.

O COMANDANTE-GERAL DO PESSOAL, de acordo com o disposto na ICA 35-13, aprovada pela Portaria nº 2.005/GC3, de 5 de novembro de 2013, e considerando o que consta no Processo nº 67550.003914/2014-81, resolve:

DESIGNAR o CAP QOEA GDS R/1 ADILSON DOMINGOS (Nr Ord 1309404) para a PRESTAÇÃO DE TAREFA POR TEMPO CERTO, mediante aceitação voluntária, na ESCOLA PREPARATÓRIA DE CADETES DO AR, como Chefe da Seção de Docência, pelo prazo de 24 meses, a contar da data da publicação desta Portaria no Boletim do Comando da Aeronáutica.

PORTARIA COMGEP Nº 785/DPM, DE 12 DE MAIO DE 2014.

O COMANDANTE-GERAL DO PESSOAL, de acordo com o disposto na ICA 35-13, aprovada pela Portaria nº 2.005/GC3, de 5 de novembro de 2013, e considerando o que consta no Processo nº 67520.000574/2014-93, resolve:

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 093, de 20 MAIO 2014)

DESIGNAR o SO QSS SGS R/1 ADOLFO GOMES MAIA (Nr Ord 1087517) para a PRESTAÇÃO DE TAREFA POR TEMPO CERTO, mediante aceitação voluntária, na COMISSÃO DE DESPORTOS DA AERONÁUTICA, como Encarregado da Seção de Inteligência, pelo prazo de 24 meses, a contar da data da publicação desta Portaria no Boletim do Comando da Aeronáutica.

PORTARIA COMGEP Nº 786/DPM, DE 12 DE MAIO DE 2014.

O COMANDANTE-GERAL DO PESSOAL, de acordo com o disposto na ICA 35-13, aprovada pela Portaria nº 2.005/GC3, de 5 de novembro de 2013, e considerando o que consta no Processo nº 67520.000851/2014-68, resolve:

DESIGNAR o CEL QOINF R/1 NEWTON CENTURIÃO (Nr Ord 0645060) para a PRESTAÇÃO DE TAREFA POR TEMPO CERTO, mediante aceitação voluntária, na COMISSÃO DE DESPORTOS DA AERONÁUTICA, como Instrutor de Esgrima da Divisão de Desporto Militar, pelo prazo de 24 meses, a contar da data da publicação desta Portaria no Boletim do Comando da Aeronáutica.

PORTARIA COMGEP Nº 787/DPM, DE 12 DE MAIO DE 2014.

O COMANDANTE-GERAL DO PESSOAL, de acordo com o disposto na ICA 35-13, aprovada pela Portaria nº 2.005/GC3, de 5 de novembro de 2013, e considerando o que consta no Processo nº 67510.004346/2014-10, resolve:

DESIGNAR o SO QSS BEI REFM ANAELDES GOMES SEPÚLVEDA (Nr Ord 0456217) para a PRESTAÇÃO DE TAREFA POR TEMPO CERTO, em caráter excepcional e mediante aceitação voluntária, na ACADEMIA DA FORÇA AÉREA, como Encarregado da Seção Auxiliar da Subdivisão de Suprimento, pelo prazo de 24 meses, a contar da data da publicação desta Portaria no Boletim do Comando da Aeronáutica.

PORTARIA COMGEP Nº 788/DPM, DE 12 DE MAIO DE 2014.

O COMANDANTE-GERAL DO PESSOAL, de acordo com o disposto na ICA 35-13, aprovada pela Portaria nº 2.005/GC3, de 5 de novembro de 2013, e considerando o que consta no Processo nº 67112.002122/2014-58, resolve:

DESIGNAR o SO QSS BMA R/1 EDSON APARECIDO DE SOUZA (Nr Ord 0444120) para a PRESTAÇÃO DE TAREFA POR TEMPO CERTO, mediante aceitação voluntária, no PARQUE DE MATERIAL AERONÁUTICO DO GALEÃO, como Auxiliar da Subdivisão Administrativa, pelo prazo de 24 meses, a contar da data da publicação desta Portaria no Boletim do Comando da Aeronáutica.

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 093, de 20 MAIO 2014)

PORTARIA COMGEP Nº 789/DPM, DE 12 DE MAIO DE 2014.

O COMANDANTE-GERAL DO PESSOAL, de acordo com o disposto na ICA 35-13, aprovada pela Portaria nº 2.005/GC3, de 5 de novembro de 2013, e considerando o que consta no Processo nº 67600.006670/2014-55, resolve:

DESIGNAR o SO QSS SOB R/1 ANTONIO LUIZ DE OLIVEIRA (Nr Ord 1544721) para a PRESTAÇÃO DE TAREFA POR TEMPO CERTO, mediante aceitação voluntária, no DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO, como Encarregado da Seção de Registro, pelo prazo de 24 meses, a contar da data da publicação desta Portaria no Boletim do Comando da Aeronáutica.

PORTARIA COMGEP Nº 791/DPM, DE 12 DE MAIO DE 2014.

O COMANDANTE-GERAL DO PESSOAL, de acordo com o disposto na ICA 35-13, aprovada pela Portaria nº 2.005/GC3, de 5 de novembro de 2013, e considerando o que consta no Processo nº 67273.002317/2014-55, resolve:

DESIGNAR o MAJ QOEARM R/1 JAIR MARIO CARDOSO (Nr Ord 1489305) para a PRESTAÇÃO DE TAREFA POR TEMPO CERTO, mediante aceitação voluntária, na BASE AÉREA DE SANTA MARIA, como Chefe da Seção de Armamento Aéreo, pelo prazo de 24 meses, a contar da data da publicação desta Portaria no Boletim do Comando da Aeronáutica.

PORTARIA COMGEP Nº 792/DPM, DE 12 DE MAIO DE 2014.

O COMANDANTE-GERAL DO PESSOAL, de acordo com o disposto na ICA 35-13, aprovada pela Portaria nº 2.005/GC3, de 5 de novembro de 2013, e considerando o que consta no Processo nº 67261.001704/2014-11, resolve:

DESIGNAR o SO QSS BMA R/1 CLAUDIO DE SOUZA TRINDADE (Nr Ord 1480731) para a PRESTAÇÃO DE TAREFA POR TEMPO CERTO, mediante aceitação voluntária, no TERCEIRO ESQUADRÃO DO TERCEIRO GRUPO DE AVIAÇÃO, como Encarregado da Subseção de Apoio e da Ferramentaria, pelo prazo de 24 meses, a contar da data da publicação desta Portaria no Boletim do Comando da Aeronáutica.

PORTARIA COMGEP Nº 793/DPM, DE 12 DE MAIO DE 2014.

O COMANDANTE-GERAL DO PESSOAL, de acordo com o disposto na ICA 35-13, aprovada pela Portaria nº 2.005/GC3, de 5 de novembro de 2013, e considerando o que consta no Processo nº 67222.032049/2013-11, resolve:

DESIGNAR o 3S QESA SGS REFM JOÃO MARIA FREIRE DE CASTRO (Nr Ord 0713350) para a PRESTAÇÃO DE TAREFA POR TEMPO CERTO, em caráter excepcional e mediante aceitação voluntária, na BASE AÉREA DE NATAL, como Auxiliar da Seção de Inteligência, pelo prazo de 24 meses, a contar da data da publicação desta Portaria no Boletim do Comando da Aeronáutica.

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 093, de 20 MAIO 2014)

PORTARIA COMGEP Nº 803/DPM, DE 13 DE MAIO DE 2014.

O COMANDANTE-GERAL DO PESSOAL, de acordo com o disposto na ICA 35-13, aprovada pela Portaria nº 2.005/GC3, de 5 de novembro de 2013, e considerando o que consta no Processo nº 67270.001944/2014-07, resolve:

DESIGNAR o CEL QOINF R/1 CLÁUDIO CASTRO CERQUEIRA (Nr Ord 0357561) para a PRESTAÇÃO DE TAREFA POR TEMPO CERTO, mediante aceitação voluntária, no QUINTO COMANDO AÉREO REGIONAL, como Chefe da Sétima Seção do Estado-Maior, pelo prazo de 24 meses, a contar da data da publicação desta Portaria no Boletim do Comando da Aeronáutica.

PORTARIA COMGEP Nº 804/DPM, DE 13 DE MAIO DE 2014.

O COMANDANTE-GERAL DO PESSOAL, de acordo com o disposto na ICA 35-13, aprovada pela Portaria nº 2.005/GC3, de 5 de novembro de 2013, e considerando o que consta no Processo nº 67220.003619/2014-66, resolve:

DESIGNAR o CAP QOEA GDS R/1 JOSÉ MARIO SANTOS BANHARA (Nr Ord 1481975) para a PRESTAÇÃO DE TAREFA POR TEMPO CERTO, mediante aceitação voluntária, no SEGUNDO COMANDO AÉREO REGIONAL, como Assessor Especial do Programa Forças no Esporte, pelo prazo de 24 meses, a contar da data da publicação desta Portaria no Boletim do Comando da Aeronáutica.

PORTARIA COMGEP Nº 805/DPM, DE 13 DE MAIO DE 2014.

O COMANDANTE-GERAL DO PESSOAL, de acordo com o disposto na ICA 35-13, aprovada pela Portaria nº 2.005/GC3, de 5 de novembro de 2013, e considerando o que consta no Processo nº 67242.000351/2014-52, resolve:

DESIGNAR o CAP QOEA R/1 LUIZ FERNANDO DE ALMEIDA SALGADO (Nr Ord 0445770) para a PRESTAÇÃO DE TAREFA POR TEMPO CERTO, mediante aceitação voluntária, na BASE AÉREA DO GALEÃO, como Chefe da Seção de Material do Esquadrão de Suprimento e Manutenção, pelo prazo de 24 meses, a contar da data da publicação desta Portaria no Boletim do Comando da Aeronáutica.

PORTARIA COMGEP Nº 806/DPM, DE 13 DE MAIO DE 2014.

O COMANDANTE-GERAL DO PESSOAL, de acordo com o disposto na ICA 35-13, aprovada pela Portaria nº 2.005/GC3, de 5 de novembro de 2013, e considerando o que consta no Processo nº 67220.001987/2014-70, resolve:

DESIGNAR o SO QSS SML REFM GENIVAL BARBOSA DA COSTA (Nr Ord 1519344) para a PRESTAÇÃO DE TAREFA POR TEMPO CERTO, em caráter excepcional e mediante aceitação voluntária, no SEGUNDO COMANDO AÉREO REGIONAL, como Encarregado da Carteira de Assistência aos Militares da Reserva Remunerada e Reformados, pelo prazo de 24 meses, a contar da data da publicação desta Portaria no Boletim do Comando da Aeronáutica.

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 093, de 20 MAIO 2014)

PORTARIA COMGEP Nº 807/DPM, DE 13 DE MAIO DE 2014.

O COMANDANTE-GERAL DO PESSOAL, de acordo com o disposto na ICA 35-13, aprovada pela Portaria nº 2.005/GC3, de 5 de novembro de 2013, e considerando o que consta no Processo nº 67240.002281/2014-97, resolve:

DESIGNAR o SO QTA TAR JOSÉ JORGE GOMES DE SOUZA (Nr Ord 1290282) para a PRESTAÇÃO DE TAREFA POR TEMPO CERTO, mediante aceitação voluntária, no TERCEIRO COMANDO AÉREO REGIONAL, como Auxiliar de Distribuição da Sala de Autoridades, pelo prazo de 24 meses, a contar da data da publicação desta Portaria no Boletim do Comando da Aeronáutica.

PORTARIA COMGEP Nº 808/DPM, DE 13 DE MAIO DE 2014.

O COMANDANTE-GERAL DO PESSOAL, de acordo com o disposto na ICA 35-13, aprovada pela Portaria nº 2.005/GC3, de 5 de novembro de 2013, e considerando o que consta no Processo nº 67270.002583/2014-16, resolve:

DESIGNAR o SO QTA TAR R/1 VILSON RODRIGUES DA SILVA (Nr Ord 1397540) para a PRESTAÇÃO DE TAREFA POR TEMPO CERTO, mediante aceitação voluntária, no QUINTO COMANDO AÉREO REGIONAL, como Auxiliar do Serviço Regional de Recrutamento e Mobilização, pelo prazo de 24 meses, a contar da data da publicação desta Portaria no Boletim do Comando da Aeronáutica.

Ten Brig Ar LUIZ CARLOS TERCIOTTI
(DOU, Seção 2, Nº 92 de 16 MAIO 2014)

PORTARIA COMGEP Nº 847/DPM, DE 15 DE MAIO DE 2014.

O COMANDANTE-GERAL DO PESSOAL, usando da atribuição que lhe confere o subitem 4.1.3 da ICA 35-13, aprovada pela Portaria nº 2.005/GC3, de 5 de novembro de 2013, e considerando o que consta no Processo nº 67292.006156/2014-41, resolve:

DISPENSAR, ex officio, a contar de 4 de maio de 2014, o SO QTA TCO REFM JOSÉ ANTONIO FERREIRA CAVALCANTE (Nr Ord 1357557) da PRESTAÇÃO DE TAREFA POR TEMPO CERTO, na BASE AÉREA DE MANAUS, publicada no Diário Oficial da União nº 174, de 09 SET 2013, Seção 2, e no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 175, de 11 SET 2013.

Ten Brig Ar LUIZ CARLOS TERCIOTTI
(DOU Nº 93, Seção 2, de 19 MAIO 2014)

SEÇÃO V – DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO
(Sem alteração)

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 093, de 20 MAIO 2014)

SEÇÃO VI - DEPARTAMENTO DE ENSINO DA AERONÁUTICA

1 – CLI-BP/2014 – MATRÍCULA

Conforme ordem de matrícula expedida pela UNIFA, foram matriculados no Curso de Língua Inglesa Básico Presencial (CLI-BP/2014), do Centro de Instrução Especializada da Aeronáutica (CIEAR), no período de 28 de abril a 13 de junho de 2014, os militares abaixo relacionados.

A presente matrícula está de acordo com o inciso V do Art. 8º do Cap. IV do Regulamento do CIEAR, aprovado pela Portaria nº 868/GC3, de 21 de dezembro de 2007.

SO BMA	LUIS FERNANDO DOS SANTOS ANTUNES	1º/2º GT
SO BEI	ANTENOR DE SENA PEREIRA	1º/2º GT
SO BCT	PAULO ROBERTO DO NASCIMENTO	BAAF
SO BEI	FÁBIO DE OLIVEIRA PAES	1º/2º GT
SO BMA	MARCO AURÉLIO FARIA DO CARMO	1º/2º GT
2S BMA	FERNANDO PEREIRA GAETANI	1º/2º GT
2S BMA	RICARDO CARLOS CRUZ	1º/2º GT
2S SMU	FELIPE VITORIA DE OLIVEIRA	BASC
3S BEI	LUISA SOARES DOS SANTOS	PAMAGL
3S BET	LETICIA MOTA ESTRELA	1º/2º GT

(Item 012/CIEAR/2014)

2 - CLI-BP/2014 – DESLIGAMENTO

Foi desligado do Curso de Língua Inglesa Básico Presencial (CLI-BP/2014), do Centro de Instrução Especializada da Aeronáutica (CIEAR), em 14 de maio de 2014, o militar abaixo relacionado.

O presente desligamento está de acordo com o item 3.3.1 e com a letra “d” do item 4.2.1 das Normas Reguladoras para os Cursos e Estágios do CIEAR (ICA 37-569), aprovadas pela Portaria DEPENDS nº 118/DE-1, de 28 de março de 2014 e inciso X do Art. 8º do Cap. IV do Regulamento do CIEAR, aprovado pela Portaria nº 868/GC3, de 21 de dezembro de 2007.

SO BCT PAULO ROBERTO DO NASCIMENTO BAAF

(Item 013/CIEAR/2014)

3 – CPI/2014 – MATRÍCULA

Conforme ordem de matrícula expedida pela UNIFA, foram matriculados no Curso de Preparação de Instrutores (CPI/2014), do Centro de Instrução Especializada da Aeronáutica (CIEAR), no período de 7 de abril a 2 de maio de 2014 (fase a distância) e de 5 a 30 de maio de 2014 (fase presencial), os militares abaixo relacionados.

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 093, de 20 MAIO 2014)

A presente matrícula está de acordo com o inciso V do Art. 8º do Cap. IV do Regulamento do CIEAR, aprovado pela Portaria nº 868/GC3, de 21 de dezembro de 2007.

CAP ART (EB)	ANDRÉ HUMBERTO DORNELES ALVES	EsPCEX
CAP QOAV	EDUARDO ALEXANDRE COSTA	1º/11º GAV
1º TEN QOAV	LUIZ DIRCINEU LACERDA JÚNIOR	1º/5º GAV
1º TEN QOCON MSS	SAMARA SANTOS SANTANA	CIEAR
1º TEN AV	MIGUEL ANGEL MONTENEGRO AYALA	PANAMÁ
1º TEN QOEA FOT	LUIZ CLAUDIO TEIXEIRA DE MORAES	COMAR 2
TEN AV	JOSÉ LUIS GADEA SOSA	PARAGUAI
1º TEN QOINF	RAPHAEL DE ALMEIDA LEITÃO	EEAR
1º TEN QCOA PED	DULCINÉIA MUNHÓZ DA COSTA	EEAR
1º TEN QOEA SVA	VANIA CRISTINA DE ARAUJO	CTLA
2º TEN QOCON MIM	DANIELLA ALVES LEMES BRIZON	EEAR
2º TEN QCOA PSO	SIMONE KELLI CASSIANO	CENIPA
2º TEN QCOA PSE	MIRLENE CARVALHO DE NOVAIS	CIEAR
2º TEN QCOA ANS	CLEBER PINELLI TEIXEIRA	EAOAR
2º TEN QOCON PED	JULIANA SOARES BRANDÃO	CINDACTA 3
2º TEN QOCON PED	JAQUELINE MARIA PEREIRA FULGENCIO	UNIFA
2º TEN QOCON NUT	RAQUEL DA SILVA MAGALHÃES DAS VIRGENS	CDA
2º TEN QOCON PED	ADRIANA DUARTE DOS SANTOS	IMAE
2º TEN QOCON PED	KARLA CRISTIANI LAVRADOR VIEGAS	ECEMAR
2º TEN QOCON PED	MONICA CRISTINA DA SILVA PEREZ	CIEAR
2º TEN QOCON EFI	NATALIA CRISTINA FERREIRA DA SILVA	CDA
2º TEN QOCON MDS	ALINI SCHULTZ MOREIRA	CDA
2º TEN QOCON EFI	EBENER DOS SANTOS PINTO	CDA
2º TEN QOCON EFI	VIVIANE CONCEIÇÃO TAUIL VALENTE GONÇALVES	CDA
2º TEN QOCON EFI	LEANDRO GARROT RODRIGUES	CDA
2º TEN QOCON HIS	FABIANA COSTA DIAS	MUSAL
2º TEN QOCON EFI	SHIRLEYDE MARIANA MATOS SANTOS ASSINGER	CDA
2º TEN QOCON EFI	JULIO CESAR SILVA MACIEL	CDA
2º TEN QOCON PED	CRISTIANE PEDERSANE LOBO	UNIFA
2º TEN QOCON HIS	ANDRÉA SILVA DA COSTA	UNIFA
2º TEN QOCON EFI	RENATA MATTOSO GAVINHO	CDA
2º TEN QOCON PED	DIONE LIS SILVA BRITO RODRIGUES	CIEAR
2º TEN QOCON EFI	PATRICIA ROSAS PETROCINIO	CDA
2º TEN QOCON PED	IANI MOREIRA TEIXEIRA	ECEMAR
2º TEN QOCON PED	ANA VANDORE MATA DA SILVA	COMAR 6
2º TEN QOCON PED	ANA PAULA BRAGAGNOLO BENINI SOUSA	COMAR 7

(Item 014/CIEAR/2014)

4 - CURSO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA MILITAR - CPJM - ORDEM DE MATRÍCULA - CANCELAMENTO

Seja cancelada a Ordem de Matrícula, da militar abaixo relacionada, no Curso de Polícia Judiciária Militar (CPJM), publicada na Seção VI – DEPENDS, item 1, do BCA nº 080, de 30 ABR 2014, conforme Msg Fax nº 1/SSIJ/11935/CINDACTA IV, de 08 de maio de 2014.

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 093, de 20 MAIO 2014)

POSTO/GRAD/ESP	NOME	UNIDADE
2º TEN QCOA SJU	ADRIANA NATÁLIA SANTOS DARCÁDIA	CINDACTA IV

(Item 060/CAAD/UNIFA/2014)

5 - CURSO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA MILITAR - CPJM - ORDEM DE MATRÍCULA - CANCELAMENTO

Sejam canceladas as Ordens de Matrícula, dos militares abaixo relacionados, no Curso de Polícia Judiciária Militar (CPJM), publicada na Seção VI – DEPENDS, item 1, do BCA nº 080, de 30 ABR 2014, conforme Mensagem Direta nº 35/SecDE/630/CIEAR, de 13 de maio de 2014.

POSTO/GRAD/ESP	NOME	UNIDADE
CAP INF	GIOVANNI DE OLIVEIRA CORRÊA	BINFAE-BE
1º TEN QCOA SJU	CAROLINA BRANDÃO MAGALHÃES	CIAAR
2º TEN QCOA SJU	PAOLA DE OLIVEIRA DA COSTA FERNANDES	CLA
3S SAD	FRANCISCO ELION COCENTINO BARRETO	CLBI

(Item 062/CAAD/UNIFA/2014)

SEÇÃO VII - DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA AEROESPACIAL

1 - APOSTILA

De acordo com o previsto no item 5.13 da ICA 10-1 “Correspondência e Atos Oficiais do Comando da Aeronáutica”, e, ainda, considerando o que consta do Processo nº 67790.001026/2014-09, apostilo no inciso III do art. 2º da Portaria DCTA nº 142-T/DCA, de 7 de maio de 2014, publicada no BCA nº 88, de 13 de maio de 2014, o que se segue:

- **Onde se lê:** "III - Engenheiro de Instrumentação de Ensaios - 10 vagas.";
- **Leia-se:** "III - Técnico de Instrumentação de Ensaios - 10 vagas."

São José dos Campos, 14 de maio de 2014.

Ten Brig Ar ALVANI ADÃO DA SILVA
Diretor-Geral do DCTA

2 - DECISÕES - RATIFICA

PORTARIA DCTA Nº 157/DRH, DE 14 DE MAIO DE 2014.

Ratifica decisões da Comissão Interna para
Implementação do Plano de Carreiras e
concede Retribuição de Titulação -Mestrado.

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 093, de 20 MAIO 2014)

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA AEROESPACIAL, usando das atribuições que lhe confere o inciso IV do art. 10 do Regulamento do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial, aprovado pela Portaria nº 26/GC3, de 15 de janeiro de 2010, e conforme o previsto no art. 55 da Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, com redação dada pela Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012 e na Resolução nº 1, de 6 de julho de 1994, do Conselho do Plano de Carreiras de Ciência e Tecnologia, publicada no Diário Oficial da União nº 157, Seção 1, de 17 de agosto de 1994, resolve:

Art. 1º Ratificar as decisões tomadas pela Comissão Interna para Implementação do Plano de Carreiras para a Área de Ciência e Tecnologia (CIPC), previstas no art. 16, § 2º, da Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993, conforme constam da Ata da Reunião nº 3, de 26 de março de 2014.

Art. 2º Em consequência, concede ao servidor ativo EURICO VASCONCELLOS GARCIA DA SILVEIRA (IAE/SIAPE 0193429), Pesquisador, Classe Titular, Padrão III, a Retribuição de Titulação, Mestrado, no valor correspondente e previsto no Anexo XIX, letra "b", Tabela II, da Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, por possuir o título de Mestre em Ciências, conforme declaração expedida pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica, em 11 de fevereiro de 2014, a contar de 31 de janeiro de 2014 (Processo nº 67760.000779/2014-46).

Art. 3º Os efeitos financeiros da aplicação desta Portaria têm vigência a contar de 31 de janeiro de 2014.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig Ar ALVANI ADÃO DA SILVA
Diretor-Geral do DCTA

3 - DESIGNAÇÃO

PORTARIA DCTA Nº 153-T/DPAA, DE 12 DE MAIO DE 2014.

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA AEROESPACIAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV do art. 10 do Regulamento do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial, aprovado pela Portaria nº 26/GC3, de 15 de janeiro de 2010, e, ainda, considerando o previsto no item 2.2.1 da NSCA 3-3 "Gestão da Segurança de Voo na Aviação Brasileira", aprovada pela Portaria nº 2.231/GC3, de 23 de dezembro de 2013, resolve:

Art. 1º Designar os militares abaixo relacionados, para constituírem a Comissão de Segurança de Voo (CSV) do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA), criada pela Portaria DCTA nº 457/DPAA, de 5 de setembro de 2013, alterada pela Portaria DCTA nº 47/DPAA, de 13 de fevereiro de 2014:

- I - Ten Brig Ar ALVANI ADÃO DA SILVA (DCTA/0948608) - Presidente;
 - II - Maj Brig Ar WANDER ALMODOVAR GOLFETTO (DCTA/1596942) - Suplente do Presidente;
 - III - Cel Eng CÉSAR DEMÉTRIO SANTOS (CLA/2146762) - Membro Titular;
-

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 093, de 20 MAIO 2014)

IV - Cel Av R/1 LUIZ FERNANDO DE AZEVEDO (DCTA/0449792) - Membro
Titular;
V - Ten Cel Av HAYATO TODA (IPEV/1707710) - Membro Titular;
VI - Maj Av ADONIS LUKIANSKI (CLA/2490897) - Membro Suplente;
VII - Cap Av RODOLFO DOS SANTOS SAMPAIO (IPEV/3147193) - Membro
Suplente;
VIII - Cap Esp CTA Refm JOSÉ AUGUSTO DE ALMEIDA (DCTA/0915904) -
Secretário.

Art. 2º Revoga-se a Portaria nº 481/DPAA, de 12 de setembro de 2013, publicada no
BCA nº 183, de 23 de setembro de 2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig Ar ALVANI ADÃO DA SILVA
Diretor-Geral do DCTA

4 - DISPENSA E DESIGNAÇÃO

PORTARIA DCTA Nº 152-T/DRH-SDPC, DE 12 DE MAIO DE 2014.

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA AEROESPACIAL, usando das atribuições que lhe confere o inciso XII do art. 10 do Regulamento do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial, aprovado pela Portaria nº 26/GC3, de 15 de janeiro de 2010; de acordo com o disposto no §2º do art. 16 da Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993; e, ainda, considerando o que consta do item 2.3.6 da DTA nº 03, aprovada pela Portaria CTA nº 47, de 15 de maio de 2007, resolve:

Art. 1º Dispensar a Assistente em C&T LÉA DE OLIVEIRA BORGES CRUZ (ITA/0209824) da função de membro da Comissão Interna para a Implementação do Plano de Carreiras de Ciência e Tecnologia (CIPC), no âmbito do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA), designada pela Portaria DCTA nº 499-T/DRH-SDPC, de 27 de setembro de 2013.

Art. 2º Designar o Técnico MARCOS ANTONIO DOS SANTOS (ITA/0212786) como membro da Comissão Interna para a Implementação do Plano de Carreiras de Ciência e Tecnologia (CIPC), no âmbito do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig Ar ALVANI ADÃO DA SILVA
Diretor-Geral do DCTA

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 093, de 20 MAIO 2014)

5 - ICA 3-4 - RATIFICA

PORTARIA DCTA Nº 150/DPAA, DE 12 DE MAIO DE 2014.

Ratifica a ICA 3-4 que dispõe sobre o Programa de Prevenção de Acidentes Aeronáuticos do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA AEROESPACIAL, no uso das atribuições conferidas pelo inciso IV do art. 10 do Regulamento do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial, aprovado pela Portaria nº 26/GC3, de 15 de janeiro de 2010 e de acordo com o previsto nos itens 1.4.2, 3.1.2.1 e 3.1.3 da NSCA 3-3 “Gestão da Segurança de Voo na Aviação Brasileira”, aprovada pela Portaria nº 2.231/GC3, de 23 de dezembro de 2013, resolve:

Art. 1º Ratificar a ICA 3-4 “Programa de Prevenção de Acidentes Aeronáuticos do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial”, aprovada pela Portaria DCTA nº 45/DPAA, de 12 de fevereiro de 2014, publicada no BCA nº 035, de 19 de fevereiro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig Ar ALVANI ADÃO DA SILVA
Diretor-Geral do DCTA

6 - VAGAS - FIXA O NÚMERO

PORTARIA DCTA Nº 151-T/DCA, DE 12 DE MAIO DE 2014.

Fixa o número de vagas para matrícula de civis no Curso de Mestrado Profissionalizante Stricto Sensu do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Aeronáutica e Mecânica do ITA, para o ano de 2015.

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA AEROESPACIAL, no uso de suas atribuições previstas no inciso IV do art. 10 do Regulamento do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial, aprovado pela Portaria nº 26/GC3, de 15 de janeiro de 2010; tendo em vista o disposto no art. 3º da Portaria nº 267/GC3, de 28 de abril de 2010, e, ainda, considerando o que consta do Processo nº 67750.001178/2014-70, resolve:

Art. 1º Fixar em 150 o número total de vagas para matrícula de civis no Curso de Mestrado Profissionalizante Stricto Sensu do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Aeronáutica e Mecânica do Instituto Tecnológico de Aeronáutica, para o ano de 2015.

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 093, de 20 MAIO 2014)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig Ar ALVANI ADÃO DA SILVA
Diretor-Geral do DCTA

SEÇÃO VIII - SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS DA AERONÁUTICA
(Sem alteração)

QUINTA PARTE

ATOS DOS TITULARES DE DIRETORIAS

SEÇÃO I - DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL

MILITAR

1 – ACESSO À GRADUAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA DIRAP Nº 2.727/3HI1, DE 16 DE MAIO DE 2014.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso da competência estabelecida no art. 23, inciso I, do Regulamento de Promoções de Graduados da Aeronáutica, aprovado pelo Decreto nº 881, de 23 JUL 1993, em observância ao disposto na Lei nº 12.158, de 28 DEZ 2009, publicada no Diário Oficial da União nº 248, de 29 DEZ 2009, regulamentada pelo Decreto nº 7.188, de 27 MAIO 2010, e considerando o processo nº 67310.001166/2014-24, resolve:

Assegurar ao 1S QTA TBA R/1 JOSIAS AMARAL DE CASTRO (Nr Ord 2026511), o acesso à graduação de Suboficial, nos termos do art. 1º, parágrafo único, combinado com o art. 5º, inciso V, do Decreto nº 7.188, de 27 MAIO 2010, produzindo efeitos financeiros a contar de 17 ABR 2014.

Major-Brigadeiro do Ar WALDEÍSIO FERREIRA CAMPOS
Diretor de Administração do Pessoal

2 - ADIÇÃO

PORTARIA DIRAP Nº 2.726/2SM, DE 15 DE MAIO DE 2014.

O CHEFE DA DIVISÃO DO SERVIÇO MILITAR, no uso da delegação de competência estabelecida no art. 7º, inciso I, da Portaria DIRAP nº 3.533/GAB, de 01 AGO 2006, em conformidade com o art. 120, inciso II, do Regimento Interno da DIRAP, aprovado pela Portaria COMGEP nº 94/SEM, de 19 OUT 2005, resolve:

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 093, de 20 MAIO 2014)

Adir, com a finalidade de mobilização, justiça e disciplina, aos Comandos Aéreos Regionais abaixo discriminados e vincular, às Organizações Militares adiante de seus nomes mencionadas, com vistas à percepção de proventos, de acordo com o item 3.2.7, da ICA 33-19, aprovada pela Portaria DIRAP nº 2.707/DSM, de 30 MAIO 2008, os seguintes militares:

ADIÇÃO	VINCULAÇÃO
SEGUNDO COMANDO AÉREO REGIONAL	
SO BEV R/1 MARCELO ANDRÉ DE OLIVEIRA DINIZ (Nr Ord 1541315)	II COMAR
SO BEI R/1 RAIMUNDO NONATO DE ABREU MARQUES (Nr Ord 2017202)	BAFZ
SO BEI R/1 REGINALDO FERREIRA DE MELO (Nr Ord 1542036)	BANT
SO SAI R/1 VALDECIR DA SILVA XAVIER (Nr Ord 1501585)	BANT
SO BCT R/1 WELLINGTON LUIZ CAVALCANTI DE SOUZA (Nr Ord 1549723)	II COMAR
TERCEIRO COMANDO AÉREO REGIONAL	
Ten Cel QFO ANS R/1 MÔNICA ZAMAGNA LEITE (Nr Ord 1372564)	PIPAR
QUINTO COMANDO AÉREO REGIONAL	
SO SAD R/1 ROBERTO DO ESPIRÍTO SANTO TRINDADE (Nr Ord 1795090)	BAFL
SEXTO COMANDO AÉREO REGIONAL	
SO BCO R/1 FRANCISCO EDILSON FREITAS DE ABREU (Nr Ord 1675168)	VI COMAR
SO BMA R/1 JOSUÉ VENCESLAU DA SILVA JÚNIOR (Nr Ord 1757091)	VI COMAR

PAULO SERVO COSTA FILHO Cel Av
Chefe da DSM

3 – ADIÇÃO – TRANSFERE

PORTARIA DIRAP Nº 2.720/DSM, DE 15 DE MAIO DE 2014.

O CHEFE DA DIVISÃO DO SERVIÇO MILITAR, no uso da delegação de competência estabelecida no art. 7º, inciso I, da Portaria DIRAP nº 3.533/GAB, de 01 AGO 2006, em conformidade com o art. 120, inciso III, do Regimento Interno da DIRAP, aprovado pela Portaria COMGEP nº 94/SEM, de 19 OUT 2005, resolve:

Transferir a adição, com a finalidade de mobilização, justiça e disciplina, do 3S SAD R/1 PAULO ROBERTO CANDIDO (Nr Ord 1136194), do Segundo Comando Aéreo Regional para o Quarto Comando Aéreo Regional e a vinculação do Segundo Comando Aéreo Regional para a Base Aérea de Anápolis, com vistas à percepção de proventos, de acordo com o item 3.3.3, da ICA 33-19, aprovada pela Portaria DIRAP nº 2.707/DSM, de 30 MAIO 2008 (RD 66/DAIP-20/020414-COMAR2).

PORTARIA DIRAP Nº 2721/DSM, DE 15 DE MAIO DE 2014.

O CHEFE DA DIVISÃO DO SERVIÇO MILITAR, no uso da delegação de competência estabelecida no art. 7º, inciso I, da Portaria DIRAP nº 3.533/GAB, de 01 AGO 2006, em conformidade com o art. 120, inciso III, do Regimento Interno da DIRAP, aprovado pela Portaria COMGEP nº 94/SEM, de 19 OUT 2005, resolve:

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 093, de 20 MAIO 2014)

Transferir a adição, com a finalidade de mobilização, justiça e disciplina, do 1S BMT R/1 DALTON MESCHKE CARREIRO (Nr Ord 0134180), do Terceiro Comando Aéreo Regional para o Quinto Comando Aéreo Regional e a vinculação da Pagadoria de Inativos e Pensionistas da Aeronáutica para o Segundo Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo, com vistas à percepção de proventos, de acordo com o item 3.3.3, da ICA 33-19, aprovada pela Portaria DIRAP nº 2.707/DSM, de 30 MAIO 2008 (RD 254/ARPI/060514 - CINDACTA2).

PORTARIA DIRAP Nº 2.724/DSM, DE 15 DE MAIO DE 2014.

O CHEFE DA DIVISÃO DO SERVIÇO MILITAR, no uso da delegação de competência estabelecida no art. 7º, inciso I, da Portaria DIRAP nº 3.533/GAB, de 01 AGO 2006, em conformidade com o art. 120, inciso III, do Regimento Interno da DIRAP, aprovado pela Portaria COMGEP nº 94/SEM, de 19 OUT 2005, resolve:

Transferir a adição, com a finalidade de mobilização, justiça e disciplina, do SO BET R/1 FELIZARDO CLEMENTINO VIEIRA (Nr Ord 0456926), do Quinto Comando Aéreo Regional para o Segundo Comando Aéreo Regional e a vinculação do Segundo Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo para o Segundo Comando Aéreo Regional, com vistas à percepção de proventos, de acordo com o item 3.3.3, da ICA 33-19, aprovada pela Portaria DIRAP nº 2.707/DSM, de 30 MAIO 2008 (RD 78/DAIP-20/160414-COMAR2).

PAULO SERVO COSTA FILHO Cel Av
Chefe da DSM

4 – DESPACHO DECISÓRIO

(Proc nº 67242.005791/2014-04 - Ref ao Req Ext do militar Nr Ord 3647862, datado de 25 de abril de 2014, da BAGL)

DESPACHO DECISÓRIO Nº 1.078/1PG/10713, DE 16 DE MAIO DE 2014.

DEFERIDO, seja expedida a reprodução fiel das Fichas de Avaliação de Graduados do militar Nr Ord 3647862, referentes ao período de 2003 a 2013, na forma do previsto no art. 7º, § 3º combinado com art. 13 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 e no art. 15, § 3º do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012.

(Proc nº 67222.008391/2014-81 - Ref Req de Certidão de Tempo de Serviço Militar da Primeiro-Tenente da Reserva não Remunerada RUBIA BARROS VILAÇA, de 1º ABR 2014, com a finalidade de comprovação junto à Prefeitura Municipal de Patos)

DESPACHO DECISÓRIO Nº 1.043/3HI1/10319, DE 14 DE MAIO DE 2014.

1. DEFERIDO, certifique-se o que constar nesta Diretoria, nos termos do art. 5º, inciso XXXIV, alínea “b”, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 093, de 20 MAIO 2014)

(Proc nº 67410.001922/2014-97 - Ref Req de Certidão de Tempo de Serviço Militar da Primeiro-Tenente da Reserva não Remunerada CRISTIANE DOS SANTOS BASTOS, de 17 FEV 2014, com a finalidade de averbação junto à Secretaria de Saúde de Duque de Caxias)

DESPACHO DECISÓRIO Nº 1.048/3HI1/10415, DE 14 DE MAIO DE 2014.

1. DEFERIDO, certifique-se o que constar nesta Diretoria, nos termos do art. 5º, inciso XXXIV, alínea “b”, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

(Proc nº 67410.006778/2014-85 - Ref Req de Certidão de Tempo de Serviço Militar do Senhor PAULO ROBERTO LOPES DA COSTA, de 15 JAN 2014, com a finalidade de averbação junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS)

DESPACHO DECISÓRIO Nº 1.049/3HI1/10416, DE 14 DE MAIO DE 2014.

1. DEFERIDO, certifique-se o que constar nesta Diretoria, nos termos do art. 5º, inciso XXXIV, alínea “b”, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

(Proc nº 67410.006779/2014-20 - Ref Req de Certidão de Tempo de Serviço Militar do reservista WILKER MACIEL SAMPAIO, de 20 ABR 2014, com a finalidade de averbação junto à Secretaria da Educação - Diretoria de Ensino Região de Piracicaba)

DESPACHO DECISÓRIO Nº 1.050/3HI1/10417, DE 14 DE MAIO DE 2014.

1. DEFERIDO, certifique-se o que constar nesta Diretoria, nos termos do art. 5º, inciso XXXIV, alínea “b”, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

(Proc nº 67540.008206/2014-55 - Ref Req de Certidão de Tempo de Serviço Militar da Reservista PATRICIA DA SILVA SANTOS BUENO, de 1º ABR 2014, com a finalidade de averbação junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS)

DESPACHO DECISÓRIO Nº 1.052/3HI1/10420, DE 14 DE MAIO DE 2014.

1. DEFERIDO, certifique-se o que constar nesta Diretoria, nos termos do art. 5º, inciso XXXIV, alínea “b”, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

(Proc nº 67617.000331/2014-86 - Ref aos Requerimentos de movimentação por interesse particular da 3S BCT ANA PAULA DIONISIO PIRES, Nr Ord 4325176, do efetivo do DTCEA-SP, datado de 03 JAN 2014, e outros)

DESPACHO DECISÓRIO Nº 1.058/1CM2.1/10443, DE 14 DE MAIO DE 2014.

1. INDEFERIDO, conforme o item 2.3.6.1 da ICA 30-4, de 02 ABR 2012, por não ser do interesse da Administração, em virtude de terem obtido parecer desfavorável do ODGSA ao qual sua OM está subordinada.

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 093, de 20 MAIO 2014)

3S BCT ANA PAULA DIONISIO PIRES (Nr Ord 4325176), do DTCEA-SP, (Proc. Nº 67617.000331/2014-86);

3S BMT ANA PAULA GUERRA GOMES SILVA (Nr Ord 6157700), do DTCEA-MN, (Proc. Nº 67615.002825/2014-15);

3S SGS EGBERTO LIMA DE CASTRO JUNIOR (Nr Ord 4026322), do BINFAE RF, (Proc. Nº 67220.001062/2014-29);

3S SMU 01 HÉLIO XAVIER GUIMARÃES VALENTIM (Nr Ord 6154700), da BASM, (Proc. Nº 67273.001360/2014-01);

3S SAI IVANILDO COELHO DE LIMA (Nr Ord 3462528), do DTCEA-BE, (Proc. Nº 67615.037400/2013-46);

3S SIN JÉSSICA ESTRELA GURGEL SANTIAGO (Nr Ord 6326269), do CCA BR, (Proc. Nº 67132.000154/2014-81);

3S SAD DAIANE COLLI MENEZES (Nr Ord 6254152), da BASP, (Proc. Nº 67263.001814/2014-55);

3S BET EZEQUIEL PRIMO PACHECO DA SILVA (Nr Ord 6069428), da BACG, (Proc. Nº 67261.002237/2014-39);

3S BET SAULO ANTUNES DE VASCONCELOS (Nr Ord 6017975), do 2/6 GAV, (Proc. Nº 67281.001001/2014-47);

3S SAD VANDER LUIZ MATOS DE ARAUJO (Nr Ord 4385632), do CCA BR, (Proc. Nº 67132.000258/2014-95).

Maj Brig Ar WALDEÍSIO FERREIRA CAMPOS
Diretor de Administração do Pessoal

5 – DESIGNAÇÃO

PORTARIA DIRAP Nº 2.638/5PG, DE 13 DE MAIO DE 2014.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, tendo em vista o disposto no art. 9º, inciso IV do Regulamento da DIRAP, aprovado pela Portaria nº 1.123/GC3, de 19.11.2012, resolve:

Designar, como Membros Efetivos da Comissão de Promoções de Graduados, os oficiais abaixo relacionados, a contar de 05.05.2014:

Ten Cel Int FERNANDO DE SOUZA CHAVES (Nr Ord 2506491), e
Maj Med ADRIANA MARTINS DE FREITAS (Nr Ord 3264300).

Maj Brig Ar WALDEÍSIO FERREIRA CAMPOS
Diretor de Administração do Pessoal

6 – DISPENSA

PORTARIA DIRAP Nº 2.633/5PG, DE 13 DE MAIO DE 2014.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso de suas atribuições, resolve:

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 093, de 20 MAIO 2014)

Dispensar, de Membros Efetivos da Comissão de Promoções de Graduados, os oficiais abaixo relacionados, a contar de 05.05.2014:

Ten Cel Esp Com ELIAS PEREIRA DOS SANTOS (Nr Ord 1828223), e
Maj Med TEREZA FERNANDA DE FARIA LOPES (Nr Ord 3018598).

Maj Brig Ar WALDEÍSIO FERREIRA CAMPOS
Diretor de Administração do Pessoal

7 – PORTARIA - ANULA

PORTARIA DIRAP Nº 2.691/1CM2.1, DE 14 DE MAIO DE 2014.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, de acordo com o art. 178, inciso III, letra “b” do RISAER e em cumprimento à decisão judicial proferida nos autos do Processo nº 5019773-26.2012.404.7000, da 4ª Vara Federal de Curitiba-PR, resolve:

Anular a Portaria DIRAP nº 2.913/1PM2.1, de 24 MAIO 2013, publicada no BCA nº 102, de 29 MAIO 2013.

Em consequência, revigorar os efeitos da Portaria DIRAP nº 5.184/1PM1, de 30 SET 2009, publicada no Aditamento ao BCA nº 183, de 30 SET 2009, que transferiu o SO SAI MARCUS VINICIUS LIBERATO MENDES MONTEIRO (Nr Ord 2509008), do efetivo do Destacamento de Controle do Espaço Aéreo de Curitiba - DTCEA-CT (São José dos Pinhais-PR) para o Destacamento de Controle do Espaço Aéreo de Eduardo Gomes - DTCEA-EG (Manaus-AM).

Maj Brig Ar WALDEÍSIO FERREIRA CAMPOS
Diretor de Administração do Pessoal

8 – REFORMA

PORTARIA DIRAP Nº 2.692/1HI2, DE 15 DE MAIO DE 2014.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso da subdelegação de competência estabelecida no art. 5º, inciso II, da Portaria COMGEP nº 164/5EM, de 9 de setembro de 2010, e considerando o Processo nº 67614.010401/2014-34, resolve:

Reformar o SO QSS BET CLAUDIO FRANCISCO DA SILVA (Nr Ord 2480557), do efetivo do Terceiro Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo, de acordo com os art. 104, inciso II, 106, inciso II, 108, inciso VI e 111, inciso II, da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, com a remuneração a que faz jus, prevista na Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, regulamentada pelo Decreto nº 4.307, de 18 de julho de 2002, por ter sido julgado incapaz definitivamente para o serviço militar e

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 093, de 20 MAIO 2014)

considerado impossibilitado total e permanentemente para qualquer trabalho, conforme parecer da Junta Superior de Saúde do Comando da Aeronáutica, Sessão nº 12, de 6 de março de 2014.

Maj Brig Ar WALDEÍSIO FERREIRA CAMPOS
Diretor de Administração do Pessoal

9 – TRANSFERÊNCIA PARA A RESERVA REMUNERADA

PORTARIA DIRAP Nº 2.654/1HI2, DE 14 DE MAIO DE 2014.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso da subdelegação de competência estabelecida no art. 5º, inciso III, da Portaria COMGEP nº 164/5EM, de 9 de setembro de 2010, e considerando o Processo nº 67617.004133/2014-91, resolve:

Conceder transferência para a reserva remunerada ao Ten Cel Esp CTA MARCIO SINICIO (Nr Ord 1402218), do efetivo do Serviço Regional de Proteção ao Voo de São Paulo, de acordo com o art. 96, inciso I, e art. 97, ambos da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, com a remuneração a que faz jus, observando o art. 50, inciso II, da mencionada Lei, alterado pelo art. 28 da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, regulamentada pelo Decreto nº 4.307, de 18 de julho de 2002.

Maj Brig Ar WALDEÍSIO FERREIRA CAMPOS
(DOU2 Nº 92, de 16 MAIO 2014)

10 – VINCULAÇÃO - TRANSFERE

PORTARIA DIRAP Nº 2.723/DSM, DE 15 DE MAIO DE 2014.

O CHEFE DA DIVISÃO DO SERVIÇO MILITAR, no uso da delegação de competência estabelecida no art. 7º, inciso I, da Portaria DIRAP nº 3.533/GAB, de 01 AGO 2006, em conformidade com o art. 120, inciso III, do Regimento Interno da DIRAP, aprovado pela Portaria COMGEP nº 94/5EM, de 19 OUT 2005, resolve:

Transferir a vinculação, com vistas à percepção de proventos do 1º Ten Esp Av R/1 ANTONIO CARLOS NEVES COSTA (Nr Ord 1354817), da Base Aérea de Campo Grande para a Academia da Força Aérea, em virtude de mudança de domicílio, sem alterar sua adição ao Quarto Comando Aéreo Regional, de acordo com o item 3.3.3, da ICA 33-19, aprovada pela Portaria DIRAP nº 2.707/DSM, de 30 MAIO 2008 (RD 39/SAIP-41/050514 - AFA).

PAULO SERVO COSTA FILHO Coronel Aviador
Chefe da DSM

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 093, de 20 MAIO 2014)

CIVIL

1 - APOSENTADORIA

PORTARIA DIRAP Nº 2.663/3PC1, DE 13 DE MAIO DE 2014.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria nº 377/GC3, de 7 de julho de 2011, art. 1º, inciso VI, publicada no DOU nº 130, Seção 1, de 8 de julho de 2011, e considerando o Processo nº 67760.001091/2014-83, do IAE, resolve:

Conceder aposentadoria a PAULO SÉRGIO EWALD (Nr Ord 4722329), SIAPE nº 0194671, no cargo de Pesquisador, código 405001, classe "Titular", padrão III, NS, de acordo com o art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, com Retribuição por Titulação - RT (Especialização/Aperfeiçoamento). Código de vaga nº 84190.

PORTARIA DIRAP Nº 2.664/3PC1, DE 13 DE MAIO DE 2014.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria nº 377/GC3, de 7 de julho de 2011, art. 1º, inciso VI, publicada no DOU nº 130, Seção 1, de 8 de julho de 2011, e considerando o Processo nº 67760.001140/2014-88, do IAE, resolve:

Conceder aposentadoria a SUELI APARECIDA DOS SANTOS (Nr Ord 4743059), SIAPE nº 0189995, no cargo de Assistente em Ciência e Tecnologia, código 407002, classe "Assistente 2", padrão IV, NI, de acordo com o art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, com Gratificação de Qualificação - GQ (Nível I). Código de vaga nº 82046.

Maj Brig Ar WALDEÍSIO FERREIRA CAMPOS
(DOU nº 92, Seção 2, de 16 MAIO 2014)

2 – CARGO – DECLARA VAGO

PORTARIA DIRAP Nº 2.677/1PC, DE 14 DE MAIO DE 2014.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria nº 377/GC3, de 7 de julho de 2011, publicada no DOU nº 130, Seção 1, de 8 de julho de 2011, e considerando o Processo nº 67248.000808/2014-79, da PAGL, resolve:

Declarar vago, em virtude do falecimento do servidor, nos termos do art. 33, inciso IX, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, a contar de 21 de março de 2014, o cargo de Agente de Portaria, código 481026, classe "S", padrão III, NI, ocupado por JORGE CAETANO

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 093, de 20 MAIO 2014)

DOS SANTOS (Nr Ord 4585879), SIAPE nº 0208265, código de vaga nº 0088413, conforme Certidão de Óbito, matrícula 088625.01.55.2014.4.00350.115.0135845 - 07, expedida pelo 14º Registro Civil de Pessoas Naturais da Comarca da Capital - RJ.

Maj Brig Ar WALDEÍSIO FERREIRA CAMPOS
(DOU nº 92, de 16 MAIO 2014)

3 – NOMEAÇÃO

PORTARIA DIRAP Nº 2.631/1PC, DE 13 DE MAIO DE 2014.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1º, inciso IX da Portaria nº 377/GC3, de 7 de julho de 2011, publicada no DOU nº 130, Seção 1, de 8 de julho de 2011, e considerando o Processo nº 67200.000847/2014-12, do COMGAR, resolve:

Nomear DANIELLE LUCY BARBOSA SERRA, CPF nº 801.067.731-00, para exercer o Cargo em Comissão de Assistente Técnico, código DAS 102.1, do Comando-Geral de Operações Aéreas.

Maj Brig Ar WALDEÍSIO FERREIRA CAMPOS
(DOU Nº 91 DE 15 MAIO 2014)

4 – PORTARIA - ALTERA

PORTARIA DIRAP Nº 2.675/4PC1, DE 14 DE MAIO DE 2014

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria nº 377/GC3, de 7 de julho de 2011, art. 1º, inciso VI, publicada no DOU nº 130, Seção 1, de 8 de julho de 2011, e em cumprimento a Decisão Judicial, transitada em julgado, proferida nos autos do Processo nº 2003.71.00.036714-4, que tramitou perante a 20ª Vara Federal Previdenciária de Porto Alegre, e considerando o Processo nº 67270.010643/2012-02, anexo ao Processo nº 24-18/0368/1997, do HACO, resolve:

Alterar a Portaria DIRAP nº 2103/DPC, de 8 de julho de 1997, publicada no Diário Oficial da União de 10 de julho de 1997, Seção 2, referente à aposentadoria da servidora MARIA GILDA OLIVEIRA DA SILVA (Nr Ord 4529324), SIAPE nº 0206841, no cargo de Auxiliar de Enfermagem, código 481110, classe “C”, padrão V, NI, para substituir a alínea “c”, do art. 40, inciso III, da Constituição Federal de 1988 e do art. 186, inciso III, da Lei nº 8.112/90, pela alínea “a”, dos mesmos artigos e incluir a vantagem do art. 192, inciso I, da referida Lei nº 8.112/90, passando de provento proporcional para integral, a contar de 10 de julho de 1997, data da publicação da aposentadoria, permanecendo inalterados os demais termos da citada Portaria.

Maj Brig Ar WALDEÍSIO FERREIRA CAMPOS
(DOU nº 92, DE 16 MAIO 2014)

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 093, de 20 MAIO 2014)

5 – PROMOÇÃO POR INTERSTÍCIO – CONCEDE

PORTARIA DIRAP Nº 2.695/1PC2, DE 15 DE MAIO DE 2014

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria nº 377/GC3, de 7 de julho de 2011, publicada no DOU nº 130, Seção 1, de 8 de julho de 2011, considerando o previsto na Portaria nº 510/GC3, (ICA 40-5/2010) de 29 de julho de 2010, publicada no BCA nº 146, de 9 de agosto de 2010, e tendo em vista o que consta do Processo 67500.002227/2014-33, do DEPENDS, resolve:

Conceder, a contar de 1º de janeiro de 2014, Promoção, por interstício, de acordo com o previsto no art. 34, da Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, alterada pela Lei nº 12.863, de 24 de setembro de 2013, da Classe “D III”, Nível 4, para a Classe “D IV”, Nível 1, ao professor CASSIO GUILHERME FRANCO DE ANDRADE (Nr Ord 4566572), SIAPE 2047620, da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, lotado na Escola Tenente Rêgo Barros.

Maj Brig Ar WALDEÍSIO FERREIRA CAMPOS
Diretor de Administração do Pessoal

6 – REMOÇÃO DE SERVIDOR

PORTARIA DIRAP Nº 2.673/1PC, DE 14 DE MAIO DE 2014.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 5º, inciso XIV, alínea “a” da Portaria COMGEP nº 164/5EM, de 9 de setembro de 2010, publicada no BCA nº 171, de 14 de setembro de 2010, e considerando o Processo nº 67510.004201/2014-19, da AFA, resolve:

Remover, a pedido, de acordo com art. 36, inciso III alínea “b”, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, o servidor JOÃO DARIO GETÚLIO DE LIMA JUNIOR (Nr Ord 4953037), SIAPE nº 1555852, Professor Assistente, Classe “B”, Nível 2, da Carreira do Magistério Superior do Plano de Carreiras e Cargos do Magistério Federal, da Academia da Força Aérea, para o Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica.

Maj Brig Ar WALDEÍSIO FERREIRA CAMPOS
Diretor de Administração do Pessoal

7 - TERMO DE ADITAMENTO DE ESTÁGIO

Declaro que a estagiária BEATRIZ DE ALMEIDA SILVA, RG nº 36.732.781-8 SSP/SP, CPF nº 419.108.958-73, cursando o 7º período semestral do Curso de Serviço Social, firmou Termo de Aditamento de Estágio entre a Instituição de Ensino Universidade do Vale do Paraíba - UNIVAP/Fundação Valparaibana de Ensino - FVE e o Grupamento de Infraestrutura e Apoio de São José dos Campos - GIA-SJ/COMAER, prorrogando a vigência do estágio para 05/08/2014, permanecendo inalterado o teor do Termo de Compromisso, que foi publicado no BCA nº 179, de 17/09/2013.

(Item 166/2PC1/2014)

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 093, de 20 MAIO 2014)

Declaro que a estagiária LUCIANE DE FÁTIMA DIAS DA SILVA, RG nº 8.619.899 SSP/MG, CPF nº 036.632.346-65, cursando o 5º período semestral do Curso de Serviço Social, firmou Termo de Aditamento de Estágio entre a Instituição de Ensino Universidade do Vale do Paraíba - UNIVAP/Fundação Valparaibana de Ensino - FVE e o Grupamento de Infraestrutura e Apoio de São José dos Campos - GIA-SJ/COMAER, prorrogando a vigência do estágio para 09/09/2014, permanecendo inalterado o teor do Termo de Compromisso, que foi publicado no BCA nº 204, de 22/10/2013.

(Item 165/2PC1/2014)

Declaro que a estagiária RAIANE PENA MARTINS, RG nº 48.276.549-5 SSP/SP, CPF nº 397.277.218-18, cursando o 7º período semestral do Curso de Serviço Social, firmou Termo de Aditamento de Estágio entre a Instituição de Ensino Universidade do Vale do Paraíba - UNIVAP/Fundação Valparaibana de Ensino - FVE e o Grupamento de Infraestrutura e Apoio de São José dos Campos - GIA-SJ/COMAER, prorrogando a vigência do estágio para 05/08/2014, permanecendo inalterado o teor do Termo de Compromisso, que foi publicado no BCA nº 179, de 17/09/2013.

(Item 164/2PC1/2014)

Declaro que a estagiária EDUARDA BRANDÃO DOS SANTOS, RG nº 47.169.779-5 SSP/SP, CPF nº 379.658.898-03, cursando o 7º período semestral do Curso de Serviço Social, firmou Termo de Aditamento de Estágio entre a Instituição de Ensino Universidade do Vale do Paraíba - UNIVAP/Fundação Valparaibana de Ensino - FVE e o Grupamento de Infraestrutura e Apoio de São José dos Campos - GIA-SJ/COMAER, prorrogando a vigência do estágio para 05/08/2014, permanecendo inalterado o teor do Termo de Compromisso, que foi publicado no BCA nº 179, de 17/09/2013.

(Item 163/2PC1/2014)

Declaro que o estagiário PAULO JOSÉ ALVES MOREIRA, RG nº 41.106.528-2 SSP/SP, CPF nº 399.592.228-70, cursando o 7º período semestral do Curso de Administração, firmou Termo de Aditamento de Estágio entre a Instituição de Ensino Universidade do Vale do Paraíba - UNIVAP/Fundação Valparaibana de Ensino - FVE e o Grupamento de Infraestrutura e Apoio de São José dos Campos - GIA-SJ/COMAER, prorrogando a vigência do estágio para 14/08/2014, permanecendo inalterado o teor do Termo de Compromisso, que foi publicado no BCA nº 179, de 17/09/2013.

(Item 162/2PC1/2014)

Declaro que a estagiária JÉSSICA PIMENTEL SILVA, RG nº 47.362.125-3 SSP/SP, CPF nº 400.049.488-07, cursando o 8º período semestral do Curso de Administração, firmou Termo de Aditamento de Estágio entre a Instituição de Ensino Universidade do Vale do Paraíba - UNIVAP/Fundação Valparaibana de Ensino - FVE e o Grupamento de Infraestrutura e Apoio de

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 093, de 20 MAIO 2014)

São José dos Campos - GIA-SJ/COMAER, prorrogando a vigência do estágio para 14/08/2014, permanecendo inalterado o teor do Termo de Compromisso, que foi publicado no BCA nº 179, de 17/09/2013.

(Item 161/2PC1/2014)

SEÇÃO II - DIRETORIA DE ENGENHARIA DA AERONÁUTICA
(Sem alteração)

SEÇÃO III - DIRETORIA DE INTENDÊNCIA
(Sem alteração)

SEÇÃO IV - DIRETORIA DE MATERIAL AERONÁUTICO E BÉLICO

1 - ICA 135-23 – APROVA A EDIÇÃO

PORTARIA DIRMAB Nº 45/SBNI-1, DE 7 DE MAIO DE 2014.

Aprova a edição da ICA 135-23 “Controle de Itens CAD/PAD”.

O DIRETOR DA DIRETORIA DE MATERIAL AERONÁUTICO E BÉLICO, no uso de suas atribuições e de acordo com a NSCA 5-1 “Confecção, Controle e Numeração de Publicações Oficiais do Comando da Aeronáutica”, de 29 de novembro de 2011, resolve:

Art. 1º Aprovar a edição da ICA 135-23 “Controle de Itens CAD/PAD”, que com esta baixa.

Art. 2º Esta Instrução entra em vigor na data de sua publicação.

Maj Brig Ar CARLOS DE ALMEIDA BAPTISTA JUNIOR
Diretor da DIRMAB

(Republicado por haver saído com incorreção no BCA nº 090, de 15 de maio de 2014)

Obs.: A Instrução de que trata a presente Portaria encontra-se anexada a este Boletim e será disponibilizada no BLAER e no SISPUBLIC.

2 – PUBLICAÇÕES - REVOGA

PORTARIA DIRMAB Nº 40/1AESU-3, DE 23 DE ABRIL DE 2014.

Revoga-se as publicações abaixo relacionadas

O DIRETOR DA DIRETORIA DE MATERIAL AERONÁUTICO E BÉLICO, no uso da atribuição que lhe confere a ICA 5-1 "Confecção, Controle e Numeração de Publicações", de 12 de maio de 2004, resolve:

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 093, de 20 MAIO 2014)

Art. 1º Revogar as seguintes publicações:

- a) ICA 65-2 - "Atribuições das Comissões Aeronáuticas e Órgãos Requisitantes do BAMB II", aprovada pela Portaria DIRMA nº 03, de 18 de fevereiro de 2000, em virtude de relacionar-se com uma situação específica de financiamento já concluído.
- b) IMA 65-14 - "Implantação da Aeronave CH-34 SUPER PUMA 332M" esse , projeto encontra-se completamente implantado.
- c) IMA 400-1 - "Apoio Logístico a Operação DINCART", aprovada pela Portaria COMGAP nº 14 , de 31 de março de 1980, essa publicação foi destinada a operação específica já realizada.
- d) MMA 66-5 - "Sistema Mecanizado de Gerenciamento da Manutenção Nível Orgânico e Base - P2410", aprovada pela Portaria COMGAP nº 08/1EM, de 17 de fevereiro de 1994, o referido sistema não é mais utilizado pela Força Aérea Brasileira.

PORTARIA DIRMAB Nº 44/1AESU-3, DE 6 DE MAIO DE 2014.

Revoga-se as publicações abaixo relacionadas

O DIRETOR DA DIRETORIA DE MATERIAL AERONÁUTICO E BÉLICO, no uso da atribuição que lhe confere a ICA 5-1 "Confecção, Controle e Numeração de Publicações", de 12 de maio de 2004, resolve:

Art. 1º Em virtude da vigência do MCA 66-7, revogar as seguintes publicações:

- a) IMA 12-12 – "Reunião com Operadores de Aeronaves", aprovada pela Portaria DIRMA nº 11, de 15 de dezembro de 1993.
 - b) IMA 65–11 – "Diretiva Técnica", aprovada pela Portaria DIRMA nº 07, de 03 de julho de 1996.
 - c) IMA 65-28 – "Plano de Atendimento Imediato a Acidentes", aprovada pela Portaria DIRMA nº 06 , de 02 de agosto de 1993.
 - d) IMA 66-7 – "Processo de Análises Para Manutenção", aprovada pela Portaria DIRMA nº 08, de 15 de junho de 1986.
 - e) IMA 66-9 – "Programa de Prevenção, Controle e Combate da Corrosão", aprovada pela Portaria DIRMA nº 12 , de 10 de junho de 1999.
 - f) IMA 66-10 – "Programa de Análise Espectométrica de Óleo", aprovada pela Portaria DIRMA nº 11, de 10 de dezembro de 1998.
 - g) IMA 66-18 – "Programa de Manutenção do Sistema Hidráulico de Aeronave", aprovada pela Portaria DIRMA nº 02, de 15 de fevereiro de 1995.
-

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 093, de 20 MAIO 2014)

h) IMA 66-20 – "Manutenção Nível Orgânico e Base: Princípios Básicos, Organização e Atribuições", aprovada pela Portaria DIRMA nº 03, de 31 de dezembro de 1969.

i) ICA 65-3 – "Inspeção Não-Destrutiva", aprovada pela Portaria DIRMA nº 05, de 02 de maio de 2000.

j) ICA 65-4 - "Barreiras de Retenção de Aeronave", aprovada pela Portaria DIRMA nº 16, de 16 de junho de 2000.

k) ICA 65-5 – "Movimentação de Aeronaves", aprovada pela Portaria DIRMAB nº 08/SDFC, de 01 de agosto de 2011.

l) ICA 65-9 – "Visita de Assistência Técnica", aprovada pela Portaria DIRMAB nº 87/3AEEM-3, de 10 de maio de 2013.

m) ICA 65-10 – "Suporte Logístico para Aeronaves em Desativação", aprovada pela Portaria DIRMA nº 28, de 31 de dezembro de 1969.

n) ICA 65-15 – "Parque Central e Parque Oficina Conceituação e Atribuição", aprovada pela Portaria DIRMA nº 54, de 04 de julho de 2001.

o) ICA 65-17 – "Programa de Manutenção de Reparáveis", aprovada pela Portaria DIRMAB nº 78/ALSO-3, de 26 de julho de 2012.

p) ICA 65-30 – "Estocagem de Aeronave", aprovada pela Portaria DIRMAB nº 187, de 12 de dezembro de 2007.

q) ICA 65-31 – "Auditoria Técnica", aprovada pela Portaria DIRMAB nº 55/DAGQ, de 11 de maio de 2012.

r) ICA 66-1 – "Gerenciamento de UFT, URA, UEMP e ULH", aprovada pela Portaria DIRMAB nº 48, de 16 de setembro de 2008.

s) ICA 66-2 – "Relatório de Deficiência", aprovada pela Portaria DIRMAB nº 46, de 11 de setembro de 2008.

t) ICA 66-3 – "Equipamento de Apoio no Solo (EAS)", aprovada pela Portaria DIRMAB nº 47, de 11 de setembro de 2008.

u) ICA 66-5 – "Ferramentas de Uso Comum", aprovada pela Portaria DIRMA nº 35, de 25 de agosto de 2000.

v) ICA 67-6 – "Ficha de Configuração de Aeronave", aprovada pela Portaria DIRMAB nº 27, de 24 de abril de 2002.

w) FMA 66-1 – "Princípios Básicos da Manutenção de Aeronaves", aprovada pela Portaria DIRMA nº 04, de 18 de junho de 1997.

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 093, de 20 MAIO 2014)

x) MMA 66-3 – "Coleta de Dados de Manutenção e Defeito Nível Orgânico e Base", aprovada pela Portaria DIRMA nº 10, de 18 de outubro de 1994.

Maj Brig Ar CARLOS DE ALMEIDA BAPTISTA JUNIOR
Diretor da DIRMAB

SEÇÃO V - DIRETORIA DE SAÚDE

1 - ADICIONAMENTO DE ESPECIALIDADE - ORDEM

Em cumprimento à Ordem Técnica nº 004/DIRSA, de 12 de fevereiro de 2009, publique-se o Adicionamento da Especialidade dos oficiais QOMED, QOFARM, QODENT E QOCON (MED, DENT, E FARM), mediante requerimento do(a) militar abaixo relacionado:

PST	QUADRO	ESP	NOME / Nº DE ORDEM	ADICIONAMENTO	OM
1T	QODENT	RDE	MAURA HELENA JARDIM VENDRAMIN 4190289	ENT	BAFL

(Item 014/DIRSA/2014)

SEÇÃO VI – DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA AERONÁUTICA (Sem alteração)

SEXTA PARTE

ATOS DAS DEMAIS AUTORIDADES

SEÇÃO I - DEMAIS MINISTÉRIOS (Sem alteração)

SEÇÃO II - SECRETARIAS DE ESTADO (Sem alteração)

SEÇÃO III - CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (Sem alteração)

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 093, de 20 MAIO 2014)

SEÇÃO IV - SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
(Sem alteração)

SEÇÃO V - GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
(Sem alteração)

SEÇÃO VI - COMANDOS DA MARINHA E DO EXÉRCITO
(Sem alteração)

SEÇÃO VII - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
(Sem alteração)

MARCUS CUNHA DA GAMA Cel Int
Ch do CENDOC

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**



LOGÍSTICA

ICA 400-25

**INDICADORES DE GESTÃO DE LOGÍSTICA DO
COMGAP**

2014

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
COMANDO-GERAL DE APOIO



LOGÍSTICA

ICA 400-25

**INDICADORES DE GESTÃO DE LOGÍSTICA DO
COMGAP**

2014



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
COMANDO-GERAL DE APOIO

PORTARIA COMGAP Nº 13/3EM, DE 15 DE MAIO DE 2014.
Protocolo COMAER nº 67100.002270/2014-10

Aprova a reedição da ICA 400-25
“Indicadores de Gestão de Logística do
COMGAP”.

O COMANDANTE-GERAL DE APOIO, no uso de suas atribuições previstas no art. 9º do Regulamento do Comando-Geral de Apoio, aprovado pela Portaria nº 2.133/GC3, de 29 de novembro de 2013, resolve:

Art. 1º Aprovar a reedição da ICA 400-25 “Indicadores de Gestão de Logística do COMGAP”, que com esta baixa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se a Portaria COMGAP Nº 100/3EM, de 12 de junho de 2007, publicada no BCA nº 115, de 18 de junho de 2007.

Ten Brig Ar HÉLIO PAES DE BARROS JÚNIOR
Comandante-Geral de Apoio

(Publicado no BCA nº 092, de 20 de maio de 2014)

SUMÁRIO

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	7
1.1 FINALIDADE	7
1.2 DOCUMENTAÇÃO BÁSICA	7
1.3 CONCEITUAÇÃO	7
1.4 COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES	9
1.5 ÂMBITO	9
2 MACROPROCESSOS DE GESTÃO DO COMGAP	10
2.1 CONSIDERAÇÕES	10
2.2 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS DO COMGAP	10
2.3 MACROPROCESSOS DE APOIO DO COMGAP	12
3 INDICADORES DE GESTÃO DO COMGAP	14
3.1 CONSIDERAÇÕES	14
3.2 LIMITAÇÕES	15
3.3 SELEÇÃO DOS INDICADORES DE INTERESSE DO COMGAP	17
3.4 INDICADORES DE GESTÃO DO COMGAP	18
4 ANÁLISE DOS MACROPROCESSOS	19
4.1 VALIDAÇÃO DE INDICADORES	19
4.2 REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DOS INDICADORES	19
4.3 ANÁLISE DE MACROPROCESSOS	20
5 CRONOGRAMA DE LEVANTAMENTO E ANÁLISE DOS INDICADORES	21
5.1 LEVANTAMENTO DOS INDICADORES	21
5.2 VALIDAÇÃO, CONSOLIDAÇÃO E ANÁLISE DOS INDICADORES	21
5.3 ANÁLISE DOS MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS E DE APOIO	21
5.4 CONSOLIDAÇÃO FINAL PARA RELATÓRIO DE GESTÃO ANUAL	22
6 DISPOSIÇÕES GERAIS	23
7 DISPOSIÇÕES FINAIS	24
REFERÊNCIAS	25
Anexo A – Indicadores.	26
Anexo B – Levantamento dos Indicadores.	39
Anexo C – Análise dos Indicadores.	51

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 FINALIDADE

A presente Instrução tem por finalidade estabelecer as normas e os procedimentos referentes à obtenção e à análise dos Indicadores de Gestão de Logística para o COMGAP.

1.2 DOCUMENTAÇÃO BÁSICA

- a) PCA 11-1 “Método para o Planejamento Institucional da Aeronáutica”;
- b) ICA 400-10 “Indicadores Logísticos de Desempenho”; e
- c) DCA 400-27 “Política de Gestão de Logística do COMGAP”.

1.3 CONCEITUAÇÃO

1.3.1 INDICADORES

1.3.1.1 São formas de representação quantificável de características de produtos e processos, utilizados para acompanhar os resultados ao longo do tempo, podendo ser de produtividade, quando se referem à competência no uso dos recursos destinados à produção de um bem ou serviço; de qualidade, quando focam as medidas de satisfação dos usuários e as características do produto/serviço; e de desempenho, quando estão dirigidos para as avaliações dos processos e das organizações.

1.3.1.2 Assim, os indicadores visam a orientar o planejamento e estabelecer um controle efetivo dos processos da organização como um todo, pelo estabelecimento de metas quantificadas e pela apuração dos desvios ocorridos, embasando a análise crítica dos resultados e do processo de tomada de decisão, e também medir a qualidade dos produtos e/ou serviços, contribuindo, destarte, para a melhoria da efetividade das Organizações.

1.3.1.3 Os indicadores desenvolvidos para acompanhar o desempenho da gestão devem ser acompanhados pelas respectivas fórmulas e índices registrados, e sua formulação deve buscar os seguintes aspectos:

- a) capacidade de representar, com a maior proximidade possível, a situação que a Organização pretende medir e de refletir os resultados das intervenções efetuadas na gestão;
- b) capacidade de proporcionar medição da situação pretendida ao longo do tempo, por intermédio de séries históricas;
- c) confiabilidade das fontes dos dados utilizados para o cálculo do indicador, demonstrando, principalmente, se a metodologia escolhida para a coleta, processamento e divulgação é transparente e reaplicável por outros agentes, internos ou externos à unidade;
- d) facilidade de obtenção dos dados, elaboração do indicador e de compreensão dos resultados pelo público em geral; e
- e) razoabilidade dos custos de obtenção do indicador em relação aos benefícios para a melhoria da gestão da unidade.

1.3.2 MACROPROCESSOS

Podem ser entendidos como agrupamentos de processos necessários para a produção de uma ação ou desempenho de uma atribuição da organização ou ainda como grandes conjuntos de atividades pelos quais a organização cumpre sua missão, gerando valor para o cliente.

1.3.3 MACROPROCESSOS DE APOIO

Caracterizam-se por terem como clientes, principalmente, elementos pertinentes ao sistema (ambiente) da organização, sendo essenciais ao funcionamento desta, e garantindo o suporte adequado aos macroprocessos finalísticos.

1.3.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

Referem-se à essência da organização, caracterizam a atuação da organização, estão diretamente relacionados aos objetivos estratégicos desta e recebem apoio de outros processos internos, gerando produto/serviço para o cliente interno ou externo. Correspondem às grandes funções da organização, para as quais devem estar voltadas suas unidades internas e descentralizadas.

1.3.5 PRINCIPAIS PARCEIROS

Considera-se os principais parceiros da Organização, aqueles internos (ao COMAER) ou externos (inclusive da iniciativa privada), que colaboram ou participam na consecução dos objetivos da Organização, ou seja, os parceiros relacionados aos macroprocessos finalísticos da Organização.

1.3.6 FINALIDADE DA UNIDADE

Corresponde ao fim a que se destina a Organização, ou seja, o motivo da sua criação.

1.3.7 COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

Está relacionada às atribuições definidas em lei, estatuto ou regimento, a serem executadas por intermédio de políticas públicas para atender às necessidades dos seus beneficiários diretos e indiretos.

1.3.8 ORGANOGRAMA FUNCIONAL

O organograma deverá explicitar a estrutura funcional formal do final do exercício de referência do relatório e deverá ser acompanhado de descrição sucinta das competências e atribuições de responsabilidade de cada área componente da estrutura da Organização, além da identificação dos macroprocessos conduzidos pelas subdivisões existentes e os principais produtos deles decorrentes.

1.3.9 META

Nível de desempenho ou de melhoria requerido para o alcance de um objetivo definido, servindo como vínculo entre este e os indivíduos da organização. As metas são estabelecidas em unidades específicas (moeda, número, percentual etc.). Devem ser parcial ou total, quantificada e qualificada e alcançada num prazo ou período definido (anual, semestral, etc.). Expressa ou comunica o nível de desempenho esperado, baseado em determinado Indicador. As metas devem orientar o comportamento esperado da atividade ou projeto.

1.4 COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

1.4.1 COMGAP

Compete ao COMGAP elaborar, aprovar e manter atualizada esta Norma. É atribuição do COMGAP consolidar, analisar e divulgar os resultados obtidos pelos indicadores gerenciais dos macroprocessos sob sua responsabilidade.

1.4.2 ORGANIZAÇÕES SUBORDINADAS AO COMGAP

Compete a todas as Organizações subordinadas ao COMGAP a fiel observância e o cumprimento das orientações contidas nesta Norma. A coleta e o registro dos dados necessários à confecção dos indicadores gerenciais devem ser efetuados na forma e nos períodos preconizados, sendo que os registros deverão ser realizados, adequadamente, nos locais próprios ou nos sistemas de Tecnologia da Informação da Aeronáutica.

1.5 ÂMBITO

Esta instrução se aplica a todas as OM pertencentes à estrutura organizacional do COMGAP.

2 MACROPROCESSOS DE GESTÃO DO COMGAP

2.1 CONSIDERAÇÕES

A diversidade e complexidade das atividades desenvolvidas pelas diversas organizações integrantes do COMGAP, assim como a complexidade do inter-relacionamento destas atividades, não só entre as organizações do COMGAP, mas também com seus clientes finais (organizações apoiadas) e principais parceiros, tornam um grande desafio o mapeamento e controle dos processos relacionados. Por este motivo, por terem sido considerados essenciais para o sucesso da Organização no cumprimento da sua finalidade, o acompanhamento e controle dos macroprocessos finalísticos listados a seguir, além de proporcionarem um aperfeiçoamento da gestão da logística do COMGAP, trarão ainda outras consequências positivas, tais como:

- a) aprimoramento dos resultados;
- b) aprimoramento do planejamento, da implementação, do monitoramento e da avaliação de políticas;
- c) uniformização de alguns conceitos, abordagens e diretrizes sobre indicadores; e
- d) melhoria na comunicação dos resultados.

2.2 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS DO COMGAP

2.2.1 APOIO LOGÍSTICO DE SUPRIMENTO E MANUTENÇÃO DE MATERIAL AERONÁUTICO

Aquisição de equipamentos, suprimentos e materiais para apoio e manutenção de aeronaves, contratação de serviços de manutenção, transporte, armazenagem e embalagem.

2.2.2 APOIO LOGÍSTICO DE SUPRIMENTO E MANUTENÇÃO DE MATERIAL BÉLICO

Adquirir e distribuir materiais, de acordo com o planejamento, prioridades e parâmetros estabelecidos na DCA 135-1, Parâmetros para Obtenção e Utilização de Material Bélico na Aeronáutica, emitido pelo EMAER.

2.2.3 APOIO LOGÍSTICO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES DE AVIAÇÃO

O referido macroprocesso tem a finalidade de adquirir e distribuir os combustíveis e lubrificantes de aviação para uso nas operações aéreas da FAB, controlando os saldos físicos e contábeis para realização dos ajustes necessários à manutenção da operacionalidade da Força nos teatros de operação exigidos.

2.2.4 OBTENÇÃO DE MATERIAL E SERVIÇOS

Prover apoio aos processos de aquisição de necessidades operacionais identificadas, assim como na execução financeira, promovendo eficácia e eficiência através da consolidação de processos e competências da Organização.

2.2.5 TRANSPORTE LOGÍSTICO INTERMODAL E DESPACHO ADUANEIRO

Prover mobilidade adequada dos meios materiais disponibilizados, promovendo eficácia e eficiência na distribuição de material demandada pelas necessidades operacionais (prontidão logística).

2.2.6 NACIONALIZAÇÃO

Garantir o ressurgimento de material aeronáutico, por intermédio da capacitação de indústrias nacionais para a produção de itens, especialmente quando não é possível a obtenção por meio de aquisição no mercado. O processo de nacionalização é composto por diversas fases, tais como elaboração de requisitos técnicos, garantia da qualidade junto a fornecedores, acompanhamento de ensaios, especificações de requisitos de ensaios e catalogação, entre outras.

2.2.7 APOIO TÉCNICO-GERENCIAL PARA GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMBILIÁRIO DO COMAER

Promover o gerenciamento patrimonial de bens imóveis da União sob jurisdição do COMAER.

2.2.8 APOIO TÉCNICO-OPERACIONAL DE ENGENHARIA

Promover apoio técnico nas atividades de engenharia relacionadas as projetos e obras em instalações militares.

2.2.9 APOIO TÉCNICO-OPERACIONAL DE ENGENHARIA

2.2.9.1 Promover a implementação, adestramento e operacionalidade das Unidades Celulares de Engenharia;

2.2.9.2 Apoiar as atividades do transporte de superfície, tais como, distribuição de combustíveis e lubrificantes automotivos, recebimento e distribuição de veículos, controle dos seguros obrigatórios, controle da alienação de veículos, elaboração de requisitos, etc;

2.2.9.3 Promover a aquisição, manutenção e conservação de materiais e equipamentos específicos para preservação, proteção e combate a incêndios, bem como o adestramento de pessoal para a execução dessa atividade; e

2.2.9.4 Efetuar o gerenciamento das atividades de engenharia nas áreas de sinalização e infraestrutura aeroportuárias, de interesse do COMAER.

2.2.10 APOIO GERENCIAL PARA ADMINISTRAÇÃO TÉCNICA DA ENGENHARIA

Promover apoio gerencial através da normatização e fiscalização técnica e gestão de processos.

2.2.11 DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS CORPORATIVOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Desenvolve projetos e sistemas corporativos destinados a fornecer as informações necessárias a todos os níveis de decisão do COMAER, promovendo ainda a manutenção, disponibilidade e atualização destes.

2.2.12 APOIO LOGÍSTICO DE SUPRIMENTO E MANUTENÇÃO DE SIMULADORES

Atividades destinadas a prover apoio logístico em materiais e serviços de manutenção às Organizações Militares que operem simuladores e equipamentos associados.

2.2.13 APOIO LOGÍSTICO DE INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Prover o apoio logístico na aquisição e manutenção de ativos de rede, licenças para servidores e estações de trabalho, equipamentos e segurança da informação.

2.2.14 CAPACITAÇÃO E PESQUISA ESPECIALIZADAS

2.2.14.1 Disseminar conhecimento especializado, na área Logística, seja ele técnico, administrativo ou gerencial, entre os recursos humanos do COMAER, promovendo eficácia, eficiência e segurança na utilização dos recursos apoiados pela Organização; e

2.2.14.2 Promover a pesquisa científica na otimização dos recursos apoiados, disseminando as soluções desenvolvidas, sejam elas para eliminar ou minimizar problemas identificados, ou ainda para implantar novos projetos, adequando-os às necessidades operacionais.

2.2.14.3 Este macroprocesso engloba os cursos listados na Tabela de Cursos do COMGAP (TCA 37-11) para o exercício, excluindo portanto cursos gerenciados por outras Organizações.

2.3 MACROPROCESSOS DE APOIO DO COMGAP

Caracterizam-se por terem como clientes, principalmente, elementos pertinentes ao sistema (ambiente) da organização, sendo essenciais ao funcionamento desta, e garantindo o suporte adequado aos macroprocessos finalísticos. O fato da Organização ter o “Apoio” como missão finalística pode a princípio dificultar a distinção entre os macroprocessos finalísticos e de apoio, mas ao visualizarmos apenas o ambiente da própria Organização, que deve ser adequado e seguro para a execução dos trabalhos, e ainda as próprias pessoas que conduzem as atividades, acabou-se identificando por fim dois principais macroprocessos de apoio, listados a seguir.

2.3.1 GESTÃO DE PESSOAL

Clássico macroprocesso de apoio, ele permeia a administração, buscando disponibilizar, em quantidade e qualidade adequados, os recursos humanos possuidores das competências adequadas às necessidades gerenciais e de mão de obra. A distribuição adequada de pessoal promove a diluição da carga de trabalho, promovendo indiretamente a eficácia e eficiência de todos os macroprocessos finalísticos da Organização.

2.3.2 ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

2.3.2.1 Conduzido por intermédio da contratação de concessionárias de serviços públicos, tais como telefonia, água e esgoto, como também serviços comuns, entre os quais a limpeza das instalações, manutenção da infraestrutura das Organizações, serviços de impressão, etc.

2.3.2.2 As atividades administrativas relevantes para a gestão desempenhadas pelo pessoal da organização já foram incluídas nos respectivos macroprocessos finalísticos. As demais atividades, tais como adestramento militar, treinamentos físicos, entre outras, embora colaborem indiretamente, carecem de viabilidade para a mensuração de indicadores, portanto não foram contempladas, uma vez que a relação entre os custos de obtenção dos dados para o indicador acabariam por superar os benefícios advindos, principalmente se consideramos que os procedimentos já são relativamente padronizados e aperfeiçoados constantemente nas diversas Organizações do COMAER.

3 INDICADORES DE GESTÃO DO COMGAP

3.1 CONSIDERAÇÕES

3.1.1 Diante da grande quantidade de medidas disponíveis, o processo de seleção de indicadores procurou buscar o maior grau possível de aderência a algumas propriedades que caracterizam uma boa medida de desempenho, conforme orientações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Considerando tal abordagem sugerida, pode-se separar as propriedades dos indicadores em dois grupos distintos:

3.1.2 Propriedades essenciais: são aquelas que qualquer indicador deve apresentar e sempre devem ser consideradas como critérios de escolha, independente da fase do ciclo de gestão em que se encontra a política sob análise (Planejamento, Execução, Avaliação etc.). São elas:

- a) **utilidade:** deve suportar decisões, sejam no nível operacional, tático ou estratégico. Os indicadores devem, portanto, basear-se nas necessidades dos decisores;
- b) **validade:** capacidade de representar, com a maior proximidade possível, a realidade que se deseja medir e modificar. Um indicador deve ser significativo ao que está sendo medido e manter essa significância ao longo do tempo;
- c) **confiabilidade:** indicadores devem ter origem em fontes confiáveis, que utilizem metodologias reconhecidas e transparentes de coleta, processamento e divulgação; e
- d) **disponibilidade:** os dados básicos para seu cômputo devem ser de fácil obtenção.

3.1.3 Propriedades Complementares: são também muito importantes, mas podem ser alvo de uma análise de custo-benefício dependendo da avaliação particularizada da situação. São elas:

- a) **simplicidade:** indicadores devem ser de fácil obtenção, construção, manutenção, comunicação e entendimento pelo público em geral, interno ou externo;
- b) **clareza:** geralmente um indicador é definido como uma divisão entre duas variáveis básicas; é formado, portanto, por um numerador e um denominador, ambos compostos por dados de fácil obtenção. Eventualmente, porém, ele pode ser complexo na sua fórmula, envolvendo muitas variáveis. Em todo caso, porém, é imprescindível que seja claro, atenda à necessidade do decisor e que esteja adequadamente documentado.
- c) **sensibilidade:** capacidade que um indicador possui de refletir tempestivamente as mudanças decorrentes das intervenções realizadas;
- d) **desagregabilidade:** capacidade de representação regionalizada de grupos sociodemográficos, considerando que a dimensão territorial se apresenta como um componente essencial na implementação de políticas públicas;
- e) **economicidade:** capacidade do indicador de ser obtido a custos módicos, ou seja, a relação entre os custos de obtenção e os benefícios advindos deve ser favorável;

- f) **estabilidade:** capacidade de estabelecimento de séries históricas estáveis que permitam monitoramentos e comparações das variáveis de interesse, com mínima interferência causada por outras variáveis;
- g) **mensurabilidade:** capacidade de alcance e mensuração quando necessário, na sua versão mais atual, com maior precisão possível e sem ambiguidade; e
- h) **auditabilidade:** ou rastreabilidade, qualquer pessoa deve sentir-se apta a verificar a boa aplicação das regras de uso dos indicadores (obtenção, tratamento, formatação, difusão, interpretação).

3.1.4 Além dessas propriedades, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão recomenda ainda que o processo de escolha de indicadores considere os seguintes aspectos:

- a) **publicidade:** os indicadores devem ser públicos, isto é, conhecidos e acessíveis a todos os níveis da instituição, bem como à sociedade e aos demais entes da administração pública;
- b) **temporalidade:** a identificação dos indicadores de desempenho deve considerar algumas questões temporais: em primeiro lugar o momento em que deve começar a medição; em segundo lugar a disponibilidade de obtenção quando os diferentes resultados começarem a acontecer; e, por fim, a possibilidade de que, por meio dessas medidas, seja possível realizar um acompanhamento periódico do desempenho do Programa; e
- c) **factibilidade:** os dados necessários para as medições se constituem em informações que fazem parte dos processos de gestão da instituição e, portanto, obtidas através de instrumentos de coleta, seja por amostra ou censo, estatísticas, aplicação de questionários, observação etc., dependendo do aspecto a ser medido. Uma proposta de elaboração de indicadores deverá permitir dispor de indicadores de medição factível, em momentos adequados e com uma periodicidade que equilibre as necessidades de informação com os recursos técnicos e financeiros.

3.2 LIMITAÇÕES

3.2.1 Durante a construção e utilização de indicadores é importante estar ciente que estes apresentam algumas limitações, que precisam ser consideradas para uma adequada utilização e análise dos mesmos. A seguir são apresentadas as principais limitações identificadas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão:

- a) **A medição interfere na realidade a ser medida** – A coleta de informações que subsidiarão decisões superiores altera o contexto no qual as informações são coletadas, interferindo nos resultados obtidos. Há de se ter em mente que a gestão e cômputo dos indicadores advêm direta ou indiretamente de procedimentos executados por pessoas que possuem interesses, sofrem e geram pressões, e que não podem ser consideradas plenamente isentas. Assim, ao se conceberem indicadores, é preciso que os gestores tenham clareza da necessidade, pertinência e conveniência de quais informações serão coletadas e de como serão coletadas, o que envolve conhecimento dos meios, do ambiente e das pessoas envolvidas neste processo;

- b) **Parcimônia e confiança são necessárias** – Deve-se buscar uma maior aproximação entre a fonte primária de informações e as instâncias decisórias superiores, para que o processo de aferição seja confiável, subsidiando efetivamente os últimos sem sobrecarregar os primeiros, numa relação de parcimônia e confiança. Para tal, deve ser dada ênfase em uma ampla comunicação e busca pela compreensão e comprometimento mútuos, o que requer também uma boa dose de humildade da área meio, que deve agir de modo a facilitar e coordenar este processo;
- c) **Não se deve subestimar o custo da medição** – Medições efetivas envolvem significativos custos, principalmente pelo tempo requerido dos atores envolvidos na concepção, planejamento e implementação dos indicadores. Deve-se considerar com a máxima antecedência os custos associados à intensa comunicação e negociação requerida entre as áreas fim e as instâncias decisórias. Por fim, há de se buscar a construção de instrumentos, tais como os sistemas de informação, que sejam amigáveis a todos os envolvidos, de modo que estes não se tornem fardos à coleta, tratamento e apresentação das informações, bem como não induzam o descomprometimento na prestação ou utilização das informações. A consideração destes custos tende a induzir escolhas mais cuidadosas e parcimoniosas dos indicadores, conferindo-lhes maiores chances de sucesso;
- d) **A medição não constitui um fim em si mesmo** – Indicadores adequados, confiáveis e disponíveis tempestivamente são excelentes ferramentas de suporte à decisão. Considerados, contudo, seus custos e intrínseca incompletude, há de se tomar o cuidado para que estes não interfiram negativamente no desempenho da Organização, seja pelo volume de recursos envolvidos nas áreas fim, seja pela supervalorização dos indicadores por parte das instâncias decisórias. Estas últimas, por um lado, devem ter em mente que qualquer conjunto de indicadores é uma redução da realidade aferida, e que outras formas de aquisição de informações acerca do desempenho organizacional, tais como a troca de experiências e impressões interpessoais, não podem ser desprezados. Por outro lado, as áreas meio devem se certificar de que suas ferramentas e processos não sirvam apenas a si próprios. Quaisquer indicadores implementados no setor público devem servir, em última instância, à ampliação da capacidade do Estado de ofertar bens e serviços de qualidade;
- e) **Indicadores são representações imperfeitas e transitórias** – Não se deve confiar cega e permanentemente nas medidas, o que significa dizer que o gestor de uma política pública deve, periodicamente, realizar uma avaliação crítica acerca da pertinência dos indicadores selecionados, considerando ainda que, a todo tempo, surgem modelos aperfeiçoados baseados em novas teorias. Deve-se, portanto, confiar nas escolhas realizadas enquanto não surgirem alternativas melhores, mais válidas e aprimoradas, desenvolvidas a partir de pesquisas e trabalhos metodologicamente confiáveis;

- f) **O indicador e a dimensão de interesse não se confundem** – Deve-se atentar que o indicador apenas aponta, assinala, indica como o próprio nome revela. Contudo, é comum casos em que o foco das ações seja deslocado da realidade com que se deseja trabalhar para o indicador escolhido para representá-la. Há casos até em que primeiro se escolhe o indicador para depois associá-lo a um dilema.

3.2.2 Por fim, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão afirma que é importante considerarmos, também, uma espécie de custo de oportunidade que está associado à disseminação de procedimentos que terminam deslocando o foco da implementação das ações para a estruturação de processos ideais com vistas a coleta de informações. Ou o custo que se incorre quando se transmite a ideia de que tudo é passível de mensuração por meio de indicadores. Trata-se de um custo invisível que o Estado incorre ao legitimar uma representação da realidade (admitida como universal) de algo que pode atrapalhar mais do que contribuir para que o Estado supere os desafios. Portanto, é crível a consideração de todas essas limitações e custos que envolvem a produção e disseminação de métodos, modelos e processos que se dissociados do objetivo de viabilizar a implementação das políticas, podem se tornarem rotinas autocentradas, que drenam energia da Administração Pública e fomentam a entropia organizacional.

3.3 SELEÇÃO DOS INDICADORES DE INTERESSE DO COMGAP

3.3.1 Tendo em vista todas as considerações e limitações expostas, e considerando o estágio atual da política de cada macroprocesso finalístico e de apoio, foram então observadas não apenas as necessidades dos decisores, com vistas à ampliação da capacidade da Organização cumprir seus objetivos, mas também foram respeitadas as restrições concernentes à disponibilidade de informações em determinado macroprocesso, evitando que os recursos originalmente alocados para atendimento tenham que ser deslocados para o preenchimento de sistemas, formulários e relatórios. É natural que a maturidade não só do macroprocesso, mas da sua política de formulação, planejamento, execução, monitoramento e avaliação, resultarão constantemente em melhores indicadores.

3.3.2 A construção dos indicadores passou ainda por um processo, que se iniciou pelo mapeamento dos indicadores candidatos, seguido por uma análise de custo-benefício da escolha ou não de cada um, especialmente quanto ao seu potencial de subsidiar efetivamente decisões e esclarecer aspectos da realidade de implementação das políticas.

3.3.3 Nos casos em que as informações desejadas pelos decisores não estavam disponíveis, foram adotadas medidas que apresentem proximidade com as dimensões de interesse. Aproximar é justificável e muitas vezes necessário.

3.3.4 Serão consideradas variáveis de entrada, as quantidades de recursos humanos, financeiros e as necessidades.

3.3.5 Serão consideradas variáveis de saída, todas aquelas de interesse e relacionadas aos atributos aeronaves, material bélico, viaturas, imóveis, obras e projetos.

3.3.6 É recomendado, se possível, que todos os macroprocessos sejam representados pelos dois tipos de variáveis (entrada e saída).

3.4 INDICADORES DE GESTÃO DO COMGAP

Estão listados nos anexos A, B e C, por macroprocesso, os indicadores de gestão do COMGAP. Os anexos trazem as informações para cada indicador, conforme tabela 1.

ANEXO A - Indicadores	
Título	Nome completo do indicador
Área	Área ou sistema de atuação do indicador
Finalidade	Descrição do que se pretende acompanhar com o indicador
Fonte	Fonte dos dados
Responsável pela mensuração	Gerência responsável pela coleta de dados e aplicação da fórmula matemática
ANEXO B – Cálculo dos Indicadores	
Fórmula de mensuração	Expressão matemática do indicador
Definição dos parâmetros	Descrição dos parâmetros usados na fórmula
Metodologia de medição	Forma adotada para a coleta e processamento dos dados
ANEXO C – Análise dos Indicadores	
Gerências recebedoras dos resultados	Gerências que vão utilizar e analisar os resultados obtidos
Orientações para a análise	Fatores a considerar na análise, desdobramentos e conexões com outros indicadores
Referenciais de comparação	Referenciais internos e externos a serem perseguidos
Observações	O que for importante destacar

Tabela 1: Informações dos Indicadores em cada anexo

4 ANÁLISE DOS MACROPROCESSOS

4.1 VALIDAÇÃO DE INDICADORES

4.1.1 Os indicadores selecionados e coletados devem ser inicialmente validados, antes de serem utilizados para a análise dos respectivos macroprocessos. Tal verificação final de conformidade e pertinência pode se valer das respostas às seguintes questões:

- a) as pessoas que definiram os indicadores conhecem a realidade da política do macroprocesso?
- b) os indicadores escolhidos estão de acordo com as necessidades dos decisores e as possibilidades dos executores das políticas?
- c) os custos de implementação dos indicadores, incluindo o processo de comunicação e busca do comprometimento com todos os envolvidos desde a seleção, produção, coleta e tratamento das informações, apresentação e subsídio às decisões, são compatíveis com os recursos disponíveis?
- d) os indicadores escolhidos são válidos para expressar resultados?
- e) têm relação direta com os objetivos da Política?
- f) são oriundos de fontes confiáveis?
- g) são mensuráveis?
- h) as pessoas que fornecem, coletam, tratam, analisam e utilizam as informações estão cientes de suas missões e comprometidas com a qualidade dos indicadores que constroem?

4.1.2 Antes de validar o indicador é importante que seja promovida alguma reflexão para identificar possíveis efeitos perversos que podem estar sendo provocados pelo indicador e implementar medidas para minimizar ou eliminar o problema. É comum, por exemplo, que tenhamos indicadores que medem quantidade, mas os gerentes não podem dar atenção excessiva à quantidade e prejudicar a qualidade.

4.1.3 Outra possibilidade para avaliar a validade do indicador é a comparação de desempenhos entre atividades, projetos, unidades de negócio, organizações, etc, ou seja, a realização de “*benchmarking*”, o que também acaba por induzir uma competição saudável entre projetos e promovendo substancialmente a melhoria contínua.

4.1.4 Os indicadores devem ser rapidamente substituídos por outros, quando deixam de ser interessantes ou quando surgem novas prioridades, atividades ou projetos na Organização. Portanto, é importante que se identifique os indicadores obsoletos e não se atrase a introdução de novos indicadores, afinal é fundamental dar satisfação às novas necessidades de informação.

4.2 REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DOS INDICADORES

4.2.1 Para a construção dos gráficos dos indicadores sugerem-se algumas regras comuns, quando aplicável:

- a) pode ser utilizada informação adicional (por exemplo, outros indicadores) de forma a completar a análise do indicador principal;

- b) utilizar o menor número de cores de forma a simplificar a visualização, se possível fazendo-se valer apenas de branco, preto, tons de cinza, hachuras, linhas cheias/tracejadas;
- c) utilização da cor mais forte (preta) para a informação do resultado do indicador principal;
- d) utilização de tom de cinza ou hachuras para apresentar outras variáveis de informação;
- e) utilização de barras para resultados, linhas cheias para metas, e linhas tracejadas para tendências;
- f) utilização do preto para as legendas das ordenadas e abcissas (ex: Jan, Fev, Mar, etc);
- g) utilização de rótulos de dados, sempre que não comprometam a legibilidade do gráfico, em especial para os dados mais atuais ou pertencentes à informação principal do gráfico;
- h) minimizar o impacto das linhas de “grid”, simplesmente eliminando-as ou reduzindo ao mínimo seu contraste (ou seja, reduzindo sua espessura e utilizando cinza claro); e
- i) evitar o excesso de informação no mesmo gráfico com a apresentação de mais de uma variável no eixo Y, sendo desejável a apresentação em gráficos separados, mas alinhados verticalmente sobre o eixo X.

4.2.2 Caso o indicador represente diversos projetos, dificultando a representação de todos, recomenda-se que aqueles de menor expressão sejam consolidados em um único projeto denominado “OUTROS”, observando o Princípio de Pareto, quando aplicável, que afirma que 80% do esforço, seja ele financeiro ou de homem-hora, advêm de 20% dos projetos, ou seja, ao menos os projetos que representam 80% do nosso esforço financeiro precisam estar listados no gráfico.

4.3 ANÁLISE DE MACROPROCESSOS

4.3.1 A análise dos macroprocessos deve basear-se nos resultados atingidos pelos indicadores, confrontando-os com as metas previamente definidas, comparando-os entre projetos, buscando compreender sua evolução ao longo do tempo e percebendo sua tendência.

4.3.2 É necessário que a análise foque no exercício, ressaltando na análise os motivos dos casos em que seja baixa a correlação entre o resultado físico e a execução financeira do exercício. Nestes casos é desejável, caso exista, a apresentação de séries históricas.

5 CRONOGRAMA DE LEVANTAMENTO E ANÁLISE DOS INDICADORES

5.1 LEVANTAMENTO DOS INDICADORES

5.1.1 RESPONSABILIDADE

Conforme disposto no ANEXO A por indicador, na coluna “Responsável pela Mensuração”.

5.1.2 PERIODICIDADE

5.1.2.1 Caso não seja realizado automaticamente por sistemas informatizados, a periodicidade mínima deverá ser mensal, para visualização de tendências ao longo do exercício, entretanto recomenda-se o levantamento constante dos indicadores para atender demandas não previstas de suporte à decisões de gestão e, ainda, evitar acúmulo de trabalho e consequentemente baixa confiabilidade dos dados.

5.1.2.2 O envio deverá ocorrer bimestralmente, até o 10º dia útil após o término do bimestre, para a “Gerência recebedora dos resultados” (conforme disposto no ANEXO C por indicador).

5.2 VALIDAÇÃO, CONSOLIDAÇÃO E ANÁLISE DOS INDICADORES

5.2.1 RESPONSABILIDADE

Conforme disposto no ANEXO C por indicador, na coluna “Gerências recebedoras dos resultados”.

5.2.2 PERIODICIDADE

5.2.2.1 A gerência receberá os resultados bimestralmente, sendo responsável pela consolidação e análise prévia da informação. A ocorrência de atrasos no recebimento da informação deve ser minimizada através da cobrança do envio. Discrepâncias observadas na análise prévia devem ser verificadas junto aos responsáveis pela medição, possibilitando a validação dos indicadores, conforme item 4.1, e melhoria de processos.

5.2.2.2 Após a validação e consolidação, a gerência analisará o comportamento dos indicadores, representando-os graficamente, conforme recomendações do item 4.2, observando tendências e complementando com justificativas (ou outros indicadores) que facilitem a análise do gráfico.

5.2.2.3 A análise e representação gráfica devem ser encaminhadas para a 3ª Subchefia do Estado-Maior do COMGAP até o 20º dia útil após o término do bimestre.

5.3 ANÁLISE DOS MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS E DE APOIO

5.3.1 RESPONSABILIDADE

A 3ª Subchefia do Estado-Maior do COMGAP, assessorada pelas demais Subchefias do EMGAP e pelas “Gerências recebedoras dos resultados” (conforme disposto no ANEXO C por indicador).

5.3.2 PERIODICIDADE

Quadrimestralmente, até 15 dias após o recebimento dos indicadores previamente consolidados e analisados, todas as análises serão realizadas e consolidadas por macroprocesso. As análises e recomendações serão divulgadas oportunamente, permitindo melhorias nos processos monitorados.

5.4 CONSOLIDAÇÃO FINAL PARA RELATÓRIO DE GESTÃO ANUAL

5.4.1 RESPONSABILIDADE

5.4.1.1 A 5ª Subchefia do Estado-Maior do COMGAP, assessorada pelas demais Subchefias do EMGAP e pelas “Gerências receptoras dos resultados”(conforme disposto no ANEXO C por indicador).

5.4.1.2 As “Gerências receptoras dos resultados” devem manter sob sua responsabilidade todos os dados tratados e não-tratados para futuras consultas que se fizerem necessárias.

5.4.2 PERIODICIDADE

5.4.2.1 Todos os envolvidos, coordenados pela 5EM, devem em colaboração conjunta contribuir para que o levantamento, consolidação, validação e análise de todos os indicadores e macroprocessos ocorra até 28 FEV.

5.4.2.2 Desta maneira, antes mesmo do fechamento do exercício financeiro, é essencial que seja agilizado o processo, sob coordenação da 5EM, para o cumprimento do prazo, sem prejuízo da confiabilidade dos dados.

5.4.2.3 Recomenda-se portanto que o levantamento, validação, consolidação e análise dos indicadores ocorram no máximo até o 15º dia útil de janeiro, e que a análise criteriosa dos macroprocessos e a elaboração do organograma funcional ocorram no máximo até o 10º dia útil de fevereiro.

6 DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1 As Organizações subordinadas deverão se preparar e orientar os elos sistêmicos na estruturação de uma base de informações que possibilite por intermédio do SILOMS ou outra ferramenta, a geração com fidelidade e o fluxo em tempo real de informações, para atualização dinâmica e permanente dos Indicadores de Gestão, necessários para o controle e gerenciamento do COMGAP.

6.2 As Organizações envolvidas num mesmo macroprocesso devem buscar, se possível, a padronização de indicadores e da metodologia de levantamento, validação, consolidação e análise dos mesmos.

6.3 Embora o foco dos indicadores seja o acompanhamento e análise dos resultados do exercício atual, é recomendado a observância, quando possível, de séries históricas, com as devidas precauções devido a diferentes restrições e limitações existentes em cada exercício.

6.4 Ressalta-se que os indicadores e o processo de coleta e tratamento das informações não deve se constituir em um fim em si mesmo, portanto se o trabalho e o custo envolvido nesta tarefa foi maior que o benefício, recomenda-se a exclusão ou substituição do indicador, ou alteração da sua periodicidade.

7 DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1 A elaboração desta Instrução faz parte de uma etapa do Projeto de Gestão do COMGAP, que visa a promover o desenvolvimento dos sistemas apoiados, por meio da análise das informações obtidas pelos indicadores gerenciais, em função dos objetivos estratégicos estabelecidos.

7.2 A presente ICA deverá ser revisada sempre que mudanças significativas estruturais ou conjunturais justificarem essa necessidade, a critério do Comandante-Geral de Apoio.

7.3 Os casos não previstos nesta Norma serão levados à apreciação do Comandante-Geral de Apoio.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral do Pessoal. Norma Sistemática do Comando da Aeronáutica (NSCA) 5-1, de 23 de novembro de 2011. Norma que disciplina a **“Confecção, controle e numeração das publicações oficiais do Comando da Aeronáutica”**. Boletim do Comando da Aeronáutica nº 225, de 29 de novembro de 2011.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Indicadores – Orientações Básicas Aplicadas à Gestão Pública**. 1ª edição. Brasília, DF, 2012. Jorge Caldeira. “100 Indicadores da Gestão – Key Performance Indicators”. 1ª edição. Editora Actual. Lisboa, Portugal, 2012.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Portaria nº 175, de 9 de julho de 2013. **Dispõe sobre orientações às unidades jurisdicionadas ao Tribunal quanto à elaboração de conteúdos dos relatórios de gestão referentes ao exercício de 2013**. Diário Oficial da União, Brasília, 12 jul. 2013, Seção 1, p. 202.

Anexo A – Indicadores

Apoio Logístico de Suprimento e Manutenção de Material Aeronáutico				
Título	Área	Finalidade	Fonte	Responsável pela mensuração
Comprometimento de Recursos da LOA	SISMA	Visa acompanhar a porcentagem do comprometimento da LOA, em relação aos valores cadastrados nos cronogramas dos contratos vigentes do Programa de Ação Orçamentária Manutenção e Suprimento de Material Aeronáutico (2048)	SILOMS LOA	Divisão de Contratos da DIRMAB
Recursos despendidos da Ação Orçamentária Manutenção e Suprimento de Material Aeronáutico no exterior	SISMA	Acompanhar a execução de recursos despendidos da Ação Orçamentária de Manutenção e Suprimento de Material Aeronáutico no exterior, visando o cumprimento do Esforço Aéreo	SIAFI SILOMS-EXT	Divisão de Gestão Orçamentária da DIRMAB
Recursos despendidos da Ação Orçamentária Manutenção e Suprimento de Material Aeronáutico no país	SISMA	Acompanhar a execução de recursos despendidos da Ação Orçamentária de Manutenção e Suprimento de Material Aeronáutico no país, visando o cumprimento do Esforço Aéreo	SIAFI SILOMS	Divisão de Gestão Orçamentária da DIRMAB
Execução dos Recursos da Ação Orçamentária Manutenção e Suprimento de Material Aeronáutico	SISMA	Acompanhar a execução de recursos despendidos da Ação Orçamentária de Manutenção e Suprimento de Material Aeronáutico, visando o cumprimento do Esforço Aéreo.	SIAFI SILOMS	Divisão de Gestão Orçamentária da DIRMAB
Destaque Disponibilizado	SISMA	Acompanhar a execução de recursos adicionais recebidos para apoio à Ação Orçamentária de Manutenção e Suprimento de Material Aeronáutico, visando o cumprimento do Esforço Aéreo.	SIAFI SILOMS	Divisão de Gestão Orçamentária da DIRMAB
Execução dos Recursos dos Planos Orçamentários	SISMA	Acompanhar a execução de recursos despendidos de cada Plano Orçamentário.	SIAFI SILOMS	Coordenadores das Ações Orçamentárias.
Horas voadas e esforço aéreo por projeto	SISMA	Permite o acompanhamento do esforço aéreo aprovado pela ICA 55-66 "Programa Anual de Atividades Aéreas", contabilizando mensalmente e cumulativamente as horas voadas.	SILOMS ICA 55-66	Divisão de Projetos Aeronáuticos da DIRMAB
Disponibilidade logística e operacional	SISMA	Permite o acompanhamento da disponibilidade média das aeronaves distribuídas, conforme tabela de dotação definida, e as indisponibilidades logística e operacional	SILOMS ICA 55-66	Divisão de Projetos Aeronáuticos da DIRMAB
Idade média das aeronaves por projeto	SISMA	Permite o acompanhamento da idade média da frota, permitindo inferir a fase do ciclo de vida que o projeto se encontra.	SILOMS	Divisão de Projetos Aeronáuticos da DIRMAB

Continuação do Anexo A - Indicadores

Apoio Logístico de Suprimento e Manutenção de Material Bélico				
Título	Área	Finalidade	Fonte	Responsável pela mensuração
IOA - Índice Orçamento Aprovado	SISMAB	Medir a porcentagem da PPO referente a todo o orçamento aprovado para alcançar os resultados esperados dos macroprocessos analisados	SIAFI e LOA	Divisão de Gestão Orçamentária da DIRMAB
IOD - Índice Orçamento Disponibilizado (LOA+Destaques / PPO)	SISMAB	Medir a porcentagem da PPO referente a todo o orçamento disponibilizado para alcançar os resultados esperados dos macroprocessos analisados	SIAFI e LOA	Divisão de Gestão Orçamentária da DIRMAB
IEP - Índice Execução do Planejamento	SISMAB	Acompanhar a execução de recursos despendidos de cada Plano Orçamentário	SIAFI e SILOMS	Divisão de Gestão Orçamentária da DIRMAB
Execução Física da Tabela de Aquisição de Material Bélico	SISMAB	Verificar a eficácia da execução de atividades programadas e não-programadas, constantes nas Tabelas de Aquisição de Material Bélico	SILOMS e SIAFI	Subdivisão de Controle da Subdiretoria de Sistemas Bélicos da DIRMAB
Reserva de Guerra	SISMAB	Verificar o nível de estoque de Reserva de Guerra de material bélico existente na FAB para cada tipo de armamento, conforme definição estabelecida na DCA 135-1. Feito para um ciclo de 4 anos, histórico é mantido, permitindo a visualização de tendências.	SILOMS	Subdivisão de Controle da Subdiretoria de Sistemas Bélicos da DIRMAB
Distribuição da Tabela de Lotação de Material Bélico	SISMAB	Verificar o nível de distribuição de material bélico aos operadores.	SILOMS	Subdivisão de Controle da Subdiretoria de Sistemas Bélicos da DIRMAB

Continuação do Anexo A - Indicadores

Apoio Logístico de Combustíveis e Lubrificantes de Aviação				
Título	Área	Finalidade	Fonte	Responsável pela mensuração
Orçamento Disponibilizado na Ação	DIRMAB	Verificar os possíveis prejuízos à execução das medidas/atividades relacionadas ao resultado esperado da ação orçamentária.	SILOMS LOA SIAFI	Divisão de Gestão Orçamentária da DIRMAB; Subdivisão de Suprimento de Combustíveis e Lubrificantes
Execução Orçamentária na Ação	DIRMAB	Verificar o fluxo da execução orçamentária na ação, distinguindo a execução para o fornecimento de combustíveis de aviação, para o fornecimento de óleos lubrificantes de aviação, e para manutenção das instalações de abastecimento de combustíveis e lubrificantes do COMAER.	SILOMS SIAFI	Divisão de Gestão Orçamentária da DIRMAB; Subdivisão de Suprimento de Combustíveis e Lubrificantes
Consumo total de combustível de aviação em litros	DIRMAB	Verificar a quantidade de litros de combustível de aviação consumidos no total por projeto.	SILOMS	Subdivisão de Suprimento de Comb. e Lub. Da DIRMAB
Consumo real de combustível de aviação em litros por hora de voo	DIRMAB	Verificar a quantidade de litros de combustível de aviação consumidos por hora de voo por projeto, permitindo melhor planejamento.	SILOMS	Subdivisão de Suprimento de Comb. e Lub. Da DIRMAB
Gasto total de combustível em reais	DIRMAB	Verificar o gasto em reais com combustível de aviação por projeto.	SILOMS	Subdivisão de Suprimento de Comb. e Lub. Da DIRMAB
Preço médio do litro de combustível de aviação	DIRMAB	Verificar o preço médio do litro de combustível por projeto, permitindo melhor planejamento.	SILOMS	Subdivisão de Suprimento de Comb. e Lub. Da DIRMAB

Continuação do Anexo A - Indicadores

Obtenção de Material e Serviços				
Título	Área	Finalidade	Fonte	Responsável pela mensuração
Indicador de Orçamento Disponibilizado - Exterior.	CELOG	Verificar os possíveis prejuízos à execução das medidas/atividades relacionadas ao resultado esperado para os macro processos finalísticos e de apoio e à finalidade prevista de cada ação orçamentária.	SILOMS-EXT/SIAFI.	Assessoria de Controle Interno da CABE e CABW
Execução Orçamentária EXTERIOR	CELOG	Verificar o fluxo da execução orçamentária em relação a cada ação	SILOMS-EXT/SIAFI	Assessoria de Controle Interno da CABE e CABW
Execução Orçamentária - Brasil	CELOG	Acompanhamento da Alocação e Utilização de Recursos Orçamentários	Notas de Crédito e Notas de Empenho lançadas no SILOMS.	Automático pelo sistema SILOMS.
Alocação Orçamentária - Exterior	CELOG	Diagnosticar se os recursos financeiros alocados foram distribuídos nos dígitos, conforme os respectivos Grandes Comandos, e verificar o saldo restante a empenhar	SILOMS-EXT	Equipe de gerência do SILOMS-EXT no CCA-RJ com o apoio da ATI da CABW
Quantidade de Requisições por Prioridade - Exterior	CELOG	Levantar o número de requisições inseridas no período de um mês, por prioridade.	SILOMS-EXT	Equipe de gerência do SILOMS-EXT no CCA-RJ com o apoio da ATI da CABW
Quantidade de Cotações e Empenhos Emitidos - Exterior	CELOG	Levantar o número de cotações e PO (empenhos) emitidos no período de um mês	SILOMS-EXT	Equipe de gerência do SILOMS-EXT no CCA-RJ com o apoio da ATI da CABW
Tempo Médio de Obtenção e Compra - Exterior.	CELOG	Mensurar o tempo médio despendido em processo de aquisição.	SILOMS-EXT	Divisão Logística da CABE; Divisão Administrativa da CABE.
Tempo Médio para Emissão de Empenho (Purchase Order) - Exterior.	CELOG	Mensurar o tempo médio despendido para empenho da despesa.	SILOMS-EXT	Divisão Logística da CABE; Divisão Administrativa da CABE.
Tempo Médio de Recebimento - Exterior	CELOG	Mensurar o tempo médio despendido para recebimento dos materiais adquiridos, geral e por projeto	SILOMS-EXT	Divisão Logística da CABE; Divisão Administrativa da CABE.

Continuação do Anexo A - Indicadores

Tempo Médio de Pagamento - Exterior	CELOG	Mensurar o tempo médio despendido para pagamento das faturas	SILOMS-EXT	Divisão de Finanças da CABE
Tempo Médio de Obtenção/Aquisição - Brasil	CELOG	Permite, em tempo real, acompanhar o tempo médio da compra desde a inclusão da requisição até a compra do produto/serviço e, portanto, auxilia melhor o gestor nas tomadas de decisões cabíveis.	SILOMS-AQUISIÇÃO	SILOMS-AQUISIÇÃO
Tempo Médio do Pagamento da Fatura - Brasil	CELOG	Auxiliar na fiscalização de faturas para amenizar possíveis multas e detectar possíveis problemas oriundos de atrasos.	SILOMS-AQUISIÇÃO	CELOG
IRA - Indicador de Requisições Adquiridas (Aprovada)	GAL	Porcentagem de requisições adquiridas em função das processadas no SILOMS	SILOMS	GAL
IRS - Indicador de Requisições Suspensas	GAL	Porcentagem de requisições suspensas em função das inseridas no SILOMS	SILOMS	GAL
IRC - Indicador de Requisições Canceladas	GAL	Porcentagem de requisições canceladas em função das inseridas no SILOMS	SILOMS	GAL
IRE - Indicador de Requisições Empenhadas	GAL	Porcentagem de requisições empenhadas em função das licitadas no SILOMS	SILOMS	GAL
IEF - Indicador de Execução Financeira	GAL	Porcentagem de execução financeira por ação em função do crédito recebido	SILOMS / SIAFI	GAL
IOCA - Indicador de Ordem de Compra Anulada	GAL	Porcentagem de Ordens de Compra Anuladas em função das Ordens de Compra emitidas no SILOMS	SILOMS	GAL

Continuação do Anexo A - Indicadores

Transporte Logístico Intermodal e Despacho Aduaneiro				
Título	Área	Finalidade	Fonte	Responsável pela mensuração
IOA - Índice Orçamento Aprovado	CELOG	Medir a porcentagem da PPO referente a todo o orçamento aprovado para alcançar os resultados esperados dos macroprocessos analisados	SILOMS, SIAFI e LOA	CELOG e CTLA
IOD - Índice Orçamento Disponibilizado (LOA+Destaques) / PPO	CELOG	Medir a porcentagem da PPO referente a todo o orçamento disponibilizado para alcançar os resultados esperados dos macroprocessos analisados	SILOMS, SIAFI e LOA	CELOG e CTLA
IEP - Índice Execução do Planejamento	CELOG	Acompanhar a execução de recursos despendidos no Transporte Logístico	SILOMS e SIAFI	CELOG e CTLA
Gastos Com Combustível e Transporte - Exterior	CELOG, CABW	Levantar os custos com a remessa de materiais adquiridos para os requisitantes no Brasil	SILOMS-EXT	Equipe de gerência do SILOMS-EXT no CCA-RJ com o apoio da ATI da CABW
Tempo Médio de Armazenagem e Embarque - Exterior	CELOG, CABE	Mensurar o tempo médio despendido entre o recebimento, em depósito, dos materiais adquiridos e seu embarque no porto / aeroporto de saída no exterior.	SILOMS-EXT	Divisão Logística da CABE.
Tempo Médio de Transporte Internacional - Exterior.	CELOG, CABE	Mensurar o tempo médio despendido para transporte dos materiais entre o porto / aeroporto no exterior e o porto / aeroporto de destino no Brasil.	SILOMS-EXT	Divisão Logística da CABE.
Tempo Médio de Transporte - Exterior	CELOG, CABE	Mensurar o tempo médio despendido para transporte dos materiais entre o porto / aeroporto no exterior e o porto / aeroporto de destino no Brasil.	SILOMS-EXT	Divisão Logística da CABE.
Volume Transportado por Modal - Exterior	CELOG, CABE	Avaliar o perfil de distribuição dos modais empregados para transporte dos materiais adquiridos no exterior.	SILOMS-EXT e Controle do Faturamento do Contrato de Transporte Logístico da CABE.	Divisão Logística da CABE.
Custo Médio de Transporte por Modal - Exterior.	CELOG, CABE	Avaliar o perfil de distribuição dos modais empregados para transporte dos materiais adquiridos no exterior.	SILOMS-EXT e Controle do Faturamento do Contrato de Transporte Logístico da CABE.	Divisão Logística da CABE.

Continuação do Anexo A – Indicadores

Indicador de Tempo Médio de Desembarço Alfandegário dos Processos de Importação - Brasil	CELOG, CTLA	Indicar a média, em dias, utilizada para a importação dos processos de recebimento de material oriundo do exterior, realizados no decorrer de um mês	SILOMS / PRÉ-ALERTA emitidos pelas Comissões de compra no exterior, pelos Fiscais de Contratos e Chefes dos GACs; e Controle informatizado de processos da DDM (Seção de Importação de Materiais).	CHEFE DA SUBDIVISÃO DE DESEMBARÇO ALFANDEGÁRIO DO CTLA.
Movimentação de Cargas - Brasil	CELOG, DMAT	Indica o movimento mensal e anual de cargas, por peso, dos materiais recebidos e expedidos, por Grande Comando	SILOMS-MT	CHEFE DA SUBDIVISÃO DE MATERIAL (DMAT)
Indicador do Número de Embarques Efetuados Mensalmente em Aeronaves Comerciais - Brasil	CELOG, CTLA	INDICAR O NÚMERO DE MISSÕES REALIZADAS EM AERONAVES COMERCIAIS.	SILOMS, E-MAILS, DOC FAX, Notas fiscais e Fiscais de Contratos	SEÇÃO DE CONTROLE E ESTATÍSTICAS (OCES) DO CTLA.
Indicador do Número de Embarques Efetuados Meios Terrestres - Brasil	CELOG, CTLA	INDICAR O NÚMERO DE MISSÕES REALIZADAS MENSALMENTE NO MEIO TERRESTRE.	SILOMS-MT, E-MAILS, DOC FAX E PELOS RELATÓRIOS DE RESUMO DE VIAGEM.	SEÇÃO DE CONTROLE E ESTATÍSTICAS (OCES) DO CTLA.
Indicador do Número de Embarques Efetuados Meios Marítimos - Brasil	CELOG, CTLA	INDICAR O NÚMERO DE MISSÕES REALIZADAS MENSALMENTE COM MEIOS MARÍTIMOS.	SILOMS, E-MAILS, DOC FAX, NOTAS FISCAIS E FISCAIS DE CONTRATOS.	SEÇÃO DE CONTROLE E ESTATÍSTICAS (OCES) DO CTLA.
Indicador do Número de Embarques Efetuados em Aeronaves Militares - Brasil	CELOG, CTLA	INDICAR O NÚMERO DE MISSÕES REALIZADAS MENSALMENTE EM AERONAVES MILITARES.	FAX E E-MAIL ENVIADOS PELOS POSTOS CAN.	SEÇÃO DE CONTROLE E ESTATÍSTICAS (OCES) DO CTLA.
Indicador do Movimento de Cargas (Peso em Kg) no Meio Terrestre - Brasil	CELOG, CTLA	INDICAR A QUANTIDADE DE CARGA TRANSPORTADA MENSALMENTE NO MEIO TERRESTRE.	SILOMS-MT, E-MAILS, DOC FAX E PELOS RELATÓRIOS DE CARGAS TRANSPORTADAS.	SEÇÃO DE CONTROLE E ESTATÍSTICAS (OCES) DO CTLA.
Indicador do Movimento de Cargas (Peso em Kg) no Meio Aéreo - Brasil	CELOG, CTLA	INDICAR A QUANTIDADE DE CARGA TRANSPORTADA MENSALMENTE NO MEIO AÉREO.	E-MAILS E FAX ENVIADOS PELOS POSTOS CAN.	SEÇÃO DE CONTROLE E ESTATÍSTICAS (OCES) DO CTLA.

Continuação do Anexo A - Indicadores

Nacionalização				
Título	Área	Finalidade	Fonte	Responsável pela mensuração
IOA - Índice Orçamento Aprovado	CELOG	Medir a porcentagem da PPO referente a todo o orçamento aprovado para alcançar os resultados esperados dos macroprocessos analisados	SILOMS e SIAFI	CELOG
IOD - Índice Orçamento Disponibilizado (LOA+Destaques) / PPO	CELOG	Medir a porcentagem da PPO referente a todo o orçamento disponibilizado para alcançar os resultados esperados dos macroprocessos analisados	SILOMS e SIAFI	CELOG
IEP - Índice Execução do Planejamento	CELOG	Acompanhar a execução de recursos despendidos de cada Plano Orçamentário.	SILOMS e SIAFI	CELOG
Indicador de Cumprimento de Prazo da Nacionalização (PTN).	CELOG	Medir o grau de acerto no planejamento do PTN para permitir maior confiabilidade na data informada ao PAMA para entrega do item nacionalizado.	SILOMS	Divisão de Nacionalização
Indicador de atendimento aos pedidos de nacionalização (PTN)	CELOG	Medir o quanto da necessidade de nacionalização foi realmente atendida.	SILOMS	Divisão de Nacionalização

Continuação do Anexo A – Indicadores

Apoio técnico-gerencial de patrimônio imobiliário e de infraestrutura de instalações militares e aeroportuária				
Título	Área	Finalidade	Fonte	Responsável pela mensuração
IOA - Índice Orçamento Aprovado	DIRENG	Medir a porcentagem da PPO referente a todo o orçamento aprovado para alcançar os resultados esperados dos macroprocessos analisados	SILOMS e SIAFI	DIRENG
IOD - Índice Orçamento Disponibilizado (LOA+Destaques) / PPO	DIRENG	Medir a porcentagem da PPO referente a todo o orçamento disponibilizado para alcançar os resultados esperados dos macroprocessos analisados	SILOMS e SIAFI	DIRENG
IEP - Índice Execução do Planejamento	DIRENG	Acompanhar a execução de recursos despendidos de cada Plano Orçamentário.	SILOMS e SIAFI	DIRENG
Percentual realizado das atividades de patrimônio imobiliário	DIRENG	Medir o percentual de realização das atividades de patrimônio imobiliário, tais como, a elaboração de relatórios técnicos, de estudos preparatórios, de laudos de avaliação, assim como visitas de inspeção e atualizações do Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da Aeronáutica, normatização, etc.	Dotproject DIRENG	DIRENG
Percentual realizado das atividades de planejamento de obras de infraestrutura de instalações militares e aeroportuária	DIRENG	Medir o percentual de realização das atividades de planejamento de obras de infraestrutura, tais como, a elaboração de projetos de reforma e de construção, elaboração de termos de referência, estudos de viabilidade financeira, levantamentos topográficos e sondagens geotécnicas, normatização, etc.	Dotproject DIRENG	DIRENG
Percentual realizado das atividades de gerenciamento de obras de infraestrutura de instalações militares e aeroportuária	DIRENG	Medir o percentual de realização das atividades de gerenciamento de obras de infraestrutura, tais como, controle e supervisão de obras, aquisição e manutenção de equipamentos de levantamento topográfico e de sondagem, análise e inspeção de pavimentos, aquisição e manutenção do Sistema de Sinalização de Aeródromos, normatização, etc.	Dotproject DIRENG	DIRENG

Continuação do Anexo A - Indicadores

Apoio técnico-operacional de engenharia				
Título	Área	Finalidade	Fonte	Responsável pela mensuração
IOA - Índice Orçamento Aprovado	DIRENG	Medir a porcentagem da PPO referente a todo o orçamento aprovado para alcançar os resultados esperados dos macroprocessos analisados	SIAFI SILOMS	DIRENG
IOD - Índice Orçamento Disponibilizado (LOA+Destaques) / PPO	DIRENG	Medir a porcentagem da PPO referente a todo o orçamento disponibilizado para alcançar os resultados esperados dos macroprocessos analisados	SIAFI SILOMS	DIRENG
IEP - Índice Execução do Planejamento	DIRENG	Acompanhar a execução de recursos despendidos de cada Plano Orçamentário.	SIAFI SILOMS	DIRENG
Percentual realizado das atividades de gerenciamento do transporte de superfície	SISTRANS	Medir o percentual de realização das atividades de gerenciamento do transporte de superfície, tais como, distribuição de combustíveis e lubrificantes automotivos, recebimento e distribuição de veículos, controle dos seguros obrigatórios, controle da alienação de veículos, elaboração de requisitos para aquisição, normatização, etc.	Dotproject DIRENG	DIRENG
Percentual de consumo da cota de combustível	SISTRANS	Este indicador permite o acompanhamento da evolução do consumo de combustíveis nas OM, em relação às cotas estabelecidas.	Banco de dados DIRENG	DIRENG
Custos com combustíveis e lubrificantes automotivos no ano	SISTRANS	Este indicador permite o acompanhamento dos gastos consolidados realizados mensalmente com combustíveis e lubrificantes automotivos.	Banco de dados DIRENG	DIRENG
Disponibilidade mensal da frota por projeto	SISTRANS	Este indicador permite o acompanhamento da disponibilidade mensal da frota por projeto.	Banco de dados DIRENG	DIRENG
Número de veículos leiloados ao ano	SISTRANS	Este indicador permite o acompanhamento do número de veículos leiloados no ano em relação ao total da frota.	Banco de dados DIRENG	DIRENG
Número de veículos de representação (P0) com mais de 2 anos	SISTRANS	Este indicador permite a visualização da situação da frota de veículos quanto à obsolescência.	Banco de dados DIRENG	DIRENG
Número de veículos especiais (P1) com mais de 3 anos	SISTRANS	Este indicador permite a visualização da situação da frota de veículos quanto à obsolescência.	Banco de dados DIRENG	DIRENG
Número de veículos para serviço leve com mais de 5 anos	SISTRANS	Este indicador permite a visualização da situação da frota de veículos quanto à obsolescência.	Banco de dados DIRENG	DIRENG
Número de veículos para serviço pesado com mais de 10 anos	SISTRANS	Este indicador permite a visualização da situação da frota de veículos quanto à obsolescência.	Banco de dados DIRENG	DIRENG

Continuação do Anexo A - Indicadores

Percentual realizado das atividades de gerenciamento de contraincêndio	SISCON	Medir o percentual de realização das atividades de gerenciamento de contraincêndio, tais como, inspeções, aquisição e manutenção de caminhões e carros de contraincêndio, planejamento e gerenciamento de obras relacionadas ao contraincêndio, normatização, etc.	Dotproject DIRENG	DIRENG
Nível de Proteção nos Aeródromos	SISCON	Este indicador permite o acompanhamento do nível de proteção nos aeródromos.	Banco de dados DIRENG	DIRENG-SDAO
Percentual realizado das atividades de engenharia de campanha	DIRENG	Medir o percentual de realização das atividades de engenharia de campanha, tais como, aquisição e manutenção de equipamentos, participação em operações, normatização, etc.	Dotproject DIRENG	DIRENG

Desenvolvimento e Manutenção de Projetos e Sistemas Corporativos de Tecnologia da Informação				
Título	Área	Finalidade	Fonte	Responsável pela mensuração
Percentual realizado das atividades de desenvolvimento e manutenção de projetos e sistemas corporativos de tecnologia da informação	DTI CCA-RJ	Medir o percentual de realização das atividades planejadas	Gerentes de Projeto	Gerentes e DTI (consolidação)
IOA - Índice Orçamento Aprovado	DTI	Medir a porcentagem da PPO referente a todo o orçamento aprovado para alcançar os resultados esperados dos macroprocessos analisados	SIAFI	DTI
IOD - Índice Orçamento Disponibilizado (LOA+Destaques) / PPO	DTI	Medir a porcentagem da PPO referente a todo o orçamento disponibilizado para alcançar os resultados esperados dos macroprocessos analisados	SIAFI	DTI
IEP - Índice Execução do Planejamento	DTI	Acompanhar a execução de recursos despendidos de informática.	SIAFI	DTI

Continuação do Anexo A - Indicadores

Apoio logístico de suprimento e manutenção de simuladores				
Título	Área	Finalidade	Fonte	Responsável pela mensuração
Percentual realizado das atividades de apoio logístico de suprimento e manutenção de simuladores	DTI CCA-SJ	Medir o percentual de realização das atividades planejadas	Gerentes de Projeto	Gerentes e DTI (consolidação)
IOA - Índice Orçamento Aprovado	DTI	Medir a porcentagem da PPO referente a todo o orçamento aprovado para alcançar os resultados esperados dos macroprocessos analisados	SIAFI	DTI
IOD - Índice Orçamento Disponibilizado (LOA+Destaques) / PPO	DTI	Medir a porcentagem da PPO referente a todo o orçamento disponibilizado para alcançar os resultados esperados dos macroprocessos analisados	SIAFI	DTI
IEP - Índice Execução do Planejamento	DTI	Acompanhar a execução de recursos despendidos na ação	SIAFI	DTI

Apoio Logístico de Infraestrutura de Tecnologia da Informação				
Título	Área	Finalidade	Fonte	Responsável pela mensuração
Percentual realizado das atividades de apoio logístico de infraestrutura de tecnologia da informação	DTI	Medir o percentual de realização das atividades planejadas no apoio à ativos de rede, equipamentos, licenças para servidores e estações de trabalho, segurança da informação, etc.	Gerentes de Projeto	Gerentes e DTI (consolidação)
IOA - Índice Orçamento Aprovado	DTI	Medir a porcentagem da PPO referente a todo o orçamento aprovado para alcançar os resultados esperados dos macroprocessos analisados	SIAFI	DTI
IOD - Índice Orçamento Disponibilizado (LOA+Destaques) / PPO	DTI	Medir a porcentagem da PPO referente a todo o orçamento disponibilizado para alcançar os resultados esperados dos macroprocessos analisados	SIAFI	DTI
IEP - Índice Execução do Planejamento	DTI	Acompanhar a execução de recursos despendidos em cada Plano Orçamentário.	SIAFI	DTI

Continuação do Anexo A - Indicadores

Capacitação e pesquisa especializadas				
Título	Área	Finalidade	Fonte	Responsável pela mensuração
Vagas disponibilizadas conforme TCA 37-11 (total e por modalidade)	ILA	Observar a quantidade de vagas disponibilizadas inicialmente, na qual baseou-se o planejamento	TCA 37-11	Divisão de ensino do ILA
Índice de Alunos Capacitados conforme TCA 37-11 (total e por modalidade)	ILA	Avaliar diretamente a eficácia em relação ao previsto na TCA 37-11 e indiretamente a montante do trabalho desperdiçado pelo não preenchimento de todas as vagas disponíveis, do cancelamento de cursos ou do desligamento de alunos.	Banco de dados do ILA	Divisão de ensino do ILA
Índice de Alunos Capacitados EXTRA TCA 37-11 (total e por modalidade)	ILA	Avaliar o impacto de turmas EXTRA TCA 37-11	Banco de dados do ILA	Divisão de ensino do ILA
Média de alunos capacitados por turma por modalidade	ILA	Medir o número de alunos por turma em cada modalidade (presencial, a distância e semipresencial) e avaliar as diferenças entre as modalidades	Banco de dados do ILA	Divisão de ensino do ILA
Carga horária média das turmas realizadas por modalidade	ILA	Medir a carga horária média por turma realizada em cada modalidade (presencial, a distância e semipresencial) e avaliar as diferenças entre as modalidades	Banco de dados do ILA	Divisão de ensino do ILA
Custo médio das turmas realizadas por modalidade	ILA	Medir o custo médio por turma realizada em cada modalidade (presencial, a distância e semipresencial) e avaliar as diferenças entre as modalidades	Banco de dados do ILA	Divisão de ensino do ILA
Consultorias logísticas realizadas	ILA	Quantificar a pesquisa realizada em projetos logísticos através da quantidade de assessorias logísticas prestadas	Banco de dados do ILA	Divisão de Pesquisa e Desenvolvimento do ILA
Consultorias de treinamento realizadas	ILA	Quantificar a pesquisa realizada em projetos de treinamento através da quantidade de assessorias prestadas	Banco de dados do ILA	Divisão de ensino do ILA
IOA - Índice Orçamento Aprovado	ILA	Medir a porcentagem da PPO referente a todo o orçamento aprovado para alcançar os resultados esperados dos macroprocessos analisados	SILOMS SIAFI	ILA
IOD - Índice Orçamento Disponibilizado (LOA+Destaques) / PPO	ILA	Medir a porcentagem da PPO referente a todo o orçamento disponibilizado para alcançar os resultados esperados dos macroprocessos analisados	SILOMS SIAFI	ILA
IEP - Índice Execução do Planejamento	ILA	Acompanhar a execução de recursos despendidos em cada Plano Orçamentário	SILOMS SIAFI	ILA

Anexo B – Levantamento dos Indicadores

Apoio Logístico de Suprimento e Manutenção de Material Aeronáutico			
Título	Fórmula de mensuração	Definição dos parâmetros	Metodologia de medição
Comprometimento de Recursos da LOA	$ICRL = (MVCC/LOA) \times 100\%$	MVCC: Soma dos valores contratuais comprometidos (cronograma) da Ação 2048 LOA: valor disponibilizado na LOA da Ação 2048	Consulta de valores de contratos disponível no SILOMS-AQUISIÇÃO-CONTRATOS e LOA.
Recursos despendidos da Ação Orçamentária Manutenção e Suprimento de Material Aeronáutico no exterior	$(LOA + DESTAQUES) \text{ despendidos no exterior}$	- LOA: Valor de todo o orçamento aprovado na LOA destinado a alcançar os resultados esperados dos macroprocessos analisados. - DESTAQUES: Valor de todo o orçamento adicional descentralizado destinado a alcançar os resultados esperados dos macroprocessos analisados.	Os dados são coletados do SIAFI/SILOMS-EXT e processados em planilhas para acompanhamento
Recursos despendidos da Ação Orçamentária Manutenção e Suprimento de Material Aeronáutico no país	$(LOA + DESTAQUES) \text{ despendidos no país}$	- LOA: Valor de todo o orçamento aprovado na LOA destinado a alcançar os resultados esperados dos macroprocessos analisados. - DESTAQUES: Valor de todo o orçamento adicional descentralizado destinado a alcançar os resultados esperados dos macroprocessos analisados.	Os dados são coletados do SIAFI/SILOMS e processados em planilhas para acompanhamento.
Execução dos Recursos da Ação Orçamentária Manutenção e Suprimento de Material Aeronáutico	$(EMPENHADO / LIQUIDADO) \times 100\%$	EMPENHADO: Valor total empenhado de Manutenção e Suprimento de Material Aeronáutico. LIQUIDADO: Valor total liquidado de Manutenção e Suprimento de Material Aeronáutico.	Os dados são coletados do SIAFI/SILOMS e processados em planilhas para acompanhamento.
Destaque Disponibilizado	$(DESTAQUES/TOTAL RECEBIDO) \times 100\%$	DESTAQUES: Valor de todo o orçamento adicional descentralizado destinado a alcançar os resultados esperados dos macroprocessos analisados. - TOTAL RECEBIDO: Valor total recebido da Ação Orçamentária de Manutenção e Suprimento de Material Aeronáutico.	Os dados são coletados do SIAFI/SILOMS e processados em planilhas para acompanhamento.
Execução dos Recursos dos Planos Orçamentários	$(EMPENHADO / LIQUIDADO) \times 100\%$	EMPENHADO: Valor total empenhado de Manutenção e Suprimento de Material Aeronáutico. LIQUIDADO: Valor total liquidado de Manutenção e Suprimento de Material Aeronáutico.	Os dados são coletados do SIAFI/SILOMS e processados em planilhas para acompanhamento.
Horas voadas e esforço aéreo por projeto	$HV / \text{ESFORÇO AÉREO PLANEJADO PJT}$	HV: horas voadas mensais por projeto ESFORÇO AÉREO PLANEJADO: esforço aéreo médio mensal por projeto	Os dados são coletados no SILOMS e na ICA 55-66 e processados em planilhas para acompanhamento.
Disponibilidade logística e operacional	Disponibilidade: $(MÉDIA DE ANVS DISPONÍVEIS / TDA) \times 100\%$ Indisp Logística: $[(TDA - ANVS COMPLETAS)/TODA] \times 100\%$ Indisp Operacional: $100\% - (\text{Disponibilidade} + \text{Indisp Logística})$	ANVS COMPLETAS: quantidade de aeronaves com configuração completa localizadas no operador ANVS DISPONÍVEIS: quantidade média de aeronaves disponível para voo no operador TDA: meta de aeronaves distribuídas no operador	Os dados são coletados no SILOMS e na ICA 55-66 e processados em planilhas para acompanhamento.
Idade média das aeronaves por projeto	Média da idade, em anos, a contar da entrada em operação das aeronaves (não necessariamente na FAB)	Eventuais modernizações não devem ser consideradas como fator de redução da idade média, salvo se houver considerável reforço estrutural, troca de cablagens e modernização ampla de avônicos	Consulta no SILOMS e bancos de dados, sendo necessário análise especial em casos de ampla modernização.

Continuação do Anexo B – Levantamento dos Indicadores

Apoio Logístico de Suprimento e Manutenção de Material Bélico			
Título	Fórmula de mensuração	Definição dos parâmetros	Metodologia de medição
IOA - Índice Orçamento Aprovado	LOA / PPO		Consulta direta ao SIAFI e LOA
IOD - Índice Orçamento Disponibilizado (LOA+Destaques) / PPO	(LOA+DESTAQUES) / PPO		Consulta direta ao SIAFI e LOA
IEP - Índice Execução do Planejamento	(LIQUIDADO / EMPENHADO) x 100 %	EMPENHADO: Valor total empenhado de Manutenção e Suprimento de Material Aeronáutico. LIQUIDADO: Valor total liquidado de Manutenção e Suprimento de Material Aeronáutico.	Os dados são coletados do SIAFI/SILOMS e processados em planilhas para acompanhamento.
Execução Física da Tabela de Aquisição de Material Bélico	$IEF (\%) = \left(\frac{\sum \% \text{ avaliação da atividade}}{\text{quantidade de atividades totais}} \right)$ <p>Onde: quantidade de atividades totais = quantidade de atividades planejadas + quantidade de atividades extras – quantidade de atividades excluídas]</p>	<p>$\sum \% \text{ avaliação da atividade}$ – é o somatório dos percentuais de execução física das atividades de uma tabela ou plano de aquisição. Cada atividade terá uma avaliação qualitativa do percentual de execução física em relação a determinado parâmetro bem definido;</p> <p>Atividades planejadas – são as atividades incluídas em um plano aprovado;</p> <p>Atividades extras – são as atividades incluídas em um plano após a aprovação; e</p> <p>Atividades excluídas – são as atividades excluídas de um plano aprovado.</p>	<p>Anualmente a DIRMAB publica as Tabelas de Aquisição de Material Bélico, baseando-se em cálculos que levam em consideração os parâmetros da DCA 135-1, os projetos estratégicos da PCA 11-47, além da necessidade do operador e da disponibilidade dos itens em estoque.</p> <p>Cada linha das tabelas corresponde a uma atividade, que motivará um Processo Administrativo de Gestão para aquisição do material ou do serviço de interesse do respectivo Programa/Ação, pelas OM executantes.</p> <p>Para efeito de medição, considera-se como “% de avaliação da atividade” o grau de eficácia calculada em termos de quantidades reais empenhadas em relação às quantidades previstas. O índice IEF corresponde à média aritmética do percentual da eficácia de cada atividade.</p> <p>Sabe-se que entre a inserção do planejamento no SIPLORC e a execução financeira existe um lapso temporal relativamente grande. Em geral, o cenário logístico sofre modificações em função de decisões de diversos órgãos do Comando da Aeronáutica, o que resulta na necessidade de replanejamento das tabelas de aquisição, seja para excluir atividades planejadas, seja para incluir outras atividades.</p> <p>Desta forma, para o cálculo do indicador de execução física (IEF) deverão ser consideradas eventuais atividades incluídas ou excluídas durante o processo.</p>
Reserva de Guerra	$IRG (\%) = \frac{[(QTD_ESTOQUE - QTD_PIMO) / (QTD_RG)]}{x 100}$	<p>Quantidade em estoque – é quantidade total de item bélico completo, conforme delineamento de item logístico, existente no estoque da FAB;</p> <p>Quantidade PIMO – é a quantidade de item bélico utilizado, no decorrer do ano, para o Programa de Instrução e Manutenção Operacional pelas unidades aéreas e terrestres da FAB.</p> <p>Quantidade prevista para RG – é a quantidade de item bélico completo estabelecido na DCA 135-1 para compor a Reserva de Guerra, o que corresponde a 6 dias de suprimento (6 DSUP); e</p>	<p>Anualmente a DIRMAB confecciona a Tabela de Lotação de Material Bélico (TLB), baseando-se em cálculos que levam em consideração os parâmetros da DCA 135-1 e os dados complementares dos Grandes Comandos. A TLB apresenta para cada tipo de armamento as seguintes informações: Eventos, Instrução Terrestre, Instrução Aérea, Reserva de Guerra Terrestre, Reserva de Guerra Aérea e Material de Sobrevivência.</p> <p>Para efeito de medição, considera-se que a quantidade em estoque é a quantidade possível de ser montada com os componentes existentes no acervo, em conformidade com o delineamento de item logístico do SILOMS. Pode-se obter um índice macro da IRG, efetuando-se a média aritmética dos índices de cada item bélico da TLB.</p>
Distribuição da Tabela de Lotação de Material Bélico	$ITLB (\%) = \frac{[(\text{quantidade prevista na TDB}) / (\text{quantidade prevista na TLB})]}{x 100}$	<p>Quantidade prevista na TDB – é quantidade de item bélico distribuído na TDB ao operador; e</p> <p>Quantidade prevista na TLB – é a quantidade de item bélico prevista na Tabela de Lotação (TLB).</p>	<p>Anualmente a DIRMAB publica a Tabela de Lotação de Material Bélico (TLB), baseando-se em cálculos que levam em consideração os parâmetros da DCA 135-1 e os dados complementares dos Grandes Comandos.</p> <p>Para efeito de medição, considera-se que a quantidade prevista na TDB é a quantidade constante na tabela de distribuição de material bélico. Pode-se obter um índice macro da ITLB, efetuando-se a média aritmética dos índices de cada item bélico da TLB.</p>

Continuação do Anexo B – Levantamento dos Indicadores

Apoio Logístico de Combustíveis e Lubrificantes de Aviação			
Título	Fórmula de mensuração	Definição dos parâmetros	Metodologia de medição
Orçamento Disponibilizado na Ação	$IOD = (LOA + DTQ)/PPO$	LOA – valor de todo o orçamento aprovado na LOA destinado a alcançar os resultados esperados; DTQ – valor de todo o orçamento adicional descentralizado destinado a alcançar os resultados esperados; PPO – orçamento total referente à necessidade planejada para alcançar os resultados esperados.	Consulta direta ao SILOMS, SIAFI e LOA
Execução Orçamentária na Ação	$(EMPENHADO / LIQUIDADO) \times 100\%$	EMPENHADO: Valor total empenhado de Manutenção e Suprimento de Material Aeronáutico. LIQUIDADO: Valor total liquidado de Manutenção e Suprimento de Material Aeronáutico.	Os dados são coletados do SIAFI/SILOMS e processados em planilhas para acompanhamento.
Consumo total de combustível de aviação em litros	Total consumido por projeto	-	Levantamento no SILOMS por projeto.
Consumo real de combustível de aviação em litros por hora de voo	$(\text{Total consumido por projeto})/(\text{Horas voadas por projeto})$	-	Levantamento no SILOMS por projeto.
Gasto total de combustível em reais	Total gasto por projeto	-	Levantamento no SILOMS por projeto.
Preço médio do litro de combustível de aviação	$(\text{Total gasto por projeto})/(\text{Total consumido por projeto})$	-	Levantamento no SILOMS por projeto.

Continuação do Anexo B – Levantamento dos Indicadores

Obtenção de Material e Serviços			
Título	Fórmula de mensuração	Definição dos parâmetros	Metodologia de medição
Indicador de Orçamento Disponibilizado - Exterior.	$IOD = (LOA + DTQ)/PPO$	LOA – valor de todo o orçamento aprovado na LOA destinado a alcançar os resultados esperados dos macroprocessos analisados; DTQ – valor de todo o orçamento adicional descentralizado destinado a alcançar os resultados esperados dos macroprocessos analisados; PPO – orçamento total referente à necessidade planejada para alcançar os resultados esperados dos macroprocessos analisados.	Consulta direta ao SILOMS-EXT e SIAFI.
Execução Orçamentária EXTERIOR	$(EMPENHADO POR UG CRED / LIQUIDADO POR UG CRED) \times 100\%$	EMPENHADO: Valor total empenhado de Manutenção e Suprimento de Material Aeronáutico. LIQUIDADO: Valor total liquidado de Manutenção e Suprimento de Material Aeronáutico.	Consulta direta ao SILOMS-EXT e SIAFI
Execução Orçamentária - Brasil	$(EMPENHADO POR UG CRED / LIQUIDADO POR UG CRED) \times 100\%$	EMPENHADO: Valor total empenhado de Manutenção e Suprimento de Material Aeronáutico. LIQUIDADO: Valor total liquidado de Manutenção e Suprimento de Material Aeronáutico.	Apuração dos valores por Ação dentro do SILOMS.
Alocação Orçamentária - Exterior	DIGEMP/DIGDISP E DIGCMEM/DIGEMP. DIG/DIGDISP E DIGCMNE/DIG	DIG: valor em US\$ de todo o saldo não empenhado. DIGCMEM: valor em US\$ de todo o saldo empenhado para o Grande Comando. DIGCMNE: valor em US\$ de todo o saldo não empenhado para o Grande Comando. DIGEMP: valor em US\$ de todo o saldo empenhado. DIGDISP: valor em US\$ de todo o saldo disponível.	Busca automática na tabela do banco de dados, com aplicação da fórmula e geração dos índices.
Quantidade de Requisições por Prioridade - Exterior	SOMA(REQ), por PRIO	REQ: REQUISIÇÕES INSERIDAS (UN). PRIO: PRIORIDADE ESTABELECIDA PARA A REQUISIÇÃO.	Busca automática na tabela do banco de dados, com aplicação da fórmula e geração dos índices, separados em prioridade estabelecida pelo requisitante, a cada mês.
Quantidade de Cotações e Empenhos Emitidos - Exterior	Somatório(COT) Somatório(PO)	COT: COTAÇÕES REALIZADAS (UN). PO: EMPENHOS EMITIDOS	Busca automática na tabela do banco de dados, com aplicação direta da fórmula e geração dos índices, para cada mês.
Tempo Médio de Obtenção e Compra - Exterior.	Somatório (TO) / r	TO – tempo, em dias, entre a inserção da requisição pela OM solicitante e a aprovação do mapa pelo Ordenador de Despesas da Comissão; r – número de requisições com aprovação de mapa no período de mensuração.	Consulta ao SILOMS-EXT
Tempo Médio para Emissão de Empenho (Purchase Order) - Exterior.	Somatório (TE) / r	TE – tempo, em dias, entre a aprovação do mapa pelo Ordenador de Despesas da Comissão e a emissão da Nota de Empenho / Purchase Order; r – número de requisições com emissão de Nota de Empenho / Purchase Order no período de mensuração.	Consulta, no SILOMS-EXT, Purchase Orders emitidas no período de mensuração do indicador. Consulta, no SILOMS-EXT, data de aprovação dos respectivos Mapas. Consolidação em Planilha Eletrônica.
Tempo Médio de Recebimento - Exterior	Somatório (TR) / r	TR – tempo, em dias, entre a emissão da Nota de Empenho / Purchase Order e o recebimento do material; r – número de requisições de materiais aeronáuticos com recebimento no período de mensuração, total e por projeto	Consulta, no SILOMS-EXT, volumes recebidos no período de mensuração do indicador. Consulta, no SILOMS-EXT, data da emissão das respectivas Purchase Orders. Consolidação em Planilha Eletrônica, permitindo consulta por projeto. Obs.: Pressupõe, atualmente, controle externo ao SILOMS-EXT relacionando volume e requisições.
Tempo Médio de Pagamento - Exterior	Somatório (TP) / f	TP – tempo, em dias, entre o recebimento da fatura com seu registro no SILOMS-EXT e a data do seu pagamento; f – número de faturas pagas no período de mensuração	Consulta ao SILOMS-EXT

Continuação do Anexo B – Levantamento dos Indicadores

Tempo Médio de Obtenção/Aquisição - Brasil	<p>"TMO = Tempo Médio de Obtenção/Compra (em dias): $TMO = [\text{Soma (TO)} / RA]$, onde: $TO = DM - DI$; RA = Total de Requisições Recebidas, somente de Material Aeronáutico; DM = (Data de Recebimento do Material no Solicitante). Por se tratar de variável muito inconstante e um mesmo material pode voltar mais de uma vez, ou a entrega pode ser parcial; DI = Data da Inclusão da requisição, considerando já validada pelo solicitante. (tempo de obtenção em dias, entre Inclusão e Recebimento em cada requisição). * Apurados a partir das requisições de Material Aeronáutico atualizadas no mês para o status Recebida (ou no ano, para média anual)."</p>	Dados que já encontra-se no SILOMS-AQUISIÇÃO: total de requisições recebidas, data de recebimento do material no CELOG	Os dados são extraídos do SILOMS-AQUISIÇÃO.
Tempo Médio do Pagamento da Fatura - Brasil	<p>" TMP = Tempo Médio de Pagamento (em dias): $TMP = [\text{Soma (TP)} / FP]$, onde: TP = DP - DF (tempo em dias entre Inclusão no Sistema e o Pagamento, para cada Fatura); FP = Faturas Pagas; DP = Data do Pagamento; DF = Data da Chegada da Fatura, registrada no Sistema. Apurados a partir das Faturas pagas no mês (ou no ano, para média anual).</p>	Dados que já encontra-se no SILOMS-AQUISIÇÃO: faturas pagas, data do pagamento, data da chegada da fatura e registrada no sistema.	Os dados são extraídos do SILOMS-AQUISIÇÃO
Res Pag – Indicador de Restos a Pagar – Brasil	<p>"RPNPL = Restos a Pagar não Processados a Liquidar; RPL = Restos a Pagar em Liquidação; TNE24 = Somatório do Saldo das Notas de Empenho Gerados nos últimos 24 meses" Res Pag = $[(RPNPL + RPL)/TNE24]*100$</p>	Dados que já se encontram no SILOMS e no SIAFI (Contas contábeis 295110101 e 295110102)	Os dados são extraídos do SILOMS / SIAFI

Continuação do Anexo B – Levantamento dos Indicadores

IRA - Indicador de Requisições Adquiridas (Aprovada)	(RA/RP) X 100	RA: REQUISIÇÕES ADQUIRIDAS RP: REQUISIÇÕES PROCESSADAS NO SISTEMA PROCESSADAS: INSERIDAS - (CANCELADAS E SUSPENSAS)	SILOMS
IRS - Indicador de Requisições Suspensas	(RS/RI) X 100	RS: REQUISIÇÕES SUSPENSAS RI: REQUISIÇÕES INSERIDAS NO SISTEMA	SILOMS
IRC - Indicador de Requisições Canceladas	(RC/RI) X 100	RC: REQUISIÇÕES CANCELADAS RI: REQUISIÇÕES INSERIDAS NO SISTEMA	SILOMS
IRE - Indicador de Requisições Empenhadas	(RE/RL) X 100	RE: REQUISIÇÕES EMPENHADAS RL: REQUISIÇÕES LICITADAS	SILOMS
IEF - Indicador de Execução Financeira	(VL/VCR) X 100	VL: VALOR LIQUIDADO POR AÇÃO VCR: VALOR DE CRÉDITOS RECEBIDOS POR AÇÃO	SILOMS / SIAFI
IOCA - Indicador de Ordem de Compra Anulada	(OCA/OCE) X 100	OCA: ORDEM DE COMPRA ANULADA OCE: ORDEM DE COMPRA EMITIDA	SILOMS

Continuação do Anexo B – Levantamento dos Indicadores

Transporte Logístico Intermodal e Despacho Aduaneiro			
Título	Fórmula de mensuração	Definição dos parâmetros	Metodologia de medição
IOA - Índice Orçamento Aprovado	LOA / PPO	-	Consulta direta ao SILOMS e SIAFI.
IOD - Índice Orçamento Disponibilizado (LOA+Destques) / PPO	$IOD = (LOA + DTQ) / PPO$	-	Consulta direta ao SILOMS e SIAFI.
IEP - Índice Execução do Planejamento	(EMPENHADO / LIQUIDADO) %	EMPENHADO: Valor total empenhado de Manutenção e Suprimento de Material Aeronáutico. LIQUIDADO: Valor total liquidado de Manutenção e Suprimento de Material Aeronáutico.	Consulta direta ao SILOMS e SIAFI.
Gastos Com Combustível e Transporte - Exterior	Somatório (FATPAG PRJT CB) e Somatório (FATPAG PRJT TM)	FATPAG: valor das faturas pagas no período do mês. PRJT: PROJETO DA REQUISIÇÃO.	Busca automática na tabela do banco de dados, com aplicação da fórmula e geração dos índices.
Tempo Médio de Armazenagem e Embarque - Exterior	(Somatório TA) / r	TA – tempo, em dias, entre o recebimento do material em depósito no exterior e o seu embarque no porto / aeroporto de saída no exterior; r – número de requisições de materiais aeronáuticos com recebimento no período de mensuração.	Consulta ao SILOMS-EXT
Tempo Médio de Transporte Internacional - Exterior.	$[Somatório (tt \times r)] / [Somatório(r)]$, de 1 a m	tt – tempo, em dias, do transporte entre o porto / aeroporto no exterior e o porto / aeroporto de destino no Brasil; r – número de requisições por manifesto; m - número de manifestos transportados no período de mensuração.	Consulta, no SILOMS-EXT, relatório de manifestos. Ratificação da data prevista de chegada do material ao Brasil por meio de tracking do AWB ou BL. Consolidação em Planilha Eletrônica.
Tempo Médio de Transporte - Exterior	$[Somatório (TT \times r)] / [Somatório (r)]$, de 1 até m	TT – tempo, em dias, entre o embarque do porto / aeroporto no exterior e o recebimento dos materiais, no SILOMS-EXT, pelo CTLA, abrangendo o desembaraço alfandegário e o processamento interno naquela Unidade; r – número de requisições por manifesto; m - número de manifestos transportados no período de mensuração.	Consulta ao SILOMS-EXT.
Volume Transportado por Modal - Exterior	(1) VTOTAL = VMAR + VAEC + VAEF ; e (2) ***	V - volume da carga manifestada; m - número de manifestos referentes ao modal; VTOTAL - volume total transportado; VMAR - volume transportado pelo modal marítimo; VAEC - volume transportado pelo modal aéreo comercial; VAEF - volume transportado pelo modal aéreo FAB.	Consolidação de dados obtidos do SILOMS-EXT, complementado e ratificado pelo controle do faturamento do contrato de transporte logístico da CABE.
Custo Médio de Transporte por Modal - Exterior.	Somatório (V) / m	V - volume da carga manifestada; m - número de manifestos referentes ao modal; VTOTAL - volume total transportado; VMAR - volume transportado pelo modal marítimo; VAEC - volume transportado pelo modal aéreo comercial; VAEF - volume transportado pelo modal aéreo FAB.	Consolidação de dados obtidos do SILOMS-EXT, complementado e ratificado pelo controle do faturamento do contrato de transporte logístico da CABE.
Indicador de Tempo Médio de Desembaraço Alfandegário dos Processos de Importação - Brasil	Média aritmética ponderada da quantidade de processos de importação vezes os dias utilizados (gastos) nos seus respectivos desembaraços pelo somatório de todos os dias de desembaraço, em 1 mês, com arredondamento pela norma ABNT NBR 5891.	Quantidade de dias utilizados para desembaraço nos processos de importação de material.	Diferença em dias do "Dia do efetivo desembaraço do material" pelo "Dia do recebimento da documentação, no CTLA, da chegada do material no porto/aeroporto".

Continuação do Anexo B – Levantamento dos Indicadores

Movimentação de Cargas - Brasil	NÃO DEFINIDA (ND)	NÃO DEFINIDA (ND)	INFORMAÇÕES CONTIDAS NO SILOMS-MT. RECEBIMENTO QUANTITATIVO DE CARGAS, POR PESO, TANTO DOS MATERIAIS RECEBIDOS QUANTO DOS MATERIAIS EXPEDIDOS.
Indicador do Número de Embarques Efetuados Mensalmente em Aeronaves Comerciais - Brasil	SOMATÓRIO DAS MISSÕES, M1 + M2... + Mx (M=MISSÃO)	QUANTIDADE DE MISSÕES REALIZADAS PELAS AERONAVES COMERCIAIS.	COLETA E PROCESSAMENTO DE DADOS.
Indicador do Número de Embarques Efetuados Meios Terrestres - Brasil	SOMATÓRIO DAS MISSÕES, M1 + M2... + Mx (M=MISSÃO)	QUANTIDADE DE MISSÕES REALIZADAS PELOS VEÍCULOS DE TRANSPORTE DE CARGA.	COLETA E PROCESSAMENTO DE DADOS.
Indicador do Número de Embarques Efetuados Meios Marítimos - Brasil	SOMATÓRIO DAS MISSÕES, M1 + M2... + Mx (M=MISSÃO)	QUANTIDADE DE MISSÕES REALIZADAS NOS MEIOS MARÍTIMOS.	COLETA E PROCESSAMENTO DE DADOS.
Indicador do Número de Embarques Efetuados em Aeronaves Militares - Brasil	SOMATÓRIO DAS MISSÕES, M1 + M2... + Mx (M=MISSÃO)	QUANTIDADE DE MISSÕES REALIZADAS PELAS AERONAVES MILITARES.	COLETA E PROCESSAMENTO DE DADOS.
Indicador do Movimento de Cargas (Peso em Kg) no Meio Terrestre - Brasil	SOMATÓRIO DAS MISSÕES, P1 + P2... + Px (P=PESO POR MISSÃO)	QUANTIDADE DE MISSÕES REALIZADAS PELOS VEÍCULOS DE TRANSPORTE DE CARGA, COM O SEU PESO.	COLETA E PROCESSAMENTO DE DADOS.
Indicador do Movimento de Cargas (Peso em Kg) no Meio Aéreo - Brasil	SOMATÓRIO DAS MISSÕES, P1 + P2... + Px (P=PESO POR MISSÃO)	QUANTIDADE DE MISSÕES REALIZADAS PELAS AERONAVES MILITARES.	COLETA E PROCESSAMENTO DE DADOS.

Nacionalização			
Título	Fórmula de mensuração	Definição dos parâmetros	Metodologia de medição
IOA - Índice Orçamento Aprovado	LOA / PPO	-	Consulta direta ao SILOMS e SIAFI.
IOD - Índice Orçamento Disponibilizado (LOA+Destaques) / PPO	(LOA+DESTAQUES) / PPO	-	Consulta direta ao SILOMS e SIAFI.
IEP - Índice Execução do Planejamento	(EMPENHADO / LIQUIDADO) x 100 %	EMPENHADO: Valor total empenhado de Manutenção e Suprimento de Material Aeronáutico. LIQUIDADO: Valor total liquidado de Manutenção e Suprimento de Material Aeronáutico.	Consulta direta ao SILOMS e SIAFI.
Indicador de Cumprimento de Prazo da Nacionalização (PTN).	ICPn= N/Tx100%	N = número de Processo Técnico de Nacionalização (PTN) efetivamente concluídos no prazo previsto no cronograma informado ao PAMA. T = número total de PTN nacionalizados no mês	Hoje a forma adotada para a coleta e processamento dos dados é manual.
Indicador de atendimento aos pedidos de nacionalização (PTN)	IAPn= V/(C+V)x100%	C = número de Processo Técnico de Nacionalização (PTN) cancelado no bimestre de referência V = número de PTN concluído com êxito (PAEM validado)	Hoje a forma adotada para a coleta e processamento dos dados é manual.

Continuação do Anexo B – Levantamento dos Indicadores

Apoio técnico-gerencial de patrimônio imobiliário e de infraestrutura de instalações militares e aeroportuária			
Título	Fórmula de mensuração	Definição dos parâmetros	Metodologia de medição
IOA - Índice Orçamento Aprovado	LOA / PPO	-	Consulta direta ao SILOMS e SIAFI.
IOD - Índice Orçamento Disponibilizado (LOA+Destaques) / PPO	(LOA+DESTAQUES) / PPO	-	Consulta direta ao SILOMS e SIAFI.
IEP - Índice Execução do Planejamento	(EMPENHADO / LIQUIDADO) x 100%	EMPENHADO: Valor total empenhado de Manutenção e Suprimento de Material Aeronáutico. LIQUIDADO: Valor total liquidado de Manutenção e Suprimento de Material Aeronáutico.	Consulta direta ao SILOMS e SIAFI.
Percentual realizado das atividades de patrimônio imobiliário	(Realizado/Planejado)x 100%	-	Média dos percentuais de progresso das atividades no Dotproject. O lançamento do progresso de cada atividade no Dotproject é de responsabilidade dos respectivos gerentes.
Percentual realizado das atividades de planejamento de obras de infraestrutura de instalações militares e aeroportuária	(Realizado/Planejado)x 100%	-	Média dos percentuais de progresso das atividades no Dotproject. O lançamento do progresso de cada atividade no Dotproject é de responsabilidade dos respectivos gerentes.
Percentual realizado das atividades de gerenciamento de obras de infraestrutura de instalações militares e aeroportuária	(Realizado/Planejado)x 100%	-	Média dos percentuais de progresso das atividades no Dotproject. O lançamento do progresso de cada atividade no Dotproject é de responsabilidade dos respectivos gerentes.

Continuação do Anexo B – Levantamento dos Indicadores

Apoio técnico-operacional de engenharia			
Título	Fórmula de mensuração	Definição dos parâmetros	Metodologia de medição
IOA - Índice Orçamento Aprovado	LOA / PPO	-	Consulta direta ao SILOMS e SIAFI.
IOD - Índice Orçamento Disponibilizado (LOA+Destaques)	(LOA+DESTAQUES) / PPO	-	Consulta direta ao SILOMS e SIAFI.
IEP - Índice Execução do Planejamento (LOA + destaques/PPO)	(EMPENHADO / LIQUIDADO) x 100%	EMPENHADO: Valor total empenhado de Manutenção e Suprimento de Material Aeronáutico. LIQUIDADO: Valor total liquidado de Manutenção e Suprimento de Material Aeronáutico.	Consulta direta ao SILOMS e SIAFI.
Percentual realizado das atividades de gerenciamento do transporte de superfície	(Realizado/Planejado)x 100%	-	Média dos percentuais de progresso das atividades no Dotproject. O lançamento do progresso de cada atividade no Dotproject é de responsabilidade dos respectivos gerentes.
Percentual de consumo da cota de combustível	VOLUME CONSUMIDO/VOLUME PREVISTO	-	Consulta ao banco de dados.
Custos com combustíveis e lubrificantes automotivos no ano	COMB LUB TERR REALIZ / COMB LUB TERR PREV	-	Consulta ao banco de dados.
Disponibilidade mensal da frota por projeto	DISP MENS FROTA POR PJT	-	Consulta ao banco de dados.
Número de veículos leiloados ao ano	NR VEICULOS LEILÃO / NR VEICULOS EXIST	-	Consulta ao banco de dados.
Número de veículos de representação (P0) com mais de 2 anos	NR VIATURAS REPRES > 2 ANOS / FROTA EXIST	-	Consulta ao banco de dados.
Número de veículos especiais (P1) com mais de 3 anos	NR VIATURAS ESPEC > 3 ANOS / FROTA EXIST	-	Consulta ao banco de dados.
Número de veículos para serviço leve com mais de 5 anos	NR VIATURAS SVC LEVES > 5 ANOS / FROTA EXIST	-	Consulta ao banco de dados.
Número de veículos para serviço pesado com mais de 10 anos	NR VIATURAS SVC PESADO > 10 ANOS / FROTA EXIST	-	Consulta ao banco de dados.
Percentual realizado das atividades de gerenciamento de contraincêndio	(Realizado/Planejado)x 100%	-	Média dos percentuais de progresso das atividades no Dotproject. O lançamento do progresso de cada atividade no Dotproject é de responsabilidade dos respectivos gerentes.
Nível de Proteção nos Aeródromos	DISP (em dias) de VIATURAS	-	Consulta ao banco de dados.
Percentual realizado das atividades de engenharia de campanha	(Realizado/Planejado)x 100%	-	Média dos percentuais de progresso das atividades no Dotproject. O lançamento do progresso de cada atividade no Dotproject é de responsabilidade dos respectivos gerentes.

Continuação do Anexo B – Levantamento dos Indicadores

Desenvolvimento e Manutenção de Projetos e Sistemas Corporativos de Tecnologia da Informação			
Título	Fórmula de mensuração	Definição dos parâmetros	Metodologia de medição
Percentual realizado das atividades de desenvolvimento e manutenção de projetos e sistemas corporativos de tecnologia da informação	$(\text{Realizado/Planejado}) \times 100\%$		Média dos percentuais de progresso das atividades, consolidadas pela DTI. A informação do progresso de cada sistema corporativo é de responsabilidade dos respectivos gerentes.
IOA - Índice Orçamento Aprovado	LOA / PPO	-	Consulta direta ao SILOMS e SIAFI.
IOD - Índice Orçamento Disponibilizado (LOA+Destaques) / PPO	$(\text{LOA} + \text{DESTAQUES}) / \text{PPO}$	-	Consulta direta ao SILOMS e SIAFI.
IEP - Índice Execução do Planejamento	$(\text{EMPENHADO} / \text{LIQUIDADO}) \times 100\%$	EMPENHADO: Valor total empenhado de Manutenção e Suprimento de Material Aeronáutico. LIQUIDADO: Valor total liquidado de Manutenção e Suprimento de Material Aeronáutico.	Consulta direta ao SILOMS e SIAFI.

Apoio logístico de suprimento e manutenção de simuladores			
Título	Fórmula de mensuração	Definição dos parâmetros	Metodologia de medição
Percentual realizado das atividades de apoio logístico de suprimento e manutenção de simuladores	$(\text{Realizado/Planejado}) \times 100\%$	-	Média dos percentuais de progresso das atividades, consolidadas pela DTI. A informação do progresso de cada sistema corporativo é de responsabilidade dos respectivos gerentes.
IOA - Índice Orçamento Aprovado	LOA / PPO	-	Consulta direta ao SILOMS e SIAFI.
IOD - Índice Orçamento Disponibilizado (LOA+Destaques) / PPO	$(\text{LOA} + \text{DESTAQUES}) / \text{PPO}$	-	Consulta direta ao SILOMS e SIAFI.
IEP - Índice Execução do Planejamento	$(\text{EMPENHADO} / \text{LIQUIDADO}) \times 100\%$	EMPENHADO: Valor total empenhado de Manutenção e Suprimento de Material Aeronáutico. LIQUIDADO: Valor total liquidado de Manutenção e Suprimento de Material Aeronáutico.	Consulta direta ao SILOMS e SIAFI.

Apoio Logístico de Infraestrutura de Tecnologia da Informação			
Título	Fórmula de mensuração	Definição dos parâmetros	Metodologia de medição
Percentual realizado das atividades de apoio logístico de infraestrutura de tecnologia da informação	$(\text{Realizado/Planejado}) \times 100\%$	-	Média dos percentuais de progresso das atividades, consolidadas pela DTI. A informação do progresso de cada sistema corporativo é de responsabilidade dos respectivos gerentes.
IOA - Índice Orçamento Aprovado	LOA / PPO	-	Consulta direta ao SILOMS e SIAFI.
IOD - Índice Orçamento Disponibilizado (LOA+Destaques) / PPO	$(\text{LOA} + \text{DESTAQUES}) / \text{PPO}$	-	Consulta direta ao SILOMS e SIAFI.
IEP - Índice Execução do Planejamento	$(\text{EMPENHADO} / \text{LIQUIDADO}) \times 100\%$	EMPENHADO: Valor total empenhado de Manutenção e Suprimento de Material Aeronáutico. LIQUIDADO: Valor total liquidado de Manutenção e Suprimento de Material Aeronáutico.	Consulta direta ao SILOMS e SIAFI.

Continuação do Anexo B – Levantamento dos Indicadores

Capacitação e pesquisa especializadas			
Título	Fórmula de mensuração	Definição dos parâmetros	Metodologia de medição
Vagas disponibilizadas conforme TCA 37-11 (total e por modalidade)	Nº de vagas	Não incluir cursos ou turmas com ativação sob demanda, apenas aquelas com datas previstas na TCA 37-11.	Consulta ao banco de dados e TCA 37-11.
Índice de Alunos Capacitados conforme TCA 37-11 (total e por modalidade)	Alunos capacitados/Vagas disponibilizadas	Apenas os alunos e vagas de turmas previstas na TCA 37-11, excluindo aquelas com ativação sob demanda.	Consulta ao banco de dados e TCA 37-11.
Índice de Alunos Capacitados EXTRA TCA 37-11 (total e por modalidade)	Alunos-extras capacitados/Vagas disponibilizadas na TCA 37-11	Apenas os alunos de turmas/cursos não previstos inicialmente na TCA 37-11, inclusive de cursos ativados sob demanda	Consulta ao banco de dados, TCA 37-11 e ativações de cursos EXTRA TCA 37-11.
Média de alunos capacitados por turma por modalidade	Média (Alunos/Turma) na modalidade	Modalidades: Presencial, Semipresencial e EAD	Consulta ao banco de dados.
Carga horária média das turmas realizadas por modalidade	Média (Carga horária/Turma) na modalidade	Computar 8 horas para cada dia letivo presencial e 2 horas para cada dia letivo a distância. Não considerar finais de semana.	Consulta ao banco de dados.
Custo médio das turmas realizadas por modalidade	Média (Custo/Turma) na modalidade	Incluir custos com diárias de instrutores e eventuais contratações.	Consulta ao banco de dados, computando custos com diárias e contratações.
Consultorias logísticas realizadas	(Consultorias realizadas/Consultorias solicitadas) x 100%	-	Computar apenas solicitações formalizadas.
Consultorias de treinamento realizadas	(Consultorias realizadas/Consultorias solicitadas) x 100%	-	Computar apenas solicitações formalizadas.
IOA - Índice Orçamento Aprovado	LOA / PPO	-	Consulta direta ao SILOMS e SIAFI.
IOD - Índice Orçamento Disponibilizado (LOA+Destques) / PPO	(LOA+DESTAQUES) / PPO	-	Consulta direta ao SILOMS e SIAFI.
IEP - Índice Execução do Planejamento	(EMPENHADO / LIQUIDADO) x 100%	EMPENHADO: Valor total empenhado de Manutenção e Suprimento de Material Aeronáutico. LIQUIDADO: Valor total liquidado de Manutenção e Suprimento de Material Aeronáutico.	Consulta direta ao SILOMS e SIAFI.

Anexo C – Análise dos Indicadores

Apoio Logístico de Suprimento e Manutenção de Material Aeronáutico				
Título	Gerências receptoras dos resultados	Orientações para análise	Referenciais de comparação	Observações
Comprometimento de Recursos da LOA	Subdiretoria de Administração Logística da DIRMAB	Observar o comprometimento da LOA referente aos compromissos assumidos com os contratos da Ação 2048 tendo vistas aperfeiçoar o controle do cronograma dos contratos	Comparação com percentuais de anos anteriores.	-
Recursos despendidos da Ação Orçamentária Manutenção e Suprimento de Material Aeronáutico no exterior	Subdiretoria de Administração Logística da DIRMAB	A análise do indicador deverá considerar os demais indicadores relativos à descentralização da Ação Orçamentária	As descentralizações deverão ser realizadas com base nos valores projetados do MTA/PTA	-
Recursos despendidos da Ação Orçamentária Manutenção e Suprimento de Material Aeronáutico no país	Subdiretoria de Administração Logística da DIRMAB	A análise do indicador deverá considerar os demais indicadores relativos à descentralização da Ação Orçamentária.	As descentralizações deverão ser realizadas com base nos valores projetados do MTA/PTA.	-
Execução dos Recursos da Ação Orçamentária Manutenção e Suprimento de Material Aeronáutico	Subdiretoria de Administração Logística da DIRMAB	A análise do indicador deverá considerar os demais indicadores relativos à descentralização da Ação Orçamentária e permitir o acompanhamento de problemas de gestão dos recursos disponibilizados nas UG EXEC.	A comparação com a última consulta permitirá uma análise da execução.	-
Destaque Disponibilizado	Subdiretoria de Administração Logística da DIRMAB	A análise do indicador deverá considerar os demais indicadores relativos à descentralização da Ação Orçamentária.	As descentralizações deverão considerar os recursos adicionais recebidos em apoio aos projetos. A comparação com a última consulta permitirá uma análise do percentual de destaque disponibilizado.	-
Execução dos Recursos dos Planos Orçamentários	Subdiretoria de Administração Logística da DIRMAB	A análise do indicador deverá considerar os demais indicadores relativos à descentralização da Ação Orçamentária e permitir o acompanhamento de problemas de gestão dos recursos disponibilizados nas UG EXEC.	A análise do indicador deverá considerar as metas de disponibilidade atribuídas. A comparação com a última consulta permitirá uma análise da execução.	-
Horas voadas e esforço aéreo por projeto	Subdiretoria de Aeronaves da DIRMAB	A análise do indicador deverá considerar impactos na diagonal de manutenção provocados pela utilização desbalanceada das aeronaves.	Valores médios mensais e séries históricas.	Eventuais modificações no esforço aéreo planejado ao longo do ano deverão ser analisados.
Disponibilidade logística e operacional	Subdiretoria de Aeronaves da DIRMAB	Eventuais modificações no esforço aéreo e na TDA ao longo do ano deverão ser analisados. Projetos em implantação podem precisar de análise diferenciada.	A análise do indicador deverá considerar as metas de disponibilidade atribuídas.	-
Idade média das aeronaves por projeto	Subdiretoria de Aeronaves da DIRMAB	Comparação por tipo de aviação (transporte, ataque, instrução, etc)	Valores médios por tipo de aviação.	Atenção especial à projetos cujas aeronaves foram entregues em diversos lotes.

Continuação do Anexo C – Análise dos Indicadores

Apoio Logístico de Suprimento e Manutenção de Material Bélico				
Título	Gerências receptoras dos resultados	Orientações para análise	Referenciais de comparação	Observações
IOA - Índice Orçamento Aprovado	Subdiretoria de Sistemas Bélicos	-	-	-
IOD - Índice Orçamento Disponibilizado (LOA+Destaques) / PPO	Subdiretoria de Sistemas Bélicos	-	-	-
IEP - Índice Execução do Planejamento	Subdiretoria de Sistemas Bélicos	-	-	-
Execução Física da Tabela de Aquisição de Material Bélico	Subdiretoria de Sistemas Bélicos	A avaliação da execução física é a medição, em termos percentuais, da relação entre o somatório da avaliação das atividades e as quantidades de atividades totais (planejadas + extras – excluídas).	A avaliação da execução física é graduada da seguinte forma: IEF Avaliação 90 a 100% Excelente 80 a 89,99% Muito boa 60 a 79,99% Boa 40 a 59,99% Regular 0 a 39,99 % Ruim O Indicador de Execução Física é especialmente afetado pela descentralização de recursos financeiros do Plano de Ação, razão pela qual uma avaliação baixa na eficácia está, em geral, associada a uma baixa descentralização de crédito.	Deve-se buscar, na medida do possível, a distribuição uniforme de recursos nas diversas atividades, buscando atender, em ordem de prioridade, todos os projetos setoriais e estratégicos em andamento ou com previsão de início no exercício financeiro corrente.
Reserva de Guerra	Subdiretoria de Sistemas Bélicos	O nível de Reserva de Guerra é a medição, em termos percentuais, da relação entre a quantidade em estoque do item bélico completo e a quantidade prevista na TLB para compor a Reserva de Guerra do referido item bélico. Já exclui o que será utilizado em instruções e operações planejadas.	A avaliação do nível de estoque de Reserva de Guerra de material bélico é graduada da seguinte forma: IRG Avaliação 90 a 100% Excelente 80 a 89,99% Muito boa 60 a 79,99% Boa 40 a 59,99% Regular 0 a 39,99 % Ruim O Indicador de Reserva de Guerra é especialmente afetado pelo consumo de itens para instrução aérea e terrestre e pela baixa recomposição do estoque.	Deve-se buscar, na medida do possível, a manutenção dos níveis de Reserva de Guerra igual a 100%, conforme preconiza a DCA 135-1.

Continuação do Anexo C – Análise dos Indicadores

Distribuição da Tabela de Lotação de Material Bélico	Subdiretoria de Sistemas Bélicos	O nível de distribuição de material bélico é a medição, em termos percentuais, da relação entre a quantidade de item bélico previsto na TDB e a quantidade prevista na TLB.	<p>A avaliação do nível de distribuição de material bélico é graduada da seguinte forma:</p> <p>ITLB Avaliação</p> <p>90 a 100% Excelente</p> <p>80 a 89,99% Muito boa</p> <p>60 a 79,99% Boa</p> <p>40 a 59,99% Regular</p> <p>0 a 39,99 % Ruim</p> <p>O Indicador de Distribuição de Material Bélico é especialmente afetado pela disponibilidade de itens bélicos em estoque e recurso disponível para sua reposição. A disponibilidade de transporte para o material também afeta este indicador.</p>	Deve-se buscar, na medida do possível, distribuir ao operador a quantidade prevista na Tabela de Lotação de Material Bélico.
--	----------------------------------	---	---	--

Apoyo Logístico de Combustíveis e Lubrificantes de Aviação				
Título	Gerências receptoras dos resultados	Orientações para análise	Referenciais de comparação	Observações
Orçamento Disponibilizado na Ação	Subdiretoria de Administração Logística da DIRMAB; CELOG	Comparar o orçamento disponível e o total necessário.	Série histórica.	-
Execução Orçamentária na Ação	Subdiretoria de Administração Logística da DIRMAB; CELOG	Comparar o nível de execução financeira e o decurso do exercício.	Conforme orientação do COMGAP, CELOG e SEFA. Não tendo sido definido, apreciar o dado obtido em relação ao decurso do exercício, considerando-se como termo final efetivo a data de 15 de novembro.	-
Consumo total de combustível de aviação em litros	Subdiretoria de Administração Logística da DIRMAB	Comparar com o planejado e séries históricas.	ICA 55-66	-
Consumo real de combustível de aviação em litros por hora de voo	Subdiretoria de Administração Logística da DIRMAB	Comparar com consumo teórico da ICA 55-66, comparar por tipo de aviação e porte da aeronave.	ICA 55-66	Atenção à defasagem entre o lançamento no SILOMS das horas de voo e do combustível consumido.
Gasto total de combustível em reais	Subdiretoria de Administração Logística da DIRMAB	Comparar com o planejado e séries históricas.	-	-
Preço médio do litro de combustível de aviação	Subdiretoria de Administração Logística da DIRMAB	Avaliar influências das variações cambiais e do mercado.	-	-

Continuação do Anexo C – Análise dos Indicadores

Obtenção de Material e Serviços				
Título	Gerências receptoras dos resultados	Orientações para análise	Referenciais de comparação	Observações
Indicador de Orçamento Disponibilizado - Exterior.	Chefia da CABE; CABW; CELOG.	Análise sem padrão pré-estabelecido. Verificar os impactos junto aos gerentes de projetos, coordenadores de ação e gestores.	Não aplicável.	Não há.
Execução Orçamentária - Exterior	Chefia da CABE; CABW; CELOG.	Comparar o nível de execução financeira e o decurso do exercício.	Conforme orientação do COMGAP, CELOG e SEFA. Não tendo sido definido, apreciar o dado obtido em relação ao decurso do exercício, considerando-se como termo final efetivo a data de 15 de novembro.	Não há.
Execução Orçamentária - Brasil	Ordenador de Despesa, Gestor de Licitação e gerentes em geral.	Considerar saldo de recursos juntamente com volume de requisições em andamento e com a velocidade em tempo de gastos dos recursos.	Analisar por UG CRED e por Ação.	Não há.
Alocação Orçamentária - Exterior	CABW, CELOG, DIRMAB, COMGAP	Correlação com o número de requisições criadas, uma vez que a inserção de requisição é pré-requisito para que se possa empenhar os recursos disponíveis.	Controle dos saldos não empenhados em função do tempo disponível até o encerramento do exercício financeiro.	O indicador existente, para o cálculo do saldo a empenhar, mistura ações e Grandes Comandos, inviabilizando uma comparação mais efetiva, já que a mesma ação pode ser executada por mais de um Grande Comando. Portanto, propõe-se a comparação apenas pelos Grandes Comandos.
Quantidade de Requisições por Prioridade - Exterior	CABW, CELOG, DIRMAB, COMGAP	Quantidade de requisições por status, mês a mês e quantidade de requisições processadas mês a mês. A correlação é para análise comparativa dos índices, de modo a obter-se um levantamento do volume de trabalho da comissão.	Índices dos anos anteriores	As requisições de compras do FMS não estão incluídas.
Quantidade de Cotações e Empenhos Emitidos - Exterior	CABW, CELOG, DIRMAB, COMGAP	Quantidade de cotações e empenhos emitidos, mês a mês. A correlação é para análise comparativa entre as cotações criadas e empenhos emitidos, de modo a obter-se um levantamento do volume e efetividade do trabalho na Comissão.	Requisições inseridas e índices dos anos anteriores.	Só estão incluídas as cotações e empenhos na modalidade convite.

Continuação do Anexo C – Análise de Indicadores

Tempo Médio de Obtenção e Compra - Exterior.	Chefia da CABE; CELOG.	Comparação com a série histórica para avaliar a adequação do fluxo de procedimentos de aquisição; contraposição da predição da curva de tendência para os períodos seguintes em relação à meta estabelecida e aos parâmetros de avaliação para determinação da necessidade de eventuais medidas corretivas ou preventivas.	30 dias.	-
Tempo Médio para Emissão de Empenho (Purchase Order) - Exterior.	Chefia da CABE; CELOG.	Comparação com a série histórica para avaliar a adequação do fluxo de procedimentos de aquisição; contraposição da predição da curva de tendência para os períodos seguintes em relação à meta estabelecida e aos parâmetros de avaliação para determinação da necessidade de eventuais medidas corretivas ou preventivas. Deve-se considerar que este indicador independe da gestão exclusiva da CABE, pois pressupõe a disponibilidade prévia de recursos.	30 dias.	-
Tempo Médio de Recebimento - Exterior	Chefia da CABE; CELOG.	Comparação com a série histórica para avaliar a adequação do fluxo de procedimentos de aquisição; contraposição da predição da curva de tendência para os períodos seguintes em relação à meta estabelecida e aos parâmetros de avaliação para determinação da necessidade de eventuais medidas corretivas ou preventivas. Deve-se considerar que este indicador independe da gestão exclusiva da CABE.	270 dias	-
Tempo Médio de Pagamento - Exterior	Chefia da CABE; CELOG.	Comparação com a série histórica para avaliar a adequação do fluxo de procedimentos de aquisição; contraposição da predição da curva de tendência para os períodos seguintes em relação à meta estabelecida e aos parâmetros de avaliação para determinação da necessidade de eventuais medidas corretivas ou preventivas.	15 dias	-
Tempo Médio de Obtenção/Aquisição - Brasil	CELOG	A polaridade de análise é negativa, quanto maior a curva, maior é o tempo para a realização da compra e maiores os indícios de problemas referentes ao processo.	-	-
Tempo Médio do Pagamento da Fatura - Brasil	CELOG	-	-	-

Continuação do Anexo C – Análise dos Indicadores

IRA - Indicador de Requisições Adquiridas (Aprovada)	GAL	RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO; CONTINGENCIAMENTO; RECURSOS HUMANOS	VERDE >70%; 70% >AMARELO>50%; VERMELHO< 50%	APLICÁVEL A UG EXECUTORAS E CREDORAS
IRS - Indicador de Requisições Suspensas	GAL	PLANEJAMENTO; CONHECIMENTO TÉCNICO-ESPECIALIZADO	VERDE <10%; 20% >AMARELO>10%; VERMELHO> 20%	APLICÁVEL A UG EXECUTORAS E CREDORAS
IRC - Indicador de Requisições Canceladas	GAL	PLANEJAMENTO; CONHECIMENTO TÉCNICO-ESPECIALIZADO	VERDE <10%; 20% >AMARELO>10%; VERMELHO> 20%	APLICÁVEL A UG EXECUTORAS E CREDORAS
IRE - Indicador de Requisições Empenhadas	GAL	PLANEJAMENTO	VERDE >70%; 70% >AMARELO>50%; VERMELHO< 50%	APLICÁVEL A UG EXECUTORAS E CREDORAS
IEF - Indicador de Execução Financeira	GAL	PLANEJAMENTO; CONTINGENCIAMENTO	VERDE = 100%; 100% > AMARELO > 85%; VERMELHO < 85%	APLICÁVEL A UG EXECUTORAS E CREDORAS
IOCA - Indicador de Ordem de Compra Anulada	GAL	PLANEJAMENTO	VERDE <20%; 40% >AMARELO>20%; VERMELHO> 40%	APLICÁVEL A UG EXECUTORAS E CREDORAS

Continuação do Anexo C – Análise dos Indicadores

Transporte Logístico Intermodal e Despacho Aduaneiro				
Título	Gerências receptoras dos resultados	Orientações para análise	Referenciais de comparação	Observações
IOA - Índice Orçamento Aprovado	CELOG	-	-	-
IOD - Índice Orçamento Disponibilizado (LOA+Destaques) / PPO	CELOG	-	-	-
IEP - Índice Execução do Planejamento	CELOG	-	-	-
Gastos Com Combustível e Transporte - Exterior	CABW, CELOG, DIRMAB, COMGAP	Possui correlação com o volume de aquisições, fornecendo um levantamento do custo de remessa do material adquirido para o Brasil.	Requisições com empenho gerado no ano e índices dos anos anteriores.	-
Tempo Médio de Armazenagem e Embarque - Exterior	Chefia da CABE; CELOG.	Comparação com a série histórica para avaliar a adequação do fluxo de procedimentos de aquisição; contraposição da predição da curva de tendência para os períodos seguintes em relação à meta estabelecida e aos parâmetros de avaliação para determinação da necessidade de eventuais medidas corretivas ou preventivas. Deve-se considerar que este indicador contrapõe-se ao indicador de Custo Médio por Modal e ao Tempo Médio de Transporte Internacional.	15 dias	-
Tempo Médio de Transporte Internacional - Exterior.	Chefia da CABE; CELOG.	Comparação com a série histórica para avaliar a adequação do fluxo de procedimentos de aquisição; contraposição da predição da curva de tendência para os períodos seguintes em relação à meta estabelecida e aos parâmetros de avaliação para determinação da necessidade de eventuais medidas corretivas ou preventivas. Deve-se considerar que este indicador contrapõe-se ao indicador de Tempo Médio de Armazenagem / Embarque.	8 dias.	-

Continuação do Anexo C – Análise dos Indicadores

Tempo Médio de Transporte - Exterior	Chefia da CABE; CELOG.	Comparação com a série histórica para avaliar a adequação do fluxo de procedimentos de aquisição; contraposição da predição da curva de tendência para os períodos seguintes em relação à meta estabelecida e aos parâmetros de avaliação para determinação da necessidade de eventuais medidas corretivas ou preventivas. Deve-se considerar que este indicador independe da gestão exclusiva da CABE. A razão TMT/CABE E TMT indica o percentual do tempo de transporte sob gestão da CABE.	20 dias	-
Volume Transportado por Modal - Exterior	Chefia da CABE; CELOG.	Observar eventuais reduções significativas no volume total transportado em relação à série histórica. A movimentação de pouco volume de carga impõe o emprego do modal aéreo, normalmente, comercial.	Volume transportado pelo modal marítimo superior a 75% do volume total.	-
Custo Médio de Transporte por Modal - Exterior.	Chefia da CABE; CELOG.	Observar eventuais reduções significativas no volume total transportado em relação à série histórica. A movimentação de pouco volume de carga impõe o emprego do modal aéreo, normalmente, comercial.	Marítimo < US\$500.00/m3; Aéreo FAB < US\$1,000.00/m3; Aéreo Com. < US\$1,500.00/m3.	-
Indicador de Tempo Médio de Desembaraço Alfandegário dos Processos de Importação - Brasil	CELOG	Disponibilidade de recursos financeiros para registro das declarações de importação. Recebimento dos pré-alertas e documentação (INVOICE / AWB, BL e Manifestos de Carga, emitidos pelas Comissões no exterior, Fiscais de Contratos e Chefes de GACs), conforme preconizado no MCA 176-1, MÓDULO 9, e operacionalidade da RFB/SISCOMEX.	Dados mensurados em meses anteriores através de processos de desembaraço de importação, que atenderam a FAB.	O indicador deverá ser remetido para o CELOG até o 5º dia do mês subsequente à medição. O CTLA só poderá executar a importação dos materiais a partir do recebimento das informações de embarque e documentos hábeis para o efetivo desembaraço.
Movimentação de Cargas - Brasil	CELOG	Tal indicador influenciará nas medidas a serem adotadas pela Divisão de Operações quanto ao transporte de cargas.	Indicadores de meses anteriores.	O indicador deverá ser remetido para o CELOG até o quinto dia do mês subsequente à medição.

Continuação do Anexo C – Análise dos Indicadores

Indicador do Número de Embarques Efetuados Mensalmente em Aeronaves Comerciais - Brasil	CELOG	RECEBIMENTO DAS NOTAS FISCAIS PARA CONFIRMAÇÃO DOS EMBARQUES.	DADOS MENSURADOS EM MESES ANTERIORES.	-
Indicador do Número de Embarques Efetuados Meios Terrestres - Brasil	CELOG	RECEBIMENTO DOS RELATÓRIOS DE RESUMO DE VIAGEM.	DADOS MENSURADOS EM MESES ANTERIORES.	-
Indicador do Número de Embarques Efetuados Meios Marítimos - Brasil	CELOG	RECEBIMENTO DAS NOTAS FISCAIS PARA CONFIRMAÇÃO DOS EMBARQUES.	DADOS MENSURADOS EM MESES ANTERIORES.	-
Indicador do Número de Embarques Efetuados em Aeronaves Militares - Brasil	CELOG	RECEBIMENTO DOS FAX E E-MAIL.	DADOS MENSURADOS EM MESES ANTERIORES.	-
Indicador do Movimento de Cargas (Peso em Kg) no Meio Terrestre - Brasil	CELOG	RECEBIMENTO DOS RELATÓRIOS DE RESUMO DE CARGAS TRANSPORTADAS.	DADOS MENSURADOS EM MESES ANTERIORES.	-
Indicador do Movimento de Cargas (Peso em Kg) no Meio Aéreo - Brasil	CELOG	RECEBIMENTO DOS RELATÓRIOS DO SILOMS, FAX E E-MAIL.	DADOS MENSURADOS EM MESES ANTERIORES.	-

Continuação do Anexo C – Análise dos Indicadores

Nacionalização				
Título	Gerências receptoras dos resultados	Orientações para análise	Referenciais de comparação	Observações
IOA - Índice Orçamento Aprovado	CELOG	-	-	-
IOD - Índice Orçamento Disponibilizado (LOA+Destaques) / PPO	CELOG	-	-	-
IEP - Índice Execução do Planejamento	CELOG	-	-	-
Indicador de Cumprimento de Prazo da Nacionalização (PTN).	CELOG	A análise deve focar o resultado considerando que o tempo total é a soma dos tempos parciais para: elaborar projeto, licitar o DCN, fabricar no fornecedor, inspecionar no CELOG e validar no PAMA.	Temos apenas o histórico recente como um referencial interno.	Para se ter automaticamente esse indicador é preciso alguns ajustes no programa do SILOMS.
Indicador de atendimento aos pedidos de nacionalização (PTN)	CELOG	A análise deve considerar que os cancelamentos "C" são os que não obtiveram êxito na validação por falta de qualificação de pessoal técnico e/ou recursos de equipamentos técnicos.	Temos apenas o histórico como referencial interno.	Para se ter automaticamente esse indicador é preciso ajustes no programa do SILOMS.

Continuação do Anexo C – Análise dos Indicadores

Apoio técnico-gerencial de patrimônio imobiliário e de infraestrutura de instalações militares e aeroportuária				
Título	Gerências receptoras dos resultados	Orientações para análise	Referenciais de comparação	Observações
IOA - Índice Orçamento Aprovado	DIRENG	-	-	-
IOD - Índice Orçamento Disponibilizado (LOA+Destaques) / PPO	DIRENG	-	-	-
IEP - Índice Execução do Planejamento	DIRENG	-	-	-
Percentual realizado das atividades de patrimônio imobiliário	DIRENG	-	-	-
Percentual realizado das atividades de planejamento de obras de infraestrutura de instalações militares e aeroportuária	DIRENG	-	-	Atividades de planejamento de obras de contraincêndio não devem ser contabilizadas por este indicador.
Percentual realizado das atividades de gerenciamento de obras de infraestrutura de instalações militares e aeroportuária	DIRENG	-	-	Atividades de gerenciamento de obras de contraincêndio não devem ser contabilizadas por este indicador.

Continuação do Anexo C – Análise dos Indicadores

Apoio técnico-operacional de engenharia				
Título	Gerências receptoras dos resultados	Orientações para análise	Referenciais de comparação	Observações
IOA - Índice Orçamento Aprovado	DIRENG	-	-	-
IOD - Índice Orçamento Disponibilizado (LOA+Destaques) / PPO	DIRENG	-	-	-
IEP - Índice Execução do Planejamento	DIRENG	-	-	-
Percentual realizado das atividades de gerenciamento do transporte de superfície	DIRENG	-	-	-
Percentual de consumo da cota de combustível	DIRENG	-	-	-
Custos com combustíveis e lubrificantes automotivos no ano	DIRENG	-	-	-
Disponibilidade mensal da frota por projeto	DIRENG	-	-	-
Número de veículos leiloados ao ano	DIRENG	-	-	-
Número de veículos de representação (P0) com mais de 2 anos	DIRENG	-	-	-
Número de veículos especiais (P1) com mais de 3 anos	DIRENG	-	-	-
Número de veículos para serviço leve com mais de 5 anos	DIRENG	-	-	-
Número de veículos para serviço pesado com mais de 10 anos	DIRENG	-	-	-

Continuação do Anexo C – Análise dos Indicadores

Percentual realizado das atividades de gerenciamento de contraincêndio	DIRENG	-	-	Incluir atividades de planejamento e gerenciamento de obras relacionadas ao contraincêndio.
Nível de Proteção nos Aeródromos	DIRENG	-	-	-
Percentual realizado das atividades de engenharia de campanha	DIRENG	-	-	-

Desenvolvimento e Manutenção de Projetos e Sistemas Corporativos de Tecnologia da Informação				
Título	Gerências receptoras dos resultados	Orientações para análise	Referenciais de comparação	Observações
Percentual realizado das atividades de desenvolvimento e manutenção de projetos e sistemas corporativos de tecnologia da informação	DTI	-	-	-
IOA - Índice Orçamento Aprovado	DTI	-	-	-
IOD - Índice Orçamento Disponibilizado (LOA+Destaques) / PPO	DTI	-	-	-
IEP - Índice Execução do Planejamento	DTI	-	-	-

Continuação do Anexo C – Análise dos Indicadores

Apoio logístico de suprimento e manutenção de simuladores				
Título	Gerências receptoras dos resultados	Orientações para análise	Referenciais de comparação	Observações
Percentual realizado das atividades de apoio logístico de suprimento e manutenção de simuladores	DTI	-	-	-
IOA - Índice Orçamento Aprovado	DTI	-	-	-
IOD - Índice Orçamento Disponibilizado (LOA+Destaques) / PPO	DTI	-	-	-
IEP - Índice Execução do Planejamento	DTI	-	-	-

Apoio Logístico de Infraestrutura de Tecnologia da Informação				
Título	Gerências receptoras dos resultados	Orientações para análise	Referenciais de comparação	Observações
Percentual realizado das atividades de apoio logístico de infraestrutura de tecnologia da informação	DTI	-	-	-
IOA - Índice Orçamento Aprovado	DTI	-	-	-
IOD - Índice Orçamento Disponibilizado (LOA+Destaques) / PPO	DTI	-	-	-
IEP - Índice Execução do Planejamento	DTI	-	-	-

Continuação do Anexo C – Análise dos Indicadores

Capacitação e pesquisa especializadas				
Título	Gerências receptoras dos resultados	Orientações para análise	Referenciais de comparação	Observações
Vagas disponibilizadas conforme TCA 37-11 (total e por modalidade)	ILA	-	Série histórica.	-
Índice de Alunos Capacitados conforme TCA 37-11 (total e por modalidade)	ILA	-	Série histórica.	-
Índice de Alunos Capacitados EXTRA TCA 37-11 (total e por modalidade)	ILA	-	Série histórica.	-
Média de alunos capacitados por turma por modalidade	ILA	-	Série histórica.	-
Carga horária média das turmas realizadas por modalidade	ILA	-	Série histórica.	-
Custo médio das turmas realizadas por modalidade	ILA	-	Série histórica.	-
Consultorias logísticas realizadas	ILA	-	-	-
Consultorias de treinamento realizadas	ILA	-	-	-
IOA - Índice Orçamento Aprovado	ILA	-	-	-
IOD - Índice Orçamento Disponibilizado (LOA+Destaques) / PPO	ILA	-	-	-
IEP - Índice Execução do Planejamento	ILA	-	-	-

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**



LOGÍSTICA

PCA 400-55

**PLANO DE DESATIVAÇÃO DA FROTA DE
AERONAVES H-1H DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA**

2014

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
COMANDO-GERAL DE APOIO**



LOGÍSTICA

PCA 400-55

**PLANO DE DESATIVAÇÃO DA FROTA DE
AERONAVES H-1H DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA**

2014



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
COMANDO-GERAL DE APOIO

PORTARIA COMGAP Nº 15/3EM, DE 15 DE MAIO DE 2014.
Protocolo COMAER nº 67100.002279/2014-12

Aprova a reedição do Plano de
Desativação da Frota de Aeronaves
H-1H da Força Aérea Brasileira.

O COMANDANTE-GERAL DE APOIO, no uso das suas atribuições e de acordo com o disposto no Regulamento do COMGAP, aprovado pela Portaria nº 2.133/GC3, de 29 de novembro de 2013, resolve:

Art. 1º Aprovar a reedição do PCA 400-55 “Plano de Desativação da Frota de Aeronaves H-1H da Força Aérea Brasileira”, que com esta baixa.

Art. 2º Esta Plano entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se a Portaria COMGAP nº 60/3EM, de 18 de dezembro de 2012, publicada no BCA nº 243, de 21 de dezembro de 2012.

Ten Brig Ar HÉLIO PAES DE BARROS JÚNIOR
Comandante-Geral de Apoio

(Publicado no BCA nº 093 , de 20 de maio de 2014)

SUMÁRIO

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	9
1.1 <u>FINALIDADE</u>	9
1.2 <u>AERONAVES ENVOLVIDAS</u>	9
1.3 <u>CONCEITUAÇÕES</u>	9
1.4 <u>ÂMBITO</u>	10
2 ORIENTAÇÕES BÁSICAS	11
2.1 <u>PROCEDIMENTOS APLICÁVEIS À DESATIVAÇÃO DA FROTA</u>	11
2.2 <u>PRIMEIRA FASE – INÍCIO DA DESATIVAÇÃO</u>	12
2.3 <u>SEGUNDA FASE – DESATIVAÇÃO DO RESTANTE DA FROTA</u>	13
3 DISPOSIÇÕES GERAIS	17
4 DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS	18
5 DISPOSIÇÕES FINAIS	19
REFERÊNCIAS	20
ÍNDICE	21

PREFÁCIO

Conforme preceitua a DCA 400-6 “Ciclo de Vida de Sistemas e Materiais da Aeronáutica”, de 5 de março de 2007, a desativação de uma frota compõe uma das fases do ciclo de vida do material aeronáutico. Deve ser planejada com razoável antecedência, de maneira que seja executada sem afetar a operacionalidade da Força Aérea, tampouco gerando solução de continuidade e, principalmente, evitando desperdícios de meios logísticos. Fatores críticos devem ser cuidadosamente avaliados, por intermédio de uma análise de suportabilidade, a fim de definir-se a melhor estratégia de desativação. Isto posto, ressalta-se que o processo de desativação de uma frota de aeronaves deve objetivar a maximização da utilização dos equipamentos com o suporte logístico existente.

Entre outros motivos, a decisão de desativar um equipamento deve ser tomada quando sua obsolescência torna muito onerosa a manutenção de sua operação, devido aos altos custos do seu suporte logístico, ou o equipamento não atende mais as necessidades operacionais da Força Aérea.

Considerado o helicóptero de emprego militar mais usado no mundo, com mais de nove mil unidades fabricadas pela Bell Helicopter Textron, o Bell UH-1(Huey) foi desenvolvido para atender às necessidades do Exército Americano (US ARMY) na década dos anos sessenta, tendo sido largamente utilizado por aquele país na Guerra do Vietnam. O Projeto UH-1 sempre foi gerenciado, integralmente, pelo próprio US Army, com pouca participação da empresa Bell. O US Army cedeu a licença de fabricação dessa aeronave para algumas empresas ao redor do mundo, incluindo a italiana Agusta e a alemã Dornier.

Na Força Aérea Brasileira, por primeiro, as aeronaves Bell UH-1, designadas H-1H, foram adquiridas da Bell Helicopter Textron, por intermédio do Programa FMS (Foreign Military Sales), entre os anos de 1967 a 1977.

Em 1982, a FAB adquiriu oito aeronaves do Governo de Israel, fabricadas sob licença pela Agusta Spa, subsidiária italiana da Agusta Westland Company, as quais destinavam-se, inicialmente, a servir como fonte de suprimento para a frota existente. Entretanto, por meio de serviços de revisão e modificação, estas aeronaves foram colocadas em condição de aeronavegabilidade e incorporadas ao acervo da FAB.

Em 1997, foram compradas mais vinte aeronaves por intermédio do FMS, que estavam em operação na Alemanha, fabricadas pela empresa alemã Dornier.

A FAB, utilizando-se do FMS, vinha adquirindo, além de peças de reposição, diretamente do US Army, assistência técnica, publicações, diretivas técnicas, treinamento e todo o suporte logístico necessário.

Desde o ano de 2001, quando o US Army comunicou, oficialmente, a previsão de desativação de sua frota de Bell UH-1, para o ano de 2004, constatou-se um agravamento gradual das dificuldades de prover suporte logístico ao Projeto H-1H. Nos últimos anos, mais de sessenta mensagens de alerta e segurança de voo, abrangendo problemas de motor, célula e outros sistemas, foram difundidas pelo US Army, causando, além do aumento nos custos de operação da aeronave, uma redução na disponibilidade da frota.

Em 2003, o FMS encaminhou uma lista de material, denominada Last Buy (última compra), para os operadores de Huey e, em 2004, o US Army informou que manteria em operação, até 2008, 147 (cento e quarenta e sete) aeronaves Bell UH-1, usando como suprimento outras 150 (cento e cinquenta) aeronaves do seu acervo, e que suportaria o Projeto Bell UH-1, no que tange à atualização das publicações e diretivas técnicas, até a sua completa desativação em 2008.

Em decorrência desta decisão do US Army, o suporte ao Projeto H-1H vem sofrendo restrições com relação à disponibilidade de suprimento para aquisição por meio do FMS e, atualmente, parte do material adquirido provém de fornecedores da área comercial, sendo este custo muito mais oneroso do que no âmbito do FMS.

Ademais, as aeronaves já desativadas pelo US Army e por outros operadores militares estão sendo incorporadas ao mercado civil, principalmente por Departamentos Estaduais, Organizações Não-Governamentais e pequenas empresas de aviação e turismo dos Estados Unidos.

Assim sendo, a aquisição de material para o Projeto H-1H, com a compra direta de fornecedores comerciais no mercado americano, terá que ser mais criteriosa, pois a introdução de centenas de aeronaves no mercado civil, advindas em sua maioria do US Army, tem provocado o aumento considerável do risco de aquisição de peças sem rastreabilidade ou controle de qualidade (After Market Parts).

Devido aos óbices supracitados, a dificuldade em suportar o Projeto H-1H acentuou-se, significativamente, a partir de 2003, quando, aliado ao problema de suprimento, ocorreram sucessíveis aumentos no esforço aéreo do Projeto. Nesse contexto, a desativação da frota em questão foi planejada, criteriosamente, de forma a permitir a conclusão do seu ciclo de vida até o dia 31 de dezembro de 2014, em consonância com o processo corrente de implantação, na Força Aérea Brasileira, do Projeto HX-BR, designado VH/H-36 CARACAL, o qual dará continuidade aos nobres serviços prestados pelas aeronaves H-1H à FAB e, por extensão, à República Federativa do Brasil.

Entretanto, em virtude do contingenciamento dos recursos financeiros da Ação 123J para o Projeto H-XBR, haverá atraso na linha de produção e na posterior entrega das aeronaves H-36. Por esse motivo, o EMAER prorrogou a desativação da frota de aeronaves H-1H para 31 de dezembro de 2015, tendo sido autorizado a concentração desses helicópteros no 2º/10º GAV, a partir do recebimento do terceiro helicóptero H-36 pelo 1º/8º GAV. Sendo assim, houve a necessidade de reeditar o Plano de Desativação da Frota de Aeronaves H-1H da Força Aérea Brasileira, com a finalidade de adequá-lo a esta nova realidade.

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 FINALIDADE

Estabelecer o Plano de Desativação para a Frota de Aeronaves H-1H da Força Aérea Brasileira (FAB), definindo as ações afetas aos diversos segmentos que compõem a estrutura básica do Comando da Aeronáutica (COMAER).

1.2 AERONAVES ENVOLVIDAS

O quadro a seguir especifica a situação geral das aeronaves H-1H envolvidas diretamente neste Plano de Desativação.

Matrícula	Situação	Matrícula	Situação
8654	Desativada	8662	Desativada
8660	Desativada	8666	Doad a Bolívia
8668	Desativada	8677	Desativada
8669	Desativada	8533	Doad a Bolívia
8676	Desativada	8673	Em operação no 2º/10º GAV. será recolhida para descarga no quarto trimestre de 2014
8679	Desativada	8674	Em operação no 1º/8º GAV
8681	Desativada	8683	Desativada
8537	Desativada	8689	Desativada
8685	Em processo de descarga no PAMAAF	8693	Em operação no 1º/8º GAV
8686	Em operação no 1º/8º GAV	8694	Em operação no 2º/10º GAV. será recolhida para descarga no terceiro trimestre de 2014
8688	Desativada	8682	Desativada
8691	Desativada	8672	Desativada
8696	Em operação no 2º/10º GAV. será recolhida para descarga no quarto trimestre de 2014	8684	Em operação no 1º/8º GAV
8702	Desativada	8692	Em operação no 2º/10º GAV. será recolhida para descarga no quarto trimestre de 2014.
8530	Desativada	8695	Desativada
8532	Desativada	8697	Em processo de descarga no PAMAAF
8542	Desativada	8698	Em operação no 2º/10º GAV
8651	Em operação no 1º/8º GAV. será recolhida para descarga no quarto trimestre de 2014	8699	Em operação no 2º/10º GAV
8652	Desativada	8701	Desativada
8657	Doad a Bolívia	8703	Em operação no 1º/8º GAV
8659	Doad a Bolívia	8650	Desativada

1.3 CONCEITUAÇÕES

1.3.1 INSPEÇÃO 6C – 900 horas

Inspeção de nível Base, realizada a cada 900 h, sendo a aeronave desmontada para inspeção estrutural, não necessitando mais sofrer inspeções de nível Parque, conforme BT AF 97 975 H-1H 126 Rev 02.

1.3.2 SISTEMA DE MATERIAL DA AERONÁUTICA – SISMA

Sistema instituído com a finalidade de planejar, orientar, coordenar, executar e controlar as atividades de suprimento e manutenção do material aeronáutico do COMAER.

1.3.3 SISTEMA DE MATERIAL BÉLICO - SISMAB

Conjunto de órgãos cuja atividade logística está voltada para o material bélico.

1.3.4 TABELA DE DISTRIBUIÇÃO DE AERONAVES - TDA

Tabela proposta, periodicamente, pelo Comando-Geral de Apoio (COMGAP) e aprovada pelo Estado-Maior da Aeronáutica (EMAER), que consubstancia a quantidade de aeronaves, por tipo, a ser distribuída para as organizações operadoras. É estabelecida em função do esforço aéreo autorizado, da capacidade logística instalada e da disponibilidade de recursos para o atendimento às atividades de suprimento e manutenção.

1.3.5 TEMPO LIMITE DE VIDA - TLV

Tempo de garantia funcional do item ou equipamento, usualmente determinado pelo fabricante, após ensaios e análises, antes da comercialização do produto.

1.3.6 TABELA DE NECESSIDADE DE AERONAVES - TNA

Tabela cujos quantitativos de aeronaves refletem as reais necessidades das Organizações Operadoras. A TNA será encaminhada, anualmente, pelas Unidades Aéreas (UAE) ao respectivo Órgão de Direção Setorial (ODS) e submetida à aprovação do EMAER, mediante proposta dos Comandos Gerais, Departamentos e Gabinetes do Comandante da Aeronáutica.

1.4 ÂMBITO

O presente plano, de observância obrigatória no âmbito do COMGAP, Organizações Subordinadas e elos integrantes do SISMA e SISMAB, serve de base ao processo de desativação da Frota de Aeronaves H-1H da FAB e orienta o planejamento das ações afetas aos demais integrantes da estrutura básica do COMAER.

2 ORIENTAÇÕES BÁSICAS

Considerando-se as orientações contidas na DCA 400-51 "Desativação da Frota de Aeronaves H-1H da Força Aérea Brasileira", de 29 de junho de 2012, e o contido no item 2.1 da ICA 65-10 "Suporte Logístico para Aeronaves em Desativação", de 05 de fevereiro de 2002, que versa sobre os fatores a serem considerados para definição do suporte logístico, os órgãos integrantes do SISMA e SISMAB deverão focar seus planejamentos para o apoio otimizado às aeronaves da frota e manutenção de níveis ideais de disponibilidade junto aos Operadores, de forma a garantir que as atividades a serem cumpridas no processo de desativação não provoquem impactos indesejáveis durante a transposição das etapas previstas no presente documento.

Para que a frota seja suportada até o dia 31 de dezembro de 2015, serão necessários os recursos listados na tabela a seguir. Esses valores estão levando em conta o acréscimo do custo para o suporte logístico ao Projeto H-1H que é devido à interrupção do fornecimento de material pelo FMS, o que resultou na concentração dos pedidos na área comercial, conforme é descrito no Relatório Técnico RT AF 001 TCTR 2006 Rev. 02.

Ano	ED	Valor (US\$)	Total (US\$)
2014	30	413.854,54	7.381.049,64
	39	6.967.195,1	
2015	30	467.758,2	7.372.453,30
	39	6.904.695,1	

2.1 PROCEDIMENTOS APLICÁVEIS À DESATIVAÇÃO DA FROTA

2.1.1 Cabe à Diretoria de Material Aeronáutico e Bélico (DIRMAB) a seguinte atividade:

- a) adequar o Programa de Trabalho Anual (PTA) para o SISMA e SISMAB às fases previstas para a desativação das aeronaves.

2.1.2 Cabe ao PAMAAF as seguintes atividades:

- a) elaborar os PTA dos anos de 2014 e 2015, considerando a operação das aeronaves até o dia 31 de dezembro de 2015, período no qual serão desativadas e alienadas as aeronaves restantes da frota, conforme estabelecido na DCA 400-51, de 29 de junho de 2012;
- b) submeter as requisições necessárias a atender os serviços programados e materiais com consumo comprovado. Este planejamento deverá levar em consideração os prazos de entrega desses itens, evitando-se a emissão de requisições fora da faixa previsível de aplicação; e
- c) manter um estoque de suprimento que permita prestar o apoio logístico necessário à operação, até 31 de dezembro de 2015.

2.1.3 Cabe aos Parques Oficinas considerar a desativação prevista para as aeronaves na elaboração dos PTA dos anos de 2014 e 2015, relativa ao projeto em tela.

2.2 PRIMEIRA FASE – INÍCIO DA DESATIVAÇÃO

Esta fase se inicia já no primeiro semestre de 2008, após a aprovação da primeira edição deste Plano e do decorrente Plano de Alienação.

Nela se procederá à imediata desativação das aeronaves cuja recuperação mostrar-se economicamente inviável sob o aspecto logístico.

Também serão desativadas, nesta fase, as aeronaves que tiverem as suas inspeções “6C” vencidas no decorrer do triênio 2008, 2009 e 2010, e não forem modernizadas, conforme prevê a tabela constante do Item 1.2 deste Plano.

O seu término se dará em 31 de dezembro de 2010.

2.2.1 Cabe à DIRMAB a seguinte atividade:

- a) determinar o recolhimento ao PAMAAF das aeronaves cuja recuperação mostre-se economicamente inviável sob o aspecto logístico, e por esse motivo tenham de ser desativadas, em cumprimento do estabelecido no presente Plano.

2.2.2 Cabe ao PAMAAF as seguintes atividades:

- a) realizar a depanagem das aeronaves matrícula FAB 8537, 8654, 8660, 8668, 8669, 8676, 8679 e 8681;
- b) preparar a aeronave matrícula FAB 8668 para ser doada ao MUSAL, conforme determinado na Portaria nº 751/GC4, de 13 de julho de 2004; do GABAER;
- c) desativar as aeronaves matrícula FAB 8537, 8654, 8660, 8668, 8669, 8672, 8679 e 8681; e
- d) cumprir a tabela de desativação de aeronaves, a seguir.

	MATR	OM	ANO/TRIMESTRE											
			2008				2009				2010			
			1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
1	8542	1/8 GAV					X							
2	8682	2/10 GAV					X							
3	8650	5/8 GAV					X							
4	8530	1/8 GAV									X			
5	8652	1/8 GAV									X			
6	8662	1/8 GAV									X			
7	8677	1/8 GAV									X			
8	8683	2/10 GAV									X			
9	8537	PAMAAF					X							
10	8532	1/8 GAV												X
	DESATIVADAS		0	0	0	0	4	0	0	0	5	0	0	1
	T N A		34	34	34	34	30	30	30	30	25	25	25	24

2.3 SEGUNDA FASE – DESATIVAÇÃO DO RESTANTE DA FROTA

Em cumprimento ao estabelecido na DCA 400-51, Desativação da Frota de Aeronaves H-1H da Força Aérea Brasileira de 29 de Junho de 2012, esta fase se dará ao longo dos anos de 2012, 2013 2014 e 2015, tendo início em 1º de janeiro de 2012 e término em 31 de dezembro de 2015, quando serão desativadas e alienadas as aeronaves restantes da frota.

2.3.1 PRIMEIRA ETAPA DA SEGUNDA FASE

Esta etapa terá início em 1º de janeiro de 2012.

2.3.1.1 Cabe à DIRMAB a seguinte atividade:

- a) acompanhar todos os passos pertinentes a esta etapa.

2.3.1.2 Cabe ao PAMAAF as seguintes atividades:

- a) elaborar, até 16 de março de 2012, um cronograma de desativação das 24 (vinte e quatro) aeronaves restantes, levando em consideração o vencimento da Inspeção 6C das aeronaves e/ou com reparos economicamente inviáveis;
- b) suspender a execução dos serviços nível parque, exceto para cumprimento de boletins estruturais obrigatórios ou situações em que uma real necessidade de retorno da aeronave ao operador indique a realização de tais serviços;
- c) designar um local específico para armazenagem dos excedentes em estoque que se acham nos remotos, até a transferência para outros projetos ou segregação para alienação;
- d) designar um local específico no PAMAAF destinado ao material para alienação, recolhendo para este ambiente os reparáveis de uso exclusivo do H-1H que não mais serão revisados, em função do ajuste no programa de manutenção.
- e) adequar a carga de trabalho das oficinas para o atendimento às necessidades de reparáveis nos operadores e às inspeções parciais;
- f) avaliar as requisições ativas de material que atendam ao esforço aéreo alocado, a incorporação de Diretivas Técnicas (DT) atreladas à segurança de voo e as necessidades não programadas. Especial importância deverá ser dada aos prazos de entrega fora da faixa previsível de aplicação e ao cancelamento dos pedidos que extrapolem o previsto por este plano;
- g) analisar, juntamente com os Parques Oficinas da aeronave H-1H, a aplicação do material em estoque acima do nível máximo, deliberando quanto à transferência do material para outros projetos ou alienação;
- h) preparar e concluir os estudos de aproveitamento das ferramentas, testes e bancadas, direcionando-os para outros projetos, em função da diminuição da carga de trabalho nas oficinas. O estudo deverá estar concluído até 31 de maio de 2015;
- i) descarregar os EAM de uso específico no H-1H, desnecessários e sem aplicação em outros projetos, para alienação;

- j) ativar o fluxo de transferência do material em excesso nos remotos visando à antecipação das providências a serem tomadas no processo de alienação;
- k) transferir os reparáveis de uso comum em outros projetos, acompanhados dos históricos, conforme o caso;
- l) dar continuidade ao processo de alienação das aeronaves desativadas, conforme o respectivo Plano de Alienação;
- m) providenciar o cancelamento da assinatura referente à documentação específica das aeronaves H-1H; e
- n) Cumprir a tabela de desativação de aeronaves, a seguir.

	MATR	OM	ANO/TRIMESTRE			
			2012			
			1	2	3	4
1	8657*	1/8 GAV	-	-	X	-
2	8533*	2/10 GAV	-	-	X	-
3	8659*	PAMAAF	-	-	X	-
4	8666*	PAMAAF	-	-	X	-
5	8691	PAMAAF	-	-	X	-
6	8689	PAMAAF	-	X	-	-
7	8702	PAMAAF	-	-	X	-
8	8701	5/8 GAV	-	X	-	-
-	-	DESATIVADAS	0	2	6	0
-	-	T N A	24	22	16	16

(*) As aeronaves 8657, 8533, 8659 e 8666 foram doadas à Bolívia.

2.3.1.3 Cabe aos Parques Oficinas as seguintes atividades:

- a) suspender os serviços nível parque, exceto no cumprimento obrigatório de Boletins Técnicos que afetem a segurança de voo ou se houver uma real necessidade de retorno do respectivo item aeronáutico para aplicação direta em uma aeronave específica;
- b) preparar e concluir, até 31 de maio de 2015, os estudos de aproveitamento das ferramentas, testes e bancadas, direcionando-os para outros projetos, em função da diminuição da carga de trabalho;
- c) designar um local específico para armazenagem dos itens aeronáuticos excedentes em estoque nos remotos, até a transferência para outros projetos ou segregação para alienação;
- d) ativar o fluxo de transferência do material em excesso nos remotos visando à antecipação das providências a serem tomadas no processo de alienação;
- e) designar um local específico, destinado ao material para alienação, recolhendo para este ambiente os acessórios e reparáveis de uso exclusivo do H-1H que não mais serão revisados, em função do ajuste no programa de manutenção;

- f) iniciar o processo de alienação do acervo de motores e acessórios desativados, conforme o contido no PCA 400-56 Plano de Alienação das Aeronaves H-1H da Força Aérea Brasileira de 18 de Dezembro de 2012;
- g) adequar o planejamento dos serviços, em função da quantidade de aeronaves distribuídas aos operadores, esforço alocado e metas de disponibilidade estabelecidas para a frota. Este planejamento deverá ser realizado em estreita colaboração com o PAMAAF, para a garantia da total eliminação de serviços desnecessários; e
- h) avaliar as requisições ativas de material que atendam ao esforço aéreo alocado, a incorporação de DT atreladas à segurança de voo e as necessidades não programadas. Especial importância deverá ser dada aos prazos de entrega fora da faixa previsível de aplicação e ao cancelamento dos pedidos que extrapolem o previsto neste plano.

2.3.2 SEGUNDA ETAPA DA SEGUNDA FASE

Esta etapa teve início em 1º de janeiro de 2013.

2.3.2.1 Cabe à DIRMAB a seguinte atividade:

- a) acompanhar todos os passos pertinentes a esta etapa.

2.3.2.2 Cabe ao PAMAAF as seguintes atividades:

- a) coordenar, após o recolhimento da última aeronave H-1H, a transferência de todos os itens do Projeto H-1H, nos remotos, para o PAMAAF;
- b) inventariar o material específico do Projeto H-1H, removendo-o para o local previamente selecionado, dando continuidade ao processo de alienação;
- c) verificar quanto à existência de requisições pendentes relativas ao projeto H-1H, confirmando o efetivo cancelamento;
- d) remeter, através de GMM, os materiais, equipamentos, sub-componentes ou conjunto de sistemas que, utilizados nas aeronaves H-1H, tenham outros parques como apoiador ou aplicáveis em outros projetos, a exemplo dos equipamentos de Segurança, Salvamento e Sobrevivência (SSS);
- e) excluir do sistema de controle informatizado de material todo o material que fora relacionado no Termo de Exame de Material Disponível e que, através de parecer do Agente Diretor, seja objeto de futura alienação;
- f) identificar, no SILOMS, o material de uso exclusivo no H-1H, transferindo-os para o cadastro de material inativo, somente após a desativação da última aeronave; e
- g) Cumprir a tabela de desativação de aeronaves, a seguir.

	MATR	OM	HORAS DISP ATÉ 900 H	ANO/TRIMESTRE				ANO/TRIMESTRE				ANO/TRIMESTRE			
				2013				2014				2015			
				1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
	8688	1/8 GAV	Desativada				X								
	8695	2/10 GAV	Desativada				X								
1	8685	PAMAAF	Processo de descarga				X								
2	8651	1/8 GAV	150								X				
3	8674*	1/8 GAV	520												
4	8684*	1/8 GAV	300												
5	8686*	1/8 GAV	625												
6	8693*	1/8 GAV	300												
7	8703*	1/8 GAV	300												
8	8673	2/10 GAV	300								X				
9	8692	2/10 GAV	260								X				
10	8696	2/10 GAV	150								X				
11	8697	PAMAAF	Processo de descarga						X						
12	8698*	2/10 GAV	450												
13	8699*	2/10 GAV	640												
14	8694	CLA	140							X					
DESATIVADAS				0	0	0	3	0	1	1	4	0	0	0	0
T N A				16	16	16	13	13	12	11	7	7	7	7	7

(*) As aeronaves 8674, 8684, 8686, 8693, 8703, 8698 e 8699 deverão iniciar o seu processo de desativação e de alienação após o dia 31 de dezembro de 2015.

2.3.2.3 Cabe aos Parques Oficinas as seguintes atividades:

- inventariar o material específico dos motores, acessórios e equipamentos do Projeto H-1H, removendo-os para local previamente selecionado, visando o processo de alienação;
- coordenar, após o recolhimento da última aeronave, a transferência, ao Parque Central, de todo o material aplicável aos motores, seus acessórios e equipamentos de uso exclusivo distribuídos aos operadores;
- identificar, no SILOMS, o material de uso exclusivo do Projeto H-1H, transferindo-o para o cadastro de material inativo, somente após a desativação da última aeronave; e
- providenciar, junto ao PAMAAF, o cancelamento da assinatura de toda documentação específica da aeronave H-1H.

2.3.2.4 Cabe às Unidades Operadoras as seguintes atividades:

- inventariar o material específico do Projeto H-1H, removendo-os para local previamente selecionado, visando o processo de alienação; e
- transferir para o Parque Central, após o recolhimento da última aeronave, todo o material aplicável ao projeto H-1H que se encontra na Unidade;

3 DISPOSIÇÕES GERAIS

O esforço aéreo alocado ao esquadrão, para o ano de 2015, deverá ser planejado de forma a atender às missões até **31 de dezembro de 2015**, após essa data deverá ser iniciado o processo de desativação e de alienação do restante da frota.

As aeronaves H-1H em condição de vôo na data acima deverão ser mantidas nesta situação, tendo em vista a sua destinação após a alienação.

Deverá ser estabelecida como meta desejável que o material aeronáutico, de uso exclusivo do projeto, seja mantido em condições de ser alienado como utilizável.

4 DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Os Planos Específicos, como prevê a DCA 400-51, serão elaborados pelos respectivos Comandos-Gerais, sendo confeccionados em estreita coordenação com os demais Órgãos de Direção Setorial envolvidos neste processo de desativação, com a finalidade de se esgotarem todas as informações setoriais de interesse mútuo.

O armazenamento de EAS, ferramentas especiais e suprimento de uso exclusivo deverá ser concentrado no PAMAAF imediatamente após a conclusão do processo de alienação das aeronaves.

5 DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 O presente Plano entrará em vigor na data de sua publicação.

5.2 Os casos não previstos neste plano serão submetidos à apreciação do Comandante-Geral de Apoio, através da cadeia de comando.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. *Ciclo de Vida de Sistemas e Materiais da Aeronáutica*: **DCA 400-6**. [Brasília-DF], 2007.

BRASIL. Ministério da Aeronáutica. Diretoria de Material da Aeronáutica. *Manutenção Nível Orgânico e Base: Princípios Básicos, Organização e Atribuições*: **IMA 66-20**. [Rio de Janeiro-RJ], 1996.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Diretoria de Material da Aeronáutica. *Parque Central e Parque Oficina, Conceituação e Atributos*: **ICA 65-15**. [Rio de Janeiro-RJ], 2001.

BRASIL. Ministério da Aeronáutica. Diretoria de Material da Aeronáutica. *Sistema de Material da Aeronáutica*: **NSMA 65-1**. [Rio de Janeiro-RJ], 1995.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. *Desativação da Frota de Aeronaves H-1H da Força Aérea Brasileira*: **DCA 400-51**. [Brasília-DF], 2008.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Diretoria de Material da Aeronáutica. *Designação de Aeronaves Militares da Aeronáutica*: **ICA 65-35**. [Rio de Janeiro-RJ], 2005.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Diretoria de Material da Aeronáutica. *Manual de Suprimento*: **MCA 67-1**. [Rio de Janeiro-RJ], 2007.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Diretoria de Material Aeronáutico e Bélico. *Suporte Logístico para Aeronaves em Desativação*: **ICA 65-10**. [Rio de Janeiro-RJ], 2002.

ÍNDICE

Disposições finais, 5

Disposições gerais, 3

Disposições preliminares, 1

aeronaves envolvidas, 1.2

âmbito, 1.4

conceituações, 1.3

finalidade, 1.1

Disposições transitórias, 4

Orientações básicas, 2

primeira fase – início da desativação, 2.2

procedimentos aplicáveis à desativação da frota, 2.1

segunda fase – desativação do restante da frota, 2.3

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**



LOGÍSTICA

PCA 400-56

**PLANO DE ALIENAÇÃO DAS AERONAVES H-1H
DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA**

2014

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
COMANDO GERAL DE APOIO**



LOGÍSTICA

PCA 400-56

**PLANO DE ALIENAÇÃO DAS AERONAVES H-1H
DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA**

2014



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
COMANDO-GERAL DE APOIO

PORTARIA COMGAP Nº 14/3EM, DE 15 DE MAIO DE 2014.
Protocolo COMAER nº 67100.002277/2014-23

Aprova a reedição do Plano de
Alienação das Aeronaves H-1H da
Força Aérea Brasileira.

O COMANDANTE GERAL DE APOIO, no uso das atribuições e de acordo com o disposto no Regulamento COMGAP, aprovado pela Portaria nº 2.133/GC3, de 29 de novembro de 2013, resolve:

Art. 1º Aprovar a reedição do PCA 400-56 “Plano de Alienação das Aeronaves H-1H da Força Aérea Brasileira”, que com esta baixa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se a Portaria COMGAP nº 61/3EM, de 18 de dezembro de 2012, publicada no BCA nº 243, de 21 de dezembro de 2012.

Ten. Brig Ar HÉLIO PAES DE BARROS JÚNIOR
Comandante-Geral de Apoio

(Publicado no BCA nº 093, de 20 de maio de 2014)

SUMÁRIO

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.....	9
1.1 <u>FINALIDADE</u>	9
1.2 <u>CONCEITUAÇÕES</u>	9
1.3 <u>ÂMBITO</u>	9
2 ORIENTAÇÕES BÁSICAS.....	10
2.1 <u>RECOLHIMENTO DAS AERONAVES</u>	10
2.2 <u>ALIENÇÃO DAS AERONAVES</u>	10
2.3 <u>COMISSÃO DE EXAME E AVALIAÇÃO DE MATERIAL</u>	11
3 DESTINAÇÃO DO MATERIAL.....	12
3.1 <u>AERONAVES</u>	12
3.2 <u>MOTORES E ACESSÓRIOS</u>	12
3.3 <u>EQUIPAMENTO DE APOIO À MANUTENÇÃO</u>	12
3.4 <u>SUPRIMENTO</u>	12
3.5 <u>ALIENAÇÃO</u>	12
4 DISPOSIÇÕES FINAIS.....	13
REFERÊNCIAS.....	14
ÍNDICE	15

PREFÁCIO

Conforme preceitua a DCA 400-6 Ciclo de Vida de Sistemas e Materiais da Aeronáutica, de 5 de março de 2007, a desativação de uma frota compõe uma das fases do ciclo de vida do material aeronáutico. Deve ser planejada com razoável antecedência, de maneira que seja executada sem afetar a operacionalidade da Força Aérea, tampouco gerando solução de continuidade e, principalmente, evitando desperdícios de meios logísticos. Fatores críticos devem ser cuidadosamente avaliados, por intermédio de uma análise de suportabilidade, a fim de definir-se a melhor estratégia de desativação. Isto posto, ressalta-se que o processo de desativação de uma frota de aeronaves deve objetivar a maximização da utilização dos equipamentos com o suporte logístico existente.

Entre outros motivos, a decisão de desativar um equipamento deve ser tomada quando sua obsolescência torna muito onerosa a manutenção de sua operação, devido aos altos custos do seu suporte logístico, ou o equipamento não atende mais as necessidades operacionais da Força Aérea.

Considerado o helicóptero de emprego militar mais usado no mundo, com mais de nove mil unidades fabricadas pela Bell Helicopter Textron, o Bell UH-1(Huey) foi desenvolvido para atender às necessidades do Exército Americano (US ARMY) na década dos anos sessenta, tendo sido largamente utilizado por aquele país na Guerra do Vietnam. O Projeto UH-1 sempre foi gerenciado, integralmente, pelo próprio US Army, com pouca participação da empresa Bell. O US Army cedeu a licença de fabricação dessa aeronave para algumas empresas ao redor do mundo, incluindo a italiana Agusta e a alemã Dornier.

Na Força Aérea Brasileira, por primeiro, as aeronaves Bell UH-1, designadas H-1H, foram adquiridas da Bell Helicopter Textron, por intermédio do Programa FMS (Foreign Military Sales), entre os anos de 1967 a 1977.

Em 1982, a FAB adquiriu oito aeronaves do Governo de Israel, fabricadas sob licença pela Agusta Spa, subsidiária italiana da Agusta Westland Company, as quais destinavam-se, inicialmente, a servir como fonte de suprimento para a frota existente. Entretanto, por meio de serviços de revisão e modificação, estas aeronaves foram colocadas em condição de aeronavegabilidade e incorporadas ao acervo da FAB.

Em 1997, foram compradas mais vinte aeronaves por intermédio do FMS, que estavam em operação na Alemanha, fabricadas pela empresa alemã Dornier.

A FAB, utilizando-se do FMS, vinha adquirindo, além de peças de reposição, diretamente do US Army, assistência técnica, publicações, diretivas técnicas, treinamento e todo o suporte logístico necessário.

Desde o ano de 2001, quando o US Army comunicou, oficialmente, a previsão de desativação de sua frota de Bell UH-1, para o ano de 2004, constatou-se um agravamento gradual das dificuldades de prover suporte logístico ao Projeto H-1H. Nos últimos anos, mais de sessenta mensagens de alerta e segurança de voo, abrangendo problemas de motor, célula e outros sistemas, foram difundidas pelo US Army, causando, além do aumento nos custos de operação da aeronave, uma redução na disponibilidade da frota.

Em 2003, o FMS encaminhou uma lista de material, denominada Last Buy (última compra), para os operadores de Huey e, em 2004, o US Army informou que manteria em operação, até 2008, 147 (cento e quarenta e sete) aeronaves Bell UH-1, usando como suprimento outras 150 (cento e cinquenta) aeronaves do seu acervo, e que suportaria o Projeto Bell UH-1, no que tange à atualização das publicações e diretivas técnicas, até a sua completa desativação em 2008.

Em decorrência desta decisão do US Army, o suporte ao Projeto H-1H vem sofrendo restrições com relação à disponibilidade de suprimento para aquisição por meio do FMS e, atualmente, parte do material adquirido provém de fornecedores da área comercial, sendo este custo muito mais oneroso do que no âmbito do FMS.

Ademais, as aeronaves já desativadas pelo US Army e por outros operadores militares estão sendo incorporadas ao mercado civil, principalmente por Departamentos Estaduais, Organizações Não-Governamentais e pequenas empresas de aviação e turismo dos Estados Unidos.

Assim sendo, a aquisição de material para o Projeto H-1H, com a compra direta de fornecedores comerciais no mercado americano, terá que ser mais criteriosa, pois a introdução de centenas de aeronaves no mercado civil, advindas em sua maioria do US Army, tem provocado o aumento considerável do risco de aquisição de peças sem rastreabilidade ou controle de qualidade (After Market Parts).

Devido aos óbices supracitados, a dificuldade em suportar o Projeto H-1H acentuou-se, significativamente, a partir de 2003, quando, aliado ao problema de suprimento, ocorreram sucessíveis aumentos no esforço aéreo do Projeto. Nesse contexto, a desativação da frota em questão deverá ser planejada, criteriosamente, de forma a permitir a conclusão do seu ciclo de vida até o dia 31 de dezembro de 2014, em consonância com o processo corrente de implantação, na Força Aérea Brasileira, do Projeto HX-BR, designado VH/H-36 CARACAL, o qual dará continuidade aos nobres serviços prestados pelas aeronaves H-1H à FAB e, por extensão, à República Federativa do Brasil.

Entretanto, em virtude do contingenciamento dos recursos financeiros da Ação 123J para o Projeto H-XBR, haverá atraso na linha de produção e na posterior entrega das aeronaves H-36. Por esse motivo, o EMAER prorrogou a desativação da frota de aeronaves H-1H para 31 de dezembro de 2015, tendo sido autorizado a concentração desses helicópteros no 2º/10º GAV, a partir do recebimento do terceiro helicóptero H-36 pelo 1º/8º GAV. Sendo assim, houve a necessidade de reeditar o Plano de Alienação da Frota de Aeronaves H-1H da Força Aérea Brasileira dentro desta nova realidade.

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 FINALIDADE

Estabelecer a reedição do Plano de Alienação para a frota de aeronaves H-1H da Força Aérea Brasileira (FAB), definindo as ações afetas aos diversos segmentos que compõem a estrutura básica do Comando da Aeronáutica (COMAER).

1.2 CONCEITUAÇÕES

1.2.1 SISTEMA DE MATERIAL DA AERONÁUTICA – SISMA

Sistema instituído com a finalidade de planejar, orientar, coordenar, executar e controlar as atividades de suprimento e manutenção do material aeronáutico do COMAER.

1.2.2 SISTEMA DE MATERIAL BÉLICO – SISMAB

Conjunto de órgãos cuja atividade logística está voltada para o material bélico.

1.2.3 INSPEÇÃO 6C – 900 horas

Tempo de garantia funcional do item ou equipamento, usualmente determinado pelo fabricante, após ensaios e análises, antes da comercialização do produto.

1.3 ÂMBITO

O presente plano, de observância obrigatória no âmbito do Comando-Geral de Apoio (COMGAP), Organizações Subordinadas e elos integrantes do SISMA e SISMAB, serve de base ao processo de alienação da Frota de Aeronaves H-1H da FAB e orienta o planejamento das ações afetas aos demais integrantes da estrutura básica do COMAER.

2 ORIENTAÇÕES BÁSICAS

Em atendimento ao previsto na DCA 400-51 - Desativação da Frota de Aeronaves H-1H da Força Aérea Brasileira, de 12 de outubro de 2012, e no PCA 400-55 - Plano de Desativação da Frota de Aeronaves H-1H da Força Aérea Brasileira-2014, em conformidade com o RCA 12-1, de 9 de dezembro de 2004, com o MCA 67-1 - Manual de Suprimento, de 9 de março de 2007, e MCA 5-2/2009 – Manual do Suprimento de Publicações, deverão ser cumpridos os procedimentos listados a seguir, visando à alienação total da frota de aeronaves H-1H, da Força Aérea Brasileira (FAB).

2.1 RECOLHIMENTO DAS AERONAVES

Todas as aeronaves, à medida que forem atingindo a data limite de desativação, deverão ser recolhidas ao PAMAAF, para serem descarregadas e alienadas.

O PAMAAF poderá autorizar a alienação no local onde se encontrem, sob sua supervisão direta, das aeronaves sem condições de voo.

2.2 ALIENAÇÃO DAS AERONAVES

O processo de alienação das aeronaves deverá ocorrer de forma gradual, em 2 fases:

2.2.1 PRIMEIRA FASE

Esta fase, composta de 08 (oito) aeronaves, ocorreu conforme tabela abaixo.

MTCL	DESATIVAÇÃO	ALIENAÇÃO
8657	2º SEM/2012	1º SEM 2013
8533	2º SEM/2012	1º SEM 2013
8659	2º SEM/2012	1º SEM 2013
8666	2º SEM/2012	1º SEM 2013
8691	2º SEM 2012	1º SEM 2013
8689	1º SEM/2012	2º SEM 2012
8702	2º SEM/2012	1º SEM 2013
8701	1º SEM/2012	2º SEM 2012

2.2.2 SEGUNDA FASE

Esta fase, composta de 16 (dezesseis) aeronaves, está ocorrendo conforme tabela abaixo. Iniciando-se no primeiro semestre de 2014 e término previsto em 31 de dezembro de 2016.

MTCL	DESATIVAÇÃO	ALIENAÇÃO
8688	2º SEM 2013	1º SEM 2014
8695	2º SEM 2013	1º SEM 2014
8685	2º SEM 2013	1º SEM 2014
8651	2º SEM 2014	1º SEM 2015
8684	1º SEM 2016	2º SEM 2016
8686	1º SEM 2016	2º SEM 2016
8693	1º SEM 2016	2º SEM 2016
8703	1º SEM 2016	2º SEM 2016
8673	2º SEM 2014	1º SEM 2015
8694	2º SEM 2014	1º SEM 2015
8696	2º SEM 2014	1º SEM 2015

8697	1º SEM 2014	2º SEM 2014
8698	1º SEM 2016	2º SEM 2016
8692	2º SEM 2014	1º SEM 2015
8674	1º SEM 2016	2º SEM 2016
8699	1º SEM 2016	2º SEM 2016

OBS: O PAMAAF deverá consultar o MUSAL quanto ao interesse de receber uma aeronave H-1H para compor seu acervo, conforme determina a Portaria 751/GC4, de 13 de junho de 2004.

2.3 COMISSÃO DE EXAME E AVALIAÇÃO DE MATERIAL

O PAMAAF, a partir da aprovação deste Plano, deverá designar e publicar em Boletim Interno as Comissões de Exame e Avaliação de Material, previstas no MCA 67-1/2007.

3 DESTINAÇÃO DO MATERIAL

3.1 AERONAVES

As aeronaves H-1H deverão ser alienadas, conforme item 2.2 deste Plano de Alienação, seguindo as orientações contidas na lei 8666, de 21 de junho de 1993, no RCA 12-1/2004 e no MCA 67-1/2007.

3.2 MOTORES E ACESSÓRIOS

O PAMASP, como Parque Oficina dos motores das aeronaves H-1H, a partir da aprovação deste Plano, deverá iniciar o processo de alienação dos motores condenados, conforme preconizado no MCA 67-1/2007.

Os motores, acessórios e demais materiais específicos que forem sendo desativados ou considerados em excesso, deverão ser alienados conforme o contido no MCA 67-1/2007, atentando-se para a possível utilização de componentes desses motores em outros projetos.

3.3 EQUIPAMENTO DE APOIO À MANUTENÇÃO

Os Equipamentos de Apoio à Manutenção (EAM) de uso específico das aeronaves H-1H, sem aplicação ou descarregados a partir da publicação deste Plano, deverão fazer parte do processo de alienação da OM detentora da carga.

3.4 SUPRIMENTO

O PAMAAF deverá coordenar, com os Remotos apoiados, a realização dos processos de inventário e, após o recolhimento da última aeronave, determinar a transferência para o Central de todos os itens de Suprimento e publicações Técnicas, de uso exclusivo nas aeronaves H-1H, para que os mesmos estejam disponíveis para alienação ainda no 1º semestre de 2016.

OBS: O CDCP do PAMAAF, Parque Central do Projeto, deverá manter uma coletânea de Publicação da aeronave H-1H no acervo de sua Biblioteca Técnica e disponibilizar outra coletânea para o MUSAL, conforme previsto no MCA 5-2/2009 – Manual do Suprimento de Publicações.

3.5 ALIENAÇÃO

Após o recebimento dos itens de Suprimento e Publicações Técnicas, de uso exclusivo nas aeronaves H-1H, oriundos dos Remotos apoiados, o PAMAAF deverá dar início ao processo de alienação, nomeando as Comissões encarregadas de proceder ao exame, à avaliação e a posterior licitação, de acordo com o previsto na lei 8666, de 21 de junho de 1993, no RCA 12-1/2004 e no MCA 67-1/2007.

4 DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 O presente Plano entrará em vigor na data de sua publicação.

4.2 Os casos não previstos neste plano serão submetidos à apreciação do Comandante-Geral de Apoio, através da cadeia de comando.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. *Ciclo de Vida de Sistemas e Materiais da Aeronáutica*: DCA 400-6. [Brasília-DF], 2007.

_____. Comando da Aeronáutica. Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica. *Regulamento de Administração da Aeronáutica (RADA)*: RCA 12-1.[Brasília-DF], 2004.

_____. Comando da Aeronáutica. Gabinete do Comandante da Aeronáutica. Portaria nº 751/GC4. [Brasília-DF], 13 JUL. 2004

_____. Ministério da Aeronáutica. Diretoria de Material da Aeronáutica. *Manutenção Nível Orgânico e Base: Princípios Básicos, Organização e Atribuições*: IMA 66-20. [Rio de Janeiro-RJ], 1996.

_____. Ministério da Aeronáutica. Diretoria de Material da Aeronáutica. *Parque Central e Parque Oficina, Conceituação e Atribuição*: ICA 65-15. [Rio de Janeiro-RJ], 2001.

_____. Ministério da Aeronáutica. Diretoria de Material da Aeronáutica. *Sistema de Material da Aeronáutica*: NSMA 65-1. [Rio de Janeiro-RJ], 1995.

_____. Comando da Aeronáutica. Diretoria de Material da Aeronáutica. *Manual de Suprimento*: MCA 67-1. [Rio de Janeiro-RJ], 2007.

_____. Comando da Aeronáutica. Diretoria de Material da Aeronáutica. *Manual do Suprimento de Publicações*: MCA 5-2. [Rio de Janeiro-RJ], 2009.

_____. Comando da Aeronáutica. Diretoria de Material Aeronáutico e Bélico. *Suporte Logístico para Aeronaves em Desativação*: ICA 65-10. [Rio de Janeiro-RJ], 2002.

_____. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. Plano de Reaparelhamento da Aeronáutica: PCA 11-13. [Brasília -DF], 2007.

ÍNDICE

Destinação do material, 3

- alienação, 3.5
- aeronaves, 3.1
- equipamento de apoio à manutenção, 3.3
- motores e acessórios, 3.2
- suprimento, 3.4

Disposições finais, 4

Disposições preliminares, 1

- âmbito, 1.4
- aeronaves envolvidas, 1.2
- conceituações, 1.3
- finalidade, 1.1

Orientações básicas, 2

- alienação das aeronaves, 2.2
- comissão de exame e avaliação de material, 2.3
- recolhimento das aeronaves, 2.1

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**



ENSINO

ICA 37-616

**CURRÍCULO MÍNIMO DO
CURSO DE DEFESA ANTIAÉREA (CDAAe)**

2014

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
COMANDO-GERAL DE OPERAÇÕES AÉREAS**



ENSINO

ICA 37-616

**CURRÍCULO MÍNIMO DO
CURSO DE DEFESA ANTIAÉREA (CDAAe)**

2014



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
COMANDO-GERAL DE OPERAÇÕES AÉREAS

PORTARIA COMGAR Nº 74/SCAP, DE 14 DE MAIO DE 2014.

Aprova a edição da Instrução que dispõe sobre o Currículo Mínimo do Curso de Defesa Antiárea (CDAAE).

O COMANDANTE-GERAL DE OPERAÇÕES AÉREAS, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX do Artigo 11 do ROCA 20-6, “Regulamento do Comando-Geral de Operações Aéreas”, aprovado pela Portaria nº 991/GC3, de 16 de outubro de 2009, resolve:

Art. 1º Aprovar a edição da ICA 37-616 “Currículo Mínimo do Curso de Defesa Antiaérea (CDAAe)”, que com esta baixa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Ten Brig Ar NIVALDO LUIZ ROSSATO
Comandante-Geral de Operações Aéreas

(Publicado no BCA nº 93, de maio de 2014)

SUMÁRIO

1	DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	7
1.1	FINALIDADE	7
1.2	ÂMBITO	7
2	CONCEPÇÃO ESTRUTURAL DO CURSO	8
3	PADRÕES DE DESEMPENHO ESPECÍFICOS E PERFIL DO ALUNO	9
3.1	PADRÕES DE DESEMPENHO DO CAMPO TÉCNICO-ESPECIALIZADO	9
3.2	PERFIL DO ALUNO	9
4	FINALIDADE, OBJETIVOS GERAIS E DURAÇÃO DO CURSO	10
4.1	FINALIDADE	10
4.2	OBJETIVOS GERAIS	10
4.3	DURAÇÃO DO CURSO	10
5	QUADRO GERAL DO CURSO	11
5.1	DESDOBRAMENTO DO QUADRO GERAL	12
6	PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO	18
7	DISPOSIÇÕES GERAIS	18
8	DISPOSIÇÕES FINAIS	18
	REFERÊNCIAS	19

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 FINALIDADE

Esta instrução tem por finalidade estabelecer o Currículo Mínimo para o Curso de Defesa Antiaérea (CDAAE), ministrado pelo Grupo de Instrução Tática e Especializada (GITE).

1.2 ÂMBITO

Grupo de Instrução Tática e Especializada (GITE).

2 CONCEPÇÃO ESTRUTURAL DO CURSO

O Curso de Defesa Antiaérea (CDAAe) deverá proporcionar aos oficiais de Infantaria e graduados SGS, servindo ou com perspectiva de servirem em Unidades de Defesa Antiaérea (UDAAe), uma formação técnico-especializada, que atenda aos interesses do Núcleo da Brigada de Defesa Antiaérea (NuBDAAe), abrangendo conhecimentos técnicos e tático-operacionais compatíveis com as tarefas e responsabilidades inerentes às funções a serem desempenhadas nas UDAAe.

O CDAAe estrutura-se através da seguinte área, no campo técnico-especializado:

Ciências Militares: tem por objetivo especializar recursos humanos com os conhecimentos teóricos e práticos necessários ao exercício de funções logísticas e operacionais, no contexto das Unidades Antiaéreas da Força Aérea Brasileira.

A filosofia de ensino do curso se apoia na apresentação de conhecimentos essenciais aos oficiais e graduados alunos, não trabalhados nas formações do CFOINF e EEAR, e que servem de alicerce para o planejamento e emprego do sistema de Defesa Antiaérea (DAAe) de curto e curtíssimo alcance. A captação desses conhecimentos constitui a fonte de formulação dos objetivos: gerais do curso, específicos das disciplinas e unidades, e operacionalizados das subunidades.

Com duração de 08 (oito) semanas, sendo 01 (uma) somente com instruções e avaliações práticas, realizadas no Primeiro Grupo de Defesa Antiaérea (1º GDAAe), o curso aborda os principais subsistemas de uma DAAe no nível tático-operacional, além de apresentar uma visão geral da estrutura de funcionamento de uma UDAAe, suas atividades administrativas e operacionais, sendo os conteúdos curriculares das disciplinas recortes de áreas do conhecimento.

O CDAAe estrutura-se através do campo técnico-especializado, o qual reúne diversos conhecimentos básicos, comuns à formação técnica de oficiais e graduados. As instruções são ministradas de maneira gradual e contínua, objetivando proporcionar aos alunos uma elevação de nível de conhecimentos que os capacite a compreender aspectos gerais da DAAe. O nível de aprendizagem esperado é o da “compreensão” e “aplicação”, no domínio cognitivo, e o de “valorização”, no domínio afetivo, de modo a garantir a adesão do público-alvo às questões que fundamentam a Defesa Antiaérea. No nível tático-operacional, estima-se que os discentes sejam capazes de realizar tarefas em qualquer dos subsistemas de uma DAAe.

Por fim, o CDAAe é o curso de especialização que formará militares para todas as funções operacionais de uma DAAe, a fim de que os militares concludentes, com aproveitamento, possam exercer com proficiência suas atribuições em uma UDAAe.

3 PADRÕES DE DESEMPENHO ESPECÍFICOS E PERFIL DO ALUNO

3.1 PADRÕES DE DESEMPENHO DO CAMPO TÉCNICO-ESPECIALIZADO

- a) distinguir a inserção da Defesa Antiaérea na Doutrina Aeroespacial Brasileira;
- b) identificar a organização e o funcionamento da Defesa Antiaérea;
- c) aplicar os conhecimentos necessários ao emprego dos Subsistemas de Defesa Antiaérea; e
- d) desempenhar, no seu nível hierárquico, as funções operacionais relativas à Defesa Antiaérea.

3.2 PERFIL DO ALUNO

Os alunos do CDAAe apresentam as seguintes características:

- a) Oficiais e Sargentos do Comando da Aeronáutica servindo ou com perspectiva de servir em UDAAe;
- b) militares com, no mínimo, 3 (três) anos de serviço pós-formação; e
- c) não possuir impedimento para a concessão de credencial de segurança no grau “RESERVADO”.

4 FINALIDADE, OBJETIVOS GERAIS E DURAÇÃO DO CURSO

4.1 FINALIDADE

O Curso de Defesa Antiaérea tem por finalidade capacitar os alunos a exercer, no seu nível hierárquico, funções relacionadas ao emprego da Defesa Antiaérea.

4.2 OBJETIVOS GERAIS

Proporcionar aos instruídos, no seu nível hierárquico, condições de aprendizagem que os capacitem a:

- a) conhecer a Doutrina Básica da FAB;
- b) aplicar os fundamentos e os princípios de emprego da Defesa Antiaérea;
- c) empregar os Subsistemas de Defesa Antiaérea;
- d) demonstrar conhecimento sobre SISDABRA, Comando e Controle, Comunicações, Guerra Eletrônica, Ameaça Aeroespacial e Medidas de Coordenação e Controle do Espaço Aéreo;
- e) planejar, organizar e empregar os meios de Defesa Antiaérea disponíveis;
- f) planejar e executar o Reconhecimento, Escolha e Ocupação de Posição (REOP) dos meios de Defesa Antiaérea;
- g) desempenhar as funções operacionais previstas no Centro de Operações Antiaéreas (COAAe) e na Sala Móvel de Operações Terrestres (SMOT);
- h) comandar frações de tropa que empreguem o Sistema Antiaéreo IGLA 9K338;
- i) empregar o Conjunto IGLA 9K338;
- j) empregar o dispositivo termal de pontaria (DTP);
- k) valorizar a importância da Defesa Antiaérea para o emprego do Poder Aeroespacial; e
- l) empregar Radar SABER M60.

4.3 DURAÇÃO DO CURSO

O CDAAe terá uma duração de 8 (oito) semanas, perfazendo uma carga horária total 40 (quarenta) dias letivos, correspondentes a 328 (trezentos e vinte e oito) tempos de carga horária total e uma carga horária real de 242 (duzentos e quarenta e dois) tempos. A diferença de 86 (oitenta e seis) tempos será utilizada nas seguintes atividades:

- a) atividades de avaliação (pré-teste, avaliação parcial, avaliação prática, vista de prova, crítica de prova, crítica semanal, crítica final de curso e pós-teste);
- b) complementação da instrução;
- c) atividades administrativas; e
- d) flexibilidade da programação (à disposição da coordenação de curso).

5 QUADRO GERAL DO CURSO

CAMPO	ÁREA	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
TÉCNICO ESPECIALIZADO	CIÊNCIAS MILITARES	EMPREGO DO PODER AEROSPACIAL	53
		GUERRA ELETRÔNICA APLICÁVEL À DEFESA ANTIAÉREA	21
		SISTEMA DE DEFESA ANTIAÉREA	107
		NOÇÕES DE PLANEJAMENTO DE DEFESA ANTIAÉREA	20
		EMPREGO DOS MEIOS DE DEFESA ANTIAÉREA	26
		EXERCÍCIO DE DEFESA ANTIAÉREA	15
	TOTAL CAMPO TÉCNICO-ESPECIALIZADO		242
CARGA HORÁRIA REAL			242
ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS			07
COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO			33
ATIVIDADES DE AVALIAÇÃO			36
FLEXIBILIDADE			10
CARGA HORÁRIA TOTAL			328

5.1 DESDOBRAMENTO DO QUADRO GERAL

CAMPO: TÉCNICO-ESPECIALIZADO		ÁREA: CIÊNCIAS MILITARES
DISCIPLINA: EMPREGO DO PODER AEROESPACIAL		
CH PARA INSTRUÇÃO: 53	CH PARA AVAL: 00	CH TOTAL: 53
<p>OBJETIVOS ESPECÍFICOS:</p> <ul style="list-style-type: none">a) interpretar a Doutrina Aeroespacial Brasileira no contexto da Força Aérea (Cp);b) distinguir os aspectos gerais relacionados ao componente aéreo de um Comando Conjunto, segundo a doutrina vigente (Cp);c) descrever os procedimentos e táticas empregadas pela FAB na execução de suas atividades operacionais (Cp);d) interpretar princípios, fatores e teorias inerentes ao emprego dos sistemas de armamentos (Cp);e) interpretar os fundamentos doutrinários que orientam as operações de defesa aeroespacial no território nacional (Cp);f) interpretar os fundamentos doutrinários da defesa antiaérea (Cp); eg) identificar o estado atual do poder aeroespacial dos Países Sul-Americanos (Cp). <p>EMENTA:</p> <p>1) Emprego da Força Aérea: Fundamentos do Poder Aéreo; Doutrina Básica da FAB; Emprego da Força Aérea Componente (FAC); A Ameaça Aérea; Missões Aéreas Compostas; Supressão de Defesa Aérea Inimiga (SDAI); Sistemas de Armamentos; Emprego do Armamento Aéreo. 2) Defesa Aeroespacial: Divisão Territorial Militar; SISDABRA. 3) Defesa Antiaérea: Defesa Aeroespacial da Força Naval; Defesa Antiaérea no EB; Defesa Antiaérea na FAB. 4) Inteligência Operacional: Situação do Poder Aeroespacial na América do Sul.</p>		

CAMPO: TÉCNICO-ESPECIALIZADO		ÁREA: CIÊNCIAS MILITARES
DISCIPLINA: GUERRA ELETRÔNICA APLICÁVEL À DEFESA ANTIAÉREA		
CH PARA INSTRUÇÃO: 21	CH PARA AVAL: 00	CH TOTAL: 21
<p>OBJETIVOS ESPECÍFICOS:</p> <ul style="list-style-type: none">a) identificar os processos básicos de geração, transmissão e recepção de sinais eletromagnéticos (Cn);b) identificar os processos básicos de funcionamento dos radares (Cp);c) distinguir as atividades de MAGE,MAE,e MPE (Cp)ed) identificar os conceitos básicos de eletro-óptica aplicáveis à Guerra Eletrônica no contexto da Defesa Antiaérea (DAAe) (Cp). <p>EMENTA:</p> <p>1) Conceitos Básicos de Guerra Eletrônica: Conceitos Básicos Aplicados à Guerra Eletrônica; Conceitos Básicos de Radar; Tipos de Radar. 2) Fundamentos de Guerra Eletrônica: Divisão de Guerra Eletrônica; Eletro-Óptica aplicada à Guerra Eletrônica; LAB-GE.</p>		

CAMPO: TÉCNICO-ESPECIALIZADO		ÁREA: CIÊNCIAS MILITARES
DISCIPLINA: SISTEMA DE DEFESA ANTIAÉREA		
CH PARA INSTRUÇÃO: 107	CH PARA AVAL: 00	CH TOTAL: 107
<p>OBJETIVOS ESPECÍFICOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) descrever a estrutura sistêmica da Defesa Antiaérea na FAB (Cp); b) interpretar a estrutura, o funcionamento e os procedimentos para emprego do Conjunto IGLA 9K338 (Cp); c) distinguir todas as atribuições da Seção de Tiro (Cp); d) identificar todas as atribuições das funções previstas no Subsistema de Controle e Alerta (Cp); e) explicar as Medidas de Coordenação e Controle do Espaço Aéreo (Cp); f) discutir os diversos aspectos de utilização e emprego dos sistemas de comunicação (Cp);e g) estimar as necessidades logísticas para as operações de Defesa Antiaérea (Cp). <p>EMENTA:</p> <p>1) Estrutura Sistêmica da Defesa Antiaérea: Introdução ao Sistema de Defesa Antiaérea. 2) Subsistema de Armas: Generalidades sobre Mísseis; Conjunto IGLA 9K338; Munição do Conjunto IGLA 9K338; Mecanismo de Lançamento 9P552; Tubo de Lançamento 9P338; Unidade de Bateria e Refrigeração 9B238; Operação do Sistema; Normas de Manutenção, Armazenamento e Transporte; Restrições Operacionais; Luneta de Portaria (VISOR TERMAL MOWGLI-2M 1PN97M); Conjunto de Treinamento 9F663; Simulador KONUS 9F859; Funções Operacionais da Seção de Tiro; Introdução aos Sistemas Antiaéreos – Canhão; Introdução aos Sistemas de Médio Alcance. 3) Subsistema de Apoio Logístico: Funcionamento logístico na Bateria de DAAe; Plano de Mobilidade; Suprimento e Ressuprimento 4) Subsistema de Comunicação: Fundamentos de Comunicação Digital; Comunicação e Transmissão Seguras; Sistema de Comunicação FALCON III; Sistema de Comunicação HF; Normas de Comunicação; PCONEM. 5) Subsistema de Controle e Alerta: Estrutura de Controle e Alerta; Medidas de Coordenação e Controle do Espaço Aéreo; Relatórios utilizados na condução do DAAe; Centro de Operações Antiaéreas (COAAe); Ferramenta de Auxílio à Decisão (VISIR SAAAD); Ferramenta de Comando e Controle (PROCCAAe); Sala Móvel de Operações Terrestres (SMOT); Radar SABER M60; Posto de Vigilância.</p>		

CAMPO: TÉCNICO-ESPECIALIZADO		ÁREA: CIÊNCIAS MILITARES
DISCIPLINA: NOÇÕES DE PLANEJAMENTO DE DEFESA ANTIAÉREA		
CH PARA INSTRUÇÃO: 20	CH PARA AVAL: 00	CH TOTAL: 20
OBJETIVOS ESPECÍFICOS: <ul style="list-style-type: none">a) interpretar os princípios e os fundamentos que norteiam o desdobramento dos meios de Defesa Antiaérea (Cp);b) explicar os fatores de topografia que influenciam o desdobramento dos meios de Defesa Antiaérea (Cp); ec) empregar as informações fornecidas pelos recursos disponíveis para a condução do Planejamento preliminar do Plano de Defesa Antiaérea (PlanDAAe) (Ap). EMENTA: <p>1) Doutrina de Emprego da Defesa Antiaérea: Princípios e Fundamentos de Emprego. 2) Planejamento Preliminar na Carta Topográfica: Unidades de Medidas; Cartas Topográficas; Navegação Terrestre.</p>		

CAMPO: TÉCNICO-ESPECIALIZADO		ÁREA: CIÊNCIAS MILITARES
DISCIPLINA: EMPREGO DOS MEIOS DE DEFESA ANTIAÉREA		
CH PARA INSTRUÇÃO: 26	CH PARA AVAL: 00	CH TOTAL: 26
<p>OBJETIVOS ESPECÍFICOS:</p> <ul style="list-style-type: none">a) explicar as fases do Planejamento de Defesa Antiaérea (Cp);b) identificar a estrutura do Plano de Defesa Antiaérea (PlanDAAe) (Cn);c) elaborar um Plano de Defesa Antiaérea (Ap); ed) debater a estrutura e a confecção de um PlanDAAe (An). <p>EMENTA:</p> <p>1) Planejamento da Defesa Antiaérea: Fases do Planejamento; Exame de Situação; Elaboração de Planos e Ordens; Validação e Controle do Planejamento; Visão Geral do PlanDAAe; Ferramentas de Apoio ao Planejamento. 2) Plano de Defesa Antiaérea: Estrutura do Plano de Defesa Antiaérea (PlanDAAe); Elaboração de PlanDAAe.</p>		

CAMPO: TÉCNICO-ESPECIALIZADO		ÁREA: CIÊNCIAS MILITARES
DISCIPLINA: EXERCÍCIO DE DEFESA ANTIAÉREA		
CH PARA INSTRUÇÃO: 15	CH PARA AVAL: 00	CH TOTAL: 15
<p>OBJETIVOS ESPECÍFICOS:</p> <ul style="list-style-type: none">a) desempenhar as funções previstas na Sala Móvel de Operações Terrestres - SMOT (Ap);b) desempenhar as funções previstas no Centro de Operações Antiaéreas - COAAe (Ap);c) realizar as etapas do REOP (Ap);ed) elaborar um PlanDAAe (Ap) <p>EMENTA:</p> <p>1) Exercício de PlanDAAe: Reconhecimento, Escolha e Ocupação de Posição; Planejamento de Defesa Antiaérea. 2) Prática Avaliada de Defesa Antiaérea: Exercício de Defesa Antiaérea.</p>		

6 PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

Os procedimentos de avaliação para o curso, objeto do presente Currículo Mínimo, serão detalhados no PLANO DE AVALIAÇÃO DO GITE (MCA 37-96), devendo incidir sobre os cinco campos previstos nos documentos normativos (Elaboração do Plano de Avaliação - ICA 37-520 e Avaliação de Ensino - ICA 37-11): avaliação da instrução, do corpo docente, do currículo, dos meios de avaliação e do corpo discente.

7 DISPOSIÇÕES GERAIS

Para as atividades de complementação da instrução sugere-se a apresentação de informações atualizadas sobre os seguintes assuntos: Sistemas de TI, Comunicações e C2 do COMGAR; DICA; Enlace de Dados Táticos; SISDACTA; Defesa Cibernética; Mísseis Nacionais; Radares de Produção Nacional; Comunicação Social; Sistemas Eletrônicos; Produtores de Mísseis Antiaéreos; e outros temas que possam enriquecer a capacitação dos militares indicados para exercer funções no Sistema de Defesa Antiaérea.

8 DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1 Esta Instrução entra em vigor na data da publicação da Portaria de Aprovação no Boletim do Comando da Aeronáutica

8.2 Os casos não previstos deverão ser submetidos à apreciação do Comandante-Geral de Operações Aéreas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral de Operações Aéreas. *Capacitação de Recursos Humanos no Âmbito do COMGAR: DCAR 100A*. [Brasília - DF], 2010.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral do Pessoal. Centro de Documentação e Histórico da Aeronáutica. *Confecção, Controle e Numeração de Publicações: NSCA 5-1*. [Rio de Janeiro - RJ], 2011.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral de Operações Aéreas. *Núcleo de Brigada de Artilharia Antiaérea de Autodefesa: DCAR 1005/SCSD*. [Brasília - DF], 2010.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Departamento de Ensino da Aeronáutica. *Elaboração e Revisão de Currículos Mínimos: ICA 37-4*. [Brasília - DF], 2010.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. *Implantação da Primeira Brigada de Artilharia Antiaérea de Autodefesa: DCA 21-6*. [Brasília - DF], 2011.

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**



PREVENÇÃO DE ACIDENTES

ICA 3-8

**PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES
AERONÁUTICOS DO COMGAR**

2014

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
COMANDO-GERAL DE OPERAÇÕES AÉREAS**



PREVENÇÃO DE ACIDENTES

ICA 3-8

**PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES
AERONÁUTICOS DO COMGAR**

2014



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
COMANDO-GERAL DE OPERAÇÕES AÉREAS

PORTARIA COMGAR Nº 72/SCAP-17, DE 12 DE MAIO DE 2014.

Aprova o “Programa de Prevenção de Acidentes Aeronáuticos do Comando-Geral de Operações Aéreas”.

O COMANDANTE-GERAL DE OPERAÇÕES AÉREAS, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX do Artigo 11 do ROCA 20-6, “Regulamento do Comando-Geral de Operações Aéreas”, aprovado pela Portaria nº 991/GC3, de 16 de outubro de 2009 , resolve:

Art. 1º Aprovar a ICA 3-8 “Programa de Prevenção de Acidentes Aeronáuticos do Comando-Geral de Operações Aéreas”.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se o a Portaria COMGAR Nº 100/SCAP-17, de 4 de junho de 2012.

Ten Brig Ar NIVALDO LUIZ ROSSATO
Comandante-Geral de Operações Aéreas

(Publicado no BCA nº 093, de 20 de maio de 2014)

SUMÁRIO

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	9
1.1 FINALIDADE	9
1.2 OBJETIVO	9
1.3 ÂMBITO	9
1.4 RESPONSABILIDADE	9
1.5 VIGÊNCIA	9
1.6 GRAU DE SIGILO	9
2 PANORAMA ATUAL	10
3 ORIENTAÇÕES GERAIS	11
3.1 RECURSOS HUMANOS	11
3.2 LOGÍSTICA	11
3.3 PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	11
3.4 EXERCÍCIO EXCLUSIVO DOS CARGOS INERENTES AO SIPAER.....	11
3.5 ATRIBUIÇÕES.....	11
3.6 RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES - RAA.....	12
4 AÇÕES REQUERIDAS.....	13
5. DISPOSIÇÕES FINAIS.....	16
5.1 REUNIÕES SISTÊMICAS	16
5.2 RECURSOS NECESSÁRIOS.....	16
5.3 SUPERVISÃO	16
5.4 CASOS NÃO PREVISTOS	16
REFERÊNCIAS	17

TERMO DE APROVAÇÃO

As condições de crescimento e desenvolvimento do país permitiram acelerados avanços de reequipagem e modernização dos meios aéreos militares. No centro dessa atualização tecnológica, o Comando-Geral de Operações Aéreas desempenha papel fundamental, preparando e empregando os novos vetores da Força Aérea Brasileira - FAB.

A incorporação desses equipamentos e sistemas resultou em um acelerado processo de modernização tecnológica e doutrinária, exigindo a concentração de esforços para gerar conceitos de emprego, táticas, técnicas e procedimentos atualizados.

Nesse sentido, o Programa de Prevenção de Acidentes Aeronáuticos do COMGAR deverá ser utilizado para balizar as ações administrativas, técnicas e operacionais, visando a alcançar uma melhoria continuada nos índices de segurança de voo com o foco na busca do “ACIDENTE ZERO”.

As ações relativas à prevenção de ocorrências aeronáuticas exigem a participação de todos e o comprometimento dos comandantes dos Comandos Aéreos Regionais, das Forças Aéreas, das Bases Aéreas e das Unidades Aéreas, cabendo a estes estabelecer o equilíbrio entre o cumprimento da missão e a segurança de voo.

Todas as atividades de segurança de voo, no âmbito do COMGAR, estarão vinculadas aos planos, manuais, leis, normas, instruções e diretrizes que regulam as ações de prevenção, como também, às orientações e determinações discriminadas neste PPAA.

Aprovo:

Brasília, 14 de maio de 2014.

TEN BRIG AR NIVALDO LUIZ ROSSATO
Comandante do COMGAR

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 FINALIDADE

1.1.1 Orientar os Comandantes das Forças Aéreas (FAE) e dos Comandos Aéreos Regionais (COMAR) quanto ao planejamento, execução e controle das atividades de prevenção de ocorrências aeronáuticas.

1.2 OBJETIVO

1.2.1 Definir a política de segurança de voo do Comando-Geral de Operações Aéreas (COMGAR), bem como estabelecer ações e responsabilidades, sob a ótica do SIPAER, para a confecção dos Programas de Prevenção de Acidentes Aeronáuticos das Forças Aéreas e dos Comandos Aéreos Regionais.

1.3 ÂMBITO

1.3.1 Este Programa de Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (PPAA) aplica-se às Forças Aéreas, aos Comandos Aéreos Regionais e ao COMGAR.

1.4 RESPONSABILIDADE

1.4.1 O cumprimento deste programa é de responsabilidade de todas as pessoas que compõem o efetivo das Forças Aéreas, dos Comandos Aéreos Regionais e do Comando-Geral de Operações Aéreas, com destaque para os seus comandantes.

1.5 VIGÊNCIA

1.5.1 Este PPAA terá validade a partir da data de sua aprovação.

1.6 GRAU DE SIGILO

1.6.1 Este documento foi classificado como OSTENSIVO.

2 PANORAMA ATUAL

Atualmente, o panorama mundial caracteriza-se por ameaças difusas e imprevisíveis, exigindo um preparo baseado em “capacidades” de uma força aérea.

Os conceitos operacionais e a tecnologia são fatores que determinam a capacidade do poder aéreo e em qualquer panorama proporcionam vantagens positivas a favor do poder militar que os possuir.

Desta forma, a Força Aérea Brasileira deve estar permanentemente capacitada, equipada e preparada para atuar na defesa e na manutenção da soberania do espaço aéreo.

Como decorrência, o Comando da Aeronáutica incorporou nos últimos anos complexos sistemas tecnológicos ao setor operacional, como também novas aeronaves estão em fase de desenvolvimento e/ou aquisição e outras em processo de modernização.

Nesse cenário, os fatores de risco associados à entrada de novos vetores e equipamentos fortalecem a necessidade de se redobrar a atenção às atividades de prevenção de ocorrências aeronáuticas, exigindo dos gestores militares extrema vigilância na supervisão do treinamento das tripulações e dos mantenedores.

Desta forma, o Comando-Geral de Operações Aéreas entende que a adoção das ações descritas neste programa de prevenção em adição a uma atuação integrada e sinérgica de todos proporcionará o suporte adequado para o cumprimento da missão atribuída, preservando vidas humanas, patrimônios públicos e privados.

3 ORIENTAÇÕES GERAIS

3.1 RECURSOS HUMANOS

3.1.1 Os recursos humanos capacitados em segurança de voo devem ser convocados para participar de atividades de prevenção de ocorrências aeronáuticas, registrando-se tais participações no Relatório Anual de Atividades (RAA), visando a identificar as competências dos profissionais do SIPAER.

3.1.2 As organizações militares devem manter, permanentemente, informações atualizadas sobre os profissionais com capacitação no SIPAER, de forma a incrementar a eficácia nos processos de planejamento de recursos humanos para o setor.

3.2 LOGÍSTICA

3.2.1 As organizações militares devem utilizar o SILOMS para gerenciar as ações técnico-administrativas relativas aos processos de investigação de ocorrências aeronáuticas que necessitem de confecção de Laudo Técnico (LT). A utilização do SILOMS não excluirá outras ações administrativas necessárias.

3.3 PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.3.1 Compete aos Comandantes de FAE/COMAR orientar as organizações subordinadas para realizarem as ações de prevenção requeridas em consonância com seus respectivos PPAA, utilizando os recursos financeiros próprios de cada OM.

3.4 EXERCÍCIO EXCLUSIVO DOS CARGOS INERENTES AO SIPAER

3.4.1 A exclusividade de exercício da função no SIPAER, regulada pela NSCA 3-2/2008, fundamenta-se nos prejuízos que o acúmulo de funções causa ao eficiente desempenho das tarefas relacionadas à segurança de voo.

3.4.2 É de vital importância que os Comandantes de COMAR e FAE exerçam uma adequada supervisão, a fim de que os oficiais designados para os cargos de chefe de SPAA e SIPAA, neles permaneçam pelo maior tempo possível, considerando-se dois anos o período mínimo recomendável.

3.4.3 A DCAR 033 B/ 2011 que trata do exercício exclusivo das funções de chefe de SIPAA/ SPAA deverá ser aplicada somente em situações de extrema necessidade da organização e por um período inferior a 1 (um) ano.

3.5 ATRIBUIÇÕES

3.5.1 COMPETE AOS COMAR E FAE

3.5.1.1 Supervisionar, acompanhar e controlar a execução das atividades previstas nos PPAA das organizações subordinadas.

3.5.1.2 Estabelecer a prioridade das comunicações instantâneas das ocorrências aeronáuticas para toda a cadeia de comando subordinada.

3.5.1.3 Orientar o Comando Investigador em relação ao levantamento de custos financeiros decorrentes de investigação de ocorrências aeronáuticas, conforme o preconizado na NSCA 3-6/2013 do CENIPA.

3.5.1.4 Adotar, compulsoriamente, as orientações do CENIPA na confecção dos endossos dos Registros Preliminares (RP).

3.5.1.5 Adotar mecanismos gerenciais no sentido de finalizar a confecção dos Registros Preliminares (RP) de investigações de ocorrências aeronáuticas classificadas como ocorrências de solo ou incidentes aeronáuticos em até cento e oitenta dias após a data da ocorrência.

3.5.1.6 Adotar mecanismos gerenciais no sentido de finalizar a confecção dos Registros Preliminares (RP) de investigações de ocorrências aeronáuticas classificadas como incidente grave ou acidente em até um ano após a data da ocorrência.

3.5.1.7 Definir os indicadores e/ou índices de segurança de voo específicos para as organizações subordinadas detentoras de meios aéreos, de forma a mensurar os níveis de segurança em razão das medidas de prevenção adotadas. Tomar por base os indicadores definidos no PCA 11-54 deste Comando-Geral e na Ficha CENIPA 09 – RAA.

3.5.1.8 Orientar as organizações subordinadas para incluir, sempre que possível, um profissional credenciado pelo SIPAER em fator humano, aspecto psicológico, nas Vistorias de Segurança de Voo (VSV).

3.5.1.9 Orientar as organizações subordinadas para utilizar o Sistema de Mensagens Instantâneas do COMGAR (SIMIC) como ferramenta de apoio ao trâmite das informações relativas ao SIPAER.

3.5.1.10 Incorporar ações complementares que visem ao aprimoramento das medidas de prevenção de ocorrências aeronáuticas nas organizações subordinadas, de modo a atender as características administrativas, técnicas e operacionais próprias de cada organização, em consonância com o preconizado na NSCA 3-3/2013 e no MCA 3-3/2012, ambos do CENIPA.

3.6 RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES - RAA

3.6.1 Os Comandos Aéreos Regionais e as Forças Aéreas devem consolidar os Relatórios Anuais de Atividades, registrando as atividades de prevenção executadas pelas organizações subordinadas, seguindo a tramitação e os prazos previstos na NSCA 3-3/2013 do CENIPA.

3.6.2 Os Comandos Aéreos Regionais e as Forças Aéreas devem orientar as organizações subordinadas para atualizarem quadrimestralmente as informações do RAA constantes do item 3.11.4 - Conteúdo - da NSCA 3-3/2013, a fim de verificar, caso ocorra, o não cumprimento das ações previstas no PPAA das OM subordinadas para o período acima considerado, recomendando, quando julgar necessário, a inclusão destas atividades no PPAA em vigor.

4 AÇÕES REQUERIDAS

O “Quadro de Controle de Ações Requeridas” deverá ser cuidadosamente observado quanto ao cumprimento da atividade relacionada.

As ações requeridas executadas na íntegra e as parcialmente cumpridas (com as respectivas justificativas) deverão ser registradas no Relatório Anual de Atividades.

QUADRO DE CONTROLE DE AÇÕES REQUERIDAS

ÁREA	AÇÃO REQUERIDA	PRAZO	Nº da Ação
Capacitação de Pessoal do SIPAER	Remeter ao COMGAR listagem priorizada de candidatos para os cursos e eventos promovidos pelo CENIPA, de acordo com os prazos estipulados em calendário específico.	Quando aplicável	1
	Prover os meios necessários para viabilizar a participação do pessoal subordinado nos cursos e eventos relacionados com a prevenção de ocorrências aeronáuticas.	Quando aplicável	2
Uso de Sistemas de Informação para o Gerenciamento de Ocorrências Aeronáuticas	Utilizar os sistemas de informação para a veiculação das mensagens de notificação e de confirmação de ocorrências aeronáuticas, utilizando o Sistema de Gerenciamento de Segurança de Voo (SGSV) e as Fichas CENIPA 05M, CENIPA 15 e CENIPA 15A.	Permanente	3
Treinamento em Simulador de Voo	Coordenar junto às organizações subordinadas a periodicidade de treinamento em simulador de voo que permita às tripulações atingirem e manterem a operação segura de seus equipamentos.	Anual	4
Vistoria de Segurança de Voo (VSV)	Realizar Vistorias de Segurança de Voo em conformidade com o preconizado na DCAR 039D/2014 e na NSCA 3-3/2013.	Permanente	5
Jornada de Segurança de Voo (JSV)	Coordenar a realização de no mínimo uma Jornada de Segurança de Voo nas Bases Aéreas subordinadas, abordando temas relacionados a fator humano, fator material e manutenção de aeronaves.	Anual	6
Método SIPAER de Gerenciamento do Risco (MSGR)	Supervisionar a utilização e a atualização das tabelas do MSGR pelas organizações subordinadas.	Permanente	7
	Propor tabela do MSGR para ser usada pelas organizações subordinadas nas operações e exercícios.	Quando aplicável	8

ÁREA	AÇÃO REQUERIDA	PRAZO	Nº da Ação
Gerenciamento de Recursos da Tripulação (CRM)	Supervisionar a aplicação dos programas de treinamento de CRM nas Unidades subordinadas.	Permanente	9
Gerenciamento do Risco da Fauna	Acompanhar a realização de eventos educativos e promocionais que abordem o tema Risco da Fauna, pelas suas organizações subordinadas.	Permanente	10
	Participar de reuniões com entidades privadas e órgãos públicos na busca de solução para problemas afetos ao Risco da Fauna.	Quando aplicável	11
Gerenciamento do Risco Baloeiro	Realizar gestões junto às autoridades estaduais, municipais e do meio ambiente visando a combater a prática de atividade baloeira.	Quando aplicável	12
	Coordenar com as organizações subordinadas a distribuição de material educativo produzido pelo CENIPA, nas instituições de ensino (escolas e universidades), a fim de combater a prática de atividade baloeira.	Quando aplicável	13
	Promover a divulgação do tema e coordenar a realização de campanhas com foco no risco à atividade aérea decorrente da prática desta atividade.	Quando aplicável	14
Prevenção de Danos Causados por Objetos Estranhos (F.O.D.)	Acompanhar e manter uma base de dados atualizada sobre as ocorrências aeronáuticas nas organizações subordinadas que tiveram como fator contribuinte danos causados por objetos estranhos (F.O.D)	Permanente	15
	Supervisionar as atividades de prevenção de F.O.D. nas organizações subordinadas.	Permanente	16
Treinamento de Evacuação de Emergência	Coordenar com as organizações subordinadas as normas para o treinamento de evacuação de emergência, de modo que as tripulações atinjam e mantenham o grau requerido para a operação segura de seus equipamentos.	Anual	17

ÁREA	AÇÃO REQUERIDA	PRAZO	Nº da Ação
Prevenção de Acidentes com Cargas Perigosas	Coordenar com as organizações subordinadas as normas para o treinamento de manuseio de cargas perigosas, de modo que os profissionais que têm contato com materiais classificados como cargas perigosas atinjam e mantenham o grau requerido para o manuseio seguro destes itens.	Anual	18
Ocorrência de Solo	Coordenar com as organizações subordinadas a implementação de atividades educativas e promocionais, visando a reduzir ou eliminar os principais fatores contribuintes identificados em ocorrências de solo nos últimos cinco anos.	Anual	19
Treinamento Simulado do PEAA	Os Comandos Regionais deverão coordenar com as Bases Aéreas a realização de Exercício Simulado de Emergência Aeronáutica em Aeródromo, em conformidade com a legislação em vigor.	Anual	20
Comissão de Segurança de Voo (CSV)	Orientar e fiscalizar as organizações subordinadas em relação ao preconizado na NSCA 3-3/2013 quanto às obrigações da Comissão de Segurança de Voo.	Semestral	21
Direção Defensiva	Os Comandos Regionais deverão supervisionar nas organizações subordinadas a realização de treinamento de direção defensiva para os motoristas de viaturas que trafegam nos pátios e áreas operacionais dos aeródromos militares e dos compartilhados.	Anual	22
Credencial SIPAER	Supervisionar o controle das credenciais SIPAER dos elos das organizações subordinadas.	Permanente	23
Relatórios de Prevenção (RELPREV)	Supervisionar o controle estatístico dos RELPREV das organizações subordinadas, utilizando os indicadores preconizados pela Ficha CENIPA 09 – RAA para realizar análise de tendências.	Permanente	24
Prevenção de Incursão em Pista e Excursão em Pista (<i>Runway Safety</i>)	Os Comandos Regionais deverão supervisionar as ações SIPAER adotadas pelos elos subordinados para registro e controle de incursão e excursão em pista nos aeródromos localizados em sua área de responsabilidade.	Permanente	25

5. DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 REUNIÕES SISTÊMICAS

5.1.1 Os Comandos Regionais e Operacionais devem realizar avaliações administrativas para programar reuniões de coordenação de seus elos de segurança de voo, com objetivo de tratar do PPAA e do RAA, sendo obrigatória a realização de pelo menos uma reunião de coordenação em cada semestre.

5.1.2 A participação dos SPAA / SIPAA nas reuniões sistêmicas programadas pelo CENIPA terá prioridade sobre as atividades de rotina dessas seções.

5.2 RECURSOS NECESSÁRIOS

5.2.1 As limitações e impedimentos que concorreram para não realização de atividades programadas de prevenção devem constar no RAA, com registro das circunstâncias e motivações.

5.2.2 O COMGAR e o CENIPA proverão, sempre que possível, a assistência técnica necessária à consecução das ações aqui estabelecidas.

5.2.3 A realização do Estágio de Gerenciamento Avançado de Prevenção (EGAP) será obrigatória para os militares indicados aos cargos de comando de Unidade Aérea e de Base Aérea.

5.3 SUPERVISÃO

5.3.1 A supervisão deste PPAA é de competência do Comandante-Geral de Operações Aéreas, o qual recebe assessoria direta do chefe da DPAA, responsável pelo acompanhamento das ações.

5.4 CASOS NÃO PREVISTOS

5.4.1 Os casos não previstos neste PPAA serão resolvidos pelo Comandante-Geral de Operações Aéreas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Decreto N° 87.249, de 07 de junho de 1982*. Dispõe sobre o Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos – SIPAER. [Brasília – DF], jul. 1986.

_____. *Glossário da Aeronáutica: MCA 10-4* {Brasília – DF}, 2011.

_____. *Manual de Abreviaturas, Siglas e Símbolos da Aeronáutica: MCA 10-3* [Brasília – DF], 2003.

_____. *Plano Setorial do COMGAR para o período 2013 a 2015: PCA 11-54* [Brasília – DF], 2013.

_____. *Estrutura e Atribuições dos Elementos Constitutivos do SIPAER: NSCA 3-2*. [Brasília – DF], 2008.

_____. *Gestão de Segurança de Voo na Aviação Brasileira : NSCA 3-3*. [Brasília – DF], 2013.

_____. *Investigação de Ocorrências Aeronáuticas com Aeronaves Militares : NSCA 3-6*. [Brasília – DF], 2013.

_____. *Manual da Prevenção do SIPAER: MCA 3-3*. [Brasília – DF], 2012.

_____. *Manual de Investigação do SIPAER: MCA 3-6*. [Brasília – DF], 2011.

_____. *Vistoria de Segurança de Voo: DCAR 039D*. [Brasília – DF], 2014.

_____. *Prevenção de FOD: DCAR 042B*. [Brasília – DF], 2010.

_____. *Treinamento em Gerenciamento de Recursos da Tripulação: DCAR 003B*. [Brasília – DF], 2011.

_____. *Exercício Exclusivo das Funções de Chefe de SIPAA / SPAA: DCAR 033B*. [Brasília – DF], 2011.

_____. *Habilitação de Motoristas: DCAR 133C*. [Brasília – DF], 2011.

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**



MATERIAL BÉLICO

ICA 135-23

CONTROLE DE ITENS CAD/PAD

2014

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DIRETORIA DE MATERIAL AERONÁUTICO E BÉLICO



MATERIAL BÉLICO

ICA 135-23

CONTROLE DE ITENS CAD/PAD

2014



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DIRETORIA DE MATERIAL AERONÁUTICO E BÉLICO

PORTARIA DIRMAB Nº 45/SBNI-1, DE 07 DE MAIO DE 2014.
Protocolo COMAER nº 67110.003963/2014-01

Aprova a edição da ICA 135-23
“Controle de Itens CAD/PAD”.

O DIRETOR DA DIRETORIA DE MATERIAL AERONÁUTICO E BÉLICO, no uso de suas atribuições e de acordo com a NSCA 5-1 “Confecção, Controle e Numeração de Publicações Oficiais do Comando da Aeronáutica”, de 29 de novembro de 2011, resolve:

Art. 1º Aprovar a edição da ICA 135-23 “Controle de Itens CAD/PAD”, que com esta baixa.

Art. 2º Esta Instrução entra em vigor na data de sua publicação.

Maj Brig Ar CARLOS DE ALMEIDA BAPTISTA JUNIOR
Diretor da DIRMAB

(Publicada no BCA nº 093, de 20 de maio de 2014)

SUMÁRIO

1	DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	9
1.1	<u>FINALIDADE</u>	9
1.2	<u>FUNDAMENTOS</u>	9
1.3	<u>CONCEITUAÇÃO</u>	9
1.4	<u>ÂMBITO</u>	9
2	DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	10
2.1	<u>PLANEJAMENTO DE AQUISIÇÃO</u>	10
2.2	<u>MAPA DE DISTRIBUIÇÃO</u>	10
2.3	<u>ATRIBUIÇÕES DAS OM ENVOLVIDAS</u>	11
2.4	<u>INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO DO MAPA DE CONTROLE DE CAD/PAD E ANEXO</u>	12
3	DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS	15
3.1	<u>GRAU DE SIGILO</u>	15
3.2	<u>CRONOGRAMA DE EVENTOS</u>	15
4	DISPOSIÇÕES FINAIS	16
5	DISTRIBUIÇÃO	17
	REFERÊNCIAS	18
	Anexo A - Mapa de Controle de CAD/PAD	19
	Anexo B - Itens em Estoque	20
	Anexo C - Aeronaves/Equipamentos sem Cargas Instaladas	21
	Anexo D - Plano de Aquisição Ano “A”	22
	Anexo E - Mapa de Distribuição Ano “A”	23

PREFÁCIO

CAD/PAD é a sigla consagrada, em inglês, que significa “*Cartridge Actuated Devices and Propellant Actuated Devices*”, ou seja, são cartuchos ou propelentes atuadores aplicados nas aeronaves para compor sistemas de ejeção, de fragilização de canopi, de corte de cabo e de extintor de incêndio.

O planejamento de aquisição e distribuição de tais itens se reveste de especial complexidade, devido às características peculiares do material. Por se tratar de item pirotécnico, existe controle de validade em estoque (*Shelf Life*) e instalado (*Service Life*), uma vez que as condições ambientais contribuem para a degradação química do material explosivo.

No intuito de prover a Administração de ferramentas acuradas de planejamento de aquisição e de distribuição foi criado o Mapa 03 - Mapa de Controle de CAD/PAD, cuja responsabilidade de preenchimento é do usuário final.

Assim sendo, esta instrução visa a normatizar o planejamento de aquisição e a distribuição dos itens CAD/PAD utilizados por aeronaves da Força Aérea Brasileira, buscando definir as atribuições de cada setor envolvido, com o objetivo de reduzir eventuais problemas de reposição do material e consequente impacto à disponibilidade dos meios aéreos.

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 FINALIDADE

Orientar os operadores que utilizam itens “*Cartridge Actuated Devices and Propellant Actuated Devices*” (CAD/PAD) quanto ao preenchimento e a remessa aos Parques de Material Aeronáutico do Mapa 03 - Mapa de Controle de CAD/PAD.

1.2 FUNDAMENTOS

MCA 67-1/2007 – Manual de Suprimento.

1.3 CONCEITUAÇÕES

A interpretação do significado da terminologia empregada deve ser feita de acordo com o consagrado no vernáculo, nos documentos normativos em vigor no Comando da Aeronáutica, no MCA 10-4 – Glossário da Aeronáutica, ou conforme explícito nesta instrução.

2.1 CAD/PAD

Cartridge Actuated Devices and Propellant Actuated Devices.

2.2 OPERADOR/REMOTO

É o usuário final do CAD/PAD a ser aplicado nas aeronaves da FAB.

2.3 SHELF LIFE

Tempo de vida do material em estoque definido pelo fabricante.

2.4 SERVICE LIFE

Tempo de vida do material instalado na aeronave definido pelo fabricante. Alguns fabricantes estabelecem que o início da contagem do “*service life*” ocorre com o rompimento do lacre da embalagem do material. Para efeito de cálculo da validade da carga instalada, deve-se considerar sempre o menor tempo entre o “*shelf life*” e o “*service life*”.

1.4 ÂMBITO

A presente Instrução aplica-se aos Elos do SISMA/SISMAB.

DISPOSIÇÕES GERAIS

2.1 PLANEJAMENTO

Para se efetuar um planejamento de aquisição de CAD/PAD, deverão ser observados os seguintes aspectos:

- a) Existe uma diversidade de itens CAD/PAD que configuram as aeronaves da FAB. Para cada tipo de CAD/PAD, estão associados os tempos de vida em estoque e instalado, além do tempo de pedido e remessa (DPE). Tais informações são essenciais para se efetuar um planejamento de aquisição adequado, de forma a prover o material necessário no tempo certo de utilização;
- b) Os Mapas de Controle de CAD/PAD apresentam as necessidades para as manutenções programadas. Todavia, para efeito de planejamento de aquisição deverão ser consideradas as necessidades para manutenções não-programadas, nunca superior a 10% das quantidades estabelecidas na manutenção programada; e
- c) Para cálculo das quantidades a serem adquiridas de cada tipo de CAD/PAD, deverão ser consideradas prioritariamente a necessidade informada pelo operador nos Mapas de Controle de CAD/PAD, as quantidades em estoque, vencimento das cargas em estoque, tempo de pedido e remessa, bem com os tempos de vida em estoque e instalado do material, de forma a evitar a elaboração de um PLANO DE AQUISIÇÃO subdimensionado ou superdimensionado.

2.2 MAPA DE DISTRIBUIÇÃO

O Para se efetuar a distribuição de CAD/PAD, deverão ser observados os seguintes aspectos:

- a) Os Parques de Material Aeronáutico elaborarão MAPAS DE DISTRIBUIÇÃO para as manutenções programadas, com base nas informações dos Mapas de Controle de CAD/PAD, remetidos pelos operadores, devendo ser remetido para a DIRMAB/SDAE;
- b) Os MAPAS DE DISTRIBUIÇÃO consolidados deverão ser remetidos pela DIRMAB/SDAE ao PAMB-RJ que executará a distribuição; e
- c) Eventuais necessidades de manutenções não-programadas deverão ser informadas pelos operadores aos Parques Centrais dos projetos que avaliarão e solicitarão ao PAMB-RJ (com cópia para a DIRMAB/SDAE) efetuar a distribuição, caso julgado pertinente.

2.3 ATRIBUIÇÕES DAS OM ENVOLVIDAS

2.3.1 DIRETORIA DE MATERIAL AERONÁUTICO E BÉLICO (DIRMAB).

2.3.1.1 Consolidar e aprovar os PLANOS DE AQUISIÇÃO e os MAPAS DE DISTRIBUIÇÃO, remetidos pelos Parques de Material Aeronáutico;

2.3.1.2 Encaminhar o PLANO DE AQUISIÇÃO e o MAPA DE DISTRIBUIÇÃO, remetidos pelos Parques de Material Aeronáutico, consolidados em um único documento, ao PAMB-RJ para execução; e

2.3.1.3 Aprovar a presente instrução.

2.3.2 PARQUES DE MATERIAL AERONÁUTICO (PAMA)

2.3.2.1 Consolidar as informações remetidas, por meio dos MAPAS DE CONTROLE DE CAD/PAD, pelos Operadores das Aeronaves;

2.3.2.2 Levantar todas as requisições ativas no FMS, CABW e CABE, bem como os pedidos vigentes em contratos;

2.3.2.3 Levantar o estoque de material disponível, considerando a validade dos itens;

2.3.2.4 Compilar a necessidade de aquisição para o ano “A” (PLANO DE AQUISIÇÃO);

2.3.2.5 Compilar a distribuição de CAD/PAD para os operadores no ano “A” (MAPA DE DISTRIBUIÇÃO), conforme a disponibilidade de estoque; e

2.3.2.6 Remeter o PLANO DE AQUISIÇÃO e o MAPA DE DISTRIBUIÇÃO para a DIRMAB/SDAE para análise e aprovação.

3.1.3 PARQUE DE MATERIAL BÉLICO DA AERONÁUTICA DO RIO DE JANEIRO (PAMB-RJ)

2.3.3.1 Inserir o PLANO DE AQUISIÇÃO e o MAPA DE DISTRIBUIÇÃO no PTA do PAMB-RJ;

2.3.3.2 Executar o PLANO DE AQUISIÇÃO, elaborado pelos Parques de Material Aeronáutico e aprovado pela DIRMAB/SDAE;

2.3.3.3 Executar o MAPA DE DISTRIBUIÇÃO de CAD/PAD, elaborado pelos Parques de Material Aeronáutico e aprovado pela DIRMAB/SDAE, conforme a disponibilidade de estoque;

2.3.3.4 Informar, semestralmente, os Parques de Material Aeronáutico e a DIRMAB/SDAE a respeito da execução do PLANO DE AQUISIÇÃO;

2.3.3.5 Informar, semestralmente, os Parques de Material Aeronáutico e a DIRMAB a respeito da execução do MAPA DE DISTRIBUIÇÃO;

2.3.3.6 Informar o operador interessado (com cópia para o Parque Central do projeto) via mensagem telegráfica, quando ocorrer a distribuição de CAD/PAD, com as informações de NSN, PN, lote, validade da carga e matrícula da aeronave a ser atendida;

2.3.3.7 Informar aos Parques de Material Aeronáutico e à DIRMAB/SDAE, no prazo previsto nesta instrução, o estoque disponível de CAD/PAD, contendo NSN, PN, Lote, Validade e Quantidade; e

2.3.3.8 Reportar aos Parques de Material Aeronáutico e à DIRMAB/SDAE eventuais dificuldades na execução do PLANO DE AQUISIÇÃO e do MAPA DE DISTRIBUIÇÃO.

2.3.4 OPERADOR/REMOTO

2.3.4.1 Remeter ao PAMA Central do Projeto o Mapa 03 - MAPA DE CONTROLE DE CAD/PAD, anualmente, até 15/JUN; e

2.3.4.2 Informar eventuais alterações nas informações contidas no MAPA DE CONTROLE DE CAD/PAD ou seus ANEXOS, via Mensagem Telegráfica, destinada ao Parque Central do Projeto, observando o seguinte texto padrão: “FINDE CTR MP CTR CAD/PAD/Sigla da UAE ou OM/ANO INFO SEG ALTR.....”. Com relação à comunicação tratada acima, são informações relevantes as seguintes: transferência de aeronaves/equipamentos entre Operadores e/ou Parque, transferência de equipamentos entre aeronaves e transferências de cargas entre aeronaves ou entre equipamentos. Somente enviar a Mensagem Telegráfica, se houver alteração.

2.4 INTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO DO MAPA DE CONTROLE DE CAD/PAD E ANEXOS

Encontram-se em anexo a esta instrução os modelos de Mapa 03 - MAPA DE CONTROLE DE CAD/PAD, ANEXO 1 – Itens em Estoque e ANEXO 2 - Aeronaves e/ou Equipamentos sem cargas instaladas, a serem preenchidos pelos Operadores, bem como os modelos de PLANO de AQUISIÇÃO e MAPA DE DISTRIBUIÇÃO, a serem preenchidos pelos Parques Centrais.

2.4.1 Mapa 03 - MAPA DE CONTROLE DE CAD/PAD E ANEXOS

No campo “Responsável pelo setor”, deverá ser colocado o nome e assinatura do OFICIAL responsável;

No campo “MAPA”, deverá constar a numeração do referido mapa, obedecendo ao seguinte padrão: Mapa 03/Sigla da UAE ou OM/(os dois últimos algarismos do ano);

No campo “Documento de Emissão”, deverá constar o número do ofício comum que enviou o MAPA DE CONTROLE DE CAD/PAD;

No campo “OM/UAE”, deverá constar a respectiva sigla; e

O campo “pág.” deverá ser numerado em ordem crescente, com algarismos arábicos o número da página.

2.4.2 Instruções Específicas do MAPA DE CONTROLE DE CAD/PAD

Campo 01 – A coluna “PN” deve ser preenchida com o *Part Number* da carga instalada;

Campo 02 – A coluna “N/S” deve ser preenchida com o número de série do equipamento, no qual a carga está aplicada;

Considera-se “equipamento” como sendo ASSENTO EJETÁVEL, CANOPI, GUINCHO e EXTINTOR DE INCÊNDIO DO MOTOR;

Campo 03 – A coluna “MTCL” deve ser preenchida com a matrícula da aeronave ou equipamento, na qual a carga está aplicada;

Campo 04 – A coluna “LOTE” deve ser preenchida com o lote da carga instalada;

Campo 05 – A coluna “DT FABR” deve ser preenchida com data de fabricação da carga instalada (apenas mês e ano);

IMPORTANTE: A data de vencimento da carga sempre será o último dia do mês.

Campo 06 – A coluna “DT INSTL” deve ser preenchida com a data de instalação da carga no equipamento ou aeronave (apenas mês e ano); e

Campo 07 – A coluna “DT VENC” deve ser preenchida com data de vencimento da carga, levando-se em consideração o tempo de vida em estoque (*shelf life*) e em serviço ou instalado (*service life*). O que vencer primeiro será o vencimento do item (apenas mês e ano).

2.4.31 Instruções Específicas do ANEXO 1

O ANEXO 1 deverá ser remetido aos Parques Centrais dos Projetos, juntamente com o MAPA DE CONTROLE DE CAD/PAD;

Campo 01 – A coluna “PN” deve ser preenchida com o *Part Number* da carga em estoque não instalada;

Campo 02 – A coluna “LOTE” deve ser preenchida com o lote da carga em estoque não instalada;

Campo 03 – A coluna “DT FABR” deve ser preenchida com a data de fabricação da

carga em estoque, não instalada (apenas mês e ano);

Campo 04 – A coluna “DT VENC” deve ser preenchida com a data de vencimento da carga em estoque, de acordo com as instruções específicas do MAPA DE CONTROLE DE CAD/PAD – campo 07;

Campo 05 – A coluna “PREV INSTL” deve ser preenchida com matrícula da aeronave ou N/S do equipamento previsto para a instalação da referida carga em estoque, se houver;

IMPORTANTE: É necessário que o Operador informe ao Parque Central do Projeto o planejamento para aplicação das cargas não instaladas.

Campo 06 – A coluna “OBS” deve ser preenchida com as informações que o operador julgar necessário, tais como; condições de estocagem, manuseio, deficiências, etc.

As cargas vencidas deverão ser recolhidas, com a maior brevidade possível, ao PAMB-RJ

4.1.4 Instruções Específicas do ANEXO 2

O ANEXO 2 deverá ser remetido aos Parques Centrais dos Projetos, juntamente com o MAPA DE CONTROLE DE CAD/PAD;

Campo 01 – A coluna “MTCL” deve ser preenchida com o número de matrícula da aeronave estocada ou em revisão que não possuam cargas instaladas;

Campo 02 – A coluna “N/S” deve ser preenchida com o número de série do equipamento estocado ou em revisão que não possuam carga instaladas;

Campo 03 – A coluna “DT PREV UTIL” deve ser preenchida com a data de previsão de operação da aeronave ou equipamento; e

Campo 04 – A coluna “OBS” deve ser preenchida com as informações que o operador julgar necessárias, tais como: condições de estocagem, manuseio, deficiências, etc.

3 DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

3.1 GRAU DE SIGILO

O grau de sigilo do MAPA DE CONTROLE DE CAD/PAD e do Ofício de Encaminhamento é RESERVADO. No intuito de agilizar o trâmite da informação, o Ofício deverá ser encaminhado diretamente aos Parques Centrais dos projetos (PAMA), via Rede Mercúrio.

3.2 CRONOGRAMA DE EVENTOS

Para elaboração dos PLANOS DE AQUISIÇÃO e MAPAS DE DISTRIBUIÇÃO DE CAD/PAD pelos Parques de Material Aeronáutico, Parques Centrais dos Projetos, seguir-se-á o cronograma a seguir:

EVENTO		ORIGEM	DESTINO	PRAZO DE ENTRADA
1	Remeter ao PAMA Central do Projeto o MAPA DE CONTROLE DE CAD/PAD, juntamente com seus ANEXOS 1 e 2.	OPERADOR/ REMOTO	PAMA Central do Projeto	15 JUN/A-1
2	Informar aos Parques de Material Aeronáutico e à DIRMAB/SDAE o estoque disponível de CAD/PAD, contendo NSN, PN, Lote, Validade e Quantidade.	PAMB-RJ	PAMA Central do Projeto e DIRMAB/SDAE	15 JUN/A-1
3	Remeter o PLANO DE AQUISIÇÃO e o MAPA DE DISTRIBUIÇÃO de CAD/PAD para análise e aprovação da DIRMAB/SDAE.	PAMA Central do Projeto	DIRMAB (SDAE)	15 SET/A-1
4	Remeter o PLANO DE AQUISIÇÃO e o MAPA DE DISTRIBUIÇÃO de CAD/PAD aprovado para o PAMB-RJ.	DIRMAB/SDAE	PAMB-RJ	15 OUT/A-1
5	Incluir no PTA do PAMB-RJ o PLANO DE AQUISIÇÃO e o MAPA DE DISTRIBUIÇÃO de CAD/PAD aprovado pela DIRMAB/SDAE.	PAMB-RJ	N/A	N/A
6	Informar aos Parques Centrais e à DIRMAB/SDAE a respeito da execução do PLANO DE AQUISIÇÃO e do MAPA DE DISTRIBUIÇÃO.	PAMB-RJ	PAMA Central do Projeto e DIRMAB/SDAE	15 JUN/A 15 DEZ/A

- OBSERVAÇÕES:

“A” é o ano da execução do PLANO DE AQUISIÇÃO e do MAPA DE DISTRIBUIÇÃO.

4DISPOSIÇÕES FINAIS

- 4.1** Esta ICA entra em vigor na data de sua publicação.
- 4.2** Esta instrução revoga todas as normas anteriores que dizem respeito ao MAPA DE CONTROLE DE CAD/PAD.
- 4.3** Os processos contidos nesta ICA deverão ser objeto de inserção no SILOMS, a fim de que todo o cálculo seja mecanizado e que o controle de manutenção seja efetuado por meio de abertura de Ordem de Serviço sistêmica.
- 4.4** Os casos não previstos serão resolvidos pelo Exmo. Sr. Diretor da DIRMAB.

5DISTRIBUIÇÃO

DIRMAB	1	GAV1/10	1	GAV2/5	1	GT1/2	1
AFA	1	GAV1/11	1	GAV2/6	1	GT2/2	1
CLA	1	GAV1/14	1	GAV2/7	1	GTE	1
DCTA	1	GAV1/15	1	GAV2/8	1	GTT1	1
EDA	1	GAV1/16	1	GAV3/10	1	IPEV	1
EEAR	1	GAV1/3	1	GAV3/3	1	PAMAAF	1
EPCAR	1	GAV1/4	1	GAV3/7	1	PAMAGL	1
ETA1	1	GAV1/5	1	GAV3/8	1	PAMALS	1
ETA2	1	GAV1/6	1	GAV5/8	1	NuPAMARF	1
ETA3	1	GAV1/7	1	GAV7/8	1	PAMASP	1
ETA4	1	GAV1/8	1	GAVCA1	1	PAMB-RJ	1
ETA5	1	GAV1/9	1	GDA1	1		
ETA6	1	GAV2/10	1	GEIV	1	TOTAL : 53	
ETA7	1	GAV2/3	1	GT1/1	1		

REFERÊNCIA

BRASIL. Ministério da Aeronáutica. Diretoria de Material Aeronáutico e Bélico. MANUAL DE SUPRIMENTO: MCA 67-1. [Rio de Janeiro - RJ], 2007.

Anexo A - Mapa de Controle de CAD/PAD

Mapa 03 / ____ / ____

OM/UAE: _____

Pág.: _____

Responsável pelo Setor

Documento de Emissão:

[illegible]

Anexo B - Itens em Estoque

Map 03 / ____/____

OM/UAE:_____

Pág.: _____

Responsável pelo Setor

Documento de Emissão:

[illegible]

Anexo C - Aeronaves/Equipamentos sem Cargas Instaladas

Mapa 03 / ____ / ____

OM/UAE:_____

Pág.: _____

Responsável pelo Setor

Documento de Emissão:

[illegible]

Anexo D - Plano de Aquisição Ano “A”

[illegible]

Anexo E - Mapa de Distribuição Ano “A”

[illegible]

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**



RECRUTAMENTO E MOBILIZAÇÃO DE PESSOAL

EAT/EIT 2014

**AVISO DE CONVOCAÇÃO, SELEÇÃO E
INCORPORAÇÃO DE SACERDOTES CATÓLICOS
APOSTÓLICOS ROMANOS VOLUNTÁRIOS À
PRESTAÇÃO DO SERVIÇO MILITAR
TEMPORÁRIO**

2014

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
COMANDO-GERAL DO PESSOAL



RECRUTAMENTO E MOBILIZAÇÃO DE PESSOAL

EAT/EIT 2014

**AVISO DE CONVOCAÇÃO, SELEÇÃO E
INCORPORAÇÃO DE SACERDOTES CATÓLICOS
APOSTÓLICOS ROMANOS VOLUNTÁRIOS À
PRESTAÇÃO DO SERVIÇO MILITAR
TEMPORÁRIO**

2014



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
COMANDO-GERAL DO PESSOAL

PORTARIA COMGEP Nº 819-T/DPL, DE 15 DE MAIO DE 2014.

Aprova o Aviso de Convocação para a Seleção de Sacerdotes Católicos Apostólicos Romanos Voluntários à Prestação do Serviço Militar Temporário no ano de 2014.

O COMANDANTE-GERAL DO PESSOAL, no uso da competência que lhe foi delegada por meio da Portaria nº 550/GC3, de 9 de agosto de 2010, e das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 9º do Regulamento do Comando-Geral do Pessoal, aprovado pela Portaria nº 36/GC3, de 10 de janeiro de 2013, em conformidade com o § 2º do art. 17 do Regulamento da Reserva da Aeronáutica, aprovado pelo Decreto n.º 6.854, de 25 de maio de 2009 e alterado pelo Decreto nº 8.130, de 24 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º Aprovar o Aviso de Convocação para a Seleção de Sacerdotes Católicos Apostólicos Romanos Voluntários à Prestação do Serviço Militar Temporário, no ano de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig Ar LUIZ CARLOS TERCOTTI
Comandante-Geral do Pessoal

(Publicada no BCA nº 093, 20 de maio de 2014)

SUMÁRIO

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	7
1.1 <u>FINALIDADE</u>	7
1.2 <u>AMPARO NORMATIVO</u>	7
1.3 <u>ÂMBITO</u>	7
1.4 <u>ANEXOS</u>	7
1.5 <u>CALENDÁRIO DE EVENTOS</u>	7
1.6 <u>DIVULGAÇÃO</u>	8
1.7 <u>RESPONSABILIDADE</u>	8
2 OBJETO DO PROCESSO SELETIVO	9
2.1 <u>PÚBLICO ALVO</u>	9
2.2 <u>ESTÁGIOS</u>	9
2.3 <u>VAGAS</u>	10
2.4 <u>QUADRO DE OFICIAIS DA RESERVA DE 2ª CLASSE CONVOCADOS</u>	11
3 SITUAÇÃO APÓS A INCORPORAÇÃO	12
3.1 <u>CONDIÇÃO MILITAR E PRECEDÊNCIA HIERÁRQUICA</u>	12
3.2 <u>DIREITOS REMUNERATÓRIOS</u>	12
3.3 <u>PROMOÇÕES</u>	13
3.4 <u>PRORROGAÇÕES DE TEMPO DE SERVIÇO E LICENCIAMENTO</u>	13
4 PARTICIPAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO	15
4.1 <u>PERÍODO DE INSCRIÇÕES</u>	15
4.2 <u>LOCALIDADES E OM PARA REALIZAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO</u>	15
4.3 <u>IDENTIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS</u>	15
4.4 <u>CONDIÇÕES PARA A PARTICIPAÇÃO</u>	16
4.5 <u>DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS PARA A AVALIAÇÃO CURRICULAR</u>	17
5 SELEÇÃO	19
5.1 <u>ETAPAS</u>	19
5.2 <u>INSCRIÇÃO</u>	19
5.3 <u>ENTREGA DE DOCUMENTOS PARA A AVALIAÇÃO CURRICULAR</u>	20
5.4 <u>ASSESSORAMENTO DA SECPROM E SECPG</u>	21
5.5 <u>AVALIAÇÃO CURRICULAR</u>	21
5.6 <u>CONVOCAÇÃO PARA CONCENTRAÇÃO INICIAL E INSPEÇÃO DE SAÚDE INICIAL</u>	22
5.7 <u>CONCENTRAÇÃO INICIAL</u>	22
5.8 <u>INSPEÇÃO DE SAÚDE INICIAL (INSPSAU)</u>	22
6 RECURSOS	24
6.1 <u>INTERPOSIÇÃO</u>	24
6.2 <u>RECURSO QUANTO AO PARECER DA CSI</u>	24

**AVISO DE CONVOCAÇÃO PARA A SELEÇÃO DE SACERDOTES CATÓLICOS
APOSTÓLICOS ROMANOS VOLUNTÁRIOS À PRESTAÇÃO DO SERVIÇO
MILITAR TEMPORÁRIO NO ANO DE 2014**

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 FINALIDADE

Este Aviso de Convocação tem por finalidade regular e divulgar as condições e os procedimentos aprovados para a seleção de Sacerdotes Católicos Apostólicos Romanos e que sejam voluntários à prestação do Serviço Militar, em caráter temporário, no ano de 2014.

1.2 AMPARO NORMATIVO

O presente Aviso de Convocação tem por fundamento as seguintes legislações:

- a) Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 - Lei do Serviço Militar;
- b) Lei nº 6.880, de 09 de dezembro de 1980 - Estatuto dos Militares;
- c) Decreto nº 57.654, de 20 de janeiro de 1966 - Regulamento da Lei do Serviço Militar;
- d) Decreto nº 1.294, de 26 de outubro de 1994 - Altera o Decreto nº 57.654, de 20 de janeiro de 1966, Regulamento da Lei do Serviço Militar;
- e) Decreto nº 6.854, de 25 de maio de 2009 - Regulamento da Reserva da Aeronáutica; e
- f) Decreto nº 8.130, de 24 de outubro de 2013 – Altera o Regulamento da Reserva da Aeronáutica.

1.3 ÂMBITO

Este Aviso de Convocação aplica-se:

- a) às Organizações Militares (OM) do Comando da Aeronáutica (COMAER) envolvidas no processo seletivo conforme consta no Anexo B do presente Aviso de Convocação; e
- b) a todos os Sacerdotes Católicos Apostólicos Romanos voluntários à prestação do Serviço Militar temporário, interessados em participar do processo seletivo, que atendam às condições e às normas estabelecidas neste Aviso de Convocação.

1.4 ANEXOS

Os Anexos constituem parte integrante do presente Aviso de Convocação, cujas informações devem ser conhecidas pelos interessados.

1.5 CALENDÁRIO DE EVENTOS

O candidato deverá observar rigorosamente o cumprimento dos prazos estabelecidos no Calendário de Eventos (**Anexo A**), para a realização de todas as etapas constantes da seleção.

1.6 DIVULGAÇÃO

1.6.1 O ato de aprovação deste Aviso de Convocação encontra-se publicado em Diário Oficial da União (DOU) e em Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA).

1.6.2 Para conhecimento dos interessados, este Aviso de Convocação estará disponível, durante toda a validade do processo seletivo, no sítio <http://www.qoconcap.aer.mil.br>.

1.6.3 Além deste Aviso de Convocação, também estarão disponíveis no sítio <http://www.qoconcap.aer.mil.br> as Instruções Técnicas das Inspeções de Saúde na Aeronáutica - ICA 160-6/2014.

1.6.4 O acompanhamento das diversas etapas da seleção deverá ser feito pelos candidatos por meio do endereço eletrônico do COMAER no sítio <http://www.qoconcap.aer.mil.br> ou na Organização Militar da localidade em que o candidato está concorrendo à vaga, conforme **Anexo B**.

1.6.5 A divulgação dos resultados das **etapas subsequentes à Concentração Inicial** poderá ocorrer antecipadamente às datas previstas no Calendário de Eventos (**Anexo A**), a critério das Comissões de Seleção Interna (CSI), visando dar agilidade às ações necessárias ao desenvolvimento do processo seletivo.

1.6.6 Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos junto às Assessorias de Comunicação Social (ACS), às Seções de Comunicação Social (SCS), aos Serviços Regionais de Recrutamento e Mobilização (SERMOB) e às Seções Mobilizadoras (SMOB), órgãos pertencentes às Organizações Militares constantes no **Anexo B**.

1.7 RESPONSABILIDADE

1.7.1 O presente processo seletivo será regido por este Aviso de Convocação, a sua supervisão será de responsabilidade do COMGEP e a sua execução será de responsabilidade dos Comandos Aéreos Regionais (COMAR) e suas OM jurisdicionadas, bem como da Diretoria de Administração do Pessoal (DIRAP), por meio da Divisão do Serviço Militar (DSM).

1.7.2 Para todos os fins, a responsabilidade pelo conteúdo do presente Aviso de Convocação é do Comandante do COMGEP, assim como a responsabilidade pela execução das etapas do processo seletivo será das Organizações Militares constantes no **Anexo B**.

1.7.3 A Diretoria de Saúde da Aeronáutica (DIRSA), bem como outros órgãos do Comando da Aeronáutica (COMAER), relacionados ao recrutamento e à mobilização de pessoal para a prestação do serviço militar, apoiarão o processo seletivo.

1.7.4 É responsabilidade do interessado em participar da presente seleção a leitura integral e o conhecimento pleno deste Aviso de Convocação, bem como o acompanhamento das publicações dos resultados e dos comunicados divulgados no sítio <http://www.qoconcap.aer.mil.br>.

2 OBJETO DO PROCESSO SELETIVO

2.1 PÚBLICO ALVO

O presente processo seletivo destina-se a selecionar Sacerdotes Católicos Apostólicos Romanos, voluntários à prestação do Serviço Militar Temporário, graduados em nível superior e que atendam às condições e às normas estabelecidas neste Aviso de Convocação.

2.2 ESTÁGIOS

2.2.1 ESTÁGIO DE ADAPTAÇÃO TÉCNICO

2.2.1.1 O Estágio de Adaptação Técnico (EAT) destina-se a adaptar os incorporados às condições peculiares do Serviço Militar Temporário e à área profissional em que atuarão no âmbito do COMAER, bem como ao aprimoramento profissional dos integrantes do Quadro de Oficiais da Reserva de 2ª Classe Convocados (QOCon).

2.2.1.2 O EAT terá duração total de doze meses, a contar da data de incorporação, divididos em três fases.

2.2.1.2.1 A 1ª fase do EAT, com duração prevista de sessenta dias corridos, a contar da data de incorporação, destinar-se-á à adaptação dos incorporados à atividade militar por meio da instrução militar e será realizada nas OM constantes no **Anexo B** ou em outra OM para tal designada.

2.2.1.2.2 As 2ª e 3ª fases do EAT serão conduzidas na OM para a qual o militar venha a ser designado, sendo realizadas apenas pelos militares que concluírem com aproveitamento a 1ª fase do EAT.

2.2.2 ESTÁGIO DE INSTRUÇÃO TÉCNICO

2.2.2.1 O Estágio de Instrução Técnico (EIT) destina-se a atualizar e a complementar a instrução ministrada no EAT ou nos estágios equivalentes ministrados pelas Forças Armadas aos Oficiais R/2 da reserva não remunerada que venham a ser incorporados.

2.2.2.2 O EIT terá duração total de doze meses, a contar da data de incorporação, podendo ser prorrogado nos termos do Capítulo V do Decreto 6.854 de 25 de maio de 2009.

2.2.2.3 Os Oficiais R/2 da reserva não remunerada, oriundos da Aeronáutica, realizarão o EIT na OM para a qual o militar venha a ser designado.

2.2.2.4 Os Oficiais R/2 da reserva não remunerada, oriundos de Forças distintas da Aeronáutica, ao serem incorporados para a realização do EIT, deverão submeter-se a um período de adaptação ao serviço militar no COMAER que será realizado concomitantemente com a primeira fase do EAT.

2.2.2.4.1 Após a realização do período de adaptação ao serviço militar no COMAER, os Oficiais R/2 da reserva não remunerada, oriundos de Forças distintas da Aeronáutica, continuarão a realização do EIT nas OM para as quais os militares venham a ser designados.

2.2.2.5 Para efeito deste Aviso de Convocação, os seguintes estágios são considerados como equivalentes ao EAT:

- a) Estágio de Adaptação e Serviço (EAS) - Aeronáutica;
- b) Estágio de Adaptação de Oficiais Temporários (EAOT) - Aeronáutica;
- c) Estágio de Adaptação e Serviço (EAS) - Marinha;
- d) Estágio de Serviço Técnico (EST) - Marinha;
- e) Estágio de Instrução e de Preparação para Oficiais Temporários (EIPOT) - Exército;
- f) Estágio de Adaptação e Serviço (EAS) - Exército;
- g) Estágio de Instrução Complementar de Engenheiro Militar (EICEM) - Exército; e
- h) Estágio de Serviço Técnico (EST) - Exército.

2.3 VAGAS

2.3.1 As vagas, por localidade, destinadas a candidatos ao EAT ou ao EIT estão distribuídas, conforme o estabelecido no **Anexo C** deste Aviso de Convocação.

2.3.2 A seleção de pessoal para a participação no EAT ou no EIT **será regional**, de acordo com as áreas de jurisdição de cada COMAR, em conformidade com o Art. 20 do Decreto n.º 6.854, de 25 de maio de 2009.

2.3.2.1 **O candidato concorrerá às vagas de uma única localidade que venha a indicar, no ato da inscrição,** independentemente da localidade em que seja domiciliado.

2.3.2.2 Ao indicar a sua opção de localidade, o candidato deverá consultar o Quadro constante do **Anexo C** deste Aviso de Convocação, a fim de verificar a qual COMAR pertence a localidade escolhida.

2.3.3 As vagas fixadas serão preenchidas pelos candidatos que foram selecionados, classificados e habilitados à incorporação, por localidade, respeitada a opção do candidato no ato de sua inscrição.

2.3.4 Os candidatos deverão preencher e assinar o **Termo de Compromisso para Prestação do Serviço Militar Voluntário Temporário,** cujo conteúdo atesta de modo inequívoco a ciência de que estão de acordo com a designação para as OM de destino, independentemente do local do seu domicílio, conforme modelo constante do **Anexo D** deste Aviso de Convocação. Este documento será entregue pelo candidato ou seu procurador na data prevista para a Inscrição/Entrega de Documentos para a Avaliação Curricular.

2.3.5 O número total de vagas destina-se, indistintamente, a candidatos ao EAT ou ao EIT.

2.3.5.1 A destinação dos candidatos selecionados e habilitados à incorporação, para a realização de um dos dois estágios acima citados, dar-se-á de acordo com o seguinte critério:

- a) ao EIT serão destinados os candidatos que se encontram na situação de Oficiais da Reserva de Segunda Classe (R/2) e que, portanto, já realizaram o EAT ou estágio equivalente; e

- b) ao EAT serão destinados os candidatos que não realizaram o citado estágio ou estágio equivalente.

2.4 QUADRO DE OFICIAIS DA RESERVA DE 2ª CLASSE CONVOCADOS

O Quadro de Oficiais da Reserva de Segunda Classe Convocados (QOCon) destina-se a atender, em caráter temporário, em tempo de paz, necessidades operacionais da Força Aérea, porventura não supridas pelos Quadros regulares de pessoal do COMAER.

3 SITUAÇÃO APÓS A INCORPORAÇÃO

3.1 CONDIÇÃO MILITAR E PRECEDÊNCIA HIERÁRQUICA

3.1.1 Ao serem incorporados para a realização do EAT, os convocados serão declarados Aspirantes-a-Oficial do Quadro de Oficiais da Reserva de 2ª Classe Convocados (QOCon).

3.1.1.1 A precedência hierárquica entre os incorporados para a realização do EAT, durante a realização do Estágio, será definida de acordo com o art. 17 do Estatuto dos Militares.

3.1.1.2 Ao término da 1ª fase do EAT, a precedência hierárquica será definida pelas médias finais dos Aspirantes-a-Oficial, de acordo com o Plano de Avaliação previsto.

3.1.2 Ao serem designados para a realização do EIT, os Oficiais R/2, da reserva não remunerada, serão incorporados com o posto que possuem.

3.1.2.1 A precedência hierárquica dos incorporados para a realização do EIT será definida pelo tempo de efetivo serviço prestado anteriormente no respectivo posto até a data do desligamento decorrente do ato de sua exclusão do serviço ativo da Aeronáutica ou de outra Força Armada, conforme documentos comprobatórios apresentados pelo militar, em consonância com a letra “c” do parágrafo 2º do art. 17 do Estatuto dos Militares.

3.1.3 Os incorporados para a realização do EAT ou do EIT, na condição de Aspirantes-a-Oficial ou de Oficiais, respectivamente, estarão sujeitos ao ordenamento jurídico vigente afeto aos militares, aceitando consciente e voluntariamente os deveres nele imposto. Nesse ordenamento jurídico, destacam-se a Constituição da República Federativa do Brasil (1988), o Estatuto dos Militares (Lei n.º 6.880, de 9 de dezembro de 1980), a legislação e a regulamentação que tratam do Serviço Militar e legislação específica aplicada aos militares da ativa do COMAER.

3.1.4 A inclusão no QOCon dar-se-á concomitantemente à data da incorporação para a realização do EIT, no caso dos Oficiais R/2, e por ocasião da promoção ao posto de Segundo-Tenente, no caso dos incorporados para a realização do EAT.

3.1.5 A inclusão no QOCon implicará a inclusão no Corpo de Oficiais da Reserva da Aeronáutica.

3.1.6 O candidato, após incorporado, poderá ser licenciado a pedido, após prestação do serviço ativo durante 1 (um) ano.

3.1.7 O candidato, após incorporado, poderá ser licenciado *ex officio*, na forma da legislação que trata do serviço militar e dos regulamentos específicos do COMAER.

3.2 DIREITOS REMUNERATÓRIOS

3.2.1 O candidato incorporado fará jus à remuneração mensal e aos demais direitos remuneratórios correspondentes ao grau hierárquico (Posto/Graduação) no qual for incorporado, de acordo com a legislação que versa sobre a remuneração dos militares das Forças Armadas.

3.2.2 Os direitos remuneratórios dos incorporados iniciam-se na data e na OM de incorporação.

3.3 PROMOÇÕES

3.3.1 As promoções dos integrantes do QOCon serão efetuadas, até o posto de Primeiro-Tenente, após cumpridos, no COMAER, os interstícios fixados e satisfeitos os demais requisitos estabelecidos na Lei de Promoções dos Oficiais da Ativa das Forças Armadas (LPOAFA) e no Regulamento de Promoções de Oficiais da Ativa da Aeronáutica (REPROA), de acordo com a disponibilidade de vagas.

3.3.2 Havendo vagas, atendidos o interstício e as demais condições exigidas, os Aspirantes-a-Oficial que concluírem com aproveitamento a 2ª fase do EAT serão promovidos ao posto de Segundo-Tenente, e incluídos no QOCon.

3.4 PRORROGAÇÕES DE TEMPO DE SERVIÇO E LICENCIAMENTO

3.4.1 Os integrantes do QOCon, caso demonstrem interesse em permanecer na ativa após a conclusão do período inicial de um ano a que se comprometeram a servir, deverão apresentar requerimento ao Diretor de Administração do Pessoal, e a prorrogação dependerá de análise de oportunidade e conveniência da Administração Militar, a critério do COMAER.

3.4.2 As prorrogações do tempo de serviço dos integrantes do QOCon serão concedidas sob a forma de EIT, por períodos de um ano.

3.4.3 O tempo máximo de permanência na ativa dos Oficiais do QOCon será de oito anos, podendo ser estendido, em caráter excepcional, a nove anos, de acordo com a conveniência da Administração, desde que:

- a) o período correspondente à prorrogação requerida não venha a ultrapassar a data de 31 de dezembro do ano em que o Oficial completar 45 anos de idade, data de sua desobrigação para com o Serviço Militar; e
- b) o tempo total de efetivo serviço prestado pelo requerente, sob qualquer aspecto e em qualquer época, não venha a atingir dez anos, contínuos ou não, computados para esse efeito todos os tempos de efetivo serviço, inclusive os prestados às outras Forças.

3.4.3.1 Para fins de prorrogação, não será computado o tempo de Serviço Público Federal, Estadual ou Municipal prestado pelos militares, anteriormente às suas incorporações.

3.4.4 Além do prescrito nos itens **3.4.3** e **3.4.3.1**, são condições necessárias para a concessão da prorrogação do tempo de serviço aos integrantes do QOCon:

- a) a existência de vagas na Tabela de Lotação de Pessoal (TLP) da OM em que servem;
- b) o interesse da Administração;
- c) ter o requerente sido julgado apto em Inspeção de Saúde para fins da letra “d” do item 2.1 das “Instruções Reguladoras das Inspeções de Saúde (IRIS) - ICA 160-1”;
- d) ter o requerente parecer favorável do Comandante, Chefe ou Diretor de sua Organização Militar (OM) e da respectiva cadeia de Comando; e
- e) não ter o requerente restrições, informadas pela Secretaria da Comissão de Promoções de Oficiais (SECPROM), em relação aos conceitos moral e profissional.

3.4.5 As prorrogações de tempo de serviço para os integrantes do QOCon serão concedidas pelo Diretor de Administração do Pessoal, de acordo com as instruções contidas na ICA 35-1 Padronização de Processos Administrativos.

3.4.6 Os Oficiais do QOCon que não atendam aos quesitos estabelecidos para as prorrogações de tempo de serviço serão licenciados do serviço ativo, desligados do efetivo de suas OM e incluídos na reserva não remunerada da Aeronáutica.

3.4.7 O Oficial do QOCon poderá ser licenciado do serviço ativo *ex officio* ou a pedido, de acordo com a legislação vigente.

4 PARTICIPAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO

4.1 PERÍODO DE INSCRIÇÕES

4.1.1 O período de inscrições será do dia 19 ao dia 30 de maio de 2014.

4.1.2 As inscrições serão das 8 h às 12 h e das 13h às 16h de 2ª à 5ª feira e das 8 h às 12 h na 6ª feira, somente nos dias úteis, considerado o horário da localidade responsável pelo recebimento das mesmas.

4.2 LOCALIDADES E OM PARA A REALIZAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO

4.2.1 As inscrições serão realizadas nas Organizações Militares previstas no **Anexo B**.

4.2.2 A Concentração Inicial será realizada na localidade onde o candidato está concorrendo à vaga e o endereço da Organização Militar responsável por esta etapa será divulgado no sítio <http://www.qoconcap.aer.mil.br>.

4.2.3 A Inspeção de Saúde Inicial (INSPSAU) e a Concentração Final serão realizadas em local a ser definido durante a Concentração Inicial, podendo o mesmo ser distinto da localidade de domicílio do candidato, correndo por conta do mesmo as despesas relativas ao transporte, alimentação e hospedagem.

4.2.4 O candidato será responsável por se apresentar nos dias, horários e locais determinados, conforme definido durante a Concentração Inicial, para a realização de todas as etapas subsequentes do processo seletivo, podendo os locais serem distintos do domicílio do candidato. **O não comparecimento pessoal ou atraso do candidato à Concentração Inicial, Inspeção de Saúde Inicial, Concentração Final e Habilitação à Incorporação, implicará a imediata exclusão do candidato do processo seletivo.**

4.3 IDENTIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS

4.3.1 O candidato deverá portar em todas as etapas da seleção o seu documento de identidade original, com fotografia recente.

4.3.1.1 O candidato que apresentar Boletim de Ocorrência policial registrando roubo, furto ou extravio do documento de identificação com data de até **30 (trinta)** dias anteriores à data prevista para qualquer uma das etapas do processo seletivo, poderá participar da etapa correspondente, devendo a Comissão de Seleção Interna pedir ao candidato que escreva, de próprio punho, o seguinte texto: ***“Eu, NOME COMPLETO DO CANDIDATO, CPF, filho de NOME DO PAI e NOME DA MÃE, declaro, sob as penas da lei, que sou candidato do Processo de Seleção de Profissionais de Nível Superior Voluntários à Prestação do Serviço Militar Temporário e estou de livre e espontânea vontade fazendo essa declaração, de próprio punho, para posterior confirmação da minha identidade e prosseguimento no processo seletivo. LOCAL, DATA e ASSINATURA DO CANDIDATO”***, registrando o fato em ata, junto com a identificação de 2 (duas) testemunhas, de modo a poder ser processada a confirmação da identidade, posteriormente.

4.3.1.2 O candidato que não apresentar documento de identidade (conforme definido no item 4.3.1), nem se enquadrar no disposto no item 4.3.1.1, **NÃO** poderá participar da etapa correspondente, pela absoluta impossibilidade de comprovação da veracidade da identidade e por questão de segurança do processo seletivo.

4.3.1.3 Somente serão considerados documentos de identificação válidos:

- a) carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública ou Defesa Social, pelas Polícias Militares, pelos Corpos de Bombeiros Militares, pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos e similares);
- b) passaporte;
- c) carteiras funcionais expedidas pelo Ministério Público; e
- d) carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade, carteira de trabalho e carteira nacional de habilitação (somente modelo com foto).

4.4 CONDIÇÕES PARA A PARTICIPAÇÃO**4.4.1** São condições para a participação no processo seletivo:

- a) ser brasileiro nato;
- b) ser voluntário;
- c) ter menos de 45 anos de idade até o dia 31 de dezembro do ano previsto para a Incorporação;
- d) ter concluído, com aproveitamento, os cursos superiores de graduação (bacharelado ou licenciatura) em Filosofia e Teologia;
- e) possuir carteira de identificação presbiteral expedida pelo Ordinário de seu domicílio;
- f) estar em pleno uso de Ordem, não sofrendo penas ou sanções canônicas;
- g) ter sido ordenado Sacerdote Católico Apostólico Romano até a data prevista para o término das inscrições;
- h) possuir, no máximo, na data de incorporação, o total de oito anos de efetivo serviço prestado às Forças Armadas, contínuos ou não, contabilizada qualquer espécie de serviço militar (inicial, estágios, dilação, prorrogações e outros);
- i) se militar da ativa ou da reserva não remunerada da Aeronáutica, ter parecer favorável da Comissão de Seleção Interna assessorado pela Secretaria da Comissão de Promoções de Oficiais (SECPROM) ou da Secretaria da Comissão de Promoções de Graduados (SECPG), de acordo com o posto ou a graduação;
- j) se militar de Força Armada, não estar cumprindo o Serviço Militar Inicial (SMI). O candidato militar que venha a ser selecionado por meio do processo seletivo deverá ser licenciado do Serviço Ativo e desligado do efetivo da OM de origem, até a data anterior àquela prevista para a incorporação;
- k) se militar da ativa, preencher a **Ficha de Informação do Comandante, Chefe ou Diretor da OM onde serve, conforme Anexo E** e apresentá-la conforme previsto no item 4.5;
- l) se militar da ativa, estar classificado, no mínimo, no “Bom Comportamento”;
- m) encontrar-se quite com o Serviço Militar até a data prevista para a incorporação;

- n) estar em dia com suas obrigações eleitorais (conforme prevê o inciso I, do parágrafo 1º do art. 7º da Lei 4.737, de 15 de julho de 1965, que institui o Código Eleitoral e no art. 14, parágrafo 1º, inciso I da Constituição Federal);
- o) possuir idoneidade moral, a ser apurada por meio de averiguação da vida pregressa junto aos órgãos públicos competentes;
- p) não se encontrar, na data prevista para a incorporação, no exercício de qualquer cargo, emprego ou função pública, ainda que da Administração Pública Indireta, mesmo que de natureza temporária;
- q) não ter sido, anteriormente, desligado de curso ou estágio ministrado em estabelecimento militar de ensino por motivo disciplinar ou de conceito moral;
- r) se ex-integrante das Forças Armadas ou de Força Auxiliar, não ter sido o Oficial excluído do serviço ativo por indignidade ou incompatibilidade com o oficialato, e a Praça excluída ou licenciada a bem da disciplina;
- s) não estar respondendo, na data prevista para a incorporação, a processo criminal na Justiça Militar ou Comum;
- t) não estar cumprindo pena por crime comum, militar ou eleitoral, nem estar submetido a medida de segurança;
- u) não ter sido, nos últimos 5 (cinco) anos, salvo em caso de reabilitação, na forma da legislação vigente, condenado em processo criminal com sentença transitada em julgado;
- v) não ter sido desincorporado, expulso ou julgado desertor, nos termos da legislação que regula o Serviço Militar;
- w) não ser detentor de Certificado de Isenção do Serviço Militar motivado por incapacidade física, mental ou moral; e
- x) não ter sido, nos últimos 5 (cinco) anos, salvo em caso de reabilitação, na forma da legislação vigente, punido por ato lesivo ao patrimônio público de qualquer esfera de governo, em processo disciplinar administrativo, do qual não caiba mais recurso.

4.5 DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS PARA A AVALIAÇÃO CURRICULAR

- a) requerimento de inscrição, preenchido pelo candidato, conforme modelo constante do **Anexo Q**;
- b) cópia de documento de identidade civil (frente e verso) para candidatos civis;
- c) cópia da cédula de identidade militar (frente e verso) para candidatos militares da ativa;
- d) declaração de voluntariado para a prestação do serviço militar temporário, conforme modelo constante do **Anexo D**;
- e) se militar da ativa, Ficha de Informação do Comandante, Chefe ou Diretor da OM em que serve, conforme modelo constante do **Anexo E**;
- f) declaração de domicílio, conforme modelo constante do **Anexo G**;

- g) cópia do diploma ou certificado de conclusão dos cursos superiores de graduação (bacharelado ou licenciatura) em Filosofia e Teologia, devidamente registrado, emitido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Sistema Nacional de Ensino ou pela autoridade eclesiástica da religião Católica Apostólica Romana;
- h) currículo profissional, de acordo com o modelo do **Anexo F**, acompanhado das **cópias dos documentos comprobatórios**, para que seja validada a respectiva pontuação a ser obtida durante a Avaliação Curricular;
- i) procuração, com firma reconhecida em cartório, caso não seja possível o comparecimento pessoal do candidato no local e data previstos para a Inscrição/Entrega de Documentos para a Avaliação Curricular; e
- j) cópia da carteira de identificação presbiteral expedida pelo Ordinário de seu domicílio.

4.5.1 Os diplomas ou certificados previstos na alínea “g”, bem como aqueles que estarão anexos ao currículo profissional, poderão ser substituídos por declarações expedidas pelas instituições reconhecidas pelo Sistema Nacional de Ensino ou autoridade eclesiástica **para cursos concluídos há menos de um ano da data prevista para o término das inscrições deste processo seletivo.**

4.5.2 Todos os documentos que contenham a assinatura do candidato, previstos nos Anexos a este Aviso de Convocação, deverão ter a firma do candidato reconhecida em cartório.

5 SELEÇÃO

5.1 ETAPAS

5.1.1 A seleção será constituída das seguintes etapas:

- a) Inscrição/Entrega de Documentos para a Avaliação Curricular;
- b) Avaliação Curricular;
- c) Concentração Inicial;
- d) Inspeção de Saúde Inicial (INSPSAU);
- e) Concentração Final; e
- f) Habilitação à Incorporação.

5.1.2 Haverá a designação de uma Comissão para cada uma das localidades previstas no **Anexo B** para o recebimento das Inscrições/Documentos para a Avaliação Curricular.

5.1.3 Haverá a designação de uma Comissão de Seleção Interna para cada uma das localidades com vagas disponíveis, para a condução das seguintes etapas: Concentração Inicial, Inspeção de Saúde Inicial (INSPSAU), Concentração Final e Habilitação à Incorporação.

5.1.4 Haverá a designação de uma Comissão de Seleção Interna do Serviço de Assistência Religiosa da Aeronáutica (SARA) para efetuar a Avaliação Curricular; julgar se os fatos reportados pela SECPROM e SECPG constituem impedimento para a participação do candidato no processo seletivo, conforme **alínea “i” do item 4.4.1**; analisar os recursos dos candidatos quanto ao resultado da Avaliação Curricular e estabelecer os candidatos que serão incorporados.

5.1.5 A Avaliação Curricular é de caráter seletivo, classificatório e eliminatório, abrangendo todos os documentos apresentados.

5.1.6 A INSPSAU é de caráter eliminatório, a cargo dos Órgãos da Diretoria de Saúde da Aeronáutica (DIRSA).

5.1.7 Não haverá segunda chamada para a realização da INSPSAU, não cabendo, portanto, por parte do candidato, solicitação de adiamento da citada etapa ou de fornecimento de tratamento privilegiado, independentemente do motivo.

5.1.8 O não comparecimento pessoal ou atraso à Concentração Inicial, INSPSAU, Concentração Final e Habilitação à Incorporação, implicará a imediata exclusão do candidato do processo seletivo.

5.1.9 Caberá à CSI do SARA, por meio do sítio <http://www.qoconcap.aer.mil.br>, a divulgação dos eventos de interesse dos candidatos, estabelecidos no Calendário de Eventos (**Anexo A**).

5.2 INSCRIÇÃO

5.2.1 A inscrição para o processo seletivo será efetivada mediante a entrega dos documentos necessários à Avaliação Curricular (documentos previstos no item 4.5) durante o período previsto no Calendário de Eventos (Anexo A) nas Organizações Militares listadas no Anexo B, podendo ser realizada pessoalmente ou por intermédio de procuração com firma reconhecida em cartório.

5.2.2 Não serão aceitas inscrições fora do prazo especificado neste Aviso de Convocação.

5.2.3 Não será aceita inscrição por outro meio que não o estabelecido neste Aviso de Convocação.

5.2.4 O candidato deverá ler atentamente as orientações contidas neste Aviso de Convocação, a fim de verificar se atende à totalidade das condições e requisitos para uma eventual investidura da função, sendo de sua exclusiva responsabilidade a observância dos prazos e o correto preenchimento da documentação solicitada, sob pena de ser inabilitado no processo seletivo. Assim, ao realizar sua inscrição, o candidato se submete de forma incondicional às condições deste processo seletivo.

5.2.5 O candidato inscrito por terceiros assume total responsabilidade pelas informações por eles prestadas.

5.3 ENTREGA DE DOCUMENTOS PARA A AVALIAÇÃO CURRICULAR

5.3.1 Os documentos deverão ser entregues encadernados, com os registros ordenados na sequência estabelecida na Lista de Verificação de Documentos, conforme modelo constante do **Anexo H**, com todas as páginas numeradas e rubricadas de próprio punho pelo candidato.

5.3.2 Todos os documentos previstos no item 4.5 deverão conter (02) duas cópias encadernadas separadamente. Uma delas ficará na posse das Comissões de Seleção Interna (CSI) e a outra será devolvida aos candidatos com todas as folhas rubricadas (com carimbo de recebimento) por um membro da Comissão juntamente com o recibo constante do **Anexo H**.

5.3.3 Os documentos a serem apresentados para a Avaliação Curricular, conforme item 4.5, deverão ser entregues, juntamente com o requerimento de inscrição, no período previsto no Calendário de Eventos (**Anexo A**).

5.3.4 O candidato deverá entregar pessoalmente, ou por intermédio de procurador legal, munido de instrumento de procuração particular com firma reconhecida em cartório, **os documentos relacionados no item 4.5 deste Aviso de Convocação**, não se aceitando remessa de documentos por via postal, fax, correio eletrônico ou qualquer outro meio.

5.3.5 No ato da entrega de Documentos para a Avaliação Curricular, será preenchida por integrante do(a) SERMOB/SMOB a Lista de Verificação de Documentos (**Anexo H**) e fornecido ao candidato o recibo de entrega, do qual constará o número de inscrição do candidato.

5.3.5.1 O preenchimento da Lista de Verificação de Documentos (**Anexo H**) por integrante do(a) SERMOB/SMOB corresponderá apenas à conferência quantitativa dos documentos entregues, cabendo a análise dos mesmos à Comissão de Seleção Interna responsável pela Avaliação Curricular.

5.3.6 Não serão recebidos documentos de forma isolada ou fora do período previsto para a Entrega de Documentos para a Avaliação Curricular.

5.3.7 Os horários para os candidatos entregarem seus documentos, juntamente com o formulário de inscrição, serão das 8 h às 12 h e das 13h às 16h de 2ª à 5ª feira e das 8 h às 12 h na 6ª feira, somente nos dias úteis, considerado o horário da localidade responsável pelo recebimento dos mesmos.

5.4 ASSESSORAMENTO DA SECPROM E SECPG

5.4.1 A Comissão de Seleção Interna (CSI) do SARA, encaminhará à SECPROM e à SECPG, a relação nominal dos militares da ativa e da reserva não remunerada da Aeronáutica, voluntários à incorporação, para assessoramento quanto ao histórico dos mesmos.

5.4.2 Os assessoramentos prestados pela SECPROM e pela SECPG serão sustentados na análise qualitativa dos atributos inerentes ao exercício da função militar, contidos nas fichas de avaliação de desempenho à luz das obrigações e deveres militares prescritos no Estatuto dos Militares e será expresso por meio da seguinte menção: "HÁ FATOS DEMERITÓRIOS".

5.4.3 A SECPROM e a SECPG comunicarão ao SARA, via mensagem rádio urgente, os Números de Ordem correspondentes àqueles que possuem "FATOS DEMERITÓRIOS". Será comunicado ao presidente da CSI do SARA a identificação completa dos voluntários com a descrição dos fatos demeritórios.

5.4.4 A Comissão de Seleção Interna (CSI) do SARA julgará se os fatos reportados pela SECPROM e SECPG constituem impedimento para a participação do candidato no processo seletivo, conforme **alínea "i" do item 4.4.1**.

5.5 AVALIAÇÃO CURRICULAR

5.5.1 A Avaliação Curricular é composta da conferência e análise dos documentos previstos no item **4.5**, bem como da análise curricular conforme os Parâmetros de Qualificação (**Anexo I**).

5.5.2 **A Avaliação Curricular será realizada de acordo com os documentos apresentados pelo candidato ou seu procurador sendo da inteira responsabilidade do candidato a veracidade das informações apresentadas.**

5.5.3 Serão analisados somente os currículos dos candidatos que apresentarem toda a documentação prevista neste Aviso de Convocação, conforme previsto no item **4.5**, competindo à CSI do SARA o direito de excluir do processo seletivo aquele que informar dados incorretos ou incompletos, bem como, se constatado durante qualquer fase do processo que os dados são inverídicos.

5.5.4 Somente serão considerados, para efeito da Avaliação Curricular, os diplomas e certificados relativos a cursos efetivamente concluídos até a data prevista para o término das inscrições.

5.5.5 Na apreciação da experiência profissional, não serão consideradas frações de mês e nem sobreposição de tempo.

5.5.5.1 A contagem de tempo relativo à experiência profissional encerra-se na data prevista para o término das inscrições.

5.5.6 Os candidatos serão relacionados por meio da ordenação decrescente de suas pontuações, o que estabelecerá a ordem de classificação para o preenchimento das vagas previstas, por localidade.

5.5.7 **Os dados informados em todos os documentos, formulários e declarações que deverão ser preenchidos pelo candidato são de exclusiva responsabilidade do declarante, estando, o mesmo, sujeito à responsabilização cível, penal e administrativa.**

5.5.8 No caso de empate na pontuação atribuída na Avaliação Curricular, o desempate será decidido de acordo com a seguinte ordem de precedência:

- a) maior pontuação no quesito “EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL”;
- b) maior pontuação no quesito “PÓS-FORMAÇÃO”; ou
- c) maior idade.

5.6 CONVOCAÇÃO PARA CONCENTRAÇÃO INICIAL E INSPEÇÃO DE SAÚDE INICIAL

5.6.1 Serão convocados para participar da Concentração Inicial e realizar a INSPSAU os candidatos relacionados de acordo com a ordem estabelecida pela pontuação atribuída na Avaliação Curricular.

5.6.2 Serão convocados para a Concentração Inicial e INSPSAU os candidatos classificados até o triplo no número de vagas estabelecidas para a respectiva localidade. Em caso de exclusão de candidatos nesta etapa do processo seletivo, poderão ser realizadas novas chamadas de candidatos, visando completar o número acima estabelecido de candidatos por vaga.

5.6.2.1 A convocação preliminar de candidatos em número superior ao das vagas fixadas visa, exclusivamente, ao preenchimento dessas, em caso de haver exclusão de candidatos em decorrência de eliminação na INSPSAU ou de eventual desistência.

5.6.3 Durante o presente processo seletivo, até o encerramento do seu prazo de validade, a Administração poderá, ainda, efetuar novas convocações, dentre os candidatos inscritos, respeitando-se a sequência da classificação estabelecida pela pontuação atribuída na Avaliação Curricular, por localidade.

5.7 CONCENTRAÇÃO INICIAL

5.7.1 A Concentração Inicial visa a proporcionar ao candidato informações mais detalhadas sobre as diversas etapas do processo seletivo.

5.7.2 A data de realização da Concentração Inicial consta do Calendário de Eventos (**Anexo A**), e o horário será divulgado no sítio <http://www.qoconcap.aer.mil.br>.

5.7.3 A Concentração Inicial será realizada na localidade onde o candidato está concorrendo à vaga e o endereço da Organização Militar responsável por esta etapa será divulgado no sítio <http://www.qoconcap.aer.mil.br>.

5.7.4 O comparecimento pessoal do candidato na Concentração Inicial é de caráter obrigatório, não sendo permitida representação, sob pena de exclusão do processo seletivo.

5.8 INSPEÇÃO DE SAÚDE INICIAL (INSPSAU)

5.8.1 A INSPSAU avaliará as condições de saúde dos candidatos, por meio de exames clínicos, de imagem e laboratoriais, inclusive toxicológicos, se necessário, definidos em Instruções do COMAER, de modo a comprovar não existir patologia ou característica que torne o candidato incapaz para o Serviço Militar e para as atividades inerentes ao EAT ou EIT.

5.8.2 A INSPSAU será realizada na Organização de Saúde da Aeronáutica (OSA) indicada durante a Concentração Inicial.

5.8.3 O resultado da INSPSAU para cada candidato será expresso por meio das menções "APTO" ou "INCAPAZ PARA O FIM A QUE SE DESTINA".

5.8.4 Os requisitos que compõem a INSPSAU e os parâmetros exigidos para a obtenção da menção "APTO" constam da ICA 160-6/2014, "Instruções Técnicas das Inspeções de Saúde na Aeronáutica", aprovada pela Portaria DIRSA nº 19/SECSDTEC, de 26 de março de 2014, disponível no sítio <http://www.qoconcap.aer.mil.br>.

5.8.5 Somente será considerado "APTO" na INSPSAU o candidato que obtiver resultado favorável dentro dos padrões e diretrizes estabelecidos pela Diretoria de Saúde da Aeronáutica (DIRSA).

5.8.6 O candidato que obtiver a menção "INCAPAZ PARA O FIM A QUE SE DESTINA" na INSPSAU terá o diagnóstico do motivo de sua incapacidade registrado no Documento de Informação de Saúde (DIS).

5.8.7 O candidato deverá apresentar, **obrigatoriamente**, no período previsto para a realização da Inspeção de Saúde Inicial, os laudos dos exames médicos, **realizados no máximo dentro de três meses da data da Inspeção de Saúde (alíneas "a" e "b" abaixo)**. A realização dos exames e das vacinas listados abaixo é de responsabilidade e ônus do candidato:

- a) eletroencefalograma (EEG) digital com mapeamento, laudo e avaliação clínica neurológica realizada pelo especialista para candidatos de todas as idades;
- b) teste ergométrico cardiológico em esteira, para os candidatos a partir de 35 (trinta e cinco) anos; e
- c) certificados de vacinação antiamarilica, antitetânica e anti-hepatite B para candidatos de todas as idades.

5.8.8 No ato da entrega dos exames médicos previstos no item **5.8.7**, será preenchida por integrante da CSI, a Lista de Verificação de Exames Médicos (**Anexo R**) e fornecido ao candidato o recibo de entrega, do qual constará o número de inscrição do candidato.

5.8.8.1 O preenchimento da Lista de Verificação de Exames Médicos (**Anexo R**) por integrante da CSI corresponderá apenas à conferência quantitativa dos documentos entregues, cabendo a análise dos mesmos às Juntas de Saúde, durante o julgamento da Inspeção de Saúde Inicial.

6 RECURSOS

6.1 INTERPOSIÇÃO

6.1.1 Será permitido ao candidato interpor recurso quanto ao que se segue:

- a) parecer desfavorável da Comissão de Seleção Interna;
- b) resultado obtido na Avaliação Curricular; e
- c) resultado obtido na INSPSAU.

6.1.2 A interposição de recursos deverá ser efetivada, pessoalmente ou por intermédio de procuração com firma reconhecida em cartório. Os recursos deverão ser entregues nas Organizações Militares previstas no **Anexo B**.

6.1.3 Os prazos e as datas para interposição de recursos encontram-se estabelecidos no Calendário de Eventos (**Anexo A**) e devem ser rigorosamente observados e cumpridos.

6.1.4 Os formulários para interposição dos recursos estão padronizados nos anexos deste Aviso de Convocação. **Será indeferido, previamente, qualquer pedido de recurso apresentado fora do prazo, em formulário diferente do padronizado ou, quando for o caso, desacompanhado dos devidos documentos de comprovação.**

6.1.4.1 Serão apreciados e respondidos todos os recursos que atenderem às exigências. Os pedidos que estiverem em desacordo serão indeferidos.

6.1.5 Caberá à CSI do SARA, nas datas estabelecidas no Calendário de Eventos (**Anexo A**) e no sítio <http://www.qoconcap.aer.mil.br>, a divulgação do resultado da análise dos recursos. Após esse ato, não mais caberá recurso por parte dos candidatos.

6.1.6 Em caso de alteração do Calendário de Eventos, serão disponibilizados aos candidatos os mesmos prazos previstos originalmente para interpor recurso.

6.1.7 Quando for constatada que a divulgação dos resultados foi apresentada com incorreção, a divulgação será tornada sem efeito e os resultados serão anulados, sendo publicado novo resultado, corrigindo a divulgação anterior. A anulação dos resultados implicará na anulação de todos os atos deles decorrentes, não cabendo ao candidato qualquer direito ou pedido de reconsideração referente aos atos anulados.

6.1.8 Os horários para os candidatos entregarem seus recursos serão das 8 h às 12 h e das 13h às 16h de 2ª a 5ª feira e das 8 h às 12 h na 6ª feira, somente nos dias úteis, considerado o horário da localidade responsável pelo recebimento dos mesmos.

6.2 RECURSO QUANTO AO PARECER DA CSI

6.2.1 O candidato militar da ativa e da reserva não remunerada da Aeronáutica que tenha recebido parecer “DESFAVORÁVEL” da CSI, após assessoramento da SECROM ou SECPG, poderá requerer recurso.

6.2.2 O requerimento para recurso, quanto ao parecer da CSI, deverá ser entregue pelo candidato por meio do preenchimento do Requerimento de Recurso contra Parecer expedido

pela CSI, utilizando os formulários previstos no **Anexo K** ou **Anexo L**, dentro do prazo previsto no Calendário de Eventos (**Anexo A**).

6.3 RECURSO QUANTO À AVALIAÇÃO CURRICULAR

6.3.1 Os recursos quanto à pontuação na Avaliação Curricular poderão ser interpostos quando o candidato entender que a pontuação atribuída pela CSI não corresponde àquela por ele esperada, de acordo com os documentos apresentados e com os Parâmetros de Qualificação Profissional especificados no **Anexo I**.

6.3.2 O candidato será definitivamente excluído do processo seletivo, nos casos em que:

- a) persistir o erro ou a omissão de dado;
- b) entregar o recurso fora do prazo previsto; ou
- c) entregar qualquer documento solicitado neste Aviso de Convocação em data diferente da prevista, salvo hipótese prevista no item 4.3.1.1.

6.3.3 Os recursos deverão ser entregues pelos candidatos por meio do preenchimento do Requerimento de Avaliação Curricular em Grau de Recurso, conforme modelo constante do **Anexo M**, a partir da data prevista no **Anexo A**.

6.3.3.1 Em caso de recurso pleiteando a correção da pontuação atribuída, o candidato deverá, além de fundamentar o pedido com base nos documentos apresentados na Entrega de Documentos para a Avaliação Curricular, informar a pontuação que entenda ser a correta.

6.3.4 Caberá à CSI do SARA, no sítio <http://www.qoconcap.aer.mil.br>, a divulgação do resultado da análise dos recursos relativos à Avaliação Curricular e o resultado final da pontuação atribuída aos candidatos. Após esse ato, não mais caberá recurso relacionado aos resultados da Avaliação Curricular por parte dos candidatos.

6.3.5 A falta de documentos que comprovem a conclusão do curso superior de graduação (bacharelado ou licenciatura em Filosofia e Teologia) ou a ordenação sacerdotal, implicará a exclusão do candidato do processo seletivo, não cabendo recurso.

6.3.6 Caso o candidato anexe ao Requerimento de Avaliação Curricular em Grau de Recurso cópia parcial ou integral do currículo profissional, esta deverá ser idêntica ao apresentado no ato da entrega dos documentos para a Avaliação Curricular. Qualquer modificação ou acréscimo de documentação implicará o indeferimento do recurso.

6.3.7 A pontuação atribuída ao candidato após a avaliação dos recursos referentes à Avaliação Curricular será divulgada pela CSI do SARA, no sítio <http://www.qoconcap.aer.mil.br>, na data estabelecida no Calendário de Eventos constante do **Anexo A**.

6.4 RECURSO QUANTO À INSPEÇÃO DE SAÚDE INICIAL

6.4.1 O candidato julgado "INCAPAZ PARA O FIM A QUE SE DESTINA" poderá solicitar INSPSAU em grau de recurso, por meio de requerimento constante do **Anexo N**, dirigido ao Diretor de Saúde da Aeronáutica.

6.4.2 O candidato interessado em solicitar INSPSAU em grau de recurso deverá retirar o Documento de Informação de Saúde (DIS), dentro do prazo previsto no Calendário de Eventos constante do **Anexo A**. Tal procedimento é requisito obrigatório para a interposição de recurso.

6.4.3 Os documentos relativos ao resultado da INSPSAU somente serão fornecidos ao candidato, pessoalmente, ou mediante instrumento público para esse fim específico em que se declare assumir as responsabilidades do fornecimento de informação dessa natureza a terceiro.

6.4.4 Somente será aceito o requerimento de INSPSAU em grau de recurso devidamente instruído com o Documento de Informação de Saúde (DIS) contendo parecer desfavorável da Junta de Saúde a que foi submetido.

6.4.5 Os candidatos incapacitados nas Inspeções de Saúde Iniciais por obesidade poderão solicitar a realização de nova inspeção, em grau de recurso, e para tal deverão submeter-se, as suas expensas, a exame de bioimpedância elétrica de acordo com o anexo K da ICA160-6/2014, ou a exame de densitometria óssea, apresentando o laudo para a Junta Superior de Saúde.

7 RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO

7.1 Será considerado em condições de ser habilitado à incorporação, o candidato que atender a todas as condições que se seguem:

- a) ter sido selecionado e classificado na Avaliação Curricular para o preenchimento das vagas previstas;
- b) ter sido considerado "APTO" na INSPSAU; e
- c) não ter obtido parecer desfavorável, se candidato militar da ativa ou da reserva não remunerada da Aeronáutica, na Avaliação da CSI, após assessoramento da SECPROM (Oficiais) e SECPG (Graduados).

7.2 Serão selecionados para a habilitação à incorporação os candidatos classificados dentro do número de vagas fixadas por localidade, considerando a ordem decrescente das pontuações e os critérios de desempate.

7.2.1 As vagas fixadas em cada uma das localidades serão distribuídas aos candidatos conforme a classificação final.

7.2.2 Os candidatos considerados em condições de serem habilitados à incorporação, mas não classificados no número de vagas existentes, serão considerados excedentes.

7.3 Caberá à CSI da SARA, a consolidação da relação nominal dos candidatos selecionados para a habilitação à incorporação, bem como dos candidatos considerados excedentes. Estes permanecerão aguardando a abertura de eventual vaga dentro do prazo de validade do presente processo seletivo, conforme previsto no item **10.4** deste Aviso de Convocação.

7.3.1 A listagem de candidatos excedentes tem por finalidade permitir a convocação imediata, para preenchimento de vagas não completadas em razão de alguma eventual desistência por parte de candidatos, ou de vagas que possam vir a ser aditivadas, desde que tal convocação esteja no prazo de validade do processo seletivo.

7.3.2 Além de concorrer às vagas fixadas neste Aviso de Convocação, os candidatos também concorrerão àquelas que eventualmente possam surgir, na respectiva localidade, em adição, **até a data prevista para a divulgação da relação nominal de candidatos convocados para a Concentração Final deste processo seletivo**, decorrentes de necessidades que tenham sido identificadas e definidas pelo Comando-Geral do Pessoal (COMGEP). Caso tal condição ocorra, será emitida Portaria Retificadora, especificando a quantidade aditivada e a localidade para a qual a vaga está sendo destinada e dando publicidade ao ato.

7.3.3 Ao candidato excedente fica assegurada apenas a expectativa de direito de ser convocado para a habilitação à incorporação. A possibilidade de convocação e a condição de excedente cessam com o término do prazo de validade do processo seletivo.

7.3.4 O candidato excedente que for convocado para habilitação à incorporação terá até três dias úteis, a contar da data subsequente à de convocação, para se apresentar na OM designada para a realização da 1ª fase do EAT, ou do EIT.

7.4 A designação para a incorporação será de responsabilidade do Comandante de COMAR correspondente, devendo ser efetivada após a habilitação à incorporação.

8 CONCENTRAÇÃO FINAL

8.1 A Concentração Final visa comprovar o atendimento às condições para habilitação à incorporação do candidato selecionado. Nesse evento, os candidatos receberão, entre outras, as orientações relativas ao local de realização e à data de início dos respectivos estágios.

8.2 A data de realização da Concentração Final consta do Calendário de Eventos (**Anexo A**) e o horário será divulgado pelas CSI, no sítio <http://www.qoconcap.aer.mil.br>.

8.3 O local e horário de realização da Concentração Final será definido durante a Concentração Inicial.

8.4 As atividades constantes da Concentração Final serão organizadas e coordenadas pelas CSI, nas respectivas localidades.

9 HABILITAÇÃO À INCORPORAÇÃO

9.1 Será habilitado à incorporação, para a realização do EAT ou do EIT, o candidato que atender a todas as condições a seguir:

- a) ter sido classificado dentro do número de vagas fixadas por localidade, considerando a sua classificação na Avaliação Curricular e os critérios de desempate;
- b) apresentar-se no local, na data e no horário estabelecidos para a Concentração Final e Habilitação à Incorporação, portando os documentos previstos neste Aviso de Convocação; e
- c) apresentar-se no local, na data e horário definidos pela CSI, para fins de incorporação.

9.2 A apresentação dos seguintes documentos, por ocasião da Concentração Final e Habilitação à Incorporação, é condição necessária à incorporação:

- a) original do documento de identidade, devidamente válido;
- b) original do Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou de documento de identificação válido (item 4.3.1.3) em que conste o número do CPF;
- c) original do Título de Eleitor;
- d) original do documento expedido pelo Arcebispo Militar do Brasil autorizando o candidato a exercer o seu ministério sacerdotal no Ordinariado Militar do Brasil;
- e) original do documento que comprove ter consentimento expresso do Ordinário autorizando seu ingresso no EAT/EIT, devendo este documento conter o nome completo de seu superior hierárquico (Bipo e/ou Superior da Ordem Religiosa);
- f) documento que comprove estar em pleno uso de ordem, sem ter sido enodado por censura canônica (Código de Direito Canônico 1331-1340);
- g) original da carteira de identificação presbiteral expedida pelo Ordinário de seu domicílio;
- h) original do atestado da respectiva Cúria Diocesana, assinado pelo Bispo Diocesano e Vigário-Geral, que comprove a sua conduta sacerdotal;
- i) originais das folhas de alterações ou do histórico militar, para militares da reserva não remunerada;
- j) exceto para militares da ativa, original do Certificado de Reservista (CR), Certificado de Dispensa de Incorporação (CDI), Certidão de Situação Militar ou Certificado de Alistamento Militar (CAM);
- k) se Oficial R/2 da reserva não remunerada, original da Carta Patente;
- l) declaração quanto a não investidura em cargo, função ou emprego público, ainda que da Administração Pública Indireta, mesmo que de natureza temporária, conforme modelo constante do **Anexo O**;
- m) cópia da folha do Diário Oficial ou de documento que comprove sua desvinculação de cargo público, se for o caso, em data anterior àquela prevista para a incorporação. Observa-se que não valerá para tal fim outros documentos que não comprovem estar o candidato desvinculado do cargo público inacumulável que ocupava;

- n) originais dos diplomas e certificados apresentados na forma de cópia pelo candidato para fins de avaliação curricular;
- o) certidão de quitação eleitoral;
- p) declaração quanto a não estar respondendo a Inquérito Policial ou Inquérito Policial Militar, na Justiça Federal, Estadual ou Militar ou cumprindo pena de qualquer natureza (**Anexo J**);
- q) certidão negativa da Polícia Federal, expedida pelo Departamento de Polícia Federal;
- r) certidão negativa da Justiça Militar, expedida pelo Superior Tribunal Militar; e
- s) certidão negativa da Justiça Criminal Estadual, correspondente à Unidade da Federação de seu domicílio e certidão negativa da Justiça Criminal Federal.

9.3 Não serão aceitos documentos ilegíveis, rasurados, com emendas ou discrepâncias de informações.

9.4 Os certificados ou diplomas somente terão validade se expedidos por estabelecimento de ensino reconhecido pelo órgão oficial federal, estadual, municipal, distrital ou regional de ensino competente ou autoridade eclesiástica da religião Católica Apostólica Romana.

9.5 Os candidatos selecionados e habilitados serão designados pelos Comandantes de COMAR para a incorporação.

9.6 Deverão constar do ato de designação para a incorporação, a ser divulgado no sítio <http://www.qoconcap.aer.mil.br>, o dia, a hora e o local de apresentação.

9.7 A constatação, a qualquer tempo, de omissão ou falta de veracidade em qualquer uma das informações ou documentos exigidos do candidato ou qualquer outra infração à Lei do Serviço Militar implicará a aplicação das penalidades previstas na legislação castrense, sem prejuízo das demais sanções penais e cíveis previstas na legislação comum vigente.

10 DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 COMPARECIMENTO AOS EVENTOS PROGRAMADOS

10.1.1 Todas as despesas pessoais para a participação deste processo seletivo, relativas ao transporte, à hospedagem e à alimentação, por exemplo, ficarão por conta do próprio candidato, inclusive quando, por motivo de força maior, um ou mais eventos programados sofrerem alteração de data ou tiverem que ser repetidos.

10.1.2 Os locais, dias e horários em que os candidatos deverão se apresentar para realização da INSPSAU serão definidos durante a Concentração Inicial, de acordo com os períodos estabelecidos no Calendário de Eventos (**Anexo A**).

10.1.2.1 Eventualmente, tais informações poderão ser modificadas pelos Presidentes das CSI, mediante prévia comunicação aos candidatos envolvidos.

10.1.2.2 Quaisquer alterações nas datas divulgadas pelo Presidente da CSI, durante a Concentração Inicial serão divulgadas no sítio <http://www.qoconcap.aer.mil.br>.

10.1.3 O não comparecimento pessoal do candidato nos locais dos eventos dentro dos períodos estabelecidos no Calendário de Eventos constante no **Anexo A**, ou retificados pelos Presidentes das CSI, será considerado como falta ao evento e implicará a exclusão do candidato do processo seletivo.

10.2 UNIFORMES E TRAJES

10.2.1 Para os eventos realizados em OM, o candidato militar da ativa deverá comparecer uniformizado, de acordo com as normas e regulamentos de uniformes das respectivas Forças.

10.2.1.1 Em caso de não atendimento do disposto no item anterior, o fato será registrado e encaminhado pela respectiva CSI, via cadeia de comando, para o Comandante do candidato militar infrator, para fins da competente apuração de transgressão disciplinar.

10.2.1.2 O candidato militar que descumprir o disposto no item **10.2.1** não deverá ser impedido de participar da etapa do processo seletivo a que comparecer, mas ficará sujeito às sanções disciplinares aplicáveis ao caso.

10.2.2 O traje civil para acesso e trânsito nas Organizações Militares do COMAER será composto de calça comprida, saia ou vestido, camisa ou camiseta com mangas (ou sem mangas, se traje feminino) e calçado fechado (ou sandália, se traje feminino).

10.3 EXCLUSÃO DO PROCESSO SELETIVO

10.3.1 Será excluído do processo seletivo o candidato que se enquadrar em qualquer uma das situações abaixo:

- a) deixar de atender a qualquer uma das condições exigidas para a participação no presente processo seletivo;
- b) for julgado "INCAPAZ PARA O FIM A QUE SE DESTINA" na INSPSAU, com ou sem recurso; ou
- c) deixar de comparecer a qualquer evento programado.

10.3.2 A inscrição tornar-se-á nula, bem como todos os atos dela decorrentes, se, a qualquer instante, for comprovado que o candidato, durante o processo seletivo, deixou de atender às condições para a mesma.

10.3.3 Será também excluído do presente processo seletivo, por ato do Presidente da CSI, com registro em ata e posterior homologação do Chefe do Serviço de Assistência Religiosa da Aeronáutica, sem prejuízo das medidas administrativas e legais previstas, o candidato que proceder de acordo com qualquer uma das seguintes situações:

- a) burlar ou tentar burlar normas para a realização da INSPSAU, definidas neste Aviso de Convocação ou em Instruções Complementares;
- b) adentrar aos locais de realização dos eventos previstos neste Aviso de Convocação portando arma de qualquer espécie;
- c) utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais, bem como praticar ou tentar praticar ato que provoque distúrbio ou prejuízo ao bom andamento do presente processo seletivo;
- d) tratar de forma desrespeitosa os membros da CSI;
- e) informar dados incorretos ou incompletos, bem como, se constatado durante qualquer fase do processo, que os dados são inverídicos;
- f) deixar de acatar as orientações emanadas de qualquer membro da CSI, visando ao cumprimento do previsto neste Aviso de Convocação;
- g) deixar de comparecer pessoalmente ou chegar atrasado aos locais designados nos dias, períodos e horários determinados para a realização das concentrações e da INSPSAU incluído seu recurso;
- h) deixar de completar todas as fases da realização da INSPSAU, inclusive em grau de recurso;
- i) deixar de apresentar documentos, provas, exames, testes ou formulários solicitados durante as fases da realização da INSPSAU, inclusive em grau de recurso;
- j) deixar de apresentar o documento de identidade original ou proceder conforme previsto no item **4.3.1.1**, por ocasião das concentrações e da realização da INSPSAU, inclusive em grau de recurso;
- k) deixar de apresentar qualquer um dos documentos exigidos para a incorporação ou apresentá-los em desconformidade com o previsto neste Aviso de Convocação; ou
- l) deixar de apresentar-se na data e horário determinados, na OM designada para a realização da 1ª fase do EAT, ou do EIT, passando a ser considerado candidato desistente.

10.4 VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO

10.4.1 O prazo de validade do processo de seleção de Sacerdotes Católicos Apostólicos Romanos, Voluntários à Prestação do Serviço Militar Temporário no ano de 2014, **expirar-se-á sete dias corridos após a incorporação.**

10.4.2 Todos os documentos dos candidatos que não forem selecionados ficarão na posse das CSI por noventa dias após o término do prazo de validade do Processo Seletivo. Findo esse prazo, os mesmos serão destruídos.

10.5 LOCAIS DE REALIZAÇÃO DOS ESTÁGIOS

10.5.1 A primeira fase do EAT e o período de adaptação ao serviço militar no COMAER, conforme previsto no item **2.2**, serão realizados nas localidades em que o candidato está concorrendo à vaga. Os endereços das Organizações Militares responsáveis por ministrar a primeira fase do EAT e o período de adaptação ao serviço militar no COMAER serão divulgados durante a Concentração Inicial.

11 DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 Não caberá ao interessado o direito de recurso para obter qualquer compensação, reparação ou indenização, pecuniária ou não, pela sua exclusão do processo seletivo ocasionada pelo descumprimento das condições estabelecidas no presente Aviso de Convocação, anulação de ato ou não aproveitamento por falta de vagas.

11.2 A inscrição no processo seletivo implicará a aceitação irrestrita das normas publicadas e das condições estabelecidas neste Aviso de Convocação, bem como de outras que vierem a ser publicadas no decorrer do processo seletivo.

11.3 Se for constatada, no decorrer do processo seletivo, qualquer irregularidade por parte das CSI ou verificado qualquer fato que comprometa a regularidade do processo, em observância aos princípios administrativo-constitucionais aplicáveis, competirá ao Comandante-Geral do Pessoal, ou aos demais órgãos executores, conforme o caso e natureza do gravame, anular os atos eivados de ilegalidade, estabelecendo os ajustes necessários à continuidade do processo seletivo, desde que possível.

11.3.1 Na hipótese de anulação de atos ou do próprio processo seletivo, nos termos do item anterior, não caberá ao candidato reparação por eventuais transtornos ou prejuízos decorrentes desse fato, bem como ficará implícita a plena aceitação do candidato ao novo Calendário de Eventos, a ser divulgado tempestivamente para a continuação do processo seletivo.

11.4 Os casos não previstos serão resolvidos pelo Comandante-Geral do Pessoal.

Ten Brig Ar LUIZ CARLOS TERCIOTTI
Comandante-Geral do Pessoal

Anexo A - Calendário de Eventos

EVENTOS		RESPONSÁVEIS	DATAS
1.	Início do período de inscrições.	CANDIDATOS / SERMOB / SMOB	19 maio 2014
2.	Término do período de inscrições.	CANDIDATOS / SERMOB / SMOB	30 maio 2014
3.	Encaminhamento à SECPROM e à SECPG da relação dos candidatos militares da ativa ou da reserva não remunerada da Aeronáutica inscritos no Processo Seletivo.	CSI	02 jun 2014
4.	Divulgação das relações nominais dos candidatos inscritos.	CSI	03 jun 2014
5.	A SECPROM e a SECPG comunicarão à CSI do SARA, via mensagem rádio urgente, os Números de Ordem correspondentes àqueles que possuem FATOS DEMERITÓRIOS. Será comunicado ao presidente da CSI a identificação completa dos voluntários com a descrição dos fatos demeritórios.	DIRAP-SECPG / SECPROM	10 jun 2014
6.	Divulgação dos resultados provisórios da Avaliação Curricular e da relação de candidatos militares da ativa ou da reserva não remunerada da Aeronáutica que tiveram parecer DESFAVORÁVEL da CSI.	CSI	12 jun 2014
7.	Início do período para entrega de requerimento para Avaliação Curricular em grau de recurso.	CANDIDATOS / SERMOB / SMOB	13 jun 2014
8.	Início do período para entrega de Recurso Contra Parecer expedido pela CSI.	CANDIDATOS / SERMOB / SMOB	13 jun 2014
9.	Término do período para entrega de requerimento para Avaliação Curricular em grau de recurso.	CANDIDATOS SERMOB / SMOB	16 jun 2014
10.	Término do período para entrega de Recurso Contra Parecer expedido pela CSI.	CANDIDATOS / SERMOB / SMOB	16 jun 2013
11.	Divulgação dos resultados finais da Avaliação Curricular em grau de recurso.	CSI	18 jun 2014
12.	Divulgação da relação nominal dos candidatos com resultados finais obtidos na Avaliação Curricular com suas respectivas pontuações e classificação final, após a Avaliação Curricular em grau de recurso.	CSI	18 jun 2014
13.	Resultado do recurso dos candidatos militares da ativa ou da reserva não remunerada da Aeronáutica que tiveram parecer DESFAVORÁVEL pela CSI.	CSI	18 jun 2014
14.	Divulgação da relação nominal dos candidatos convocados para a Concentração Inicial e para a INSPSAU.	CSI	18 jun 2014
15.	Concentração Inicial.	CANDIDATOS / CSI	24 jun 2014
16.	Início da Inspeção de Saúde Inicial (INSPSAU).	CANDIDATOS / CSI / OSA	25 jun 2014
17.	Divulgação da relação nominal dos candidatos faltosos à Concentração Inicial.	CSI	25 jun 2014
18.	Término da Inspeção de Saúde Inicial (INSPSAU).	CANDIDATOS / CSI / OSA	27 jun 2014
19.	Divulgação da relação nominal dos candidatos faltosos à Inspeção de Saúde Inicial (INSPSAU).	CSI	30 jun 2014
20.	Prazo limite para divulgação da relação nominal com os pareceres obtidos pelos candidatos na INSPSAU.	CSI	04 jul 2014

Continuação do Anexo A - Calendário de Eventos

EVENTOS		RESPONSÁVEIS	DATAS
21.	Início do período para entrega do Documento de Informação de Saúde (DIS).	CANDIDATOS / CSI / SERMOB / SMOB / OSA	07 jul 2014
22.	Término do período para entrega do Documento de Informação de Saúde (DIS).	CANDIDATOS / CSI / SERMOB / SMOB / OSA	08 jul 2014
23.	Início do período para entrega do requerimento de solicitação de INSPSAU em grau de recurso.	CANDIDATOS SERMOB / SMOB	09 jul 2014
24.	Término do período para entrega do requerimento de solicitação de INSPSAU em grau de recurso.	CSI	10 jul 2014
25.	Prazo para divulgação da relação nominal dos candidatos convocados para a INSPSAU em grau de recurso.	CSI	14 jul 2014
26.	Início da realização da INSPSAU em grau de recurso.	CANDIDATOS / CSI / OSA	16 jul 2014
27.	Término da realização da INSPSAU em grau de recurso.	CANDIDATOS / CSI / OSA	18 jul 2014
28.	Divulgação da relação nominal dos candidatos faltosos à INSPSAU em grau de recurso.	CSI	21 jul 2014
29.	Prazo limite para remessa das informações à Junta Superior de Saúde (JSS).	CSI / OSA	21 jul 2014
30.	Julgamento pela Junta Superior de Saúde (JSS) – início.	JSS (DIRSA)	22 jul 2014
31.	Julgamento pela Junta Superior de Saúde (JSS) – término.	JSS (DIRSA)	25 jul 2014
32.	Prazo limite para divulgação da relação nominal com os pareceres obtidos pelos candidatos na INSPSAU em grau de recurso.	CSI	29 jul 2014
33.	Prazo limite para divulgação da relação nominal dos candidatos convocados para a Concentração Final e Habilitação à Incorporação e da relação nominal dos Candidatos considerados excedentes.	CSI	30 jul 2014
34.	Concentração Final e Habilitação à Incorporação.	CANDIDATOS/CSI	04 ago 2014
35.	Divulgação da relação nominal dos candidatos faltosos à Concentração Final e Habilitação à Incorporação.	CSI	05 ago 2014
36.	Prazo limite para divulgação da relação nominal dos candidatos habilitados e selecionados para a Incorporação.	CSI	06 ago 2014
37.	Incorporação e início dos estágios.	CANDIDATOS/CSI/ COMAR/OM DESIGNADAS	11 ago 2014
38.	Prazo limite para divulgação da relação nominal dos candidatos excluídos do processo seletivo em decorrência da não habilitação à incorporação ou de desistência.	CSI	12 ago 2014
39.	Prazo limite para divulgação da relação dos candidatos excedentes convocados em substituição àqueles que foram habilitados à incorporação e, posteriormente, excluídos ou considerados desistentes.	CSI	14 ago 2014
40.	Prazo limite para apresentação dos candidatos excedentes convocados.	CANDIDATOS / CSI / COMAR / OM DESIGNADAS	18 ago 2014
41.	Prazo limite para divulgação da relação nominal dos candidatos incorporados.	CSI	01 set 2014

Anexo B - Relação das OM com os respectivos endereços

PRIMEIRO COMANDO AÉREO REGIONAL - I COMAR		
Localidade	ORGANIZAÇÃO MILITAR RESPONSÁVEL	Telefone
Belém - PA	PRIMEIRO COMANDO AÉREO REGIONAL - I COMAR Setor: SERMOB-1 Av. Júlio César, s/nº - Bairro Souza CEP 66.613-010 - Belém – PA	Telefone: (91) 3233-2301
Alcântara / São Luis- MA	CENTRO DE LANÇAMENTO DE ALCÂNTARA - CLA Setor: SMOB 12 Av. dos Libaneses, 29 - Aeroporto Tirirical CEP 65.056-480 - São Luiz – MA	Telefone: (98) 3311-9000

SEGUNDO COMANDO AÉREO REGIONAL - II COMAR		
Localidade	ORGANIZAÇÃO MILITAR RESPONSÁVEL	Telefone
Recife - PE	SEGUNDO COMANDO AÉREO REGIONAL - II COMAR Setor: SERMOB-2 Av. Armindo Moura, 500 - Bairro Boa Viagem CEP 51.130-180 - Recife - PE	Telefone: (81) 2129-7109
Salvador - BA	BASE AÉREA DE SALVADOR - BASV Setor : SMOB 24 Área Militar do Aeroporto Internacional de Salvador - Bairro São Cristovão CEP 41.510-115 - Salvador - BA	Telefone: (71) 3377-8395
Parnamirim / Natal - RN	BASE AÉREA DE NATAL - BANT Setor: SMOB 22 Estrada da BANT s/nº - Emaús CEP 59148-900 - Parnamirim – RN	Telefone: (84) 3644-7159
Fortaleza - CE	BASE AÉREA DE FORTALEZA - BAFZ Setor: SMOB 23 Av. Borges de Melo, 205 - Aeroporto CEP 60.415-513 - Fortaleza -CE	Telefone: (85) 3216-3018

Continuação do Anexo B - Relação das OM com os respectivos endereços

TERCEIRO COMANDO AÉREO REGIONAL - III COMAR		
Localidade	ORGANIZAÇÃO MILITAR RESPONSÁVEL	Telefone
Rio de Janeiro - RJ	TERCEIRO COMANDO AÉREO REGIONAL - III COMAR Setor: SERMOB-3 Praça Marechal Âncora, 77 - Castelo CEP 20.021-200 - Rio de Janeiro - RJ	Telefone: (21) 2101-6024 (21) 2101-6028
Barbacena - MG	ESCOLA PREPARATÓRIA DE CADETES DO AR - EPCAR Setor: SMOB 35 Rua Santos Dumont, 149 - São José CEP 36.200-000 - Barbacena - MG	Telefone: (32) 3339-4214 (32) 3339-4196
Lagoa Santa / Belo Horizonte - MG	CENTRO DE INSTRUÇÃO E ADAPTAÇÃO DA AERONÁUTICA - CIAAR Setor: SMOB 34 Av. Brigadeiro Eduardo Gomes, s/nº (Centro de Facilidades do CIAAR) CEP 33.400-000 – Lagoa Santa - MG	Telefone: (31) 3689-3335 (31) 3689-3402 (31) 3689-3489

QUARTO COMANDO AÉREO REGIONAL - IV COMAR		
Localidade	ORGANIZAÇÃO MILITAR RESPONSÁVEL	Telefone
São Paulo / Guarulhos - SP	QUARTO COMANDO AÉREO REGIONAL - IV COMAR Setor: SERMOB-4 Av. D. Pedro I, 100 - Cambuci CEP 01552-000 – São Paulo -SP	Telefone: (11) 3382-6121 (11) 3382-6127
Guaratinguetá - SP	ESCOLA DE ESPECIALISTAS DE AERONÁUTICA - EEAR Setor: SMOB 45 Av. Brig. Adhemar Lirio, s/nº. - Pedregulho CEP 12510-020- Guaratinguetá - SP	Telefone: (12) 2131-7729
Pirassununga - SP	ACADEMIA DA FORÇA AÉREA - AFA Setor: SMOB 49 Estrada de Aguaí, s/nº. CEP 13.643-000 - Pirassununga - SP	Telefone: (19) 3565-7354 (19) 3565-7136

Continuação do Anexo B - Relação das OM com os respectivos endereços

QUARTO COMANDO AÉREO REGIONAL - IV COMAR		
Localidade	ORGANIZAÇÃO MILITAR RESPONSÁVEL	Telefone
São José dos Campos - SP	GRUPAMENTO DE INFRA-ESTRUTURA E APOIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS – GIA-SJ Setor: SMOB-48 Praça Mal. Eduardo Gomes, 50 - Vila das Acácias CEP 12.228-901 - São José dos Campos - SP	Telefone: (12) 3947-3403 (12) 3947-3262
Campo Grande - MS	BASE AÉREA DE CAMPO GRANDE - BACG Setor: SMOB 43 Av. Duque de Caxias, 2905 - Amambaí CEP 79101-001 - Campo Grande - MS	Telefone: (67) 3368-3299 (67) 3368-3135

QUINTO COMANDO AÉREO REGIONAL - V COMAR		
Localidade	ORGANIZAÇÃO MILITAR RESPONSÁVEL	Telefone
Canoas / Porto Alegre - RS	QUINTO COMANDO AÉREO REGIONAL - V COMAR Setor: SERMOB-5 Av. Guilherme Schell, 3.950 CEP 92200-630 - Canoas - RS sermob@comar5.aer.mil.br	Telefone: (51) 3472-3924 (51) 3462-1259
Santa Maria - RS	BASE AÉREA DE SANTA MARIA - BASM Setor: SMOB 54 RS 287, Km 240 - Camobi CEP 97.105-910 - Santa Maria - RS	Telefone: (54) 3220-3603
Florianópolis - SC	BASE AÉREA DE FLORIANÓPOLIS - BAFL Setor: SMOB 52 Av. Santos Dumont, s/n.º - Tapera CEP 88049-000 - Florianópolis - SC	Telefone: (48) 3229-5034
Curitiba - PR	SEGUNDO CENTRO INTEGRADO DE DEFESA AÉREA E CONTROLE DE TRÁFEGO AÉREO - CINDACTA II Setor: SMOB 53 Av. Erasto Gaertner, 1.000 - Bacacheri CEP 82510-901 - Curitiba - PR	Telefone: (41) 3251-5218

Continuação do Anexo B - Relação das OM com os respectivos endereços

SEXTO COMANDO AÉREO REGIONAL - VI COMAR		
Localidade	ORGANIZAÇÃO MILITAR RESPONSÁVEL	Telefone
Brasília / GAMA - DF	SEXTO COMANDO AÉREO REGIONAL - VI COMAR Setor: SERMOB-6 SHIS QI 05 - Área Especial 12 - Lago Sul CEP 71.615-600 - Brasília - DF	Telefone: (61) 3365-1384 (61) 3364-8216 (61) 3248-4665
Anápolis - GO	BASE AÉREA DE ANÁPOLIS - BAAN Setor: SMOB 62 BR-414, Km 4 CEP 75.001-970 - Anápolis - GO	Telefone: (62) 3310-4134 (62) 3329-7134

SÉTIMO COMANDO AÉREO REGIONAL - VII COMAR		
Localidade	ORGANIZAÇÃO MILITAR RESPONSÁVEL	Telefone
Manaus - AM	SÉTIMO COMANDO AÉREO REGIONAL - VII COMAR Setor: SERMOB-7 Av. Rodrigo Otávio, 430 - Crespo CEP 69.073-177 - Manaus - AM	Telefone: (92) 2129-1790
Boa Vista - RR	BASE AÉREA DE BOA VISTA - BABV Setor: SMOB 72 Rua Valdemar Bastos de Oliveira , 2990 - Aeroporto CEP 69.310-101 - Boa Vista - RR	Telefone: (95) 4009-1084
Porto Velho - RO	BASE AÉREA DE PORTO VELHO - BAPV Setor: SMOB 73 Av. Lauro Sodré, s/nº. - Belmont CEP 76.803-260 - Porto Velho - RO	Telefone: (69) 3211-9879

Anexo C - Quantitativo de Vagas por Localidade

COMANDO AÉREO REGIONAL	LOCALIDADE	VAGAS
III COMAR	BARBACENA - MG	01
IV COMAR	SÃO PAULO / GUARULHOS - SP	01
VI COMAR	ANÁPOLIS - GO	01
VII COMAR	MANAUS - AM	01

**Anexo D - Modelo de Termo de Compromisso para Prestação do Serviço Militar
Voluntário Temporário**



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

**TERMO DE COMPROMISSO PARA PRESTAÇÃO DO
SERVIÇO MILITAR VOLUNTÁRIO TEMPORÁRIO**

Eu, _____ (nome completo),
Identidade nº _____, CPF nº _____, nascido aos _____ dias do
mês de _____ de _____, filho de _____ e de
_____, candidato ao processo seletivo ao
EAT/EIT 2014, declaro que sou voluntário à convocação pelo período de 01 (um) ano para a
prestação do Serviço Militar Temporário, na localidade escolhida e na organização militar
para a qual for designado, sujeitando-me, se for aceito, a todos os deveres e obrigações
militares previstos na legislação em vigor, e conhecedor que poderei obter, dependendo da
existência de vagas e do meu desempenho profissional, prorrogações anuais, não
ultrapassando o período de oito anos, deduzido todo o tempo de efetivo serviço prestado a
qualquer uma das Forças Armadas, contínuo ou não, contabilizada qualquer espécie de
Serviço Militar (inicial, estágios, dilação, prorrogações e outros). Declaro ainda concordar
com o prazo mínimo de (01) um ano de cumprimento do Serviço Militar Temporário.

Local: _____ - **Data:** ____/____/____

Assinatura do candidato

Anexo E - Modelo de Ficha de Informação do Comandante, Chefe ou Diretor



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO _____

**INFORMAÇÃO DO COMANDANTE / CHEFE / DIRETOR DA OM
SOBRE O CANDIDATO MILITAR**

Nome: _____

Posto/Grad: _____ Quadro/ Esp.: _____ Unidade (Sigla): _____

Identidade: _____ Data de Praça: ____/____/____

Data de Promoção: ____/____/____

(___) Informo que o militar **POSSUI** as **CONDIÇÕES PARA A PARTICIPAÇÃO** previstas no Aviso de Convocação referente ao Processo Seletivo ao **EAT/EIT 2014**.

(___) Informo que o militar **NÃO POSSUI** as seguintes **CONDIÇÕES PARA A PARTICIPAÇÃO** previstas no Aviso de Convocação referente ao Processo Seletivo ao **EAT/EIT 2014**: _____

_____ (listar os requisitos)

Local: _____ - Data: ____/____/____

Ass. e Carimbo do Comandante / Chefe / Diretor da OM

Portaria de Delegação: _____

Anexo F - Modelo de “Currículo Profissional”**CURRÍCULO PROFISSIONAL - EAT/EIT 2014****1. INFORMAÇÕES PESSOAIS**

- a) Nome Completo
- b) Filiação
- c) Data de Nascimento
- d) Identidade
- e) CPF
- f) Nacionalidade
- g) Naturalidade
- h) Endereço Residencial
- i) Telefones (residencial / comercial / celular)
- j) Endereço eletrônico (e-mail)

2. FORMAÇÃO / PÓS-FORMAÇÃO

- a) Curso Superior de Graduação
 - Área de formação;
 - Período de realização (em meses);
 - Carga horária (horas/aula); e
 - Instituição de ensino reconhecida pelo órgão federal competente (nome da instituição por extenso e onde se localiza).
- b) Mestrado
 - Área de formação;
 - Período de realização (em meses);
 - Carga horária (horas/aula); e
 - Instituição de ensino reconhecida pelo órgão federal competente (nome da instituição por extenso e onde se localiza).
- c) Doutorado
 - Área de formação;
 - Período de realização (em meses);
 - Carga horária (horas/aula); e
 - Instituição de ensino reconhecida pelo órgão federal competente (nome da instituição por extenso e onde se localiza).

Continuação do Anexo F - Modelo de “Currículo Profissional”**3. CURSOS**

a) Cursos

- Nome do Curso;
- Período de Realização (Quantidade de meses/dias);
- Carga Horária (horas/aula); e
- Instituição.

4. EXERCÍCIO DA ATIVIDADE PROFISSIONAL

- a) Paróquia;
- b) Endereço e telefone;
- c) Função;
- d) Período (em meses); e
- e) Síntese das atividades profissionais realizadas.

5. ATIVIDADE MILITAR

- a) Estágio ou Curso de Formação;
- b) Cursos de Extensão ou Especialização;
- c) Tempo de Efetivo Serviço Militar, em cada posto ou graduação.

Local: _____ - _____ **Data:** ____/____/____

Assinatura do candidato

Anexo G - Modelo de Declaração de Domicílio

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

DECLARAÇÃO DE DOMICÍLIO

Eu, _____ (nome completo),
Identidade nº _____, CPF nº _____, nascido aos _____ dias do
mês de _____ de _____, filho de _____ e de
_____, candidato ao processo seletivo ao
EAT/EIT 2014, sou domiciliado conforme declarado a seguir:

Endereço: _____

Bairro: _____

Cidade: _____ UF: _____

CEP: _____ - _____

Local: _____ - **Data:** ____/____/____

Assinatura do candidato

Anexo H - Modelo de Lista de Verificação de Documentos



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

Inscrição nº ____ / ____ / ____ COMAR
LOC

Lista de Verificação de Documentos

(será preenchida pelo órgão responsável pelo recebimento da documentação, no período de inscrição/entrega de documentos para a Avaliação Curricular)

Ordem	Documentos comprobatórios da condição para a participação do processo seletivo	SIM (Qtd)	NÃO
1.	Requerimento de Inscrição, preenchido pelo candidato, conforme modelo constante do Anexo R.		
2.	Cópia de documento de identidade civil (frente e verso), para candidatos civis.		
3.	Cópia da cédula de identidade militar (frente e verso), para candidatos militares da ativa.		
4.	Declaração de Voluntariado para a Prestação do Serviço Militar Temporário, conforme modelo constante do Anexo D.		
5.	Se militar da ativa, Ficha de Informação do Comandante, Chefe ou Diretor da OM em que serve, conforme modelo constante do Anexo E.		
6.	Declaração de domicílio, conforme modelo constante do Anexo G.		
7.	Cópia do diploma ou certificado de conclusão dos cursos superiores de graduação (bacharelado ou licenciatura) em Filosofia e Teologia, devidamente registrado, emitido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Sistema Nacional de Ensino e pela autoridade eclesiástica da religião Católica Apostólica Romana.		
8.	Currículo profissional, de acordo com o modelo do Anexo G. , acompanhado das cópias dos documentos comprobatórios , para que seja validada a respectiva pontuação a ser obtida durante a Avaliação Curricular.		
9.	Procuração, com firma reconhecida em cartório, caso não seja possível o comparecimento pessoal do candidato no local e data previstos para a Entrega de Documentos para a Avaliação Curricular.		
10.	Cópia da carteira de identificação presbiteral expedida pelo Ordinário de seu domicílio.		

Posto/Grad/Nome do recebedor: _____ Assinatura: _____

✂. ✂. Cortar aqui ✂. ✂.

Inscrição nº ____ / ____ / ____ COMAR

LOC

Documentação Recebida em ____ / ____ / ____

Posto/Grad/Nome do recebedor: _____

Assinatura: _____

(Recibo a ser preenchido e entregue ao Candidato)

Anexo I - Parâmetros de Qualificação Profissional

	Pontuação a ser atribuída
A. PÓS-FORMAÇÃO	
1) Doutorado - reconhecido pelo Sistema Nacional de Ensino.	2,0 por Diploma
2) Mestrado - reconhecido pelo Sistema Nacional de Ensino.	2,0 por Diploma
B. CURSOS	
1) Liturgia.	1,0
2) Teologia bíblica	1,0
3) Teologia dogmática	1,0
4) Teologia moral	1,0
C. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	
1) Tempo de ordenação sacerdotal comprovado pela identidade assinada pelo Ordinário do candidato.	1,0 por mês
2) Provisão de vigário paroquial datada e assinada pelo Ordinário do candidato	1,0 por ano
3) Provisão de Professor de Seminário com provisão datada e assinada pelo Ordinário do candidato	1,0 por ano
4) Provisão de Pároco datada e assinada pelo Ordinário do candidato	1,0 por ano
5) Provisão de Reitor de Seminário datada e assinada pelo Ordinário do candidato	1,0 por ano
6) Provisão de Vigário Episcopal datada e assinada pelo Ordinário do candidato	2,0
7) Provisão de Vigário Forâneo datada e assinada pelo Ordinário do candidato	2,0 a cada dois anos
8) Nomeação de Diretor Espiritual de Seminário datada e assinada pelo Ordinário do candidato	2,0
9) Provisão de Capelão de Hospital datada e assinada pelo Ordinário do candidato	1,0 por ano
10) Provisão de Capelão de Colégio Católico datada e assinada pelo Ordinário do candidato	1,0 por ano
11) Provisão de Capelão de Presídio datada e assinada pelo Ordinário do candidato	1,0 por ano

Anexo J - Modelo de Declaração quanto a não estar respondendo a inquérito policial, processo criminal ou cumprindo pena de qualquer natureza.



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

**DECLARAÇÃO QUANTO A NÃO ESTAR RESPONDENDO
A INQUÉRITO POLICIAL, PROCESSO CRIMINAL OU CUMPRINDO PENA
DE QUALQUER NATUREZA**

Eu, _____ (nome completo),
Identidade nº _____, CPF nº _____, nascido (a) aos _____ dias
do mês de _____ de _____, filho de _____ e
de _____, candidato ao processo seletivo ao
EAT/EIT 2014, inscrição nº _____ COMAR, declaro não estar respondendo
a inquérito policial, comum ou militar, a processo criminal em qualquer Estado da Federação,
na Justiça Federal ou Militar ou cumprindo pena de qualquer natureza.

Local: _____ - **Data:** ____/____/____

Assinatura do candidato

Anexo K - Requerimento de Recurso contra Parecer expedido pela CSI (Oficiais)**Modelo de Requerimento contra o parecer desfavorável da CSI, relativo à Convocação para a Seleção de Profissionais de Nível Superior Voluntários à Prestação do Serviço Militar Temporário no ano de 2014.**

Do NOME COMPLETO

Ao Sr Presidente da Comissão de Seleção Interna do Serviço de Assistência Religiosa da Aeronáutica

Assunto: Requerimento contra o parecer desfavorável relativo à Convocação para a Seleção de Profissionais de Nível Superior Voluntários à Prestação do Serviço Militar Temporário no ano de 2014

Anexo(s):.....

1. NOME COMPLETO, tendo tomado conhecimento em ____/____/____, do parecer desfavorável relativo à Convocação para a Seleção de Profissionais de Nível Superior Voluntários à Prestação do Serviço Militar Temporário no ano de 2014 pela Comissão de Seleção Interna, vem respeitosamente requerer a V. Sa. a modificação do ato e, conseqüentemente, a sua seleção para a referida Convocação.

2. O requerente apresenta a V. Sa. as razões pelas as quais justificadas o direito argüido:

- a) discriminar as funções exercidas que julgar relevantes no período em que foi militar;
- b) realizar fatos relativos ao desempenho das funções exercidas e que, a seu juízo, não sejam do conhecimento da SECPRM, no período em que foi militar;
- c) enfatizar destaques em missões que lhe foram confiadas, no período em que foi militar;
- d) juntar os documentos que julgar pertinentes, sendo desnecessário anexar as cópias das folhas de alteração ou de citações de elogios recebidos, no período em que foi militar.

3. Em face das razões acima apresentadas, o recorrente reitera a V. Sa. por se julgar em de condições, para a Convocação para a Seleção de Profissionais de Nível Superior Voluntários à Prestação do Serviço Militar Temporário no ano de 2014.

Local: _____ - _____ **Data:** ____/____/____

Assinatura do candidato

Anexo L - Requerimento de Recurso contra Parecer expedido pela CSI (Graduados)**Modelo de Requerimento contra o parecer desfavorável da CSI, relativo à Convocação para a Seleção de Profissionais de Nível Superior Voluntários à Prestação do Serviço Militar Temporário no ano de 2014.**

Do NOME COMPLETO

Ao Sr Presidente da Comissão de Seleção Interna do Serviço de Assistência Religiosa da Aeronáutica

Assunto: Requerimento contra o parecer desfavorável relativo à Convocação para a Seleção de Profissionais de Nível Superior Voluntários à Prestação do Serviço Militar Temporário no ano de 2014.

Anexo(s):.....

1. NOME COMPLETO, tendo tomado conhecimento em ____/____/____, do parecer desfavorável relativo à Convocação para a Seleção de Profissionais de Nível Superior Voluntários à Prestação do Serviço Militar Temporário no ano de 2014 pela Comissão de Seleção Interna, vem respeitosamente, requerer a V. Sa. a modificação do ato e, conseqüentemente, a sua seleção para a referida Convocação.

2. Apresenta a seguir, as razões pelas quais recorre a V. Sa. contra a sua não seleção para a referida convocação:

- a) fornecer explicações sobre os fatos demeritórios que provocaram o parecer desfavorável relativo à Convocação para a Seleção de Profissionais de Nível Superior Voluntários à Prestação do Serviço Militar Temporário no ano de 2014;
- b) discriminar as funções exercidas que julgar relevantes;
- c) relacionar fatos relativos ao desempenho das funções exercidas e que, a seu juízo, não sejam do conhecimento da SECPG;
- d) enfatizar destaques em missões que lhe foram confiadas; e
- e) juntar os documentos que julgar pertinentes, exceto declarações que versem sobre avaliação de desempenho, sendo desnecessário anexar cópias das folhas de alterações ou de citações de elogios recebidos, no período em que foi militar.

3. Em face das razões acima apresentadas, este recorrente reitera a V.Sa.; por se julgar em condições, para a Convocação para a Seleção de Profissionais de Nível Superior Voluntários à Prestação do Serviço Militar Temporário no ano de 2014.

4. É a _____ vez que requer.

Local: _____ - **Data:** ____/____/____

Assinatura do candidato

Anexo M - Requerimento de Avaliação Curricular em Grau de Recurso

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

Ao Sr. Presidente da Comissão de Seleção Interna do Serviço de Assistência Religiosa da
Aeronáutica

_____ (nome completo),
Identidade nº _____, CPF nº _____, nascido aos _____ dias do
mês de _____ de _____, filho de _____ e de
_____, candidato ao processo seletivo ao
EAT/EIT 2014, inscrição nº ____/loc-_____/____ COMAR, acerca do resultado
provisório divulgado em ____/____/2014, vem à presença de V.Sa., respeitosamente,
requerer a AVALIAÇÃO EM GRAU DE RECURSO pelos motivos a seguir expostos,
juntando, ao final (se for o caso), os documentos julgados necessários à comprovação das
alegações do recurso, nos termos do item 6.3 do Aviso de Convocação para ao EAT/EIT
2014.

(ESPAÇO PARA A EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS)

Nestes termos, pede deferimento.

Local: _____ - **Data:** ____/____/____

Assinatura do candidato

✂.....✂..... Cortar aqui✂.....✂.

RECIBO DO CANDIDATO

Recebi em ____/____/2014, às ____:____ horas, o requerimento referente à Avaliação
Curricular, em Grau de Recurso, do candidato _____
_____ inscrição nº ____/_____/____ COMAR.
LOC

Posto/Grad Nome do recebedor

Assinatura

Anexo N - Requerimento de Inspeção de Saúde em Grau de Recurso**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA****AO EXMO. SR. DIRETOR DE SAÚDE DA AERONÁUTICA**

Eu, _____ (nome completo),
Identidade nº _____, CPF nº _____, nascido aos _____ dias
do mês de _____ de _____, filho de _____ e
de _____, candidato ao processo seletivo ao
EAT/EIT 2014, inscrição nº ____/LOC-_____/____ COMAR, tendo sido inspecionado pela
Junta de Saúde do _____ (Organização de Saúde), em
____/____/2014, e julgado INCAPAZ PARA O FIM A QUE SE DESTINA, vem requerer
a V. Exa. Inspeção de Saúde (INSPSAU) em Grau de Recurso, pela Junta Superior de Saúde
(JSS), anexando o Documento de Informação de Saúde (DIS).

Nestes termos, pede deferimento.

Local: _____ - **Data:** ____/____/____

Assinatura do candidato

✂. ✂. Cortar aqui ✂. ✂.

RECIBO DO CANDIDATO

Recebi em ____/____/2014, às ____:____ horas, o requerimento referente à Inspeção de
Saúde, em Grau de Recurso, do candidato _____
_____ inscrição nº ____/_____/____ COMAR.
LOC

Posto/Grad Nome do recebedor

Assinatura

Anexo O - Modelo de Declaração quanto a Não Investidura em Cargo, Função ou Emprego Público



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

**DECLARAÇÃO QUANTO A NÃO INVESTIDURA
EM CARGO, FUNÇÃO OU EMPREGO PÚBLICO**

Eu, _____ (nome completo),
Identidade nº _____, CPF nº _____, nascido aos _____ dias do
mês de _____ de _____, filho de _____ e de
_____, candidato(a) ao processo
seletivo ao EAT/EIT 2014, inscrição nº ____/Loc-_____/____ COMAR, declaro não estar
investido(a) em Cargo Público Federal, Estadual ou Municipal.

Local: _____ - **Data:** ____/____/____

Assinatura do candidato

Anexo P - Modelo de Ficha de Avaliação Curricular



A ser preenchida
pela CSI

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

FICHA DE AVALIAÇÃO CURRICULAR

Inscrição nº ____/____/____ COMAR LOC	Pontuação quesito	Quantidade	Pontuação subtotal
A. PÓS-FORMAÇÃO			
1) Doutorado	2,0		
2) Mestrado	2,0		
B. CURSOS			
1) Liturgia	1,0		
2) Teologia bíblica	1,0		
3) Teologia dogmática	1,0		
4) Teologia moral	1,0		
C. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL			
1) Tempo de ordenação sacerdotal comprovado pela identidade assinada pelo Ordinário do candidato	1,0 por ano		
2) Provisão de vigário paroquial datada e assinada pelo Ordinário do candidato	1,0 por ano		
3) Provisão de Professor de Seminário datada e assinada pelo Ordinário do candidato	1,0 por ano		
4) Provisão de Pároco datada e assinada pelo Ordinário do candidato	1,0 por ano		
5) Provisão de Reitor de Seminário datada e assinada pelo Ordinário do candidato	1,0 por ano		
6) Provisão de Vigário Episcopal datada e assinada pelo Ordinário do candidato	2,0		

Continuação do Anexo P - Modelo de Ficha de Avaliação Curricular

Inscrição nº ____/____/____ LOC	Pontuação quesito	Quantidade	Pontuação subtotal
C. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL			
7) Provisão de Vigário Forâneo datada e assinada pelo Ordinário do candidato	2,0 a cada 2 anos		
8) Nomeação de Diretor Espiritual de Seminário datada e assinada pelo Ordinário do candidato	2,0		
9) Provisão de Capelão de Hospital datada e assinada pelo Ordinário do candidato	1,0 por ano		
10) Provisão de Capelão de Colégio Católico datada e assinada pelo Ordinário do candidato	1,0 por ano		
11) Provisão de Capelão de Presídio datada e assinada pelo Ordinário do candidato	1,0 por ano		
D. PONTUAÇÃO TOTAL ATRIBUÍDA			

Local

____/____/____
Data

Assinatura e Identificação (Carimbo) do Presidente da CSI

Membro - especialidade

Membro

Anexo Q – Modelo de Requerimento de Inscrição

Inscrição nº ____ / ____ / ____ COMAR
Loc



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO PARA O PROCESSO SELETIVO 2014

Estágio de Adaptação Técnico (EAT) / Estágio de Instrução Técnico (EIT)

Ao Sr. Presidente da Comissão de Seleção Interna

Nome completo:	
Vem requerer a V. Sa. a inscrição para a participação do processo seletivo ao EAT/EIT 2014, em consonância com o inciso I do artigo 19 do Decreto n.º 8.130, de 24 de outubro de 2013. Declaro estar de pleno acordo em cumprir todas as exigências estabelecidas no Aviso de Convocação para o presente processo seletivo.	

Idt/RG:	Órgão Expedidor:					
CPF:	Data de Nascimento:		/ /			
Endereço:						
Bairro:						
Cidade/UF:			CEP:			
Tel. Celular:	Tel. Residencial:					
E-mail:						
Tempo de Efetivo Serviço Militar ¹ :		Anos		Meses		Dias
Militar R/2 () Não () Sim						
Qual a Graduação?						

Opção de Localidade (<u>Anexo C</u>)	
--	--

Localidade de Inscrição		Data: ____ de ____ de 2014
Assinatura do Candidato		

¹ Tempo de serviço militar já cumprido em qualquer das Forças Armadas (Marinha, Exército e/ou Aeronáutica).

Anexo R - Modelo de Lista de Verificação de Exames Médicos



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

Inscrição nº ____/____/____COMAR
LOC

Lista de Verificação de Exames Médicos

(será preenchida pelo órgão responsável pelo recebimento da documentação, no período de entrega de exames médicos para a Inspeção de Saúde Inicial)

Ordem	Exames Médicos a serem entregues pelo candidato	SIM (Qtd)	NÃO
1.	eletroencefalograma (EEG) digital com mapeamento, laudo e avaliação clínica neurológica.		
2.	teste ergométrico cardiológico em esteira.		
3.	certificados de vacinação anti-amarilica, antitetânica e anti-hepatite B.		

Posto/Grad/Nome do recebedor: _____ Assinatura: _____

✂. ✂. Cortar aqui ✂. ✂.

Inscrição nº ____/____/____COMAR
LOC

Documentação Recebida em ____/____/____

Posto/Grad/Nome do recebedor:

Assinatura: _____

(Recibo a ser preenchido e entregue ao Candidato)